

# EM BUSCA DO PÚBLICO:

---

A CONTROVÉRSIA DAS COTAS RACIAIS NA IMPRENSA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Reitor*  
Ricardo Lodi Ribeiro

*Vice-reitor*  
Mario Sergio Alves Carneiro



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Conselho Editorial**

João Feres Júnior (presidente)  
Henriqueta do Coutto Prado Valladares  
Hilda Maria Montes Ribeiro de Souza  
Italo Moriconi Junior  
José Ricardo Ferreira Cunha  
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves  
Luciano Rodrigues Ornelas de Lima  
Maria Cristina Cardoso Ribas  
Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira  
Anibal Francisco Alves Bragança (EDUFF)  
Katia Regina Cervantes Dias (UFRJ)



**IESP.UERJ**

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

**Coleção Sociedade e Política**

***Editores***

José Szwako (zeszwako@iesp.uerj.br)  
Cristina Buarque de Hollanda (cristinabuarque@iesp.uerj.br)

***Conselho científico***

Antônio Sérgio Guimarães (USP)  
Breno Bringel (IESP-UERJ)  
Fabiano Santos (IESP-UERJ)  
Flávia Biroli (UnB)  
Gilberto Hochman (FIOCRUZ)  
João Feres Júnior (IESP-UERJ)  
José Maurício Domingues (IESP-UERJ)  
Leonardo Avritzer (UFMG)  
Maria Stella G. Porto (UnB)  
Pablo Gentili (CLACSO)  
Rachel Meneguello (UNICAMP)  
Sergio Costa (Frei Universität – Alemanha)

LUIZ AUGUSTO CAMPOS

# EM BUSCA DO PÚBLICO:

---

A CONTROVÉRSIA DAS COTAS RACIAIS NA IMPRENSA



Rio de Janeiro  
2019

Copyright © 2019, EdUERJ.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.



EdUERJ

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721

www.eduerj.uerj.br

eduerj@uerj.br

*Editor Executivo*

*Coordenadora Administrativa*

*Coordenadora Editorial*

*Assistente Editorial*

*Coordenador de Produção*

*Pós-revisão*

*Capa*

*Diagramação e Projeto Gráfico*

*Revisão*

João Feres Júnior

Elisete Cantuária

Sílvia Nóbrega de Almeida

Thiago Braz

Mauro Siqueira

João Martorelli

Júlio Nogueira

Emílio Biscardi

Luiz Augusto Campos/IESP

Maria Caú

---

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

C198 Campos, Luiz Augusto

Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa [recurso eletrônico] / Luiz Augusto Campos. - 1 ed. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2019.

1 recurso online (336 p. ; 14x21 cm) : ePub.

ISBN 978-65-00-03035-8

1. Programas de ação afirmativa. 2. Imprensa. 3. Ensino Superior. 4. Cotas raciais. 5. Sociologia. I. Título.

CDU 364-787.84

---

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

## SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviações .....	7
Nota do autor.....	9
Prefácio .....	11
Retóricas de convencimento .....	16
As camadas sociais mobilizadas.....	18
Introdução .....	25
1. A esfera pública como <i>status</i> .....	33
1.1. A esfera pública como coisa .....	37
1.2. A esfera pública como ficção .....	45
1.3. A esfera pública como <i>status</i> reivindicado .....	52
1.4. Modelos normativos para a atuação política da imprensa.....	64
2. Notas metodológicas .....	71
2.1. Recorte de pesquisa .....	73
2.2. Análise dos textos .....	79
2.3. Análise de correspondências .....	84
3. As fronteiras da cobertura.....	89
3.1. O conceito de enquadramento .....	91
3.2. Níveis de enquadramento .....	102
3.3. A formalização de enquadramentos editoriais .....	108
3.4. A formalização de enquadramentos interpretativos .....	115

4. Definindo o objeto de debate .....	127
4.1. Durban: a pré-história da controvérsia (2001) .....	130
4.2. O caso UERJ (2001-2002).....	138
4.3. O caso UnB (2003-2004).....	143
4.4. Do mensalão aos manifestos (2005-2006) .....	146
4.5. Dos gêmeos à judicialização (2007-2009).....	152
4.6. Cotas: um tema polêmico? .....	156
5. A ética e a estética da imparcialidade .....	165
5.1. Entre fatos e opiniões .....	167
5.2. Entre contrários e favoráveis .....	173
5.3. Entre política e ciência .....	185
6. A defesa das cotas .....	203
6.1. Principais argumentos .....	205
6.2. Difusão e trajetória dos argumentos .....	222
6.3. Metamorfoses semânticas dos enquadramentos .....	230
6.4. Divisão do trabalho argumentativo.....	235
7. A crítica às cotas .....	249
7.1. Principais argumentos .....	251
7.2. Difusão e trajetória dos argumentos .....	269
7.3. Metamorfoses semânticas dos enquadramentos .....	280
7.4. Divisão do trabalho argumentativo.....	288
Conclusão .....	295
Referências .....	307
Sobre o autor.....	325

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAR	Ação Afirmativa Racial
ABL	Academia Brasileira de Letras
ACS	Análise de Correspondência Simples
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
Afrobras	Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANJ	Associação Nacional de Jornais
CAQDAS	Programas Computacionais de Codificação Assistida de Dados Qualitativos (sigla anglófona)
Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
DEM	Partido Democratas
Educafro	Educação para Afrodescendentes e Carentes (ONG)
ES	Espírito Santo (unidade federativa)
EUA	Estados Unidos da América
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GEMAA	Grupo de Estudos Interdisciplinares da Ação Afirmativa
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipeafro	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul (unidade federativa)
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SP	São Paulo (unidade federativa)
Seppir	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça
TV	Televisão
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

## NOTA DO AUTOR

Este livro é resultado da minha tese de doutorado, defendida em 2013 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). De lá para cá, as ações afirmativas raciais passaram por mudanças relevantes, e o próprio debate público brasileiro se remodelou. Tudo isso faz com que passagens ou apostas contidas no texto possam eventualmente soar anacrônicas ou deslocadas. Apesar disso, optei deliberadamente por não tentar “atualizar” em demasia o argumento, excetuando-se, é claro, as modificações necessárias para tornar a leitura menos árida. Acredito que essa opção se justifique por dois motivos.

Em primeiro lugar, parece-me ainda atual o argumento geral da tese, tanto no que concerne à polarização administrada pela imprensa na questão das cotas quanto às linhas argumentativas contrárias e favoráveis a essas políticas. Obviamente, caberá ao leitor e à leitora determinar a pertinência dessa avaliação, muito embora o papel sutil da imprensa na radicalização de determinados debates públicos pareça hoje mais evidente do que no período de redação deste trabalho. Em segundo lugar, alguns capítulos tiveram versões preliminares previamente publicadas em revistas e congressos, tornando-se objetos de debate. Uma versão reduzida do capítulo 1 foi publicada na revista *Sinais Sociais* (n. 29, 2015) e uma versão condensada dos capítulos 2 e 3 foi publicada na revista *Opinião Pública* (v. 20, n. 3, 2014). Registro aqui meus agradecimentos a ambos os periódicos. Por conta disso, adaptar o texto aos tempos atuais redundaria na perda dos sentidos que produziram e foram impactados por tais discussões, implicando

consequentemente uma adequação arbitrária e artificial a problemáticas hodiernas.

O livro é resultado de uma ampla pesquisa coletiva realizada no Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), à época coordenado pelo professor João Feres Júnior, também orientador desta tese. Além de agradecê-lo pela orientação atenta e por abrir as portas do GEMAA, gostaria de mencionar nominalmente todos os envolvidos na leitura e codificação do *corpus* utilizado: Larissa Soares, Leonardo Nascimento, Pedro Ramos e Verônica Toste Daflon. Thyago Simas ajudou na construção de ferramentas computacionais para a análise dos textos, e Maria Caú fez uma criteriosa revisão desta versão. Paola Lins de Oliveira acompanhou o trabalho em diversos momentos e, certamente, ajudou substantivamente no seu formato final. Versões preliminares foram lidas e comentadas por Daniel Cefai, Frédéric Vandenberghe, Luiz Antonio Machado, Carlos Augusto Machado, Flávia Biroli, Luis Felipe Miguel e José Maurício Domingues, além dos membros da banca de doutorado: Alessandra Aldé, André Lázaro, Antônio Sérgio Guimarães e Mauro Porto. Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado concedida a mim e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa sanduíche que me foi conferida em 2011.

Luiz Augusto Campos

## PREFÁCIO

O livro que o leitor tem nas mãos é, ao mesmo tempo, um documento de análise e de registro. Trata-se de uma análise bem ancorada sociologicamente, feita com sistematicidade na coleta de fontes, metodologicamente impecável. No entanto, embora seja um livro escrito a princípio como tese de doutorado, no calor dos acontecimentos, não é enviesado ou ideologicamente contaminado. Por isso, é uma excelente análise.

Passo a recordar a conjuntura em que o livro foi escrito e seus antecedentes históricos. Voltemos aos anos 1980. O processo de redemocratização, depois de vinte anos de governos militares (1964-84), significou, entre outras coisas, a incorporação definitiva na agenda política brasileira das reivindicações de ativistas e organizações negras. De fato, o rol de demandas dos movimentos sociais negros que se reestruturou a partir dos anos 1970 foi tecido em sintonia com a grande frente política que lutou pelo restabelecimento do estado de direito e do respeito pleno às liberdades civis e aos direitos humanos. Essa agenda acompanhou o amadurecimento democrático do país desde a promulgação de uma nova Carta Constitucional, em 1988. No primeiro governo democrático, tal agenda viu-se atendida em suas reivindicações de reconhecimento da singularidade da cultura e dos interesses dos negros brasileiros; disso, são evidências a criação da Fundação Palmares, no governo Sarney, e a criminalização do racismo pela Carta Magna. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, as reivindicações de combate às desigualdades raciais e de adoção de políticas de ação afirmativa passaram ao prosclênio das reivindicações da atuação negra.

Há de se observar, contudo, que o reconhecimento dessa agenda pelo governo FHC veio acompanhado por uma reação igualmente forte por parte de setores da sociedade civil organizada, alinhada na luta pela redemocratização, que formava o cerne do seu governo. De certo modo, as reivindicações por políticas sociais específicas para a população negra representaram, assim, uma fissura duradoura na grande frente pela redemocratização, redesenhando a política nacional, cindida à esquerda e ao centro, entre o PT e o PSDB.

Tal reação foi tão forte que, até pelo menos 2007, o governo central e o parlamento brasileiro pouco ou quase nada cumpriram as promessas de ações afirmativas feitas durante a Conferência de Durban, em 2001. O primeiro passo para cumprir tal agenda foi dado quando, já no fim do governo FHC, o Ministério da Educação concedeu alguma flexibilização das regras de admissão de estudantes nas universidades federais (Lei n.º 10.558/2002). Isso permitiu que diversos conselhos universitários introduzissem reserva de vagas para alunos autodeclarados pardos e pretos. O passo seguinte mais importante, já no governo Lula, modificou o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, de modo a garantir cotas para alunos egressos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas. Daí em diante, o avanço na implementação das reivindicações dos ativistas negros foi mais rápido. Em 2010, o governo Lula instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, e, em 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), a que ficam obrigadas as universidades federais do país. Não por acaso, isso aconteceu meses depois de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a constitucionalidade de políticas públicas e de formas de seleção vestibular de estudantes que levassem em consideração a raça ou a cor dos candidatos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em abril de 2012, o STF julgou, por unanimidade, improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada pelo Partido Democratas (DEM).

De um modo geral, o governo central moveu-se, todavia, bem mais lentamente que as suas autarquias e fundações universitárias e alguns governos estaduais, como Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso. Quando promulgada a Lei de Cotas, em 2012, pelo menos setenta dessas autarquias e fundações, usando de sua autonomia, já haviam estabelecido alguma política de ação afirmativa para estudantes negros e alunos de escola pública, tendo a lei apenas uniformizado nacionalmente tais políticas. Do mesmo modo, a decisão do STF veio estabelecer jurisprudência no julgamento de demandas de inconstitucionalidade dos vestibulares dessas mesmas autarquias e fundações, decisões nem sempre uniformes entre 2003 e 2012, a depender de juízes e de Tribunais Regionais Federais.

Um dos fatos mais salientes de todo esse processo foi que, tanto as demandas por igualdade racial quanto a resistência por elas encontradas se concentraram, majoritariamente, no sistema público de educação universitária, federal e estadual. As cotas raciais do ProUni, por exemplo, não suscitaram grande debate. Do mesmo modo, a polêmica em torno de políticas raciais de saúde pública e as poucas ações afirmativas dirigidas ao mercado de trabalho encontraram menos resistência.

O livro que o leitor tem em mãos avança empiricamente essa agenda em torno de três questões, utilizando-se, entretanto, de apenas uma fonte de dados – a grande imprensa: 1) como se formaram e se organizaram as forças sociais favoráveis ou contrárias ao atendimento da *agenda negra* pelo estado central; 2) por que a *agenda negra* relativa à educação superior, no seu segmento federal e estadual, e não aquelas voltadas para a saúde e o mercado de trabalho, ou mesmo o ProUni, galvanizou a polêmica; 3) por que o cumprimento às demandas das organizações negras avançou muito mais rapidamente em nível local – sejam estados, sejam autarquias e fundações federais – do que no Parlamento ou no Executivo.

O principal protagonista dessa história foi, sem dúvida, o que a literatura sociológica chama de “movimento negro”, um conjunto amplo e diversificado de organizações formadas a partir de 1970, independentes ou oriundas de agrupamentos políticos, mais ou menos cristalizadas em núcleos de partidos políticos, que formaram a frente democrática de combate à ditadura militar. Tais grupos estiveram reunidos numa frente própria, o Movimento Negro Unificado, até que o pleno restabelecimento e normalização da vida democrática possibilitou a diversificação de seus interesses políticos, que exigiram apenas desde então a manutenção de certos fóruns de coordenação política, como o CONEN, a COPENE etc. A nova ordem legal (Lei n.º 9.790/1999) permitiu também a criação de uma nova figura jurídica, a Organização Não Governamental (ONG), com muito mais flexibilidade para receber e gerenciar recursos financeiros e organizacionais, de tal modo que não apenas recursos públicos nacionais, mas também recursos da solidariedade internacional puderam ser carreados para atividades filantrópicas e de educação política. Tais organizações negras, entretanto, pelo próprio particularismo de suas ideologias, dificilmente poderiam comandar com sucesso a negociação de agenda tão reformadora (se não revolucionária) dos hábitos, das práticas e da ideologia nacionais. Foi, sem dúvida, necessária a arregimentação de intelectuais (acadêmicos, escritores, jornalistas, políticos, religiosos, burocratas) de fora de suas hostes para que a aliança assim formada ganhasse legitimidade política e respeitabilidade pública. Avanço, aqui, algumas das características desses intelectuais que foram atraídos para a causa das ações afirmativas.

Em primeiro lugar, intelectuais que vivenciaram de modo mais intenso ou mais próximo os dilemas raciais da formação racial norte-americana e a experiência das ações afirmativas nos Estados Unidos tinham maior probabilidade de se aliarem à causa negra do que aqueles de formação mais europeia, marcados pela recusa radical à raça, que caracteriza a Europa depois do Holocausto, ou aqueles

mergulhados no ideal modernista da mestiçagem. Em segundo lugar, intelectuais mais novos ou posicionados de modo menos central no campo acadêmico ou intelectual tinham menos a perder e mais a ganhar com mudanças nas regras e nos valores estabelecidos em seus respectivos campos.

Do mesmo modo, novos espaços institucionais tiveram que ser criados para que tal aliança pudesse ser negociada e costurada. Aponto, aqui, o papel articulador que tiveram os partidos políticos, principalmente o PMDB, o PDT, o PSDB e o PT, para que esses novos espaços se estabelecessem, no geral na forma de seminários, como o que reuniu em Brasília, em 1996, numa iniciativa de políticos e ativistas ligados ao PSDB e ao presidente FHC, intelectuais brasileiros, estrangeiros e ativistas negros. Também nos próprios partidos – no PSDB, no PT e no PDT, por exemplo –, o ativismo negro foi capaz de discutir sua agenda com um grupo ampliado de intelectuais. Peça central e fundamental nessa criação de espaços foi também a grande imprensa, principalmente as do Rio de Janeiro e de São Paulo, que, a partir da Conferência de Durban, começa a pautar o tema das cotas e das ações afirmativas de um modo mais sistemático. Como bem demonstra o livro de Campos, a grande imprensa não apenas constituiu-se como uma força singular, com posição reacional e conservadora, nessa luta ideológica, mas também acabou por forçar o posicionamento, às vezes favorável, de alguns de seus articulistas. Um terceiro espaço importante para formação de alianças do movimento negro foram as próprias universidades e associações científicas, como a ANPOCS, a ANPED, SBS, ABA etc.

Há de se listar, ainda, entre os meios de comunicação e espaços, os cursos universitários, os livros, os artigos, as teses e as dissertações produzidas como resultado direto ou indireto desses encontros. Um quarto espaço significativo foram as igrejas, com destaque para a Pastoral Negra, de onde saiu a Educafro. E o quinto, mas não menos importante, foi o papel desempenhado por

fundações filantrópicas estrangeiras, dentre as quais todos destacariam primordialmente a Ford.

A mobilização e a formação de alianças das organizações negras fizeram-se no intuito de uma mudança da ordem – no caso particular – do processo de seleção de estudantes para os cursos universitários. Era natural, portanto, que as reações contrárias aparecessem nos mesmos espaços em que a mobilização e a campanha de convencimento para a mudança ocorriam. Mas isso foi apenas parcialmente verdadeiro. À medida que a campanha pelas ações afirmativas ganhava corpo e obtinha vitórias, a começar pela lei sancionada pelo governador do Rio de Janeiro, que instituiu cotas para “negros e pardos” oriundos de escolas públicas nas universidades estaduais cariocas, em 2003, tal reação passou a se organizar como campanha contra as cotas, buscando convencer os partidos da ordem (PSDB e DEM), assim como o Parlamento, o governo, os professores universitários e a opinião pública em geral, dos malefícios de tais mudanças.

O núcleo duro dessa campanha contrária foi formado por professores universitários de renome na área de estudos das relações raciais brasileiras, em articulação com jornalistas e colunistas importantes, artistas e intelectuais renomados e os comitês editoriais da grande imprensa – principalmente as *Organizações Globo* (jornal e televisão), o *Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*.

## **Retóricas de convencimento**

Embora de modo reativo, esse grupo ocupava, obviamente, os mesmos espaços e meios que as demandas do movimento negro conseguiram penetrar – seminários, aulas, artigos, livros etc. para divulgar e justificar seu ponto de vista. Sua estratégia mais geral foi a desqualificação das posições favoráveis às ações afirmativas, utilizando-se de três táticas retóricas básicas: 1) denunciar o caráter,

imitativo (norte-americano), inculto (em termos nacionais) e inconstitucional (antiliberais) das medidas propostas, que passaram a ser nomeadas com o nome genérico de *cotas* (raciais ou sociais); 2) apresentar o movimento como um embuste de representação, ou seja, seus porta-vozes não falariam em nome daqueles que diziam representar o povo negro brasileiro; e, por último, 3) caracterizar o problema de acesso à educação superior brasileira como decorrente de uma crise da qualidade dos níveis de ensino médio e fundamental.

A primeira tática decorreu quase mecanicamente do modo como foram implantadas as primeiras ações afirmativas no país, ou seja, como reserva de vagas para egressos de escola pública, que se autodenominassem indígenas, “negros”, pardos ou pretos. De fato, apesar de a movimentação em prol das ações afirmativas ter sido feita nos seus primórdios (1996-2002), evitando-se falar em cotas – posto que estas existiam apenas na Índia, tendo sido rejeitadas pelo Poder Judiciário de países de maior tradição liberal, como os Estados Unidos –, a sua implantação por leis estaduais (Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Mato Grosso) deu-se por meio da pura reserva de vagas. A estratégia dos opositores foi, portanto, natural – denunciar o seu caráter imitativo (ignorando a tradição brasileira de democracia racial) e, ao mesmo tempo, ignorante (por desconhecer o que se passava nos Estados Unidos) e inconstitucional (pois feria os preceitos liberais).

A segunda tática retórica decorreu também de igual “erro” dos legisladores cariocas, que nomearam os beneficiários das cotas na UERJ de “negros e pardos”. Tal nomeação contrariava todo o trabalho ideológico de proselitismo e de conscientização racial que as organizações negras brasileiras vinham desenvolvendo, desde os anos 1930, de se autoneomarem politicamente *negros*, fossem considerados pretos, pardos, mulatos ou negros na vida cotidiana. A grande imprensa passou sistematicamente a referir-se a “negros” e “pardos”, desarticulando o que o trabalho político e ideológico

havia articulado. No plano propriamente acadêmico, porém, o trabalho maior de desconstrução da bipolaridade racial se deu por renovada ênfase nos estudos de classificação racial, ou seja, nos modos nativos de classificação por cor, e numa tentativa de teorizar a expressão política *democracia racial* a partir do estruturalismo antropológico, pensando-a como conceito que daria conta de parte importante da estrutura cultural brasileira – isto é, da permanência temporal e duradoura de nossas relações raciais, pensadas como harmoniosas a partir do *mito*. Cabe aqui, entretanto, uma ressalva: devo deixar claro que a correção e a fertilidade das ideias e das análises acadêmicas sobre classificação racial ou sobre a democracia racial, tanto quanto as análises sobre desigualdades raciais ou sobre o problema educacional brasileiro, devem ser julgadas por critérios lógicos e acadêmicos, independentemente da motivação ou do uso político que tiveram.

A grande imprensa, entretanto, procurou demonstrar a defasagem entre as crenças dos ativistas, que se autoneameavam porta-vozes, e as que nutriam a população negro-mestiça, que eles diziam representar.

### **As camadas sociais mobilizadas**

Neste ponto, estamos prontos para desdobrar a segunda questão: por que a agenda negra relativa à educação superior, e não aquela voltada para a saúde ou para o mercado de trabalho, galvanizou os debates. Começemos por observar que todos os principais argumentos esgrimidos na polêmica que se formou sobre *cotas* ou *racialização*, tal como enquadrados pelos conservadores, estiveram sempre contrapostos, no enquadramento feito pelas organizações negras e pelos intelectuais que a eles se aliaram, à luta por justiça social e ao combate às desigualdades raciais (Silva, 2006). Ora, apesar das desigualdades sociais e raciais brasileiras serem marcantes em todas as áreas, e muito mais gritantes na saúde, na seguran-

ça, no transporte urbano, na habitação e no mercado de trabalho, e mesmo na educação de nível médio, do que no ensino superior, foi justamente nesse último que o movimento vicejou e ganhou respaldo popular e, conseqüentemente, foi capaz de ter impacto político-eleitoral direto. Por que, para usar os termos do conceito de hegemonia gramsciana, os interesses particulares de negros com diploma de nível médio, com ambição de obter um título universitário, foram capazes de se transformar em interesse geral de toda uma camada social de menor renda?

Uma resposta óbvia é que não apenas os *negros*, ou seja, aqueles que assim se autodefiniam, mas também um número muito maior de jovens de baixa renda estavam na mesma situação e tiveram as mesmas chances que estes com as políticas de cotas que passaram a ser adotadas pelas universidades. Nesse sentido, o modo abrangente como os beneficiários (pretos e pardos oriundos da escola pública) foram definidos e a ambigüidade e a flexibilidade das fronteiras de cor (principalmente entre brancos e pardos) certamente facilitaram a adesão à causa das cotas. Em nenhuma outra política pública setorial deu-se tal amalgamação classificatória. É sintomático que naquelas universidades que adotaram critérios puramente raciais, restringindo a ambigüidade classificatória por meio de comissões certificatórias, o número de incidentes foi maior e o apoio popular aos programas de cotas foi menor.

O governo Lula, por meio de seu Ministro da Educação, deu-se conta desse fato político, a partir de 2007, ainda que tardiamente (acompanhando o faro político de Garotinho e de Antônio Carlos Magalhães, que adotaram cotas em seus respectivos estados em 2003), e a política de ampliação das vagas universitárias federais do Reuni e de ocupação das vagas universitárias do ProUni deu-se de acordo com a fórmula politicamente vitoriosa de “cotas para negros e indígenas da escola pública”. Tãmanha foi a identificação do governo petista com essa fórmula que, a partir desse momento, ainda em 2007, a campanha contra cotas passou a se confundir

com o antipetismo. Não consigo deixar de observar a ironia de que a simplificação e a redução grosseira de ações afirmativas a cotas acabaram por dotar o movimento social de uma bandeira simples, de fácil implementação e de apelo popular e eleitoral.

Finalmente, chego à última questão: por que o atendimento das demandas das organizações negras avançou muito mais rapidamente no plano local, ou seja, nos estados, nas autarquias e fundações universitárias, que no Parlamento ou no Executivo? Tornando ainda mais complexa a questão: em estados como Rio de Janeiro e Pernambuco, as universidades federais resistiram a adotar ações afirmativas até a promulgação da Lei de Cotas; no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, as universidades federais apenas implantaram programas desse tipo em 2011; já em São Paulo, as universidades estaduais continuavam ainda em 2013 a resistir a programas de ações afirmativas de grande impacto. As universidades federais e estaduais da Bahia, do Paraná e de Santa Catarina, adotaram rapidamente ações afirmativas para negros. Como explicar essa diferença de *timing*?

Uma explicação possível para o atraso do governo federal em adotar medidas de ação afirmativa, mesmo depois do Estado brasileiro ter reconhecido sua necessidade na Conferência de Durban, pode ter sido a vitalidade do debate desenvolvido na grande imprensa, que, como bem argumenta Campos, foi suficientemente para retratar as ações afirmativas como polêmicas e controversas, dividindo os especialistas (educadores e intelectuais), assim como os interesses da população. Tal caracterização teria sido o bastante para barrar projetos no Parlamento e evitar que a burocracia do governo federal, mesmo quando sob pressão de ativistas negros ou de intelectuais favoráveis às ações afirmativas, tomasse uma posição clara em suas diretrizes e políticas.

Outra explicação pode ser construída levando em consideração a maior ou menor organização do movimento negro nos diferentes estados da federação, ou seja, seu poder de pressão sobre

as reitorias, as assembleias legislativas e os conselhos universitários. Nessa explicação, diante da resistência demonstrada pela oposição às cotas na esfera do governo federal e na imprensa nacional (*Organizações Globo*, jornal *Folha de S. Paulo*, revista *Veja*), o movimento negro passara a privilegiar também a esfera estadual (mesmo sem descuidar de sua penetração no governo central).

Assim, a depender do grau de coesão dos grupos contrários às cotas em cada estado e do grau de coalescência de seus interesses nas universidades federais ou estaduais e nas Assembleias Legislativas, complementarmente à força relativa do movimento negro e de sua capacidade de mobilização e formação de alianças, os resultados foram diferentes em cada estado.

Entretanto, a explicação delineada acima precisa ser complementada por outra de caráter mais geral. Que grupos sociais tiveram seus interesses representados nessa disputa em torno da adoção ou não de cotas? A resposta não pode ser dada em termos raciais – brancos contra negros –, pois vimos que, no decorrer da disputa, foi criado um arco de alianças que ultrapassou os limites das identidades raciais, que se evidenciou na fórmula “cotas para negros de escolas públicas”. Sugiro que estiveram em jogo interesses de duas fatias das classes médias – aquela já estabelecida há uma ou duas gerações, que tinha no ensino público superior sua forma natural de reprodução, alicerçada no mérito, mas protegida por uma série de privilégios (gratuidade do ensino superior, mercados de trabalho reservados por regulamentação profissional etc.) e outra oriunda de setores urbanos emergentes, que não poderia ter acesso à educação fundamental e média de “boa qualidade” e para a qual os privilégios gozados pelos primeiros eram essenciais para o seu projeto futuro de vida. Se foi esse o caso, o *timing* diferencial de adoção de cotas nas universidades de cada estado dependeu muito da importância demográfica das classes médias estabelecidas e do grau de cristalização e da coalescência dos seus interesses. Em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e, em menor

grau, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nas universidades onde se dava a reprodução social das classes médias estabelecidas, a resistência foi maior.

Deixei propositalmente de fora as camadas de classe mais abastadas (sejam burguesas, sejam apenas mais afluentes financeiramente), assim como as camadas mais pobres da população. Não porque elas não tivessem interesses diretamente em jogo na disputa, mas porque esta foi uma questão decisiva para o convencimento favorável da opinião pública e, portanto, deve ser tratada à parte. Não seria absurdo investigar que ambas as camadas referidas tenderam a apoiar a adoção de cotas e que isso se deveu tanto à falta de apelo dos argumentos contrários a sua adoção (centrados quase exclusivamente no perigo da racialização e no risco de queda da qualidade do ensino) e do forte apelo moral dos argumentos favoráveis (enfatizando o combate às desigualdades sociais e raciais) quanto pelo fato de que a primeira delas (os abastados) não tinha na universidade pública seu único meio de reprodução, enquanto a última delas (os mais desfavorecidos) poderia vir a almejar tal via de ascensão social.

Para concluir um prefácio que já se estende demais, encarto duas considerações de caráter mais estrutural e contextual, que, na verdade, fundamentam as hipóteses e sugestões interpretativas feitas anteriormente.

O primeiro encarte tem a ver com um traço geral da sociedade brasileira que serve como pressuposto nas disputas políticas entre grupos: não somos propriamente uma sociedade de mercado, em que os princípios ideológicos do liberalismo possam vicejar e criar ilusões fetichistas, ao ponto do estabelecimento de cotas ferir o sentido maior da liberdade pessoal, como a aquisição de posições sociais pelo esforço e pelo mérito individual. Entre nós, o controle dos aparelhos de Estado, a garantia legal de reservas profissionais e de direitos adquiridos, a impunidade relativa de certos grupos sociais, toda uma série de privilégios fazem com que *cotas*, *bolsas*

e outras formas não mercantis sejam consideradas socialmente justas. Isso explicaria tanto por que foram *cotas* e não *ações afirmativas* que prevaleceram como políticas, tanto quanto a relativa neutralidade, quando não simpatia, com que foram consideradas as demandas dos negros e das classes emergentes pelo legislativo, pelo judiciário, pelo executivo e pela opinião pública.

Do mesmo modo, as demandas por *cotas* nas universidades federais se deram *pari passu* ao desgaste crescente, tanto doméstico quanto internacional, da ordem social brasileira, caracterizada como socialmente desigual, injusta e racista. Um certo sentimento de injustiça, de indignação pelos privilégios dos “ricos” e pela impunidade dos “corruptos” fez com que as bandeiras do movimento negro fossem aceitas, ou pelo menos consideradas “normais”.

Um segundo encarte tem a ver com o atraso do governo federal em perceber que o déficit de vagas públicas na educação brasileira era justamente o que nutria a insatisfação social que caracterizei acima. Foi apenas quando o Ministério da Educação resolveu ampliar o ProUni que um passo concreto foi dado nessa direção. Esse programa, ao oferecer bolsas de estudo a estudantes pobres, que evadiam em números crescentes, era capaz de possibilitar a ocupação de vagas universitárias já existentes no setor privado, aumentando o acesso à educação superior. Porém, por contar com a oposição das universidades federais, seja de seus estudantes (UNE), seja de seus docentes (ANDES), seja de seus reitores (ANDIFES), foi preciso que o Ministério da Educação buscasse ancorar o respaldo ao ProUni na incorporação das demandas do movimento negro, espelhando o que algumas universidades federais já tinham feito. De certo modo, o Reuni, programa de expansão de vagas nas universidades federais, foi um desdobramento dessa política, que passou a responder efetivamente à crise de legitimação crescente do Estado. Acrescente-se aqui que as políticas de cotas iniciadas, no plano do governo central, com o ProUni estavam em harmonia com o conjunto de políticas públicas de alívio à pobreza e de fomento

ao consumo de enorme parcela das classes populares (gerando o fenômeno conhecido como emergência de uma nova classe média, ou classe C).

Para encerrar, apresento um resumo da tese que me inspira a leitura do livro de Campos. Para mim, o movimento social negro que se reconstruiu na luta pela redemocratização da sociedade brasileira, entre os anos 1970 e 2000, apesar de ter sido eficaz em convencer a opinião pública brasileira, o Congresso Nacional e os demais poderes da República sobre a existência de discriminações raciais sistemáticas contra negros e de desigualdades persistentes que não poderiam ser atribuídas apenas ao passado escravista, encontrou no embate por criação de cotas nas universidades públicas um espaço privilegiado. Espaço este em que foi possível construir alianças com amplos setores da sociedade brasileira e fazer com que seus interesses liderassem uma extensa reforma do ensino superior, que representou praticamente a duplicação do número de estudantes universitários do país.

Do ponto de vista ideológico, ainda que tal liderança tenha sido exercida às custas do sacrifício de reconhecer implicitamente que o problema social brasileiro não se restringia à raça (posto que negros de classe média estabelecida não foram beneficiados), o que poderia dar margem à conclusão de que, afinal, a tese da *democracia racial como mito* estruturante era correta. O movimento foi vencedor em mostrar que, no cotidiano, os preconceitos, as discriminações e as limitações à cidadania dos negros eram muito mais sistemáticos do que o *mito* faria supor, e que, portanto, critérios raciais deveriam ser explicitados nas políticas públicas.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães  
Universidade de São Paulo (USP)

## INTRODUÇÃO

É hoje um lugar-comum dizer que o debate público no Brasil se polarizou. Tal diagnóstico demarca uma distinção entre este momento e um passado, não tão distante, no qual o país era caracterizado por uma suposta aversão ao conflito aberto e radical. A despeito da recorrência de governos autoritários, da magnitude de nossas patentes desigualdades e da ubiquidade da violência em nossa história, as representações consolidadas do “caráter nacional” demarcavam uma propensão quase inata do brasileiro à harmonia, ao equilíbrio e à conciliação. Voltando nosso olhar para hoje, é cada vez mais difícil tomar tal inclinação para o consenso como a base dos debates públicos atuais.

Talvez a discussão em torno das ações afirmativas raciais tenha sido a primeira expressão desse alegado “novo momento” do país. Como destacou o antropólogo Otávio Velho em uma entrevista de 2007, a controvérsia em torno das cotas raciais mostra que “a nação explodiu” (Velho, 2007). A hegemonia da noção de democracia racial foi posta em xeque ao ponto de esse mito de origem hoje parecer, no mínimo, deslocado. Isso não quer dizer que as críticas a essa fabulação tenham sido formuladas apenas nos anos 2000, quando cotas raciais começaram a ser implantadas em algumas universidades públicas. Desde a sua consolidação política nos anos 1930 e 1940, a concepção do Brasil como uma democracia racial foi contestada por diversos setores da sociedade. Relativamente novo é o transbordamento dessas críticas para o debate público brasileiro.

Este livro analisa justamente a construção e a desconstrução da controvérsia em torno das ações afirmativas raciais nas páginas dos dois jornais de maior prestígio político no Brasil: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O modo como essa parte da imprensa administrou a polêmica em torno do tema – convocando determinados setores a opinar, enfatizando certos fatos em detrimento de outros e veiculando discursos específicos em momentos particulares – teve impacto direto sobre o destino dessas políticas de inclusão e sobre a polarização da discussão social mais ampla. Ora impulsionando a polêmica, ora restringindo-a, tais jornais reivindicaram para si o estatuto de espaços de debate público da questão por excelência, buscando subtrair tais prerrogativas de outras instâncias, como o parlamento, a suprema corte e a sociedade civil. Nas páginas que se seguem, acompanhamos esse processo dando especial atenção aos complexos e diversos modos de construir os termos dessa controvérsia e, sobretudo, à forma como a própria legitimidade dos jornais enquanto arenas de debate público se tornou alvo da contenda.

Desde o advento dos jornais de massa e da profissionalização da atividade jornalística no limiar do século XX, o ideal da imprensa moderna está calcado no valor da objetividade e da imparcialidade jornalísticas. A constituição dessa concepção de bom jornalismo se deu em paralelo à entronização pelas democracias liberais do conceito de uma opinião pública bem informada e ativa nos debates coletivos (Habermas, 1989 [1962]). Nesse processo histórico, a imprensa paulatinamente pleiteia a condição de sustentáculo da esfera pública democrática, chegando a ser encarada como uma espécie de “palco” da discussão política contemporânea (Manin, 2002 [1997]).

Entretanto, não é raro que os veículos de imprensa sejam acusados de manipular ou radicalizar a contenda, manobrando o fluxo de informações com vistas à realização de seus interesses específicos. Desse prisma, em vez de funcionar como um pilar da esfera pública moderna, a imprensa é entendida como um obstáculo

à discussão livre e democrática. Se em termos abstratos ela é vista como palco imparcial do debate público, na prática a imprensa é corriqueiramente atacada pela sua parcialidade. Essa ambivalência marca não somente a maneira como avaliamos a imprensa, mas também as investigações sociológicas da sua atuação.

Grosso modo, é possível identificar na bibliografia especializada vertentes descrentes em relação à capacidade de a imprensa viabilizar uma esfera pública deliberativa na modernidade, cuja expressão mais radical pode ser encontrada na obra do jornalista e intelectual estadunidense Walter Lippmann (1993 [1927]; 1998 [1922]). Opostos a esse ceticismo, estão autores mais otimistas, que costumam ver a imprensa, ao menos em sua origem, como esteio desse campo coletivo de deliberação, cuja referência principal costuma ser a obra do pensador alemão Jürgen Habermas (Habermas, 1989 [1962]; 1989; 1993).

A despeito das divergências, essas duas posturas teóricas têm um ponto em comum: em ambas, a concepção de esfera pública condiciona a maneira como a atuação da imprensa é investigada, interpretada e julgada. Em Habermas, a esfera pública costuma ser qualificada como a principal base de legitimação das democracias representativas. Para o bem dessas, caberia às Ciências Sociais investigar o trabalho da mídia com o intuito de avaliar se ela vocaliza ou não as demandas políticas da sociedade (Habermas, 1997 [1992]). Em Lippmann, porém, os cidadãos são vistos como seres incapazes de formular juízos adequados sobre os complexos problemas políticos das sociedades modernas, o que torna a atuação da imprensa indissociável das técnicas retóricas capazes de fabricar uma opinião pública artificial (Lippmann, 1993 [1927]).

De um ponto de vista sociológico, no entanto, mais importante do que resolver tal paradoxo é compreender os seus efeitos práticos. Como percebeu John Dewey, o público é um ideal com decorrências práticas palpáveis justamente por ser uma potencialidade difícil de ser concretizada na modernidade (Dewey, 1991 [1927]). Ao mesmo

tempo em que é uma realidade opaca, a esfera pública moderna é objeto de expectativas democráticas, o que faz com que diferentes atores e instituições busquem se apresentar como suportes do debate. Em outras palavras, o fato de esse espaço não possuir sustentáculos evidentes, mas permanecer como um ideal vital nas democracias representativas, dá margem para diferentes instituições se candidatarem ao posto de suportes das deliberações coletivas. Portanto, mais do que uma realidade objetiva ou uma ficção política, a esfera pública deve ser entendida como um *status* a ser reivindicado.

Entender a esfera pública como um *status* reivindicado permite investigar a atuação da mídia num dado contexto sem, contudo, adotar uma postura que alimenta expectativas apriorísticas em relação à sua suposta missão republicana. A ideia do público como um *status* joga luz sobre o modo como jornais mobilizam concepções da esfera pública para se legitimarem enquanto pilares da democracia. Nesse sentido, é menos importante estabelecer se uma esfera pública existe ou não e mais relevante compreender como a imprensa se baseia em certas concepções de debate público para produzir uma imagem de si capaz de justificar a sua atuação política.

Ao reivindicarem tal prerrogativa, os operadores da imprensa recorrem a procedimentos retóricos para apresentar uma dada cobertura como imparcial, isenta, objetiva, neutra etc. Todavia, as funções democráticas atribuídas à imprensa não servem somente como gramáticas para sua legitimação, acabando também por limitar sua atuação. E é justamente por isso que os argumentos de autolegitimação pública da imprensa não podem ser considerados meros artifícios de manipulação discursiva e ideológica. Quando a imprensa enquadra em determinada problemática, ela também está produzindo um enquadramento de si ou, nos termos de Goffman, performando uma ação dramática (Goffman, 2002 [1959]).

Para entender o modo como a imprensa dramatizou o debate público em torno das ações afirmativas raciais, foi necessário analisar uma série de ênfases e saliências presentes na organização

dos conteúdos midiáticos. Para tal, a presente pesquisa se serviu de um amplo levantamento, realizado no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e coordenado à época pelo professor João Feres Júnior, orientador da tese que deu origem a este livro. O levantamento compilou todos os textos publicados pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre o tema das ações afirmativas raciais no ensino superior entre 2001 (ano da entrada do assunto na agenda midiática) e 2009 (ano da judicialização da controvérsia).

No total, foram investigados 1.831 textos de diferentes tipos. Considerando a dimensão do *corpus*, técnicas distintas de análise de conteúdo tiveram de ser compatibilizadas para delinear uma imagem da cobertura atenta ao mesmo tempo aos critérios macro e microdiscursivos de organização das narrativas midiáticas. A partir desse conjunto de textos e técnicas, foi possível determinar os traços gerais do modo como a imprensa enquadrou o tema das cotas raciais. Nesse sentido, o conceito de enquadramento (*framing*) foi fundamental para entender o processo de dramatização pública da controvérsia. Tal ideia quase sempre aponta para como os indivíduos dotam de sentido uma realidade a partir de matrizes interpretativas previamente formadas (Goffman, 1986 [1974]), enfatizando as mudanças comportamentais que essas diferentes matrizes engendram (Tversky e Kahneman, 1981). Quando aplicada aos estudos de mídia, geralmente a palavra enquadrar tem a ver com “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52).

É preciso pontuar, no entanto, que, embora venha se impondo como um instrumento central de análise do conteúdo midiático, parece patente, mesmo para o seus partidários, que o conceito de enquadramento costuma ser empregado de modo fluido e impreciso

(Entman, 1993; Gamson, 2001; Sheufele, 1999). De fato, é impossível purificar o processo de identificação de enquadramentos do subjetivismo intrínseco à interpretação de um discurso. Porém, uma série de ferramentas podem ser empregadas nesses processos. Assim sendo, proponho um protocolo de identificação de enquadramentos midiáticos baseado na combinação de Programas Computacionais de Codificação Assistida de Dados Qualitativos (CAQDAS, na sigla anglófona) com uma técnica de análise de dados categóricos chamada Análise de Correspondências Simples (ACS).

Este livro se divide em sete capítulos. O capítulo 1 discute o referencial teórico que orientou a análise das informações coletadas. Nele, proponho uma reflexão sobre o conceito de esfera pública, enfatizando como tal categoria costuma condicionar os estudos de mídia. Em seguida, a noção de esfera pública como um *status* a se reivindicar é qualificada, bem como a ideia de dramatização pública da controvérsia. O capítulo 2 enumera os passos da coleta de dados e as técnicas de análise supracitadas. Apesar de trazer elucidicações importantes para a compreensão de todo o trabalho, ele pode ser dispensado por aqueles não familiarizados com tais procedimentos ou que se interessam por questões metodológicas. O capítulo 3 apresenta os passos que constituem a técnica aqui proposta de identificação de enquadramentos midiáticos. A aplicação desse protocolo possibilitou o mapeamento de algumas características gerais dos enquadramentos editoriais e noticiosos, bem como a formalização de uma tipologia para os enquadramentos interpretativos mais recorrentes na cobertura promovida pelos dois jornais. Antes, porém, constrói-se um breve apanhado da história do conceito de enquadramento, apontando os principais problemas enfrentados na instrumentalização dessa categoria.

Passando para a análise da cobertura em si, o capítulo 4 apresenta os traços fundamentais do enquadramento noticioso que os dois jornais fizeram com relação às ações afirmativas raciais no ensino superior. Talvez o principal obstáculo metodológico para estabelecer como a imprensa enquadrou o tema seja o fato de o próprio

objeto da cobertura ter sido definido de formas distintas no decorrer dos anos. Por isso, o capítulo buscou inventariar como diferentes eventos beneficiaram determinadas acepções do tema em debate. Se num primeiro momento o assunto era tratado de forma genérica e, por isso mesmo, positiva, paulatinamente os jornais focam as modalidades de ação afirmativa racial mais específicas e polêmicas.

Paralelamente às definições e redefinições do objeto da controvérsia, o modo como os periódicos organizaram os textos publicados foi se cristalizando. O capítulo 5 trata, assim, das características fundamentais dos enquadramentos editoriais produzidos pelos dois veículos. Pode-se dizer que, entre 2001 e 2009, os dois jornais paulatinamente aderiram e difundiram uma imagem dicotômica da controvérsia das cotas. Porém, ao buscarem “ouvir os dois lados da questão”, tanto a *Folha* quanto *O Globo* cristalizaram em suas páginas a ideia de que o tema era essencialmente polêmico, uma espécie de contenda de soma zero. Por outro lado, a forma como os veículos constituíram cada um dos “lados” da controvérsia estabeleceu uma determinada estrutura de oportunidades discursivas para os atores sociais interessados na questão.

O esforço dos jornais em separar claramente a controvérsia em duas alas nublou a pluralidade interna a cada uma delas. Por isso, os dois capítulos finais se dedicam à análise dos enquadramentos interpretativos contrários e favoráveis às ações afirmativas raciais. O capítulo 6 aborda os traços marcantes dos enquadramentos favoráveis às medidas. A despeito das aparentes semelhanças léxicas, os apoiadores das ações afirmativas mobilizam princípios distintos de justiça social para fundamentar suas tomadas de posição. Nesse sentido, a polissemia e maleabilidade retórica de termos como “igualdade”, “diversidade”, “reparação” etc. possibilitou que adotassem enquadramentos muito parecidos na superfície, porém muito diversos semanticamente. Outra característica importante do modo como a imprensa lidou com os defensores das cotas tem a ver com os critérios

de recrutamento dos articulistas e informantes do jornal, parâmetros que estabeleceram um lugar de fala subalterno para eles.

O capítulo 7 trata dos enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais. A crítica às cotas possui distinções internas mais nítidas dos pontos de vista semântico e retórico. Ainda que os cinco enquadramentos interpretativos contrários possam, em tese, ser compatibilizados numa mesma abordagem, há uma forte divisão social do trabalho argumentativo. Isto é, atores com perfis sociais distintos costumam criticar essas ações de formas diferentes. Fazendo um contraponto com a dinâmica dos enquadramentos favoráveis, os dados mostram uma interação mais complexa entre as argumentações críticas às medidas e aos enquadramentos editoriais adotados pelos jornais. Pode-se dizer que um argumento específico – o da racialização – se beneficiou de uma espiral ascendente de oportunidades discursivas e, assim, conseguiu paulatinamente dominar a cobertura do tema nos dois jornais.

Seria exagero propor que o caráter controverso das políticas de ação afirmativa resultou da atuação da imprensa ou que o destino dessas medidas foi determinado por ela. Contudo, a forma assumida pela cobertura dessa questão e as respostas que ela suscitou em diversos agentes políticos sugerem que os princípios empregados pelos grandes jornais brasileiros na organização editorial desse debate foram fundamentais para incrementar a polêmica ao redor do tema e, no mínimo, atrasar a aprovação de uma lei de cotas. Tal polarização mediada se assemelha à cobertura jornalística dispensada a outros assuntos centrais na discussão política, que ganharam as páginas dos jornais depois que a questão das cotas arrefeceu. Embora escape dos objetivos deste trabalho analisar a continuidade e os efeitos desse enquadramento editorial polarizante, ele parece ser profícuo para entender a polarização política que marca as páginas de muitos jornais e os debates públicos de modo geral.

## 1. A ESFERA PÚBLICA COMO STATUS

A imprensa costuma ser vista como um dos alicerces da democracia moderna. Sem ela, os enormes contingentes populacionais das sociedades contemporâneas dificilmente poderiam se informar das questões coletivas, o que certamente inviabilizaria um debate público minimamente qualificado. Por outro lado, é difícil encontrar um só veículo de comunicação de massa amplamente reconhecido dessa forma. Tomadas individualmente, as empresas de mídia costumam ser acusadas de manipulação da opinião pública e de serem obstáculos à realização do autogoverno popular. Não é gratuito que os jornais mais lidos costumem ser também os mais odiados (Kucinski, 1998, p. 72).

Vistos em conjunto, os jornais parecem executar uma função vital para a democracia. Quando as dinâmicas jornalísticas são encaradas de perto, no entanto, torna-se mais difícil acreditar nesse discurso apologético. Surge, assim, um cenário paradoxal: no atacado, a imprensa é reconhecida como uma das instituições que viabilizam a constituição de uma esfera pública democrática; no varejo, ela é vista como um empecilho à realização desse ideal.

De certo modo, essas duas perspectivas encontram-se teoricamente formuladas nas obras de dois célebres pensadores da relação entre a imprensa e a esfera pública democrática: Jürgen Habermas (1989 [1962]) e Walter Lippmann (1998 [1922]). Embora reconheça que a imprensa pode assumir um papel manipulador da opinião pública, Habermas a vê como um alicerce da esfera pública, constituído em paralelo à própria modernidade, capaz de informar

a sociedade e viabilizar a comunicação racional entre os cidadãos sobre os desígnios da autoridade estatal. Antes de Habermas, contudo, Walter Lippmann já apontava para os limites desse gênero de aposta em relação à imprensa. Ele considerava impossível que a atividade jornalística dispensasse as técnicas retóricas de estilização e, por esse motivo, acreditava que a imprensa não passaria de uma difusora de estereótipos, cujas retóricas permitiriam, no máximo, a fabricação de consensos.

Vale grifar que, no caso de Habermas, a deliberação pública via imprensa só se torna verdadeiramente democrática quando é capaz de expurgar ou limitar a influência dos artifícios retóricos em favor de uma comunicação racional e livre. Lippmann, contudo, assevera que a imprensa não é capaz de abrir mão de técnicas retóricas e, portanto, sua existência cria mais obstáculos do que viabiliza um debate público verdadeiramente democrático. Apesar das divergências, os dois autores trabalham com uma mesma visão das retóricas midiáticas, entendidas como artifícios persuasivos de manipulação discursiva incompatíveis com os valores democráticos.

Os juízos sobre a imprensa permanecerão polarizados caso não se recorra a um entendimento menos estreito das técnicas discursivas utilizadas pelos seus operadores. Essas técnicas possibilitam à imprensa chamar a atenção dos agentes políticos para determinados problemas e, ao mesmo tempo, colocar-se como principal esfera de debate desses mesmos temas.

Para entender como isso acontece, é preciso questionar a ideia de esfera pública, tanto como espaço concreto de deliberação quanto como simples ficção. Em vez de buscar transcender essa aporia, é preciso aceitar o caráter paradoxal da esfera pública moderna. De um lado, ela é um dispositivo fundamental para o bom funcionamento da democracia representativa, que permanece incentivando grupos a se organizarem com o intuito de transformarem seus ideais em bandeiras de toda a coletividade. Por outro, não existem instituições ou espaços sociais que suportem de forma

clara e inequívoca essa esfera: as fronteiras e suportes desse público são de difícil identificação. Como percebeu John Dewey, o público é um ideal com decorrências práticas palpáveis, mas, simultaneamente, uma realidade opaca (Dewey, 1991 [1927]).

Contudo, é justamente essa condição paradoxal que abre caminho para diferentes instituições – em especial, a mídia – reivindicarem o posto de pilares do debate público. Por isso, mais do que representar fidedignamente uma esfera pública mais ampla ou, ao contrário, construir artificialmente um público fictício, alguns jornais tentam, a partir de diversas técnicas narrativas, reivindicar para si o *status* de alicerces dessa esfera. E para isso, não basta agir como instituições comprometidas com determinados ideais democráticos: é necessário também que se *apresentem* como tal. Por esse motivo, esses veículos investem em técnicas discursivas e editoriais capazes de fazer com que suas coberturas midiáticas pareçam se afinar com as expectativas depositadas sobre a imprensa pela democracia liberal.

Assim, mais importante do que avaliar se a imprensa pode ou não agir de acordo com a concepção de esfera pública entronizada pela democracia liberal, é perceber como tal concepção serve de gramática para que ela construa uma imagem de si capaz de justificar sua atuação política. Para explicitar melhor esse ponto, recorrerei à ideia de ação dramaturgica, empregada por Erving Goffman (2002 [1959]). De acordo com o autor, toda uma dimensão da vida social gira em torno das técnicas empregadas pelos indivíduos para produzir uma imagem de si compatível com a *persona* que desejam expressar e com papéis sociais predeterminados. A metáfora do drama é utilizada, assim, para iluminar o conjunto de interações em que nós buscamos controlar nossas expressões corporais e verbais para adequar nossos comportamentos a papéis socialmente cristalizados. Essas técnicas discursivas tentam ajustar interesses, próprios do campo midiático, a visões de quais seriam as funções democráticas ideais da imprensa. Isso permite que os operadores da

imprensa se coloquem *acima* do jogo político e, assim, justifiquem as suas intervenções *na* política.

Todavia, as funções democráticas atribuídas à imprensa servem não somente como gramáticas para sua legitimação, mas também como parâmetros para sua avaliação e crítica. Justamente por isso, suas retóricas de autolegitimação pública não podem ser encaradas como meros artifícios de manipulação discursiva e ideológica. Antes, são guias práticos importantes para que os operadores da imprensa possam dar forma às problemáticas públicas e, sobretudo, um aspecto imparcial às suas pretensões políticas.

O que se segue está dividido em quatro seções. A primeira e a segunda discutem as concepções da relação entre imprensa e democracia produzidas por Habermas e Lippmann, evidenciando como esses autores marcaram os estudos em torno desse tema. A terceira parte pretende demonstrar como é possível escapar das falsas contradições criadas pelas duas linhagens supramencionadas, ao entender que a esfera pública moderna possui uma condição em si paradoxal.

A opacidade da esfera pública, combinada ao seu peso normativo, dá margem para que diferentes instituições se apresentem como suportes das deliberações coletivas, dentre as quais a imprensa merece destaque. Mas, para que tal reivindicação tenha sucesso, é fundamental que os jornais sejam capazes de enquadrar determinadas questões de acordo com certos parâmetros que determinariam suas funções nas democracias representativas. Tais modelos funcionam como gramáticas para a construção de uma imagem da imprensa, seja por servirem como guias para sua atuação, seja por imporem obstáculos a ela. A quarta e última seção apresenta e discute uma tipologia das funções democráticas da imprensa que ajuda a explicar qual tipo de imagem cada jornal buscou expressar em cada momento da controvérsia.

## 1.1. A esfera pública como coisa

Quando aplicado às democracias representativas contemporâneas, o conceito de esfera pública faz referência a espaços deliberativos muito mais complexos do que aqueles existentes na pólis grega, nas repúblicas renascentistas ou nas pequenas cidades inglesas do Iluminismo. A dita “esfera pública moderna” não possui um endereço fixo como a ágora ateniense e, portanto, sua localização, fronteiras e suportes estão em constante disputa. É por isso que, desde o século XIX, tornou-se cada vez mais evidente o papel assumido pelos meios de comunicação de massa – notadamente a imprensa, o rádio e, posteriormente, a TV – na construção de um espaço comum de deliberação, equivalente funcional do público clássico.

Nesse período, autores como Robert Park ou Gabriel Tarde já chamavam atenção para o modo como a imprensa possibilita que a massa se transforme em público justamente por criar “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e na qual a coesão é totalmente mental” (Tarde, 1989 [1901], pp. 8-9). É na obra de Jürgen Habermas que encontramos a mais influente análise da formação do público moderno. Em *Transformação estrutural da esfera pública*, o sociólogo alemão argumenta que a esfera pública burguesa surgiu a partir de diversas transformações coincidentes com a transição para a modernidade. Num primeiro ponto, o desenvolvimento da prensa de tipos móveis possibilitou a difusão de informações mercadológicas (preços, estoques, cotações etc.) para além do controle estatal, viabilizando a autonomização em relação ao Estado de um mercado e, destarte, de uma sociedade civil burguesa (Habermas, 1989[1962], pp. 18-21). Contudo, ao disputar o controle desse mercado subordinado, o Estado passa a instrumentalizar os meios de comunicação para a divulgação das normatizações oficiais, criando uma zona de contato entre a administração política e a sociedade como um todo. Segundo Habermas, essa zona paulatinamente se torna “crítica” ao

submeter os desígnios estatais ao julgamento da sociedade burguesa. Para que essa crítica social direcionada à autoridade se institucionalizasse, bastou à sociedade “apenas mudar a função do instrumento que ajudou a administração estatal a tornar a sociedade um assunto público num sentido específico – a imprensa” (Habermas, 1989 [1962], p. 24). É aqui que a imprensa passa a ser utilizada para a edição dos primeiros panfletos políticos, os quais buscavam informar um público mais amplo das arbitrariedades das ações estatais, submetendo-as ao escrutínio popular.

A expansão pregressa de um público consumidor de literatura foi fundamental também nesse processo de formação de um contingente de leitores cultos capazes de acessar, deglutir, difundir e, sobretudo, criticar informações políticas (Habermas, 1989 [1962], p. 51). É nos salões, nos cafés e nas sociedades de comensais da Europa central que essa burguesia culta se reúne para debater assuntos políticos (Habermas, 1989 [1962], p. 35). Segundo Habermas, esse novo espaço social torna-se a esfera pública burguesa, ou seja:

[...] uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público; [que] reivindicam esta esfera pública, regulamentada pela e contra as autoridades públicas, de modo a debater com elas as leis gerais que governam as relações na esfera de circulação das mercadorias e do trabalho social, relações essencialmente privadas mas publicamente relevantes (Habermas, 1989 [1962], p. 27).

As regras de funcionamento da esfera pública refletem o seu processo de formação. A primeira delas, talvez a mais importante, é a de que os seus desígnios são formados a partir da discussão racional entre os burgueses que suspendem, ainda que temporariamente, as suas desigualdades materiais. A opinião pública, unificada nesses contextos de debate, pretenderá racionalizar a política a partir da descoberta da verdade moral via discussão racional informada pela

imprensa. Ela se torna, assim, a destinatária e a controladora das ações estatais, possibilitando à burguesia transformar-se na primeira classe a dominar socialmente sem necessariamente assumir o poder político direta e oficialmente (Habermas, 1989 [1962], pp. 96-103).

Embora a maior parte do livro apresente uma visão elogiosa da esfera pública burguesa, os capítulos finais são mais ambíguos. Neles, Habermas considera que as bases do público estariam sendo minadas com o advento da sociedade de massas, o Estado de Bem-Estar Social e a mercantilização da comunicação. Ademais, a separação entre Estado e sociedade se tornaria mais complexa e se dissolveria, seja porque as empresas capitalistas se desenvolvem a ponto de deixarem de pertencer estritamente ao mundo privado, seja porque a administração estatal passa a regular a sociedade a ponto de colonizá-la. Além disso, a expansão do mercado de bens culturais e a mediatização do entretenimento estariam subtraindo as pessoas das esferas públicas propriamente culturais (Habermas, 1989 [1962], pp. 141-60). Em grande medida, é a transformação dos meios de comunicação de massa que teria tornado a opinião pública uma instância meramente receptora de conteúdos e, por isso, manipulável. Nesse cenário, o público como base jurídica de legitimação do Estado deixa de ser identificável e a sua formação deixa de obedecer às regras que lhe garantiam legitimidade: a discussão racional, aberta e livre entre (poucos) cidadãos (Habermas, 1989 [1962], p. 238).

A visão de Habermas sobre a esfera pública foi notabilizada não somente pelo seu pioneirismo, mas também pela quantidade de críticas que suscitou. A relativa abertura do público burguês foi contestada por autores que apontaram o seu fechamento para mulheres, operários e membros de minorias étnicas (Negt e Kluge, 1993; Ryan, 1993); o suposto caráter racional, universalista e igualitarista de seus debates também é alvo de críticas (Eley, 1993); bem como o elogio feito por Habermas à nítida separação entre Estado e sociedade (Fraser, 1993). Essas e outras críticas levaram-no a rever

seus apontamentos em diferentes textos. Porém, somente décadas depois da publicação de *Transformação Estrutural*, ele expôs, de forma sistemática, uma nova teoria da esfera pública, incorporando ao conceito não apenas algumas das críticas, mas também muitos dos princípios que desenvolveu na sua teoria da ação comunicativa (Habermas, 1989).

De conceito histórico, com algumas pretensões sociológicas, a esfera pública passa a ser tratada nesse novo momento como um projeto normativo cujo potencial pode ser detectado em diferentes contextos sociais. Ela também deixa de ser identificada como uma experiência histórica restrita para ser vista como “um fenômeno social elementar” (Habermas, 1997 [1992], p. 92) e que, por isso, “não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização”, pois “se caracteriza através de horizontes abertos permeáveis e deslocáveis [...] implicando apenas o domínio de uma linguagem natural” (Habermas, 1997 [1992], p. 92).

Em outros termos, a esfera pública passa a ser encarada como uma modalidade de comunicação: “qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimentando-se num espaço público, constituído através da linguagem” (Habermas, 1997 [1992], p. 94). Por isso, ela pode emergir das situações mais diversas, desde um simples encontro de bar (esfera pública episódica) até a comunicação mediada pelos meios de massa, formando o que Habermas denomina de “esfera pública abstrata”, passando por contextos comunicativos mais estruturados como “concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas” e produzindo uma esfera pública da presença organizada (Habermas, 1997 [1992], p. 107).

Mais que um instrumento de divulgação, a mídia desponta em *Direito e democracia* (Habermas, 1997 [1992]) como uma esfera pública em si. Sua função não é tanto informar a sociedade, mas sobretudo representar abstratamente o debate público. Não obstante sua estrutura seja profundamente hierarquizada entre um palco con-

trolado pelos operadores da mídia e uma plateia receptiva, “os processos públicos de comunicação são tanto mais isentos de distorções quanto mais estiverem entregues a uma sociedade civil oriunda do mundo da vida” (Habermas, 1997 [1992], p. 108). As reconsiderações em torno da mídia contidas nesse texto suscitaram uma nova rodada de críticas. Embora o conceito passe a abranger uma miríade de fenômenos etéreos, o núcleo semântico da ideia não é radicalmente alterado: ele permanece atrelado à comunicação racional livre de impedimentos e direcionada ao controle da autoridade. Mas ao termo, os retoques propostos em *Direito e democracia* fornecem uma visão muito mais glorificante da esfera pública liberal.<sup>1</sup> Se *Transformação estrutural* já apresentava um relato positivo das origens do público burguês, seus capítulos finais conferem à obra algum verniz crítico. Verniz este que praticamente desaparece dos trabalhos mais recentes de Habermas. Como corrobora Wilson Gomes:

Habermas deixa certamente espaço, ao menos verbal, para uma esfera pública que funcione antidemocraticamente e anticivicamente. Menciona, de fato, várias vezes, como possibilidade, a ‘esfera pública dominada pelos meios de massa’ ou a ‘esfera pública dominada pelo poder’. A rigor, não diz, contudo, como poderia tal coisa acontecer, se a esfera pública é escoadouro do mundo da vida, se é a representação da rede de relações por meio da qual se estabelecem as interações comunicativas básicas, se é reflexo da sociedade civil (Gomes, 2007, p. 5).

<sup>1</sup> Não é consensual que essa nova visão da esfera pública possa ser considerada “liberal”, pois está fundada no autointeresse individual, premissa fundamental do liberalismo (Gomes, 2007). Embora essa ressalva se aplique, acredito que Habermas mantém todo um conjunto de pressupostos (elogio da racionalidade, da divisão entre sociedade e Estado, da livre expressão etc.) que ainda autoriza a classificação do seu conceito de esfera pública como um desdobramento do liberalismo. Para um argumento similar, cf. Mouffe (2000, pp. 90-107).

Não é nosso objetivo discutir todas essas censuras à obra de Habermas, apenas notar que elas têm alguns pontos de contato. Tanto as críticas direcionadas à obra de 1962 quanto aquelas dirigidas à de 1992 defendem que o autor toma como descrições factuais os parâmetros ideológicos e autoproclamados da esfera pública liberal (abertura, dialogismo, igualitarismo, racionalidade, universalidade etc.). Portanto, seria essa hipóstase do ideal de esfera pública que o tornaria insensível à complexidade das retóricas midiáticas.

As pesquisas sobre o papel da mídia na deliberação pública inspiradas em Habermas podem ser criticadas por motivo muito semelhante. Ao buscarem medir o grau de deliberatividade de uma dada cobertura midiática, esses investigadores tendem a tomar apressadamente as retóricas jornalísticas como procedimentos verdadeiramente comunicacionais, coadunados, portanto, como o ideal geral de esfera pública. Wessler e Schultz (2007), por exemplo, acreditam ser possível estabelecer em que medida os meios de comunicação de massa favorecem de fato a deliberação a partir de estudos de casos concretos. Para tal, os autores produzem “medidas de deliberatividade” que incluem, por exemplo, a contabilização das visões contraditórias presentes numa mesma reportagem, a presença de justificações racionais para as eventuais tomadas de posição, ou se os principais atores envolvidos na problemática têm voz ativa.

Contudo, essas variáveis não são suficientes para aferir a qualidade da deliberação midiática. Quando se diz que determinada cobertura é enviesada – justamente por não apresentar de forma balanceada ou diversificada as vozes envolvidas –, assume-se que dar espaço igual aos envolvidos basta para refletir a realidade com precisão (Entman, 1989, p. 33). Para determinar quais vozes devem ser ouvidas quando uma problemática emerge, seria necessário delimitar as fronteiras da esfera pública como um todo. Só a partir disso seria possível estabelecer quais opiniões representativas devem ser consideradas para que a mídia produza uma miniatura da esfera pública mais ampla. Ademais, como muitas pesquisas destacam, a

inclusão de vozes subalternas nas páginas dos jornais costuma se basear em estereótipos negativos, causando mais prejuízos do que benefícios às estratégias políticas desses grupos (Entman, 2000; Norris e Shorenstein, 1997). Analogamente, a mera contabilização de uma pluralidade de justificações para uma dada posição, incluída em determinada matéria jornalística, pouco diz sobre a qualidade do debate caso o conteúdo substantivo de tais argumentos não seja avaliado.

De forma semelhante ao estudo supracitado, Rousiley Maia tenta avaliar até que ponto a deliberação na mídia se mostrou adequada quando ocorreu o referendo do desarmamento no Brasil. A partir da análise de noventa matérias jornalísticas sobre o tema, ela almeja estabelecer o grau de acessibilidade de determinados atores aos textos jornalísticos, como tais atores são caracterizados e se os argumentos mencionados vêm acompanhados de razões para sustentar suas preferências. Sobretudo, Maia quer entender se há na “deliberação midiada” graus razoáveis de responsividade, reflexividade e reversibilidade das opiniões, características essas tomadas como requisitos mínimos de uma perspectiva deliberativa (Maia, 2006, pp. 21-2).

Porém, não obstante reconheça que “o debate midiado não pode ser compreendido como embates argumentativos travados em situações em que os sujeitos encontram-se fisicamente presentes” (Maia, 2006, p. 34), a maior parte dos indicadores usados pela autora faz referência a dimensões dos debates travados em situação de mútua presença. Logo, ela também opera baseada na questionável presunção de que as discussões midiáticas devem funcionar como maquetes ou protótipos do debate público maior, sem levar em conta, porém, outros espaços para estabelecer o modo como a imprensa seleciona e, portanto, exclui vozes de seu interior.

Por tudo isso, os autores que partem de Habermas para entender os processos de deliberação mediada, pretendem avaliá-los mensurando o quanto eles representam as dinâmicas da esfera pública

como um todo. Ao contrário do que ocorre nos debates públicos clássicos, a esfera pública moderna não está ligada a espaços fixos ou identificáveis, o que dificulta determinar quão fidedigna é essa fotografia do público construída pela imprensa. Isso fica particularmente evidente quando Benjamin Page aspira a avaliar em que medida a deliberação pública via mídia é de fato bem-sucedida a partir de três estudos de caso. Para tal, ele investiga como alguns veículos de comunicação, principalmente o jornal *The New York Times*, lidaram com três polêmicas da década de 1990, sempre com o intuito de estabelecer se a deliberação mediada pode ou não ser enxergada como “bem-sucedida”. A maioria das páginas do seu *Who Deliberates?* se dedica a evidenciar como o debate construído pelo periódico está longe de constituir uma esfera pública em miniatura, como pretende o jornal. Para Page, a deliberação mediada nesses casos foi em grande monta uma *deliberação construída* a partir de artifícios editoriais.

A despeito dessas conclusões, Page nos surpreende no último capítulo ao afirmar que os casos estudados “podem ser lidos como corporificando um substancial sucesso deliberativo” (Page, 1996, p. 122). Para ele, não obstante as limitações das coberturas midiáticas estudadas, “os cidadãos ordinários têm as habilidades e motivações para classificar através das visões divergentes e escolher (ou remodelar) aquelas que fazem sentido e são úteis” (Page, 1996, p. 123). Portanto, para que a deliberação mediada seja bem-sucedida, “provavelmente *não* é necessário [...] que as visões políticas expressas pela mídia encontrem a difícil definição [...] de padrões de equilíbrio perfeitos ou ausência de vies” (Page, 1996, p. 123). Page é otimista em relação à deliberação mediada não porque ela representa a complexidade do público como um todo, mas porque o público seria competente o suficiente para preencher as lacunas deixadas pela mídia. Curiosamente, enquanto seus achados induzem a uma visão cética em relação à mídia, suas premissas normativas acabam por

injetar doses de otimismo que, a rigor, não se justificam perante suas próprias evidências.

Essas contradições sugerem que a concepção habermasiana de esfera pública apresenta problemas quando mobilizada para compreender as dinâmicas próprias da imprensa. Wessler, Shultz, Maia e Page fornecem exemplos de como o instrumental da perspectiva deliberacionista mais cega os autores para as dinâmicas empíricas da mídia do que as esclarece. De modo geral, eles tentam encaixar os debates midiáticos em medidas de deliberação forjadas para avaliar discussões em contextos de copresença. Porém, ao transporem tais categorias para uma análise das coberturas midiáticas, os autores deixam de ter em mente as profundas diferenças entre essas duas instâncias. A esfera pública de que nos fala Habermas é uma instância de difícil identificação, o que torna complexa qualquer tentativa de compará-la com a sua representação feita pela mídia em dado momento.

## 1.2. A esfera pública como ficção

O que vimos até aqui torna impossível ignorar as técnicas retóricas utilizadas pela imprensa. Por esse motivo, permanece atual a crítica do pensador político estadunidense Walter Lippmann ao ideal de um governo baseado na opinião pública por ser pouco provável que a mídia venha a constituir uma esfera pública em miniatura. Diferentemente de autores temerosos dos efeitos nocivos da dita “opinião pública” – a “ditadura da opinião” de Stuart-Mill (2008) ou o “poder desenfreado das massas” de Ortega y Gasset (2007) –, Lippmann produziu uma crítica mais radical ao tratar a ideia de um governo da opinião pública como uma mera mistificação: “essa teoria baseia-se no credo de que é o público que dirige o curso dos eventos. Eu sustento que esse público é um mero fantasma” (Lippmann, 1993 [1927], p. 67).

Para Lippmann, é factualmente impossível que o cidadão comum se mantenha informado o suficiente para opinar sobre os complexos problemas da sociedade moderna. O homem moderno “vive num mundo que ele não pode ver, não pode entender e é incapaz de dirigir” (Lippmann, 1993 [1927], p. 4), o que torna inatingível o ideal de um público composto por cidadãos soberanos e onicompetentes reunidos para deliberar sobre os problemas coletivos. E, ao contrário de certos autores elitistas, Lippmann considera essas limitações cognitivas como traços intrínsecos aos seres humanos. “Do Presidente dos Estados Unidos ao professor de Ciência Política” (Lippmann, 1993 [1927], p. 11), todos somos incapazes de agir de acordo com o ideal democrático de público.

Porém, se os comportamentos humanos são uma resposta a um pseudoambiente, isto é, às nossas visões estereotipadas da realidade, as consequências desses comportamentos são sempre sentidas pelo ambiente tal qual ele é, e não como o vemos (Lippmann, 1993 [1927], p. 15). Diante desse cenário de incapacidade generalizada, a única opção para os governos ditos democráticos seria recorrer ao auxílio de profissionais que previamente fizeram experiências com o ambiente em suas respectivas especializações, escutando suas opiniões nas questões que porventura suscitem crises políticas. Na formação desses públicos, dever-se-ia levar em conta que cada um opina melhor sobre os assuntos relativos à sua área de atuação profissional; mas, posto que até os especialistas são seres falíveis, a atuação deles deve se restringir apenas às demandas imediatas da problemática que aflige a sociedade num dado momento.

Se nem os representantes, nem os especialistas são capazes de administrar todos os problemas públicos, em quem confiar quando eles falharem? Segundo Lippmann, é somente aqui que “A Opinião Pública” – em maiúsculas – entra em cena: “o público chega no meio do terceiro ato e antes das cortinas fecharem, ficando o suficiente para decidir quem é o herói e quem é o vilão da peça” (Lippmann, 1993 [1927], p. 55). Isto é, O Público deve intervir apenas quando

os especialistas e os funcionários estatais – eleitos ou não – não forem capazes de dar um bom termo a uma crise. Sua atuação é reservada ao caso em tela e, mais importante, deve se restringir à escolha do lado da controvérsia que está certo, demarcando quem são o “herói” e o “vilão”:

Devemos assumir que um público é inexperiente e intermitente na sua curiosidade, que ele discerne somente distinções grosseiras, é despertado lentamente e rapidamente distraído; que, na medida em que ele age apenas se alinhando [a uma opinião], ele personaliza não importa o que se considere e é interessado somente em eventos que tenham sido melodramatizados como um conflito (Lippmann, 1993 [1927], p. 55).

Daí a centralidade dos meios de comunicação de massa, encarados como os principais difusores dos estereótipos do ambiente que orientarão o veredito do público quando ele tiver de ser convocado. Mais do que ninguém, os jornalistas saberiam que toda notícia deve ser estereotipada o suficiente para capturar a atenção do público-leitor. Seriam estratégias de estilização jornalística como essas que permitiriam a simplificação dos eventos, tornando as problemáticas familiares aos leitores (Lippmann, 1998 [1922], p. 347).

É comum pensar que a imprensa é o meio principal de contato do homem com a realidade. Para Lippmann, no entanto, não há absolutamente nada que justifique conferir aos jornalistas uma capacidade maior de acessá-la. Do seu ponto de vista, as notícias divulgadas são determinadas muito mais pelo tipo de relação estabelecida por cada jornal com o seu público e com a política como um todo do que com a realidade factual. Afinal, para que um fato seja transformado em notícia, ele precisa antes ser “noticiável”, isto é, passível de ser contado numa narrativa estereotipada de acordo com as limitações de tamanho e estilo próprias do texto jornalístico (Lippmann, 1998 [1922], pp. 339-45).

Nesse sentido, os meios de comunicação de massa devem guiar o público cego sempre buscando legitimar as decisões do Estado. Isso porque os operadores da imprensa não possuem nenhuma qualidade extraordinária que os qualifique a orientar a decisão pública de forma racional. A única prerrogativa da imprensa é a sua capacidade de “manufaturar o consenso” (Lippmann, 1920), para usar uma das expressões modelares do autor. Sendo assim, o público ao qual ele faz referência mantém muito pouco da versão que a tradição democrática-liberal defende. Esse público deve ser convocado a opinar somente depois da falência das soluções apresentadas pelos especialistas e, ainda assim, deve se restringir ao apoio a uma solução previamente formalizada. A função dos meios de comunicação de massa é simplificar ao máximo os problemas coletivos a ponto de permitir que o público maior possa ratificar uma das alternativas formuladas pelos especialistas, pondo fim à crise em questão. Lippmann aceita de bom grado a ideia de que a mídia manipula a deliberação pública com vistas a garantir a estabilidade política e a legitimar a autoridade.

Se, por um lado, Lippmann é atento ao papel das retóricas midiáticas na construção da imagem que temos da realidade – ou, em suas palavras, do pseudoambiente –, ele opera dentro de uma chave do que posteriormente será denominada de teoria hipodérmica da comunicação (cf. Lasswell, 2011 [1936]). De acordo com essa perspectiva, a mídia injeta nas mentes humanas de forma mais ou menos passiva os conteúdos que ela divulga. Assim, os estereótipos mais presentes se tornariam os mais vigentes nas mentes dos indivíduos, classificados aqui como consumidores autômatos de conteúdo.

As críticas a essa visão simplificadora e limitada dos processos de recepção dos conteúdos midiáticos incentivou uma série de autores que, embora sejam igualmente sensíveis às técnicas retóricas de construção da notícia, tentaram chamar atenção para a complexidade envolvida nesses processos. Ao se debruçar sobre como

os repórteres lidam com os valores jornalísticos da objetividade e da imparcialidade, por exemplo, a antropóloga da mídia Gaye Tuchman (1972) percebe que tais valores servem mais como balizas retóricas do que como princípios éticos para a prática jornalística. Segundo ela, uma série de “rituais estratégicos” são empregados para criar estruturas narrativas capazes de dar a impressão de que uma dada matéria é de fato “objetiva” ou “imparcial” e, portanto, crível, confiável. Uma das formas usadas pelos repórteres para criar esse efeito de imparcialidade ou objetividade tem a ver com o ditame jornalístico que manda “sempre ouvir os dois lados envolvidos nas questões investigadas”. O fato é que poucas problemáticas públicas têm apenas dois lados, tornando tal ideal uma falácia axiológica. Porém, ao construírem matérias com vozes bipolares, os repórteres conseguiriam justificar as suas escolhas jornalísticas, adequando-as a um padrão profissional maior. Assim, blindariam suas coberturas contra as críticas dos editores e de outros membros da redação, bem como das eventuais denúncias e dos potenciais processos judiciais originados fora das redações (Tuchman, 1972, pp. 664-6).

Noutro trabalho clássico dessa literatura, Todd Gitlin (2003 [1980]) estuda a construção da imagem midiática do movimento estudantil estadunidense da década de 1960, sempre enfatizando o modo como os jornalistas, chamados de “manipuladores de símbolos”, organizam seus discursos para manter o *status quo* e a hegemonia cultural que os sustentam. Partindo da premissa de que “a mídia se transformou num sistema para a distribuição da ideologia” (Gitlin, 2003 [1980], p. 2), ele tenta mostrar como ela contribuiu, no caso estudado, para a manutenção da hegemonia ao limitar os julgamentos da sociedade sobre o movimento estudantil a um rol predeterminado de avaliações.

Por outro lado, ele evidencia como as lógicas próprias da mídia fazem com que projetos contra-hegemônicos se tornem atrativos, mesmo tendo em vista o viés conservador dela. O interesse em produzir notícias excitantes ou bombásticas, por exemplo, faz com

que muitos desses projetos com a repulsa de certos jornalistas aos movimentos de contestação. Além disso, o fato de toda hegemonia ser construída a partir do equilíbrio entre os interesses divergentes das variadas frações da elite dirigente abre margem para que algumas demandas contra-hegemônicas possam encontrar o apoio de determinados grupos dominantes. Para Gitlin, é precisamente quando a bandeira de um movimento social consegue se enquadrar nos interesses de uma fração marginal da elite dominante que ela se torna capaz de penetrar na mídia. De todo modo, embora grupos fora do poder possam contestar a hegemonia existente, ainda assim não podem dispensar a mídia se pretendem difundir os seus projetos e, portanto, são obrigados a se submeterem às rotinas próprias desses meios (Gitlin, 2003 [1980]).

São incontáveis os autores que reproduzem esse mal-estar em relação às retóricas da mídia, classificada como instituição que corrói a vida política e a democracia (Bourdieu, 1997 e Fallows, 1997) ou que reduz a confiança depositada pelos cidadãos nas instituições públicas (Cappella e Jamieson, 1997). Porém, com maior ou menor grau de refino, eles não apenas se preocupam em indicar a indissociabilidade entre imprensa e técnicas retóricas, mas também em identificar como tais retóricas se servem de diversas gramáticas narrativas para se tornarem mais eficientes.

Se Habermas e seus seguidores tentam buscar o que há de comunicação na atuação da mídia, por outro lado, Lippmann e aqueles por ele inspirados tendem a reduzir todo o desempenho da imprensa a técnicas de dissimulação ou rituais retóricos. No caso específico desse último, isso ocorre porque ele parte da premissa de que o ideal democrático-deliberativo de debate público está condenado ao fracasso pelas próprias limitações da cognição humana, o que sentencia a imprensa à condição de manufatura do consenso. Nesse caso, é a própria impossibilidade de uma esfera pública dinâmica e autônoma que predestina a imprensa à condição de produtora de uma falsa consciência.

Tanto em Habermas quanto em Lippmann, as concepções de esfera pública determinam de que modo a atuação da imprensa deve ser entendida. De um lado, a esfera pública é qualificada como a principal base de legitimação dos regimes democráticos modernos e, para o bem destes, caberia analisar constantemente a atuação dos meios de comunicação, sempre com o objetivo de identificar quando eles deixam de espelhar as demandas da sociedade. Do outro lado, porém, a esfera pública também é opaca, sendo quase impossível determinar quais de suas demandas devem se espelhar na mídia. Nesse cenário, a imprensa não pode ser tomada como um simples canal de expressão e comunicação e a sua atuação parece indissociável das técnicas retóricas de que ela se utiliza para fabricar uma suposta opinião pública unitária.

Essas duas visões contrastantes criam um evidente paradoxo, que tem dividido a bibliografia especializada entre adeptos de uma retórica funerária, que decreta o caráter fantasmagórico do público, e aqueles que creem na vitalidade do público enquanto categoria para julgar a realidade existente (Benhabib, 2000). No entanto, de um ponto de vista sociológico, mais importante do que resolver tal paradoxo é compreender os seus efeitos práticos. A opacidade da esfera pública, combinada ao seu peso normativo, dá margem para que diferentes atores e instituições se apresentem como suportes do debate público. Em outras palavras, o fato de a esfera pública não possuir suportes evidentes, mas permanecer ao mesmo tempo como um ideal vital nas democracias representativas, abre espaço para diferentes instituições se candidatarem ao posto de suportes do debate público. Portanto, mais do que uma realidade objetiva ou uma ficção política, a esfera pública deve ser entendida como um *status* a ser reivindicado.

Nesse sentido, é menos importante estabelecer se uma esfera pública existe ou não e mais relevante compreender como a imprensa se baseia em concepções de esfera pública para produzir uma imagem de si capaz de justificar sua atuação política. Ao rei-

vindicar o posto de alicerce do debate público, a imprensa tem de se apresentar de acordo com as expectativas que as instituições das democracias liberais depositam sobre ela. Para explicitar esse ponto, é útil retomar algumas ponderações presentes na resposta de John Dewey às questões levantadas por Lippmann ainda na década de 1920. Embora não sejam suficientes para lidar com todas as aporias supracitadas, as teses de Dewey apontam para uma direção nesse sentido.

### **1.3. Uma alternativa: a esfera pública como status reivindicado**

Corroborando parcialmente a visão de Lippmann, o também filósofo estadunidense John Dewey argumenta que a magnitude demográfica e a complexidade das sociedades industriais tornam o público moderno uma entidade sem forma aparente e de difícil identificação (Dewey, 1991 [1927], p. 116). Mas, ao contrário da conclusão de seu interlocutor, para Dewey isso não implica que todas as doutrinas desenvolvidas em torno do público devam ser descartadas como meras ilusões inúteis. Isso porque a ideia de público ainda possui efeitos práticos, capacitando os indivíduos a se organizarem politicamente.

Segundo Dewey, nenhum esforço de teorização analítica pode ignorar que toda teoria política participa do objeto que ela propõe descrever, remodelando-o. Assim, conceitos políticos não podem ser reduzidos à descrição ou à simplificação de uma realidade factual. Há aqui uma crítica tanto às posturas ditas “realistas” – como a de Lippmann –, preocupadas em estabelecer a verdade objetiva dos fatos políticos, quanto às especulações excessivamente normativas que desconsideram o papel prático dos conceitos filosóficos. Contra esses dois reducionismos, Dewey tenta levar em conta o papel que as teorias políticas têm, não somente quando traduzem as características básicas de uma dada realidade, mas também como forças capazes de plasmar a prática humana:

As diferentes teorias que marcam a filosofia política não crescem externamente aos fatos que elas pretendem interpretar; elas são amplificações de fatos selecionados dentre outros fatos. Hábitos humanos modificáveis e alteráveis sustentam e geram o fenômeno político. Esses hábitos não são totalmente informados por propósitos refletidos e escolhas deliberadas – longe disso – mas eles são mais ou menos suscetíveis a eles. Contingentes humanos estão constantemente engajados em atacar e tentar mudar alguns hábitos políticos, enquanto outros contingentes humanos os suportam e os justificam ativamente. É pura pretensão, então, supor que nós podemos fixar um juízo de facto, e não levantar algumas questões de jure: a questão de por que algo é certo, a questão da legitimidade. (Dewey, 1991 [1927], p. 6)

Sendo assim, se tomados como entidades descritivas e metafísicas, os conceitos políticos fornecem, no máximo, uma fotografia momentânea e redutora das dinâmicas históricas numa dada ocasião. Sobretudo quando apresentados ao lado de artigos definidos (“a nação”, “a sociedade”, “o Estado” etc.), tais conceitos congelam uma determinada situação social e se tornam incapazes de captar o papel prático das ideias políticas. Aquilo que eventualmente se define como “a esfera pública”, por exemplo, pretende resumir uma multiplicidade absurda de ideias, ideais, práticas e momentos históricos diversos. Por mais “elegante” ou “sistemática” que essa acepção seja, ela no máximo nos dará uma imagem circunstancial do que se chama “a esfera pública” em um momento particular (Dewey, 1991 [1927], p. 8).

A partir dessas reflexões, é possível perceber que essa metafísica dos grandes conceitos induz determinados autores à polarização entre um ceticismo realista e um idealismo ingênuo. Lippmann, por exemplo, pretende avaliar se o público existe de fato e, para tal, compara a realidade à concepção clássica de público. Ao proce-

der dessa maneira, ele detecta a distância entre a teoria e a prática para, em seguida, decretar o caráter ficcional e moribundo da esfera pública moderna. Entretanto, de acordo com Dewey, Lippmann apenas estaria comparando uma realidade dinâmica com imagens simplificadas de outras esferas públicas, pertencentes a outros contextos igualmente dinâmicos. Ele não perceberia, portanto, o tipo de prática que essas concepções de público engendram.

Paralelamente, os filósofos mais normativos – entre os quais podemos incluir Habermas – costumam realçar o papel político que os conceitos filosóficos têm ao fornecerem uma descrição de uma realidade ideal, passível de ser alcançada pelos esforços humanos. E enquanto ideal plausível, a concepção de esfera pública serviria de guia para a avaliação e transformação de uma dada configuração social. Porém, por outro lado, essa defesa da relevância normativa dos conceitos e teorias políticas desconsidera o modo como eles são instrumentalizados na prática. E, ao subtraírem as ideias e os ideais da prática das pessoas, esses filósofos terminam por contribuir para que tais conceitos se tornem fetiches.<sup>2</sup>

Um conceito ou ideal serve não somente para nos guiar rumo a um futuro melhor, mas também para indicar quais soluções dar a problemas factuais. Consequentemente, entender o papel prático dos conceitos passa por levar a sério o papel que eles tiveram no passado, fazendo com que chegássemos ao estado atual de coisas. Como destaca Hildebrand, os conceitos para Dewey são importantes na medida em que funcionam como ferramentas práticas e, portanto, “a filosofia é responsável não somente pela interpretação e reconstrução de conceitos-chave, mas pelos escl-

---

<sup>2</sup> Como nota Kleinschmit (2012), algo semelhante com os usos feitos da teoria habermasiana. Em geral, os seguidores do sociólogo alemão utilizam sua teoria para determinar em que medida uma dada realidade deliberativa se adequa às exigências normativas da teoria. Porém, ao procederem assim, convertem as ideias do autor alemão em fetiches intocáveis, pois esquecem que as pesquisas empíricas deveriam contribuir para tematizar a própria aplicabilidade da teoria à prática concreta.

recimentos de como nós acabamos ocupando nossa situação atual” (Hildebrand, 2008, p. 97).

Como todo conceito, a ideia de público serve para que determinados setores resolvam problemas práticos. Para Dewey, tal formulação tem importância ao permitir que certos grupos generalizem os seus problemas para toda a coletividade, fazendo com que uma questão localizada e sem importância seja vista pelo Estado e pela sociedade como um problema público (Dewey, 1991 [1927], p. 35). Como bem notou Daniel Cefaï, Dewey não estava propriamente preocupado com os problemas da ideia de público, mas com o modo como o trabalho de problematização engendra públicos. Por isso, “a questão é menos a do ‘público e seus problemas’ que do ‘problema e de seus públicos’” (Cefaï, 2009).

Mais do que indicar um espaço social estruturado e claramente delimitável, o conceito de público funciona nas sociedades contemporâneas como um adjetivo que qualifica as demandas de determinados grupos e, sobretudo, as prerrogativas de algumas instituições. Como corroboram Daniel Cefaï e Dominique Pasquier (2003, p. 3):

Substantivo, [o conceito de público] parece apontar na direção de uma ‘pessoa coletiva’, no estatuto gramatical de sujeito ativo ou passivo, um tanto problemático de se perceber. Ele designa ‘um ser’ dotado de capacidade de se autogovernar, de deliberação ou de participação, ou de competências de recepção midiática e cultural. Adjetivo, ele qualifica a multiplicidade de registros de experiência e de atividade que se configuram depois de séculos dentro dos regimes democráticos à prova de uma semântica do público e do privado. Ele nos fala de jogos de linguagem que dão forma às provações da nossa vida cotidiana e às regras do jogo que nós respeitamos na prática daquilo que fazemos. Na forma verbal, o neologismo – ou o anglicismo – ‘publicizar’ tende a se impor para responder à dimensão dinâmica de um ‘devenir público’ ou de um ‘tornar público’.

Portanto, toda a instituição que reivindique o *status* de suporte da esfera pública tem de ter a capacidade de se apresentar como administradora de uma dada problemática. Dewey já estava atento para o papel da imprensa ainda nos anos 1920 nesse processo de publicização dos problemas sociais. Porém, ele tende a reduzi-la a um instrumento, uma ferramenta a qual os grupos sociais deveriam recorrer para se fazerem ouvir (Dewey, 1991 [1927], pp. 179-81). Todavia, o fato é que nem na época de Dewey, e muito menos hoje, a imprensa pode ser entendida como uma mera ferramenta ou instrumento. A despeito das diferentes nomenclaturas, é razoavelmente consensual na literatura especializada que a imprensa forma um sistema relativamente autônomo, com regras, rotinas, estruturas, conflitos e interesses que lhe são próprios (Hallin e Mancini, 2004; Luhmann, 2000 [1996]; Noelle-Neumann, 1973; Thompson, 1995 [1988]).

Além de constituir um campo social autônomo, a imprensa ainda concentra grande parte dos meios de publicização das questões sociais. Em geral, os problemas só se tornam problemas públicos quando frequentam as páginas dos jornais ou outros veículos de comunicação de massa. Isso ocorre não somente pelo alcance direto e indireto das matérias de jornal, mas sobretudo por causa do reconhecimento social de que a imprensa goza nas democracias contemporâneas. O fato de a imprensa ser presumida como um alicerce da esfera pública a autoriza a influenciar na construção das problemáticas da agenda pública. Mais importante que isso, a autoriza a reivindicar o posto de esfera pública de debate dessas problemáticas.

É justamente por esse motivo que a concepção liberal de esfera pública funciona como uma espécie de gramática, a qual os operadores da imprensa – ou seja, diretores, editores, jornalistas e colaboradores – podem recorrer para sua autolegitimação enquanto alicerce da esfera pública. Parafraseando Cefaï e Pasquier,

a concepção de esfera pública entronizada pela democracia liberal fornece a “semântica” para que a imprensa se “publicize”.

Não é gratuito, portanto, que o discurso de autolegitimação da imprensa continue “falando de opinião pública, liberdade de imprensa e de interesse público praticamente no mesmo sentido em que essas categorias eram usadas há duzentos anos” (Gomes, 2009, p. 76). Para se autolegitimar como esteio do debate público, a imprensa tem de ser capaz de se apresentar para sua audiência de acordo com as expectativas que a concepção liberal de esfera pública deposita sobre ela. Tal concepção fornece assim as balizas necessárias para que cada jornal produza uma imagem de si capaz de justificar seu engajamento nas questões políticas.

Evidentemente, ao reivindicar a prerrogativa de pilar dos debates públicos, os operadores da imprensa recorrem a procedimentos retóricos que visam apresentar uma determinada cobertura como imparcial, isenta, objetiva, neutra etc. Muitos deles, aliás, já fazem parte das mais arraigadas rotinas de produção da notícia. Todo jornalista e editor sabe – ou ao menos deveria saber – da necessidade de se separar textualmente juízos de valor e juízos de fato, sempre que possível ouvir os lados envolvidos na questão em tela, ou citar diretamente a voz dos envolvidos na questão em vez de parafrasear seus discursos. Obviamente, essa “etiqueta” da imparcialidade jornalística, presente até hoje na maioria dos manuais de jornalismo (Hohlfeldt, 2001), está longe de realizar um ideal deliberativo de esfera pública, como parecem crer alguns deliberacionistas. Porém, ela também não pode ser reduzida a um mero ritual utilitário.

Não é o objetivo aqui destacar as insuficiências ou apontar as potencialidades do modo como jornalistas e editores procedem para realizar o ideal da imparcialidade. Uma enorme bibliografia, que em parte já se discutiu nas páginas anteriores, se dedicou a essa tarefa de forma quase exaustiva. Diante disso, é mais produtivo entender que a imparcialidade jornalística deve ser vista também

como uma competência prática. Para que a imprensa possa vencer uma dada audiência de que está realizando a missão política, depositada sobre ela pela democracia liberal, seus operadores têm de ser capazes de apresentar as coberturas jornalísticas como imparciais.

A funcionar como parâmetro para a atuação de editores e jornalistas, a concepção liberal de esfera pública possibilita à imprensa se autolegitimar, mas também constrange sua atuação. Mesmo que tais constrangimentos pareçam insuficientes de um ponto de vista normativo, eles não podem ser reduzidos a meros simulacros, sob o prejuízo de não se entender os processos de autolegitimação da imprensa. Por essa razão, os processos de autolegitimação institucional dependem de um conjunto de ações muito próximas daquelas denominadas por Erving Goffman de “ações dramáticas”. É verdade que, na maior parte de seus escritos, Goffman enfoca as ações individuais, e não o processo de construção de imagens institucionais. Porém, acredito ser possível tomar emprestado algumas de suas ponderações para melhor compreender de que modo as instituições, como a imprensa, constroem uma imagem de si que é, ao mesmo tempo, útil aos projetos políticos de seus operadores e condizente com o imaginário social existente sobre elas. Além disso, esse conceito ajuda a entender como a concepção de esfera pública entronizada nas democracias liberais potencializa a atuação política da imprensa ao mesmo tempo em que a limita.<sup>3</sup> Enxergar a imprensa como um campo que *informa* o público fornece a elas a autoridade necessária para que ela *forme* um público.

Com o conceito de ação dramática, Goffman quer chamar atenção para o fato de os indivíduos buscarem imprimir na-

---

<sup>3</sup> Alguns anos antes de falecer, o próprio Goffman fez uma utilização de seus conceitos para a análise de imagens públicas divulgadas pela imprensa em *Gender Advertisements* (1979), na qual ele investigou o modo ritualístico com que homens e mulheres eram representados na publicidade comercial estadunidense.

queles com quem interagem uma dada imagem de si. Apesar de uma parte da impressão que os outros têm de nós depender de características que não podemos dominar (nossa aparência, cor, gênero ou beleza, por exemplo), uma grande porção da nossa expressividade pode ser controlada. É possível controlar desde o tom de voz e o vocabulário pelo qual nos expressamos até os gestos e maneirismos corporais, por exemplo. Nesse sentido, as ações dramáticas sublinham a “maneira pela qual o indivíduo apresenta [...] a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais ele dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer enquanto realiza seu desempenho diante delas” (Goffman, 2002 [1959], p. 9).

Importa destacar que as ações dramáticas não podem ser reduzidas a meras simulações. Em primeiro lugar, a máscara social que procuramos construir para nós pretende sintetizar as qualidades que acreditamos possuir e, portanto, “ela representa a concepção que formamos de nós mesmos, o papel que nos esforçamos por chegar a viver” (Goffman, 2002 [1959], p. 27). Obviamente, é possível simular, vez ou outra, algumas características e habilidades que não possuímos. Mas isso não quer dizer que todas as ações dramáticas sejam performances falsas. A rigor, boa parte das nossas qualidades resulta de performances bem-sucedidas. Esse é o caso, por exemplo, das pessoas vistas como bem articuladas ao falar. Aqui, a qualidade da personalidade é idêntica ao sucesso obtido pela pessoa em questão ao dominar com fluência suas expressões verbais.

Em segundo lugar, enquanto maneira de controlar a imagem que os atores querem expressar, a ação dramática costuma se basear em comportamentos idealizados como arquetípicos. Quando um médico pretende se apresentar enquanto tal, mas está fora de seu ambiente de trabalho e desprovido de qualquer símbolo que o identifique (o jaleco ou o estetoscópio, por exemplo), ele pode tentar moldar suas expressões de acordo com o que pensa

ser o comportamento modelar de um médico. Baseado nisso, enfatizará os trejeitos e maneirismos facilmente identificados pelas pessoas comuns como próprios de um médico. Logo, quando um indivíduo se apresenta perante outros, “seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até mesmo mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (Goffman, 2002 [1959], p. 41).

Curiosamente, é aqui que a ideia de ação dramaturgica encontra outro conceito goffmaniano, empregado de forma intensiva nos estudos de mídia: a ideia de enquadramento (*framing*). Desde a década de 1980, investigadores como Gaye Tuchman, Todd Gitlin, William Gamson, Robert Entman e muitos outros recorrem à noção de *framing* para descrever os processos de construção e difusão dos conteúdos midiáticos. De modo geral, Goffman utiliza o conceito para fazer referência aos “princípios de organização” que os atores usam para construir definições para uma determinada situação. São esses princípios que possibilitam a organização da experiência, permitindo aos atores sociais impor uma ordem simbólica ao caos que é a realidade.

O conceito de enquadramento é aplicado aos estudos da mídia com o intuito de captar os processos de seleção e ênfase intrínsecos à produção de definições para uma dada problemática. Nesse sentido, enquadrar implicaria “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de tal modo a promover uma definição particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendações de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52). Nos termos de Gamson e Modigliani, um enquadramento midiático é uma “ideia organizadora central ou uma linha narrativa que dota de significado um conjunto de eventos que se desdobram, tecendo uma conexão entre eles” (Gamson e Modigliani, 1987, p. 143).

As potencialidades e os problemas da noção de enquadramento enquanto instrumento metodológico para o estudo dos

textos midiáticos serão discutidos no capítulo 3. Por ora, basta destacar que o extensivo emprego da categoria vem ignorando insistentemente a relação estabelecida por Goffman entre os enquadramentos e as ações dramáticas. Apesar da qualidade de muitos dos estudos que mobilizam a categoria, tal negligência contribui para que a ideia de enquadramento se reduza a um mero instrumento de descrição do que é publicado pela mídia, destituindo a concepção de boa parte de seu potencial explicativo.

Em muitas passagens de *Frame Analysis*, Goffman afirma que os enquadramentos devem ser entendidos como roteiros para o conjunto das ações performadas cotidianamente pelos indivíduos. Nos seus termos, “a relevância mais profunda [dos enquadramentos] é que eles proveem uma maquete da vida cotidiana, um conjunto de *scripts* de fazeres sociais não formalizados” (Goffman, 1986 [1974], p. 10). O conceito de enquadramento faz referência aos arquétipos utilizados pelos agentes para dar forma a uma dada expressão de nós mesmos. Enquadramentos funcionam assim como roteiros aos quais recorreremos para enquadrar nossa própria expressão e, portanto, nossa própria identidade.

Quando aplicado a uma instituição ou organização social, como as empresas de mídia, o conceito de ação dramática chama a atenção para os recursos que elas empregam para produzir uma imagem pública de si. No caso específico da imprensa, essa imagem depende quase completamente da maneira como jornalistas e editores enquadram os conteúdos publicados nas páginas dos jornais. Logo, *ao enquadrar um certo tema, a imprensa está também tentando enquadrar uma imagem de si.*

O conceito de dramatização pública serve tanto para enfatizar a intenção das empresas de comunicação e dos jornalistas – no sentido de controlar a imagem que as pessoas terão da imprensa e do jornalismo como um todo – quanto para ressaltar o recurso a determinados roteiros capazes de realizar tal intenção. Com ele, chama-se a atenção para os procedimentos que a imprensa empre-

gou para organizar as discussões em torno das ações afirmativas raciais com o intuito de controlar sua imagem, apresentando-se como uma instituição comprometida com os valores públicos. Para tal, os operadores da imprensa usaram como parâmetro algumas concepções de quais seriam as funções democráticas da imprensa na esfera pública moderna.

Esses modelos não apenas permitem que os editores e jornalistas formatem uma face para a imprensa, como também limitam sua atuação a essa persona pública. Ao construir uma imagem para si, cada jornal acaba produzindo um parâmetro para que a audiência possa avaliar sua atuação. Caso eles optem por agir em contradição com os valores que aparentam obedecer, devem no mínimo escamotear os traços de suas coberturas capazes de desvelar tal contradição. Logo, uma vez estabilizada uma autoimagem institucional, tal imagem se converte num condicionamento para as ações da imprensa.

Nesse sentido, as gramáticas de justificação pública da imprensa se aproximam das ideologias de legitimação do capitalismo, tal qual tratadas por Boltanski e Chiappello. Segundo os autores, cada fase do capitalismo dependeu de uma determinada ideologia de legitimação capaz de justificar a acumulação do capital e, assim, engajar os indivíduos nos processos de reprodução capitalista. No entanto, seria equivocado tomar esses “espíritos do capitalismo” como meras “demonstrações de boas intenções, ‘pudores espiritualistas’ ou ‘superestruturas’, como suporia uma abordagem marxista das ideologias” (Boltanski e Chiappello, 2009 [1999], p. 58). Essas ideologias de justificação não só viabilizam a legitimação da acumulação e, portanto, a acumulação em si, mas também a condicionam, fazendo com que “nem todo lucro seja legítimo, nem todo enriquecimento seja justo, nem toda acumulação, mesmo grande e rápida, seja lícita” (Boltanski e Chiappello, 2009 [1999], p. 59, com modificações).

Da mesma forma que as ideologias legitimadoras do capitalismo impõem determinados condicionamentos à acumulação capitalista, os ideais de esfera pública impõem injunções à cobertura jornalística. Ao estabelecer que a mídia deve ser uma instância imparcial e objetiva, por exemplo, a concepção moderna de esfera pública obriga os operadores da imprensa a tomarem uma série de precauções antes de defenderem uma perspectiva parcial em relação a alguma questão. Ao mesmo tempo, ao determinar que a mídia deve ser um canal de livre expressão da sociedade civil, a concepção liberal de esfera pública obriga os jornais a se abrirem, ainda que minimamente, a vozes exteriores às redações.

Não deixa de ser temerário, todavia, aplicar a uma análise da atuação de jornais um conceito cunhado e costumeiramente relacionado a ações estritamente individuais. Isso pode conduzir ao pensamento equivocado de que os jornais funcionam de forma monolítica quando, na verdade, a imprensa é atravessada por tensões e disputas. As diretrizes assumidas por um dado jornal resultam das complexas relações que jornalistas, editores, empresários, anunciantes, leitores, comentaristas etc. estabelecem entre si. Portanto, um jornal não é um ator, mas o resultado da articulação e das tensões entre um conjunto amplo de atores.

Por tudo isso, o controle que os editores têm dos enquadramentos midiáticos é sempre parcial. Mais importante ainda, o fato de ninguém num jornal concentrar todo o poder necessário para gerir tudo o que é publicado é uma das condições de justificação da atuação da imprensa. Um jornal que pretende se apresentar como um fórum de debate, por exemplo, deve dar provas de que é razoavelmente poroso às vozes exteriores às redações, que representam opiniões distintas das linhas editoriais. De modo análogo, para se apresentar como um canal de livre expressão jornalística, todo jornal precisa manter um corpo mais ou menos diverso de repórteres.

O capítulo 3 discute como a imprensa “enquadra” uma polêmica, enfatizando o caráter sempre incompleto do controle

que os editores têm do que é publicado. Antes, porém, é necessário sistematizar quais modelos de justificação a concepção liberal de esfera pública disponibiliza para a imprensa. A democracia representativa apresentou-se ao longo do tempo sob várias formas e, conseqüentemente, atribuiu à imprensa funções diversas em cada momento. Apesar de historicamente condicionados, nada impede que cada um desses modelos seja utilizado no presente como um roteiro para as ações dramáticas da imprensa. Soma-se a isso o fato de diferentes movimentos de crítica à democracia terem produzido outras visões do papel democrático da imprensa que podem igualmente ser instrumentalizadas por seus operadores.

#### **1.4. Modelos normativos para a atuação política da imprensa**

Embora a concepção liberal de esfera pública forneça aos jornais um norte para a produção de uma autoimagem comprometida com valores democráticos, ela não pode ser encarada como uma ideologia monolítica que prescreva uma função unívoca para a imprensa. A depender do estado em que se encontra um dado sistema político, a imprensa deve assumir diferentes posturas para realizar as missões democráticas depositadas sobre ela. Justamente por isso, os jornais têm à disposição uma pluralidade limitada de modelos para sua atuação política.

Como defende Bernard Manin, cada fase do governo representativo se baseou em arranjos institucionais particulares, dentro dos quais a imprensa assumiu, ou pretendeu assumir, funções específicas. Na sua tipologia tripartite, a “democracia parlamentarista” teria transformado a imprensa numa espécie de órgão de informação dos cidadãos, enquanto a “democracia de partidos” a converteu numa ferramenta instrumentalizada pelos partidos para a disseminação das ideologias políticas. Somente nas “democracias de plateia” é que a imprensa passaria a ocupar o posto de palco ou fórum dos conflitos políticos (Manin, 2002 [1997]).

A análise da formação histórica do governo representativo de Manin ajuda a entender como cada um dos momentos da democracia liberal produziu diferentes gramáticas de justificação pública da atuação política da imprensa. Contudo, ao atrelar tais gramáticas a arranjos institucionais específicos, o autor ignora que essas diferentes funções ideais atribuídas por cada arranjo institucional podem ser recuperadas no presente para legitimar a imprensa. Mesmo que períodos históricos particulares demandem comportamentos específicos da imprensa, nada impede que ela se sirva de discursos de legitimação provenientes de momentos passados. Aliás, como já destacou Wilson Gomes, “por uma estranha e inquietante inércia discursiva” (Gomes, 2009, p. 76), os valores próprios dos primórdios do liberalismo permanecem sendo evocados pelos discursos de autolegitimação do jornalismo.

Portanto, compreender como a imprensa se autolegitima enquanto pilar do público passa por considerar que as gramáticas de justificação às quais ela recorre não estão fixas em determinados momentos históricos. Uma forma de escapar desse reducionismo é ter em mente que diferentes teorias da democracia tendem a conferir à imprensa funções ideais específicas. Como foi visto, a ideia segundo a qual a imprensa deve funcionar como um fórum ou ágora é uma premissa de base dos teóricos da deliberação mediada (Bohman, 2000; Chambers, 2009 e Page, 1996). Defensores de uma visão pluralista e concorrencial da democracia tendem a adotar a ideia de que a imprensa deve informar à coletividade sobre as questões políticas (Dahl, 2001, p. 204). Outros autores defendem que a imprensa moderna tem uma vocação natural de se opor à autoridade constituída, função que poderia ser útil dentro de um sistema de pesos e contrapesos caso sua atuação seja comedida (Huntington, 1982, p. 102).

Essas tentativas de estabelecer qual é ou deveria ser a função da imprensa nas democracias liberais são incompletas porque não levam em conta que ela pode assumir diferentes papéis, a depen-

der do contexto político e social em que está incrustada, e que os jornais têm de construir uma imagem pública de si. Essas faces que a imprensa tenta construir são importantes não só porque podem escamotear os elementos condenáveis de sua atuação, mas especialmente porque traduzem suas pretensões políticas num dado momento.

Por esse motivo, é de grande utilidade heurística a tipologia das diferentes funções ideais atribuídas à mídia proposta por Le Bohec. A partir de um estudo que inventariou as expectativas morais depositadas sobre a imprensa por teóricos da democracia, agentes políticos, jornalistas e editores, o autor defende que normalmente se atribui a ela funções democráticas arquetípicas. A vantagem dessa tipologia é que ela leva em conta os discursos de autolegitimação em diferentes períodos históricos e, sobretudo, não atribui à imprensa uma função deduzida de um corpo teórico específico. Trata-se, portanto, de uma tipologia plural, que escapa de reduções historicistas ou teóricas, baseada em cinco tipos ideais:

1. *A imprensa como fórum-ágora da democracia*: de acordo com esse ideal, a imprensa é a instituição responsável por fornecer um espaço virtual para a realização dos debates que dizem respeito ao destino da coletividade. Esse espaço abrigaria os representantes da opinião pública e as suas tomadas de posição da forma mais imparcial e neutra possível. Tais debates teriam como meta influenciar as decisões políticas, tanto no sentido de legitimá-las quanto no de criticá-las. O principal valor jornalístico aqui não é propriamente a objetividade, mas a imparcialidade no tratamento das problemáticas públicas. Como bem nota Le Bohec, essa concepção do papel ideal da imprensa expressa as expectativas dos ideais deliberativos de democracia (Le Bohec, 1997, pp. 121-24), algumas delas discutidas anteriormente;

2. *A imprensa como órgão de expressão dos partidos ou grupos de interesse*: neste caso, parte-se de um entendimento concorrencial de democracia, cético em relação à existência de instituições capazes de se desprenderem de seus interesses. O jogo democrático é reduzido à negociação de interesses e, por isso, a única função que a imprensa pode desempenhar é a de braço das forças políticas ativas. Mais do que uma instituição dotada de alguma autonomia relativa, a imprensa é encerrada dentro do jogo político (Le Bohec, 1997, pp. 124-6);
3. *A imprensa como serviço público de informação*: o papel da instituição neste caso seria o de garantir aos cidadãos a maior quantidade e diversidade possível de informações sobre as problemáticas que eventualmente surgem. Porém, ela deve exercê-lo em cooperação com os políticos e o Estado, não em oposição a estes (Le Bohec, 1997, pp. 126-9). Diferentemente do ideal da imprensa enquanto fórum-ágora, aqui os jornais não constituem esferas virtuais de debate. Eles apenas fornecem às esferas reais de discussão as informações necessárias para que elas deliberem;
4. *A imprensa como canal de livre expressão jornalística*: nesta categoria, trata-se de um dispositivo por meio do qual os jornalistas podem se expressar livremente, sem temer retaliações do poder. Enquanto no arquétipo da imprensa como fórum-ágora os cidadãos são vistos como agentes políticos competentes, no caso da imprensa como dispositivo de livre expressão, o agente competente é o jornalista, único independente da “ditadura da opinião pública”. Somente os jornalistas seriam treinados para produzir interpretações objetivas da realidade num curto espaço de tempo, tal qual demandam as rotinas midiáticas (Le Bohec, 1997, pp. 130-2);

5. *A imprensa como um contrapoder*: desta perspectiva, ela seria o “cão de guarda da democracia” e, portanto, teria uma missão natural de oposição ao poder. O valor da objetividade só poderia ser realizado caso os operadores nutrissem uma constante suspeita em relação às aparências criadas pelos agentes políticos para escamotear o que está por trás de suas negociações. Sua independência do jogo político possibilitaria e encorajaria tal autonomia. Atuar como um contrapoder implica não somente se opor às investidas autoritárias do Estado, mas dos partidos políticos e de toda e qualquer autoridade com supostas pretensões totalitárias (Le Bohec, 1997, pp. 132-3).

Essa tipologia fornece uma esquematização das gramáticas de justificação a que a imprensa pode recorrer para se apresentar perante seus leitores ao enquadrar o tema das cotas. Portanto, serve de guia heurístico para caracterizar de que modo a imprensa se apresenta publicamente em cada momento da controvérsia. Contudo, a tipologia de Le Bohec é deficiente por não levar em conta o peso diferencial que cada uma dessas gramáticas tem na contemporaneidade. Isso porque na democracia de plateia, tal qual definida por Manin, existe pouco ou nenhum espaço para que a imprensa – ou, ao menos, a sua parte mais poderosa – justifique sua atuação política enquanto instrumento de um partido político qualquer.

O advento da imparcialidade como ideal jornalístico e a consequente crise de legitimidade dos partidos políticos fez com que a concepção de imprensa como órgão partidário se tornasse mais uma categoria de acusação. Os capítulos que se seguem tentarão evidenciar como essas gramáticas de justificação foram fundamentais para que a imprensa promovesse uma determinada imagem de si ao enquadrar o tema das ações afirmativas raciais. Diante das especificidades da justificação política dessa instituição na contem-

poraneidade, no entanto, o modelo da imprensa enquanto órgão de partido se resume a uma gramática para criticar sua atuação.

É justamente por isso que, como veremos, a adoção do modelo fórum-ágora por parte da imprensa durante a controvérsia das cotas não somente possibilitou que ela reivindicasse o *status* de principal esfera de debate da questão, mas também abriu margem para que vários atores denunciassem a parcialidade dela em relação à política. Ao tentarem se apresentar como esferas públicas imparciais, mas tendo admitido em seus editoriais uma posição contrária às ações afirmativas raciais, os jornais estudados foram impingidos a obedecer aos condicionamentos narrativos impostos pela própria gramática moral que esposaram.

Ao discutir o conceito de enquadramento, o capítulo 3 apresenta, em linhas gerais, os critérios de produção e organização editoriais que possibilitam a um jornal se apresentar de acordo com um ou mais modelos ideais de imprensa. Isso é feito a partir de diferentes procedimentos, como a escolha dos tipos de textos que tratarão da problemática (reportagens, editoriais, artigos de convidados, colunas fixas etc.); a inclusão/exclusão das vozes que podem falar sobre o tema e o tipo de argumentação que cada uma delas porta; a demarcação de quais visões terão mais espaço nas edições do jornal etc. São os modelos existentes para a atuação da imprensa que permitem entender as razões subjacentes a cada forma de enquadrar o tópico das ações afirmativas raciais nos jornais estudados.



## 2. NOTAS METODOLÓGICAS

As pesquisas empíricas sobre os conteúdos publicados pela imprensa são tão antigas quanto a própria Ciência Social. Já no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia em Frankfurt, realizado 1910, um dos fundadores da Sociologia, Max Weber, via na imprensa “um tema de enorme importância geral” que ajudará a estabelecer “que aspecto tem o público na atualidade e que aspecto terá no futuro” (Weber, 2002 [1910], p. 186). Analogamente, a institucionalização da Ciência Política estadunidense esteve intimamente relacionada aos estudos de opinião pública, muitos dos quais se dedicaram aos processos sociais de “formação da opinião” via imprensa (Lasswell, 2011 [1936]; Lazarsfeld e Merton, 1957).

Nos primórdios da pesquisa sobre mídia, a análise quantitativa de conteúdo era a técnica utilizada com mais frequência para estudar a imprensa. Sobretudo a partir da década de 1930, os trabalhos de Harold Lasswell sedimentaram a premissa de que os indivíduos recebem de forma passiva as mensagens difundidas pelos meios de comunicação de massa, tornando-os dispostos a reproduzir comportamentos induzidos pelos conteúdos midiáticos num modelo pavloviano. Evidentemente, essa premissa tornava fútil qualquer investigação sobre a recepção das mensagens midiáticas. Mais importante ainda, tal paradigma fazia com que os investigadores da mídia dedicassem a totalidade de seus esforços de pesquisa à contabilização das mensagens difundidas pelos principais veículos de comunicação de uma certa localidade. Daí a importância adquirida por técnicas

como a contabilização de palavras-chave ou a mensuração do espaço ocupado nos jornais e rádios por determinadas mensagens.

Uma série de críticas fez com que as técnicas de contabilização de conteúdo tivessem sua base epistemológica contestada. Em primeiro lugar, o grupo de pesquisadores ligados a Paul Lazarsfeld (1957) colocou em xeque a premissa de que todos os indivíduos processam da mesma maneira uma determinada quantidade de mensagens midiáticas. Embora as massas ainda fossem vistas como apáticas pelo autor, suas pesquisas apontavam para o papel central das lideranças políticas na reinterpretação das mensagens midiáticas e na sua subsequente difusão para a massa. Em segundo lugar, o próprio conceito de “conteúdo” foi questionado. Lasswell e seus seguidores avaliavam que as notícias possuíam um significado intrínseco, isto é, um conteúdo estabilizado passível de ser captado por qualquer leitor (Berelson, 1952). Logo, o pensador ignorava a relação polissêmica e contingente que caracteriza toda comunicação, que coloca em suspenso a pressuposição de que os significados difundidos possam ser contabilizados objetivamente. Em resumo, a análise de conteúdo tal qual empreendida na primeira metade do século passado expressava imaturidade de pesquisadores que confundiam “cientificidade” ou “objetividade” com “quantificação” (Krippendorff, 2004, p. 10).

Contudo, recentes desenvolvimentos teóricos e metodológicos têm reinterpretado as premissas de base da análise de conteúdo e, conseqüentemente, renovado o interesse pela técnica. Mais do que quantificar a recorrência de conteúdos que serão supostamente inculcados nas mentes de uma dada audiência, a análise de conteúdo vem sendo combinada com técnicas de interpretação e codificação orientada de textos. Nestas, um grupo de investigadores estabelece, a partir da interpretação de uma grande quantidade de textos, quais os significados mais recorrentes num dado *corpus* linguístico. Assume-se como pressuposto fundamental que toda investigação de conteúdos linguísticos envolve e sempre vai envolver uma margem

de imprecisão graças à polissemia característica de todo conteúdo e, sobretudo, às vicissitudes inerentes aos processos de interpretação de textos por uma equipe de codificadores.

Logo, para entender o modo como a imprensa organizou os debates em torno das ações afirmativas raciais, a presente pesquisa demandou uma série de cuidados metodológicos. Em primeiro lugar, buscou-se empregar algumas ferramentas informáticas com o intuito de formalizar e rotinizar a análise dos textos. Ao mesmo tempo, para tornar mais rigoroso o processo de identificação dos enquadramentos midiáticos, recorreu-se à Análise de Correspondência Simples (ACS), técnica que permite visualizar num mapa o grau de coocorrência de determinadas categorias. Este capítulo apresenta e discute cada uma das etapas.

## 2.1. Recorte de pesquisa

A pesquisa abrangeu todos os textos publicados pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* entre 2001 e 2009 que versavam sobre a temática das ações afirmativas raciais no ensino superior brasileiro. O ano de 2001 demarca o início do recorte porque é o momento em que o tema entra no debate midiático mais amplo. Isso se deu, principalmente, a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro na cidade sul-africana de Durban. Foi durante a alcunhada Conferência de Durban que a delegação diplomática nacional declarou oficialmente a intenção do governo federal de implementar políticas de ação afirmativa racial no Brasil (Alves, 2002). Mais do que isso, é nesse período que o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, declarou num programa de televisão dominical o apoio à política (Pereira, 2003), evento que colocou o tema na pauta do debate midiático.

Não obstante o tema das ações afirmativas raciais tenha “surgido” na imprensa apenas neste momento, alguns textos publicados nos meses anteriores a agosto de 2001 já tematizavam a questão das desigualdades raciais brasileiras. Como será visto mais adiante, é fundamental entender como o tópico do racismo foi enquadrado nesse período pré-Durban para melhor analisar o modo como a ação afirmativa racial foi tratada pelos jornais a partir de setembro. Apesar do pequeno espaço dado pelos veículos à conferência, o enquadramento predominante reivindicava que o governo adotasse uma conduta mais proativa em relação a políticas de combate à discriminação e à desigualdade raciais. Contudo, a proposição da ação afirmativa racial no ensino superior promoveu uma inversão nesse enquadramento.

O ano de 2009 marcou o fim de um ciclo na cobertura das ações afirmativas raciais. É a partir dele que a frequência do tema nas páginas dos jornais diminuiu e se estabiliza, indicando um momento de rotinização da cobertura. A partir desse ano, a quantidade de textos sobre o tema permanece praticamente constante. Isso ocorre em grande medida devido à proposição de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando a inconstitucionalidade da política. Essa “judicialização da controvérsia” não fez com que o tema desaparecesse dos jornais, mas diminuiu muito o espaço concedido ao debate.

A escolha dos jornais incluídos no *corpus* da pesquisa obedeceu a dois critérios: tipo de periódico e circulação nacional. No período estudado, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* foram os dois jornais *standards*<sup>1</sup> com maior circulação média nacional. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha de S. Paulo* colocou

---

<sup>1</sup> Em comparação com os jornais classificados pela ANJ como “tabloides”, os “standards” são fisicamente maiores, publicados numa frequência igual ou superior, além de, em geral, veicularem mais conteúdo e menos publicidade em termos relativos. Grosso modo, a nomenclatura “standard” é utilizada para

em circulação uma média de 312 mil exemplares por dia entre 2002 e 2009, contra 268 mil de *O Globo*. Porém, mais importante que a circulação é o fato de os dois jornais estudados serem exemplares do que a literatura anglófona chama de *quality paper* (Hallin e Mancini, 2004, p. 25), ou seja, jornais que buscam se afastar dos periódicos mais populares ao: (i) mirarem num leitorado pertencente às elites políticas, econômicas e intelectuais; (ii) empregarem mão de obra profissionalizada em suas redações; (iii) conferirem um espaço relativamente maior ao noticiário político em comparação a outros nichos temáticos; e (iv) obterem a maior parte de seus lucros da publicidade presente em suas páginas. Mais importante ainda, ao contrário de jornais de outros gêneros (tabloides, por exemplo), os *quality papers* buscam se apresentar como instituições engajadas politicamente e comprometidas com os valores públicos e com o ideal de um jornalismo profissional, objetivo e imparcial.

Resultante da fusão de três jornais de um mesmo grupo em 1960, o jornal *Folha de S. Paulo* se tornou um dos mais importantes periódicos paulistas e nacionais a partir das mudanças institucionais propostas por Otávio Frias e Cláudio Abramo, respectivamente presidente e editor do jornal. A despeito das controvérsias em torno da cooperação entre a *Folha* e a ditadura militar (Sodré, 1998, p. 440), em particular no tocante à repressão à luta armada, o jornal aderiu aos movimentos que reivindicavam a abertura política a partir dos anos 1970. Durante essa primeira década da gestão de Otávio Frias, o jornal se apresentava como palco dos debates públicos, defendendo explicitamente os valores da imparcialidade jornalística e da pluralidade opinativa. Foi também um dos primeiros a desenvolver editoriais especializadas em diversos temas, como economia, esportes, cultura etc.

---

designar aquilo que parte da literatura especializada chama de *quality paper* (Hallin e Mancini, 2004).

Em meados da década de 1980, Otávio Frias Filho assume a direção do jornal, imprimindo algumas mudanças nas suas diretrizes. O chamado Projeto Folha incluiu a formulação de um manual de redação para seus jornalistas com as normas adotadas pelo periódico, a criação do cargo de *ombudsman*, o uso intensivo de gráficos e infográficos, que passam a caracterizar o “estilo Folha” e a organização de pesquisas periódicas sobre o perfil de seu leitorado (Pinto, 2013). A respeito da linha editorial, o jornal adotou um tom hipercrítico, por vezes de afronta, ao que enxergava como crenças próprias do senso comum. Esse espírito editorial, alcuñado por Kucinsky de “jornalismo vampiro”, foi traduzido por Otávio Frias Filho durante uma entrevista ao programa televisivo *Roda Viva*, ocasião em que ele defendeu o seguinte:

A função da imprensa é uma função de interpelação, é uma função de questionamento. Acho que não cabe à imprensa realçar as coisas que vão bem. Acho que não cabe à imprensa ajudar o governo em tarefas de mobilizar a população, motivar a sociedade em torno de objetivos que são dele governo. Quer dizer, a imprensa deve se colocar, a meu ver, como uma instância autônoma em relação ao governo, nos seus três níveis e num momento, digamos, de relativo otimismo, a tendência é justamente de os jornais passarem por antipáticos, dado esse catastrofismo, como você colocou (Frias Filho, 1996).

Em sua declaração de princípios, o Grupo Folha não só afirma o seu compromisso com a objetividade e a produção de “informação e análises jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade”, mas a “independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo”, valores que supostamente particularizam o jornal juntamente com a defesa da livre iniciativa (Grupo Folha, 2013). No que se refere ao seu leitorado, é recorrente que o jornal o apresente como “ultraqualificado” (*Folha*

de S. Paulo, 2011). Numa pesquisa de 2011 em torno dos seus leitores, a *Folha de S. Paulo* afirma que 72% deles possuíam curso superior, quase 40% residem no estado de São Paulo e “a maioria avalia que o veículo traz prestígio e é essencial para entrar no mercado de trabalho” (2011).

Rival carioca da *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Globo* também está sob a administração de uma só família há quase noventa anos. Dirigido a maior parte desse período por Roberto Marinho, pertence ao maior conglomerado de mídia do Brasil. O jornal carioca começou a assumir um perfil editorial já nas décadas de 1930-40, quando se colocou contra a ditadura de Vargas e em prol de ideais liberais ligados ao udenismo (Abreu, 2002, p. 13). O antiestatismo do jornal se radicalizaria na década de 1960 sob o governo de João Goulart, com o veículo tornando-se um dos principais apoiadores do Golpe de 1964 (Sodré, 1998, p. 422).

Pode-se dizer que a modernização do jornalismo de *O Globo* acompanhou o vertiginoso crescimento do conglomerado como um todo, sobretudo após a controversa associação da empresa de Marinho ao grupo Time Warner para a fundação da TV Globo, em 1965. Nesse período, a estreita relação das Organizações Globo com o governo militar faz com que alguns analistas caracterizem a linha editorial do jornal como “governista inveterada” (Fonseca, 2005). Tudo isso fez com que o jornal carioca fosse um dos últimos a apoiar o movimento pela redemocratização do país na década de 1980.

A adesão de *O Globo* aos princípios do “moderno jornalismo objetivo e imparcial” se deu de forma mais ambígua que no caso da *Folha*. Enquanto o jornal paulistano costuma se autorrepresentar como difusor de um jornalismo crítico, a hierarquia das Organizações Globo tende a enfatizar o compromisso do seu jornalismo com os interesses e valores nacionais. Evidentemente, valores como imparcialidade, objetividade e isenção se fazem presentes em todas as declarações de princípios editoriais do jornal carioca (*O Globo*,

2013). Por outro lado, sempre apareceram em segundo plano quando Roberto Marinho era questionado sobre o imenso poder de sua empresa. Em entrevista dada ao jornal *The New York Times*, em 1987, sobre como seu poder era equacionado com os valores jornalísticos, Marinho respondeu: “Nós damos toda a informação necessária, mas nossas opiniões são de algum modo dependentes do meu caráter, das minhas convicções e do meu patriotismo” (Riding, 1987). E em seguida admitiu: “Sim, eu uso esse poder [...] mas apenas o faço patrioticamente, tentando corrigir as coisas, mirando nos melhores caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder para corrigir tudo que não funciona no Brasil. Nós usaríamos todo esse poder para tal”.

Isso posto, a maior parte dos textos sobre as políticas de ação afirmativa racial tomou como objeto prioritário de debate as chamadas cotas raciais. No capítulo 4, veremos como o próprio objeto de debate foi construído com o passar dos anos. Por ora basta destacar que a seleção dos textos que compõem o *corpus* utilizou um rol predefinido de palavras-chave para determinar, dentro das bases de dados utilizadas, quais textos deveriam ser incluídos no recorte. Dentre os termos empregados, destacam-se palavras como “cota” ou “cotas”, “ação afirmativa” ou “ações afirmativas” etc.

No total, o *corpus* compilou 1.831 textos de diferentes tipos, sendo 944 publicados em *O Globo* e 887 na *Folha de S. Paulo*. Ao todo, foram compilados 754 reportagens, 124 entrevistas, 206 colunas fixas, 118 editoriais, 221 artigos, 76 boxes ou notas e 332 cartas de leitores. Vale destacar que esse levantamento analisou todo universo de textos incluídos no recorte de pesquisa e não apenas uma amostra representativa deles. Essa elucidação é importante porque a maior parte das pesquisas em torno das publicações da imprensa é feita a partir de técnicas de amostragem que selecionam, quase sempre de forma aleatória, uma quantidade de textos dentro de um recorte e, a partir daí, os tratam como uma amostra representativa desse universo.

## 2.2. Análise dos textos

Diante das dimensões do *corpus* aqui analisado, técnicas distintas de análise de textos tiveram de ser empregadas. Toda a codificação foi feita entre 2009 e 2012 no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A codificação dos textos contou com o empenho de cinco pesquisadores, que ficaram responsáveis pela interpretação e codificação de seções do *corpus* definidas aleatoriamente.

De um lado, tomou-se cada texto como uma unidade de análise e, a partir da ferramenta de análise estatística *Sphinx Léxica*, formou-se uma base de dados com as características mais importantes de cada um deles. Além da identificação de cada texto (título, nome do autor, data de publicação etc.), a equipe de codificadores buscou determinar dados contextuais, como o gênero de cada matéria (reportagem, carta, editorial, artigo, coluna etc.) e o perfil de cada autor (se jornalista ou articulista, profissão, vinculação institucional etc.). Ainda tomando o texto como unidade de análise, foi possível estabelecer se o tema da ação afirmativa racial no ensino superior era apenas mencionado, tratado de forma implícita, secundária ou central, bem como determinar o formato ou exemplo da política que era enfoque da discussão em cada matéria.

Outro conjunto de variáveis buscou estabelecer se o texto apresentava uma tomada de posição explícita ou implícita em relação ao tema. Trabalhou-se com quatro tomadas de posição gerais: favorável, contrária, ambivalente ou neutra. A categoria “ambivalente” foi aplicada sempre que era impossível determinar a posição do autor, ainda que o texto apresentasse uma argumentação opinativa sobre o tema. A categoria “neutro” foi reservada para os textos cujos autores declaravam explicitamente não ser possível assumir uma posição no debate. Para todos os casos em que o autor não defendia uma posição

implícita ou explícita em relação à ação afirmativa racial, era marcado “ausente” (o que ocorreu com a maior parte das reportagens). Em paralelo, essas mesmas categorias foram aplicadas à opinião do autor ou informante sobre as ações afirmativas de viés socioeconômico. Com isso, buscamos saber de que modo uma determinada tomada de posição em relação à ação afirmativa racial se relaciona com uma posição em relação à ação afirmativa social.

A aplicação de tais categorias se deu de forma distinta para as reportagens. Considerando que a maior parte delas não contém uma tomada de posição explícita, foi necessário analisar outras dimensões textuais para captar como os repórteres lidaram com o debate. Para tal, uma base de dados auxiliar foi criada com as características argumentativas das posições atribuídas a informantes. Por “informante” entendemos toda pessoa consultada pelo jornalista para opinar sobre o tema em questão, citada com voz ativa ou passiva. Além disso, foi estabelecida uma lista com os principais personagens citados nas reportagens, de modo a compilar quais atores são relacionados à problemática.

Entretanto, ao tomar como unidade de investigação cada um dos textos compilados, deixa-se de captar aquelas que talvez sejam as principais características de uma argumentação. Por isso, paralelamente, procedeu-se a uma codificação dos textos que considerasse cada parágrafo uma unidade de análise. O objetivo dessa etapa foi captar a maior pluralidade possível de argumentos.

Essa codificação por trecho foi feita utilizando o programa de análise hermenêutica *Atlas Ti*<sup>®</sup>. Os parágrafos foram tomados como unidades de análise, pois, ainda que os argumentos costumem ser sintetizados em frases de efeito, uma leitura preliminar dos textos jornalísticos demonstrou que a construção de cada argumento costuma se dar no decorrer do parágrafo. Provavelmente isso reflete o fato de os gêneros jornalísticos privilegiarem os parágrafos monotemáticos, como recomenda boa parte dos manuais de redação jornalística.

O capítulo 3 discutirá de forma mais detida as razões que justificam tal procedimento. Por ora, basta frisar que a identificação dos argumentos buscou ser o mais fiel possível aos termos utilizados pelos textos. Por isso, quase uma centena de argumentos-chave foram tipificados. Essa lista foi produzida e atualizada em três etapas. Num primeiro momento, buscou-se estabelecer um rol inicial de argumentações em torno das ações afirmativas raciais. Num segundo momento, foi feita uma leitura preliminar dos textos da imprensa. Nessa etapa, a equipe de codificação tentou estabelecer a tomada de posição presente em cada texto e, paralelamente, apresentou categorias capazes de tipificar os argumentos mais recorrentes. Num terceiro momento, os codificadores iniciaram o processo de aplicação dos argumentos codificados aos parágrafos e, quando era o caso, traziam para a discussão em grupo as situações em que a aplicação apresentava problemas. Para contornar esses problemas de encaixe, novos códigos argumentativos eram criados.

As discussões em grupo foram fundamentais para estabilizar os significados de cada argumento codificado, sobretudo para unificar o entendimento da equipe em torno de cada código. Até o final da pesquisa, casos que suscitaram dúvidas eram discutidos em detalhe e a solução encontrada era anotada num manual de codificação. A seguir, reproduzo a lista dos mais de oitenta argumentos catalogados:

## Quadro 1 – Lista de argumentos codificados

Argumentos contrários	Argumentos favoráveis
c01. AAR pode impor uma identidade bicolor	f01. AAR diminui as desigualdades (genérico)
c02. Pobreza dos negros não se deve à discriminação	f02. AAR efetiva princípios constitucionais
c03. Classe importa mais que raça	f03. AAR realiza o princípio da igualdade formal de tratamento
c04. AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	f04. AAR introduz os beneficiários na cidadania
c05. AAR cria/acirra conflito racial	f05. AAR consolida/realiza princípios republicanos
c06. AAR dá margem a abuso de poder	f07. AAR inclui os excluídos (genérico)
c07. AAR é discriminação às avessas	f08. AAR diminui as desigualdades socioeconômicas
c08. AAR é inconstitucional/ilegal	f09. AAR instaura a igualdade de oportunidades
c09. AAR pode excluir grupos discriminados	f10. AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados
c10. AAR é ineficiente no combate às desigualdades	f11. AAR capacitará os beneficiários a competir em igualdade
c11. AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	f12. AAR tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais
c12. AAR é solução paliativa	f13. AAR dissocia cor de pobreza
c13. AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	f14. AAR combate o racismo/discriminação (genérico)
c14. AAR é uma medida eleitoreira	f15. AAR combate o racismo/discriminação institucional/estrutural
c15. AAR é uma política neoliberal	f16. AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais
c16. AAR pode dividir classes baixas	f17. AAR reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto
c17. AAR é vulnerável à fraude	f18. AAR cria uma classe média negra
c18. AAR pode estigmatizar os beneficiários	f19. AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade
c19. AAR fracassou em outros lugares	f20. AAR produz prosperidade/eficiência econômica
c20. AAR pode excluir os brancos pobres	f21. AAR inclui potenciais antes desperdiçados
c21. AAR oficializa o racismo	f22. AAR realiza o mérito
c22. AAR desrespeita a autoidentificação	f23. AAR repara erros cometidos no passado (genérico)
c23. AAR cria intolerância entre os negros	f24. AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados
c24. AAR diminui a qualidade do ensino	
c25. AAR não deve ser reduzida às cotas	
c26. AAR não leva em conta o mérito	
c27. AAR produzirá profissionais despreparados	
c28. AAR provoca ressentimento nos brancos	
c29. AAR rompe com republicanismo brasileiro	

<b>Argumentos contrários</b>	<b>Argumentos favoráveis</b>
<p>c30. AAR tende a se perpetuar</p> <p>c31. AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios</p> <p>c32. AAR pressupõe a existência biológica de raças</p> <p>c33. Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso</p> <p>c34. AAR importa um modelo estrangeiro</p> <p>c35. AAR não basta sem medidas de permanência</p> <p>c36. É difícil classificar racialmente as pessoas</p> <p>c37. AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem</p> <p>c38. Não há negros para preencher as vagas</p> <p>c39. Não há ainda resultados positivos conclusivos</p> <p>c40. O Brasil não é um país racista</p> <p>c41. O caminho é investir nas políticas universais</p> <p>c42. O caminho é investir no ensino básico</p> <p>c43. O ensino já está se democratizando sem cotas</p> <p>c44. Não é função da universidade estabelecer AARs</p> <p>c45. Racismo oculto é melhor que explícito</p> <p>c46. AAR racializa a sociedade</p> <p>c47. Não há o que reparar, pois todo brasileiro é afrodescendente</p>	<p>f25. AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente</p> <p>f26. AAR reconhece a diversidade cultural brasileira (genérico)</p> <p>f27. AAR aumentará a autoestima dos beneficiários</p> <p>f28. AAR introduz pluralidade nas instituições</p> <p>f29. AAR reconhece contribuição histórico-cultural de marginalizados</p> <p>f30. AAR realiza um projeto de nação</p> <p>f31. AAR é decisiva para a integração nacional</p> <p>f32. AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica</p> <p>f33. AAR teve êxito em outros lugares</p> <p>f34. Há sinais de sucesso da AAR no Brasil</p>

Fonte: GEMAA.

É evidente que a proximidade semântica de alguns códigos e a subjetividade intrínseca ao processo de interpretação dos textos introduz certo grau de incerteza à aplicação desses códigos. Portanto, a precisão da codificação e a pertinência dos códigos sempre poderá ser contestada. Por outro lado, o fato de cada um dos códigos ser apresentado de acordo com a terminologia empregada nos textos reduz

boa parte da ambiguidade da codificação. A partir das sugestões de Krippenddorf (2004), buscamos estabelecer a confiabilidade da codificação a partir de uma amostra de 91 textos analisados por todos os membros da equipe. A média de concordância entre as respostas dos cinco codificadores foi de 79%, uma proporção alta, sobretudo levando em conta a complexidade do *corpus* analisado e o viés interpretativo das questões propostas.

### 2.3. Análise de correspondências

Muitas das discussões que serão feitas empregarão análises de correspondências simples (ACS). Tal técnica possibilitou não apenas a apresentação de algumas dimensões do *corpus*, como também facilitou a formalização dos principais princípios organizadores que nortearam a cobertura das ações afirmativas pelos jornais estudados. Desde os trabalhos pioneiros de Benzécri (1992) e Greenacre (1993) que a ACS vem se tornando uma forma de expor grande multiplicidade de dados categóricos num mapa bidimensional de fácil interpretação. Notabilizada pela sociologia francesa a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu (2007 [1979]), a ACS tem se demonstrado produtiva em tipos muito diferentes de pesquisa. O capítulo 3 demonstra como a ACS pode ser fecundamente empregada de modo a facilitar a identificação de enquadramentos midiáticos. Antes, contudo, faz-se necessário apresentar brevemente quais procedimentos estatísticos estão envolvidos na construção de uma ACS e, em seguida, explicar de que modo ela deve ser interpretada.

A partir de uma tabela de contingência simples, em que duas variáveis são cruzadas, a ACS produz uma ilustração cartográfica das relações existentes entre todas as categorias incluídas. As categorias que mais coocorrem em termos relativos tendem a ser representadas mais próximas e, analogamente, as categorias com menor

grau de coocorrência são representadas com uma distância maior entre si.<sup>2</sup>

Uma vez construída, a ACS pode ser analisada como um mapa cartográfico ou, para usar a metáfora de Bourdieu, como um campo magnético. Neste, os elementos que mais coocorrem tenderão a se atrair e, por isso, serão dispostos de forma próxima. Por outro lado, as categorias que coocorrem relativamente pouco ficarão mais distantes. A depender do número de categorias envolvidas, é possível identificar a partir de uma ACS uma nuvem em que códigos mais próximos indicam que eles possuem mais afinidade no universo estudado.

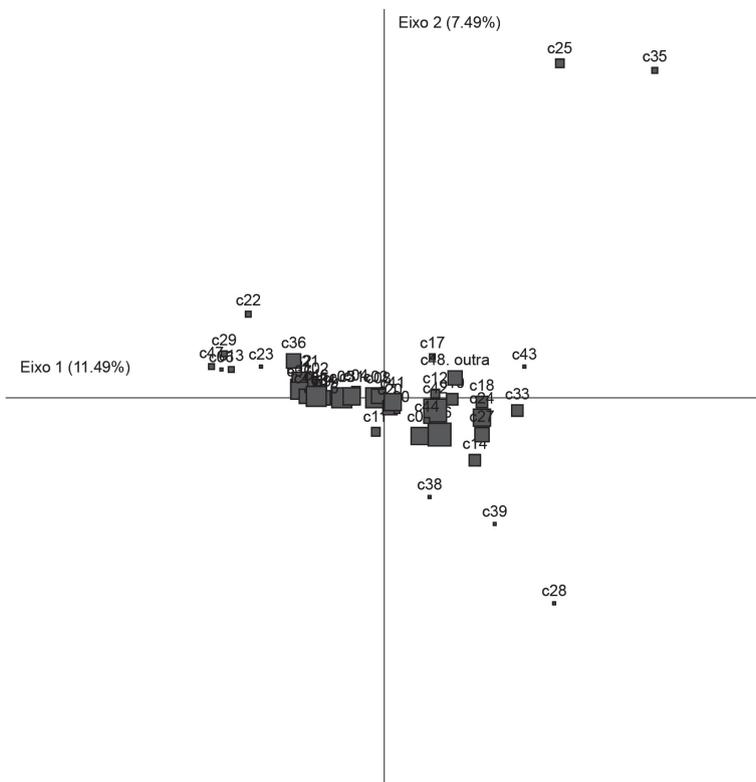
ACS tem a vantagem de possibilitar a análise de dados cujas variáveis se desdobram em um grande número de categorias, mas também apresenta limitações. Nem todo cruzamento entre duas variáveis categóricas apresenta graus de dependência relevantes no teste do quiquadrado, o que torna a análise pouco elucidativa. Além disso, por se basear numa série de medidas relacionais, ela tende a sobrestimar pequenas distâncias absolutas, mas que apresentam grande peso relativo. Assim, se as frequências observadas em algumas categorias forem diminutas, ou se alguma categoria pouco ocorrer com as demais, tal categoria tenderá a repelir as demais para o centro do mapa, impedindo que eventuais relações sejam identificáveis. Nesse caso, tem-se uma ACS muito *assimétrica*, na qual a pouca coocorrência de uma categoria aumenta a *inércia* total de todo o mapa, fazendo com que as demais categorias se concentrem no centro.

O gráfico abaixo apresenta a ACS dos códigos contrários computados no quadro 1, um bom exemplo de ACS assimétrica. Os argumentos c25 e c35 concentram boa parte da inércia do

<sup>2</sup> Para estimar a magnitude dessas distâncias relativas, a ACS processa os marginais observados na métrica do quiquadrado.

mapa, impedindo que as correspondências reativas da maior parte dos códigos sejam visualizadas.

**Gráfico 1** – ACS dos argumentos contrários às ações afirmativas raciais



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Entretanto, da mesma forma que num campo magnético, é possível remover os códigos com força desproporcional em relação aos demais, de modo a visualizar melhor as relações estabelecidas entre os outros argumentos. A rigor, isso não implica remover tais argumentos do *corpus* como um todo, apenas fundi-los aos seman-

ticamente mais próximos para melhor visualizar as correspondências. Assim, para obter mapas mais equilibrados, basta elencar os códigos que se distanciam do centro do mapa para além de um patamar tolerável, ou seja, os *outliers* em termos de distância. Em seguida, esses *outliers* podem ser fundidos a outros códigos similares. Ademais, existe uma justificativa teórica para se adotar tal procedimento, pois, se tais *outliers* pouco aparecem no *corpus*, eles não devem influenciar tanto a representação da análise. Portanto, eliminá-los ou fundi-los – que é uma alternativa ainda mais vantajosa, visto que diminui as perdas semânticas – é um procedimento que permite ganhos analíticos e maior clareza.



### 3. AS FRONTEIRAS DA COBERTURA

A construção da legitimidade política dos grandes conglomerados de imprensa esteve historicamente ligada à ideia de imparcialidade. Por isso, os jornais costumemente buscam se apresentar como um fórum aberto e qualificado de debate, um canal de expressão jornalística, um meio para que o público se informe ou um cão de guarda da democracia. Como visto no capítulo 1, cada um desses modelos oferece a eles um conjunto de regras práticas de conduta, funcionando como parâmetros para a organização editorial das páginas dos jornais e para a construção de uma certa cobertura jornalística. É a partir deles que a imprensa enquadra determinados temas.

Assim, nenhum jornal que pretende construir uma imagem de si compatível com a concepção democrática de esfera pública pode manipular ao bel-prazer todo o conteúdo que é publicado em suas páginas. Para escapar das eventuais acusações de partidarismo, todo periódico tem de conferir, ao menos na aparência, certa autonomia aos jornalistas e aos articulistas que publicam em suas edições. Portanto, o modo como a imprensa enquadra uma determinada temática é sempre contrabalançado pela necessidade de que ela se abra a uma diversidade de enquadramentos minimamente conflitantes.

Em primeiro lugar, o termo “enquadramento” é empregado nos estudos de mídia para fazer referência ao que é selecionado ou enfatizado pelos veículos de comunicação de massa quando estes “cobrem” algum tema. O conceito de enquadramento pressupõe que a imprensa não proporciona um acesso imediato ao mundo e,

por isso, as notícias não devem ser vistas como espelhos da realidade. Porém, em vez de enfatizar o caráter essencialmente parcial da mídia ou buscar estabelecer o modo como ela distorce a realidade ao representá-la, a noção de enquadramento busca entender os critérios utilizados por editores, jornalistas, articulistas e leitores para construir uma dada representação da realidade a partir do que é noticiado.

Em segundo lugar, embora reconheça o poder que a mídia tem na contemporaneidade, o conceito de enquadramento entende que tal poder não expressa necessariamente um controle direto dos magnatas da imprensa. Editores, jornalistas e fontes podem, cada um à sua maneira, influenciar o modo como as notícias serão estruturadas narrativamente. Assim, um enquadramento é uma produção coletiva que reflete não só os interesses dos operadores da imprensa, mas também as rotinas de produção da notícia e as estruturas que caracterizam a mídia num dado momento e numa certa sociedade.

A dramatização pública da controvérsia se baseou em uma série de critérios de produção e organização das notícias que possibilitou à imprensa se apresentar enquanto uma moderadora do debate. Porém, mais do que impor à audiência uma opinião, os jornais estudados foram capazes de dramatizar a controvérsia a partir da organização em vários níveis dos discursos disponíveis sobre a questão. Em resumo, a dramatização pública da controvérsia é uma forma de “enquadrar enquadramentos”, ou seja, um metaenquadramento midiático (Reese, 2001, p. 19).

Este capítulo discute o conceito de enquadramento e como ele é utilizado neste trabalho. Conquanto venha se impondo como um instrumento central de análise da mídia, o conceito costuma ser empregado de modo fluido e impreciso. Justamente por remeter a processos cognitivos elementares de construção simbólica da realidade, a ideia de enquadramento indica uma miríade de fenômenos muito diversos. Quando citado, o termo faz referência tanto à atividade de selecionar quais elementos da

realidade são relevantes quanto à difusão das visões de mundo advindas dessa atividade. Ele também costuma ser usado tanto para analisar os critérios jornalísticos e editoriais de produção e organização da notícia quanto para compreender de que modo os atores exteriores às redações compõem a visão de um tema.

Ainda que essa amplitude semântica leve a imprecisões conceituais, o conceito de enquadramento permite considerar a partir de uma mesma ferramenta analítica a miríade de procedimentos de seleção e ênfase utilizados pelos operadores da imprensa para construir uma certa imagem da realidade. Por isso, em vez de envia-los esforços para produzir uma acepção precisa do que vem a ser um enquadramento, acredito ser mais fecundo investir um método que possibilite identificar os enquadramentos midiáticos em suas múltiplas dimensões.

A primeira seção deste capítulo resume brevemente a história recente do conceito de enquadramento, desde a sua origem na Psicologia Social até alguns dos seus empregos clássicos na Sociologia da Mídia. A segunda parte apresenta uma tipologia de enquadramentos capaz de indicar a variedade de práticas midiáticas a que o conceito faz referência. O objetivo é estabelecer diferenciações que permitam entender até que ponto vai o controle que os jornais estudados têm do conteúdo que publicam. A terceira seção apresenta um conjunto de técnicas de pesquisa usadas para rotinizar a identificação de enquadramentos. Após aplicar tais técnicas ao *corpus* da pesquisa, levanto algumas hipóteses a serem testadas e qualificadas nos capítulos que se seguem.

### 3.1. O conceito de enquadramento

Desde a década de 1980, o conceito de enquadramento (*frame*) vem sendo intensivamente empregado por estudos da mídia. Porém, mesmo entre os partidários da categoria, é unânime a sensação de que os usos que são feitos dela são fluidos e imprecisos demais

para fundarem um paradigma teórico unificado (Entman, 1993, p. 51; Gamson, 2001, p. x; e Sheufele, 1999, p. 103). Há até quem defenda que “a crescente popularidade do conceito nas análises da mídia caminha de mãos dadas com a considerável inconsistência da sua aplicação” (Vreese, 2005, p. 51).

De fato, se uma lista com as acepções cunhadas para o termo fosse submetida a um leitor leigo, provavelmente ele se sentiria contemplando um dicionário de sinônimos, no qual se lê uma coleção de acepções levemente diferentes para a mesma palavra. Enquanto alguns autores definem os enquadramentos como “princípios organizadores da realidade” (Reese, 2001, p. 11), outros preferem tomá-los como “padrões de cognição” (Gitlin, 2003 [1980], p. 7), enfatizando, assim, o caráter inconsciente e irrefletido dos critérios de construção jornalística. Analogamente, se para uns enquadrar é basicamente “ênfatisar” ou “salientar” determinadas partes da realidade (Entman, 1993, p. 52; Gitlin, 2003 [1980], p. 7), para outros é um meio de “constituir simbolicamente a estrutura do mundo” (Reese, 2001, p. 11).

Essa variação terminológica não é em si um problema, já que o núcleo semântico que distingue o conceito permanece praticamente o mesmo de um texto para o outro. Ao que parece, não é propriamente a fluidez conceitual que tem gerado problemas, mas a ausência de técnicas capazes de tornar mais clara e rigorosa a identificação do que eventualmente é chamado de “enquadramento”. Em outras palavras, o caráter vago do conceito de enquadramento midiático reflete menos as discordâncias entre os estudiosos da mídia e mais a fluidez metodológica que lastreia seu uso.

O conceito de enquadramento instrumentalizado por estudiosos da mídia tem sua origem ligada a diferentes teorias desenvolvidas na intersecção entre Psicologia e Sociologia. O psicólogo social Gregory Bateson é considerado o primeiro a empregar o termo com um sentido próximo ao que ele tem hoje. Particularmente interessado em entender a comunicação entre psiquiatra e pacien-

te, Bateson destaca que os significados trocados numa sessão clínica dependem da forma como ambos enquadram implicitamente aquela situação. Antecipando o que um ano depois John Austin (1962, p. 106) chamaria de “dimensão ilocucionária dos atos de fala”, Bateson aponta para os sinais metalinguísticos que trocamos quando interagimos e que, muitas vezes, definem o conteúdo do que efetivamente comunicamos.

Para Bateson, quando dois seres vivos brincam, eles transmitem sinais capazes de avisar que as ações performadas na situação não significam o que elas usualmente significariam numa situação ordinária. Isso fica particularmente evidente quando “brincamos de brigar”. Nessas situações, “uma mordidela denota uma mordida, mas sem denotar o que seria denotado pela mordida” (Bateson, 1987, p. 139). Ou seja, numa brincadeira aquilo que se está fazendo não significa exatamente o que se está fazendo. A partir dessas ponderações, o autor defende que todo processo comunicativo depende da forma como os envolvidos definem a interação em que se encontram. Isto é, aqueles que interagem definem um “enquadramento” (*framing*) para a situação em questão.

Com a ideia de enquadramento (*frame*), Bateson (1987, p. 144) quer chamar atenção aos processos psicológicos de exclusão/inclusão de significados que visam “ordenar ou organizar a percepção” ao estabelecer um “sistema de premissas” que ajudam o receptor a interpretar um conjunto de mensagens. É o enquadramento da interação que possibilita que duas pessoas aceitem mutuamente que estão brigando só de brincadeira, o que vai determinar como cada um dos atos performados serão interpretados.

Em *Frame Analysis* (1986 [1974]), Erving Goffman recorre à ideia batesoniana de enquadramento para investigar em quais circunstâncias e sob quais parâmetros os indivíduos tomam uma determinada situação como real. Mais do que interpelar filosoficamente como acessamos o real, Goffman retoma uma série de questionamentos – próprios de uma linhagem filosófica que vai de William James a Alfred Schutz – sobre a maneira como os in-

divíduos selecionam determinados elementos de uma situação para defini-la. Para responder a essas indagações, ele aponta para o papel que alguns quadros interpretativos têm nos processos de definição de uma situação e como ela tende a ser construída com base em “princípios de organização que governam eventos, chamados aqui de enquadramentos [*frames*]” (Goffman, 1986 [1974], p. 10). Assim, o objetivo de uma análise de enquadramentos é “isolar alguns quadros de entendimento básicos [*basic frameworks of understanding*] disponíveis na nossa sociedade para dar sentido a eventos e analisar vulnerabilidades especiais a que esses quadros de referência estão sujeitos” (Goffman, 1986 [1974], p. 10).

Na esteira dos trabalhos escritos por Goffman durante a década de 1970, os psicólogos sociais Daniel Kahneman e Amos Tversky (1981) desenvolveram experimentos para determinar até que ponto enquadramentos diferentes para uma mesma situação levam os atores a construir opiniões distintas ou adotar condutas diferentes perante ela. Para isolar esse “efeito-enquadramento”, os autores organizaram uma série de experimentos – que renderam a Kahneman o Prêmio Nobel de Economia<sup>1</sup> – em que pediam para que um grupo de indivíduos escolhesse qual a melhor solução dentro de um rol predeterminado para um conjunto de problemas hipotéticos. Num desses experimentos, eles perguntam para 155 indivíduos qual programa de salvação seria preferível caso 600 habitantes de uma cidade hipotética fossem contaminados por uma epidemia desconhecida. Abstraindo algumas nuances narrativas, duas alternativas eram oferecidas: numa, 400 pessoas morreriam, enquanto na outra, 200 pessoas seriam salvas. Percebam que, embora os resultados das alternativas sejam idênticos em termos de mortes (num grupo de 600, a morte de 400 pessoas é igual à sobrevivência de 200), a opção apresentada em termos de vidas salvas

---

<sup>1</sup> Amos Tversky não recebeu o prêmio porque já havia falecido quando o nome dos dois foi proposto.

teve três vezes mais apoio que aquela expressa em termos de vidas sacrificadas. Para os autores, os resultados de todos os experimentos mostraram que “mudanças aparentemente sem consequência na formulação em problemas que exigem escolha causaram mudanças significativas nas preferências dos indivíduos” (Tversky e Kahneman, 1981, p. 457).

Utilizada para fins diversos, a ideia de enquadramento discutida por esses autores remete a um conjunto de fenômenos similares. Ela quase sempre aponta para o modo como os indivíduos dotam de sentido uma realidade a partir de matrizes interpretativas previamente formadas, enfatizando as mudanças comportamentais que essas diferentes matrizes engendram. Também destaca a capacidade dos indivíduos de manipularem algumas de suas expressões, verbais ou não, para persuadir aqueles com quem interagem de um dado enquadramento para uma situação. Tais manipulações, porém, não constroem necessariamente uma visão falsa ou mentirosa da realidade, apenas enfatizam determinados elementos ou possibilidades em detrimento de outros.

Para Bateson, é a aptidão em manipular signos que faz com que determinados animais – entre eles, o ser humano – sejam capazes de enquadrar certas situações como diferentes daquilo que realmente são. Ao reportar uma história do passado ou contar uma anedota fictícia, por exemplo, temos de ser capazes de deixar evidente para o interlocutor que não estamos falando de algo que está acontecendo no presente. Goffman estava particularmente atento para isso ao postular a noção de “chave” (*key*) para se referir a “um conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade [...] é transformada em alguma coisa padronizada sobre essa atividade, mas vista pelos participantes de outra forma” (Goffman, 1986 [1974], pp. 43-4). Os experimentos de Kahneman e Tversky tornam mais evidentes as consequências dessas transformações dos enquadramentos na forma como as pessoas compreendem uma

mensagem. Para ambos, diferentes enquadramentos levam a distintas ações sobre o real.

Na passagem para os anos 1980, a noção de enquadramento foi mobilizada por investigadores da mídia que objetivavam se distanciar de alguns paradigmas em voga até aquele momento. De um lado, buscavam romper com o que ficou conhecido como “teoria hipodérmica dos meios de comunicação”, corrente que superestimava os efeitos da mídia ao partir de uma visão pavloviana do consumidor da notícia, encarado como um receptor apático e passivo perante as mensagens midiáticas (Lasswell, 2011 [1936]). Do outro lado, tencionavam se distanciar também da tradição inaugurada por Paul Lazarsfeld, que se servia de amplos *surveys* de opinião para defender que a mídia tem pouca ou nenhuma influência na formação da opinião pública (Lazarsfeld et al., 1944).

A crítica a essas duas correntes se deu basicamente em três frentes. Primeiro, o conceito de enquadramento foi utilizado para contestar a ideia de objetividade midiática subjacente tanto aos trabalhos de Lasswell quanto às pesquisas de Lazarsfeld. Ainda no início da década de 1970, Gaye Tuchman já manifestava seu incômodo com as investigações que avaliavam a atuação da mídia a partir das noções de “distorção” ou “viés”. Para ela, essas noções pressupõem que a mídia pode ter um acesso direto ao real quando, na verdade, a própria realidade seria construída socialmente.

Na esteira de Tuchman, Robert Hackett propõe, alguns anos depois, que, em vez de investigar se a mídia distorce ou não o real, seria mais relevante apreender o tipo de “orientação estruturada” que marca as coberturas jornalísticas. O conceito de enquadramento se impõe como um instrumento contrário ao empirismo ingênuo dos paradigmas progressos, que possibilitaria captar a orientação estruturada da mídia. É nesse sentido que Gaye Tuchman instrumentaliza a ideia goffmaniana de enquadramento no seu livro *Making News*. Logo na abertura do texto, a autora sustenta a ideia de que as notícias são “uma janela para o mundo” e que, portanto,

enquadram a realidade a que temos acesso (Tuchman, 1978). Ao usar o termo “enquadramento”, Tuchman quer evidenciar que valores jornalísticos como neutralidade, imparcialidade e objetividade devem ser entendidos como parâmetros que ajudam o jornalista a delimitar as “redes de facticidade”, isto é, o que conta ou não como fato para a mídia (Tuchman, 1978, p. 183).

Em segundo lugar, os autores que mobilizam o conceito defendem, especificamente contra Lasswell, a ideia de que a mídia manipula a audiência ao seu bel-prazer. Parte-se da premissa de que os efeitos da mídia sobre a audiência são muito mais complexos do que aqueles medidos pelo cientista social estadunidense. Isso não quer dizer, porém, que a mídia tenha pouca ou nenhuma influência sobre o que pensa uma dada audiência. Como afirmava Cohen, mesmo que a mídia não seja capaz de dizer às pessoas *o que pensar*, ela parece ser eficiente ao dizer *sobre o que elas devem pensar e, sobretudo, como elas devem pensar sobre tais assuntos* (Cohen apud McCombs e Shaw, 1972, p. 177). Baseado nisso, muitos autores tentam demonstrar que, mesmo quando a audiência não concorda com as interpretações difundidas pela mídia, os enquadramentos midiáticos fornecem os atalhos cognitivos e as matrizes explicativas das quais partimos quando pensamos sobre as problemáticas públicas.

Um exemplo desse uso do conceito pode ser encontrado no estudo da construção da imagem midiática do movimento estudantil estadunidense da década de 1960, feito por Todd Gitlin. Esse trabalho propõe que enquadramentos devem ser entendidos como “padrões sistemáticos de conhecimento, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais *manipuladores de símbolos* rotineiramente organizam discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 2003 [1980], p. 7, grifo no original). Note-se que tais enquadramentos importam não por dizerem o que uma audiência deve pensar, mas por estabelecerem o modo “natural” de pensar sobre uma realidade. Nos termos de Gitlin, os enquadramentos têm um lugar central na formação da ideologia hegemô-

nica numa sociedade, não só ajudando a formar o senso comum, mas também facilitando a manutenção do *status quo* (Gitlin, 2003 [1980], p. 10).

Em terceiro lugar, os estudiosos dos enquadramentos argumentam que os receptores das mensagens midiáticas não podem ser vistos como seres autômatos, como Lasswell e Lazarsfeld sugeriam de diferentes perspectivas. A audiência retrabalha as mensagens midiáticas e, por isso, os estudos de mídia não poderiam se centrar apenas no que é publicado para determinar o conteúdo da opinião pública. Simultaneamente, as massivas pesquisas de opinião, como aquelas dirigidas por Lazarsfeld, não seriam capazes de captar a complexidade desse processo de recepção. É aqui que sociólogos como William Gamson sugerem o uso da técnica baseada em grupos focais para determinar de que modo uma dada audiência reenquadra os enquadramentos difundidos pela imprensa (Gamson, 1995 [1992]; Gamson e Modigliani, 1987). Num trabalho publicado em parceria com Andre Modigliani, Gamson defende que cada problema tem a sua “cultura”, isto é, um conjunto de símbolos, ideias e linguagens que lhe são próprias. Essa cultura é formada por uma série de pacotes interpretativos que são mobilizados para lidar com o problema. O enquadramento é o coração desse pacote, “uma ideia organizadora central ou uma linha histórica que provê significado para uma sequência de eventos que se desdobram, tecendo uma conexão entre eles” (Gamson e Modigliani, 1987, p. 143).

Baseado nisso, Gamson tenta estabelecer em *Talking Politics* a maneira como alguns trabalhadores estadunidenses deglutiam os enquadramentos disponibilizados pela mídia sobre quatro grandes polêmicas do período.<sup>2</sup> Para tal, ele compatibilizou uma análise dos conteúdos midiáticos sobre tais assuntos com os resultados de alguns grupos focais em que eles eram discutidos. O autor conclui

---

<sup>2</sup> A saber: problemas industriais, ação afirmativa, energia nuclear e o conflito árabe-israelense (Gamson, 1995 [1992]).

que o público possui graus variáveis de independência cognitiva em relação à mídia, a depender, por exemplo, da experiência que as pessoas têm com o problema em discussão e da sabedoria popular disponível sobre ele (Gamson, 1995 [1992], p. 176).

Ao contrário de outras categorias, a noção de enquadramento enfatiza a dimensão processual da circulação social das ideias. Um enquadramento possui sempre um grau de estruturação e coerência, mas isso não impede que cada ator modifique ou mesmo transforme tal estrutura. Diferentemente de uma ideologia que se impõe de forma até certo ponto uniforme, os enquadramentos podem ser mais ou menos cristalizados a depender da situação estudada, isto é, podem ser mais ou menos aceitos como evidentes, óbvios ou naturais pelos atores sociais.

A despeito dos diferentes usos da ideia de enquadramento, há uma continuidade nos interesses analíticos de autores como Tuchman, Gitlin e Gamson. No entanto, é possível perceber que cada uma das acepções propostas insere perspectivas particulares sobre como os enquadramentos operam. Enquanto Tuchman enfatiza o caráter construtivo dos enquadramentos, Gitlin tende a focar no seu caráter rotinizado. Se Gamson recorre ao conceito para apreender de que modo uma audiência reenquadra as interpretações difundidas pela mídia, Tuchman o utiliza para examinar os processos de produção da notícia.

É apenas a partir de um opúsculo publicado por Robert Entman, já na década de 1990, que esforços de uniformização do conceito ganham espaço. Para o autor, a noção de enquadramento usada pelos estudos de mídia aponta para o fato de que as mensagens jornalísticas costumam delimitar problemas, diagnosticar suas causas, sugerir julgamentos morais sobre eles e, eventualmente, recomendar remédios para sua solução. Em suas palavras:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1993, p. 52).

Ao mesmo tempo em que norteiam os procedimentos de análise do conteúdo produzido por jornais, televisões ou rádios, o conceito de enquadramento também chama atenção para o fato de que “a presença de enquadramentos, detectada por pesquisadores, não garante sua influência no pensamento da audiência” (Entman, 1993, p. 53). De certo modo, Entman inaugura toda uma linhagem de autores que insistem em revisar a bibliografia na esperança de produzir um conceito de enquadramento mais abrangente ou rigoroso.

Não é nosso objetivo traçar uma história exaustiva do conceito de enquadramento, muito menos das tentativas de unificação do paradigma.<sup>3</sup> Queremos apenas destacar as linhas gerais que caracterizam a categoria e, particularmente, sublinhar que os esforços envidados para unificar o seu significado não têm sido acompanhados de um empenho semelhante quando se trata de estabelecer um protocolo para a formalização de enquadramentos.

Grosso modo, a identificação de enquadramentos midiáticos costuma seguir uma rotina informal (Tankard Jr., 2001, p. 97). A partir de uma amostra dos textos de um dado *corpus*, um pesquisador identifica por semelhança e diferença as retóricas e os sentidos mais recorrentes para lidar com um tema específico. Em seguida, eles são formalizados numa lista de códigos que são aplicados aos demais textos do *corpus* em questão. Embora não seja forçoso, muitos pesquisadores buscam também estabelecer o espa-

---

<sup>3</sup> Discussões sobre a história do conceito e os diferentes modos como ele é empregado podem ser encontradas em Scheufele (2000), Gandy Jr (2001), Porto (2004), Mendonça e Simões (2012), entre outros.

ço que um dado veículo de comunicação confere a determinados enquadramentos ou a recorrência deles durante certo período.

Não obstante a sistematização de enquadramentos dependa de critérios interpretativos necessariamente subjetivos, essa rotina informal resumida por Tankard Jr. coloca alguns problemas. Em primeiro lugar quase nunca são explicitados os critérios que levaram à construção de uma dada tipologia de enquadramentos interpretativos. Em geral, essas tipologias são construídas a partir de parâmetros mais ou menos arbitrários e, por isso, expressam mais a forma como o investigador em questão enquadra ele próprio a temática estudada do que o modo como os atores estudados o fazem.

De fato, é praticamente impossível para um estudioso identificar enquadramentos midiáticos sem projetar, em alguma medida, as suas próprias perspectivas sobre o conteúdo estudado. Goffman tinha razão quando afirmou que “as discussões acerca do enquadramento inevitavelmente levam a questões sobre o estatuto da discussão em si, pois os termos aqui aplicados ao que é analisado podem ser aplicados à análise também” (Goffman, 1986 [1974], p. 11). Por outro lado, é possível conferir mais objetividade a tais procedimentos caso os critérios utilizados para formalizar tipologias sejam minimamente explicitados e, assim, submetidos ao escrutínio intersubjetivo.

Diante disso, a proposta metodológica aqui discutida visa rotinizar o processo de validação de enquadramentos midiáticos a partir da explicitação de alguns critérios de formalização. Parte-se do pressuposto de que a validação de uma certa tipologia de enquadramentos deve ser precedida de uma identificação das partes que compõem um dado enquadramento. Consequentemente, a formalização de um enquadramento depende da identificação prévia dos seus componentes ou, nos termos de Gamson e Mondigliani (1987, p. 143), dos seus “elementos de assinatura”, isto é, dos *slogans*, metáforas, frases e palavras-chave que remetem a alguma representação estruturada do real. Uma vez identificados tais

elementos, é possível recorrer a técnicas estatísticas que possibilitem compreender como eles são articulados nas notícias, colunas, artigos, editoriais etc.

Logo, proponho uma rotina de identificação de enquadramentos midiáticos baseada em três etapas: (i) a identificação da maior pluralidade possível dos elementos de assinatura recorrentes na cobertura midiática de um dado tema; (ii) a mensuração da coocorrência desses elementos nos textos publicados; e (iii) a confluência dos elementos que mais coocorrem em agrupamentos comuns. Porém, antes de discutir tal protocolo metodológico, faz-se necessário apresentar algumas ponderações sobre como o conceito de enquadramento foi operacionalizado aqui. Como já dito, ele pretende denotar um conjunto muito diversificado de operações de seleção e ênfase, as quais precisam ser minimamente esclarecidas para um bom entendimento do que se segue.

### **3.2. Níveis de enquadramento**

Ao fazer alusão aos expedientes de seleção e ênfase utilizados pelos operadores da mídia, a ideia de enquadramento remete a uma miríade de práticas muito distintas. Enquanto determinados autores a usam para se referir a operações formais de articulação dos sentidos midiáticos, outros a empregam para aludir aos sentidos substantivos difundidos pela mídia. Se uns usam o conceito apenas para analisar como as notícias são construídas pelos jornalistas, outros a aplicam também à maneira como os textos mais opinativos definem e julgam uma certa realidade. Por outro lado, se a amplitude semântica do conceito induz a imprecisões, ela também possibilita abarcar numa mesma categoria os inúmeros procedimentos presentes no processo de construção simbólica da realidade pela mídia. Por isso, antes de discutir a tipologia de enquadramentos que será em breve formalizada, é necessário en-

tender os diferentes níveis em que os processos de enquadramento operam dentro de uma redação jornalística.

Para entender melhor o que chamo de *níveis de enquadramento*, tomemos como exemplo um dos enquadramentos mais comuns na cobertura de processos eleitorais: o *enquadramento “corrida de cavalos”*. Grosso modo, o enquadramento “corrida de cavalos” faz referência a como veículos de mídia cobrem determinados momentos eleitorais a partir dos mesmos critérios narrativos empregados em disputas esportivas, o que reduz as eleições a uma mera competição por votos em que há sempre alguém na dianteira. Noutros termos, esse enquadramento aplica aos momentos eleitorais<sup>4</sup> todo um conjunto de elementos de assinatura próprios do linguajar de comentaristas desportivos. A despeito da grande quantidade de autores que identifica tal enquadramento em pesquisas distintas,<sup>5</sup> vários padrões formais e conteúdos textuais muito diversos podem ser vistos como expressões desse tipo de enquadramento. A recorrente publicação dos resultados quantitativos de pesquisas eleitorais, a adoção de uma retórica da disputa nas reportagens, a divisão da seção opinativa dos jornais entre defensores de cada um dos políticos em campanha, a desconsideração dos programas de cada candidato etc., todas podem ser expressões comuns do enquadramento “corrida de cavalos”.

Cada um desses exemplos remete a etapas diversas do processo de confecção de uma edição de jornal. Além disso, refletem as escolhas de estratos diferentes de trabalhadores de uma redação. A adoção de uma retórica da disputa em uma reportagem, por exemplo, tende a ser definida, ao menos em tese, pelo jornalista que a

<sup>4</sup> Vale frisar que tal enquadramento não está mais restrito às eleições políticas. Uma pesquisa sobre a cobertura conferida ao último conclave da Igreja Católica pelos principais veículos de comunicação brasileiros fatalmente mostraria que tal cerimônia foi por vezes apresentada como uma corrida de cavalos, com direito a um bolão de apostas e comentaristas arriscando placares.

<sup>5</sup> Para algumas discussões desse tipo muito comum de enquadramento, ver Cappella e Jamieson (1997), Hallin (1994) e Baker (2001).

escreve. É verdade que, na maioria das redações, os editores têm o poder de impor uma abordagem às matérias que, a rigor, eles não escreveram. Contudo, é preciso levar em conta que a adoção de uma retórica da disputa se dá num nível estritamente textual. Já o caso da divisão da seção de opiniões em duas alas representativas dos candidatos em confronto costuma refletir uma escolha mais editorial.

O objetivo não é estabelecer a divisão de responsabilidades tradicional de uma redação. Pretendo apenas destacar que a convocação de determinados colaboradores, a escolha dos columnistas fixos, o estabelecimento de uma proporção entre textos opinativos e reportagens, por exemplo, formam enquadramentos distintos daqueles presentes numa notícia ou num texto opinativo. Chamo esses princípios de organização de *enquadramentos editoriais*. Quase sempre, os enquadramentos editoriais são mais implícitos e têm efeitos – se os têm – a longo prazo. Outra particularidade é que eles costumam expressar mais as rotinas de organização e produção da notícia do que as características específicas de uma temática.

Por tudo isso, enquadramentos editoriais dificilmente são captáveis sem levar em conta variáveis contextuais, como o perfil de quem é convocado a opinar no jornal, em que seções se publicam os textos sobre um tema e, sobretudo, qual a relação dos textos publicados com os demais. A adoção de uma retórica da disputa, por outro lado, expressa outro tipo de enquadramento, que tem a ver com os conteúdos explicitamente presentes num texto midiático. Índícios textuais do enquadramento corrido de cavalos podem ser facilmente encontrados quando as matérias jornalísticas utilizam *slogans* e vocabulário próprios dos esportes, como “a disputa este ano está acirrada”, “o candidato *A* tem muitas chances de ultrapassar o candidato *B*”, “os correligionários do candidato *B* estão torcendo para que ele vire o jogo” etc. Isoladamente, porém, essa terminologia não é suficiente para que se ateste a existência de um enquadramento desse tipo. Essas construções funcionam

apenas como elementos de assinatura de um enquadramento e, portanto, embora insinuem que ele está presente, não servem individualmente como prova disso.

O enquadramento corrido de cavalos é, basicamente, um enquadramento próprio das rotinas jornalísticas e editoriais. A mídia, no entanto, é uma importante difusora de enquadramentos interpretativos ligados a um tema em particular. Ainda que os editores e jornalistas sejam atores fundamentais na difusão desses enquadramentos interpretativos, eles costumam ser produzidos fora das redações e por atores sociais diversos. Visto que o jornalismo moderno se pretende imparcial frente às diversas temáticas públicas, os enquadramentos interpretativos não costumam ser defendidos por repórteres, mas por colunistas de opinião ou informantes citados em reportagens.

Por tudo isso, é importante fazer uma distinção entre *enquadramentos editoriais*, *enquadramentos noticiosos* e *enquadramentos interpretativos*. Os *enquadramentos editoriais* abarcam o conjunto de critérios editoriais de seleção, ênfase e distribuição dos textos sobre um tema no interior de cada edição publicada. Tais enquadramentos costumam expressar algumas das rotinas de produção e organização da notícia, as quais buscam traduzir para a prática jornalística os princípios éticos que norteiam a atuação pública da imprensa. *Enquadramentos noticiosos*, por sua vez, têm a ver com os princípios de seleção e ênfase próprios da redação de uma notícia por um jornalista profissional. Como nota Mauro Porto (Porto, 2004, p. 91), o *enquadramento noticioso* é aquilo que no jargão dos jornalistas “seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”. Já os *enquadramentos interpretativos* se ligam às definições de uma certa realidade que objetivam basicamente induzir uma avaliação de um tema ou evento. De acordo com Porto (2004, p. 96):

Os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia.

Como já foi dito, a identificação desses enquadramentos padece de certa indeterminação metodológica. Raramente os estudos de mídia apresentam evidências capazes de demonstrar que uma dada tipologia de enquadramentos não é apenas uma projeção da mente do analista. Como boa parte das problemáticas que interessam à imprensa envolve controvérsias e conflitos político-morais, é natural que cada investigador costume ter a sua própria posição em relação ao tema estudado, isto é, o seu próprio enquadramento.

Como defendem Gamson e Modigliani, tais dificuldades podem ser parcialmente contornadas caso a identificação dos enquadramentos respeite ao máximo a linguagem utilizada por aqueles que os advogam. A respeito de uma pesquisa sobre os debates em torno da ação afirmativa nos Estados Unidos, eles alegam:

É difícil ser justo na definição de um pacote [interpretativo] que não é o nosso. Uma definição adequada deve encontrar a regra fundamental que é aceita como justa por um defensor [de um

enquadramento]. Nós tentamos satisfazer tal regra ao confiar na linguagem exata dos defensores e patrocinadores, citando-os diretamente o máximo possível (Gamson e Modigliani, 1987, p. 144).

Porém, é difícil crer que a lista com sete enquadramentos interpretativos sobre as ações afirmativas, fornecida pelos autores, respeite a linguagem daqueles que defendem uma determinada posição em relação à política nos Estados Unidos. É no mínimo duvidoso que essa lista consiga ser fiel à miríade de termos utilizados para enquadrar as ações afirmativas raciais naquele país.

Uma forma de contornar essas dificuldades é adotar uma estratégia metodológica que busque, em primeiro lugar, identificar a maior pluralidade possível de frases padronizadas e *slogans* mencionados por aqueles que defendem uma visão sobre um tema qualquer. Esses *slogans* indicam os elementos de assinatura ou subenquadramentos que fazem parte de um enquadramento mais amplo. Embora essa lista nunca seja capaz de esgotar os subenquadramentos existentes, ela provavelmente será mais inclusiva à medida que levar em conta mais elementos de assinatura.

Diante disso, a formalização dos enquadramentos editoriais, noticiosos e interpretativos característicos da controvérsia analisada se deu pela codificação prévia de alguns elementos de assinatura (frases-chave, *slogans*, termos, argumentos etc.) presentes nas matérias e textos opinativos incluídos no *corpus*. Diante do caráter argumentativo dos discursos em torno das ações afirmativas raciais, os principais elementos de assinatura dos enquadramentos interpretativos disponíveis para a questão são argumentos quase sempre formulados como frases de aprovação ou desaprovação à medida. Tais argumentos são micro ou subenquadramentos, uma vez que definem problemas, diagnosticando suas causas e sugerindo julgamentos sobre eles, de forma direta e com economia de termos. Como dito no capítulo anterior, foi baseado nesse proce-

dimento que uma lista de argumentos sobre as ações afirmativas raciais foi produzida (quadro 1).

### 3.3. A formalização de enquadramentos editoriais

Tomando por base a lista de argumentos apresentada no capítulo anterior, já seria possível agrupá-los por semelhança em enquadramentos semanticamente homogêneos. Contudo, não é forçoso que conteúdos semelhantes à primeira vista componham um mesmo quadro interpretativo. Um enquadramento interpretativo pode articular sentidos diferentes ou mesmo contraditórios numa mesma linha argumentativa coerente. Ignorar esse fato é uma das principais deficiências dos estudos de enquadramento, os quais optam por categorizar quadros interpretativos a partir das semelhanças entre um conjunto de elementos de assinatura sem, porém, verificar se tais elementos de fato coocorrem nos textos de um dado *corpus*. Logo, é também uma questão empírica determinar em que medida elementos de assinatura similares aparecem juntos nos textos incluídos no *corpus*.

Uma forma de delinear o modo como tais elementos de assinatura são articulados em enquadramentos maiores pelos textos publicados na imprensa é medir quais deles mais ocorrem conjuntamente. Ou seja, é de se esperar que subenquadramentos que costumam ser mencionados juntos numa mesma comunicação façam parte de um mesmo enquadramento interpretativo maior. Embora esse parâmetro seja adotado por alguns autores, não é tão simples estabelecer a coocorrência de determinados subenquadramentos.

Rousiley Maia (2009), por exemplo, tenta mensurar tais coocorrências quando discute os enquadramentos produzidos pelos mesmos jornais estudados aqui a respeito de duas importantes problemáticas públicas: a lei que propunha limitar a publicidade de cigarros em 2000 e o debate em torno do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munições, que ocorreu em 2005.

Inspirada nos trabalhos de Chong e Druckman (2007), Maia mede a copresença de argumentos em torno das duas temáticas a partir da sua presença/ausência nos dois lados envolvidos nos debates estudados.

Contudo, a autora ignora que dificilmente os dois debates estudados podem ser reduzidos a dois lados homogêneos. Ao lidar com controvérsias em torno de propostas concretas, é sempre possível dividir os textos analisados em contrários e favoráveis às medidas propostas. Porém, não se pode ignorar a polifonia interna a cada um desses polos. Além disso, Maia indica somente quais argumentos coocorrem em cada momento dos debates, deixando de levar em conta a frequência com que eles coocorrem.

Não é forçoso que cada envolvido nos debates analisados por Maia mescle os mesmos argumentos citados pelo seu respectivo “lado” no debate. É possível supor que cada tomada de posição articule argumentos de uma forma particular, formando o seu próprio enquadramento dos temas estudados. Em segundo lugar, tal técnica falha ao ignorar a frequência relativa em que um argumento ocorre em conjunção com outro. Ou seja, não só importa estabelecer se um argumento ocorre juntamente com outro, mas, sobretudo, quais argumentos mais coocorrem entre si e em qual intensidade, o que é viabilizado pela ACS.

Assim sendo, o gráfico 2 apresenta a ACS dos argumentos detectados em todo o *corpus*. Nesse mapa, já é possível perceber algumas características sobre como o tema das ações afirmativas raciais no ensino superior é enquadrado nos dois jornais. Em primeiro lugar, vale notar que os argumentos contrários (códigos começados com a letra C) se concentram no lado esquerdo do mapa, enquanto os argumentos favoráveis (indicados pela letra F) aparecem mais dispersos no lado direito. Além disso, excetuando-se dois argumentos (c25 e c35), há uma nítida fronteira entre argumentos contrários e favoráveis. Isso indica que são raros os textos em que argumentos contrários aparecem citados juntamente com argu-



os jornais, de forma muito similar, apresentaram a política como uma controvérsia entre duas alas diametralmente opostas. Porém, essas ACSs são insensíveis às diferenças narrativas que particularizam os textos jornalísticos, especialmente àquela que distingue de forma estanque os textos opinativos e as notícias. O advento do ideal da neutralidade jornalística reconfigurou não só as rotinas midiáticas, mas a própria organização visual dos jornais impressos. Já em meados do século XX, os periódicos começam a adotar uma série de divisões internas, dentre as quais a mais importante é aquela que separa as notícias ditas informativas dos chamados artigos ou colunas de opinião.<sup>7</sup> Tal divisão está calcada na ideia de que informação e opinião devem – e podem – ser distinguidas. Daí resultaria que o espaço dedicado à publicação de notícias deveria ser nitidamente diferenciado do espaço reservado à publicação dos textos opinativos.

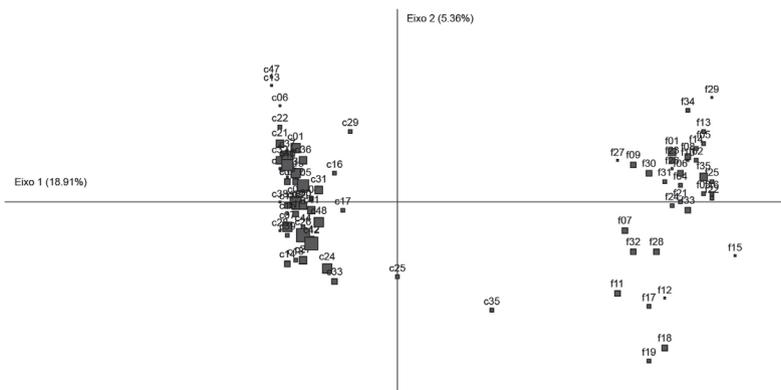
Porém, as seções opinativas dos jornais não devem ser interpretadas como espaços em que o ideal de imparcialidade jornalística é flexibilizado, mas sim reformulado. Essas seções costumam apenas se basear numa interpretação diversa do mesmo ideal. Aqui o jornal se apresenta como uma entidade imparcial, não por se ater estritamente aos fatos reportados, mas por ceder espaço às divergências supostamente constitutivas da esfera pública como um todo. Já nas reportagens, o ideal da imparcialidade jornalístico seria realizado pela incidência de procedimentos profissionais, próprios da prática jornalística, os quais garantiriam uma representação mais ou menos fidedigna de uma dada realidade. Nas matérias jornalísticas, o ideal da imparcialidade se realizaria a partir de um respeito

<sup>7</sup> Birolí destaca que, no Brasil, a separação entre informação e opinião adquiriu seu maior impulso no processo de padronização da atividade jornalística do jornal *Folha da Manhã* no fim da década de 1940. Mais recentemente, uma apologia a tal demarcação pode ser encontrada em vários manuais, destaque para o “Manual de redação e estilo” do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em 1990 (Birolí, 2007).

ao valor da objetividade, enquanto nas seções opinativas o jornal alcançaria tal ideal ao respeitar o valor da pluralidade axiológica.

Baseado nisso, o gráfico 3 apresenta a ACS dos elementos de assinatura codificados nos textos opinativos, enquanto o gráfico 4 apresenta a ACS dos argumentos mencionados pelas reportagens. Percebam que, enquanto a posição dos códigos nos dois mapas permanece constante (códigos contrários à esquerda, favoráveis à direita), no mapa gerado para as reportagens o fosso que separa as duas alas argumentativas diminui.

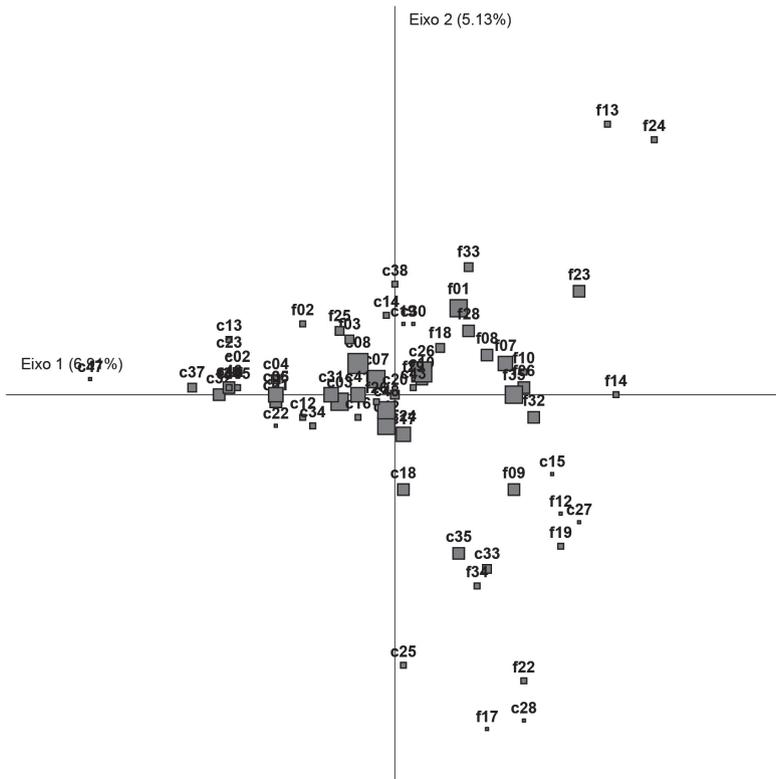
**Gráfico 3** – ACS dos argumentos presentes em textos opinativos\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 791 textos.

\* Foram excluídos os textos opinativos que não possuíam argumentos.

**Gráfico 4** – ACS dos argumentos presentes nas reportagens

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 401 textos.

\* Foram excluídas as reportagens que não possuíam argumentos.

Comparando esses dois gráficos é possível atestar a profunda diferença em como os subenquadramentos são organizados em textos opinativos, de um lado, e em reportagens, do outro. Textos opinativos costumam articular numa argumentação subenquadramentos coerentes com uma mesma tomada de posição em relação às ações afirmativas raciais, enquanto as notícias são compostas narrativamente, levando em conta suben-

quadramentos concorrentes. Tomados de forma individual, cada texto opinativo representa uma determinada posição no debate, mas, no atacado, eles conformam uma imagem bipartite da discussão. As reportagens, por sua vez, buscam internalizar esse mesmo princípio de divisão.

Essas diferenças no modo de lidar com os textos expressam aparentemente os valores próprios das rotinas jornalísticas, refletindo a oposição entre notícia e texto opinativo. Porém, não há nada de óbvio ou natural nesse enquadramento editorial. A rigor, outras temáticas foram tratadas de modo diferenciado pelos mesmos jornais. Esse é o caso da cobertura sobre as leis antitabagistas, estudada por Maia, em que os textos publicados se concentravam na abordagem do fumo como problema de saúde pública, impedindo que a questão constituísse um debate antagonista propriamente dito (Maia, 2009, p. 320). Nesse caso, a imprensa tentou se apresentar como uma servidora pública, incumbida da tarefa de informar a opinião pública sobre um problema importante de saúde coletiva.

O mesmo vale para o modo como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* enquadraram a crise do mensalão do Partido dos Trabalhadores em 2005, em que havia pouco ou nenhum espaço para enquadramentos concorrentes (Miguel e Coutinho, 2007). Aplicando a tipologia de Le Bohec aos achados de Miguel e Coutinho, podemos dizer que a imprensa se apresentou como um contrapoder, isto é, um cão de guarda dos valores democráticos, propugnando a cassação dos envolvidos no escândalo em nome da ética pública. Porém, o fez sem contestar os arranjos institucionais liberais que caracterizam a nossa democracia, agindo ao mesmo tempo como “incendiária” e “bombeira” da opinião pública, para usar a metáfora dos autores (2007, pp. 120-1).

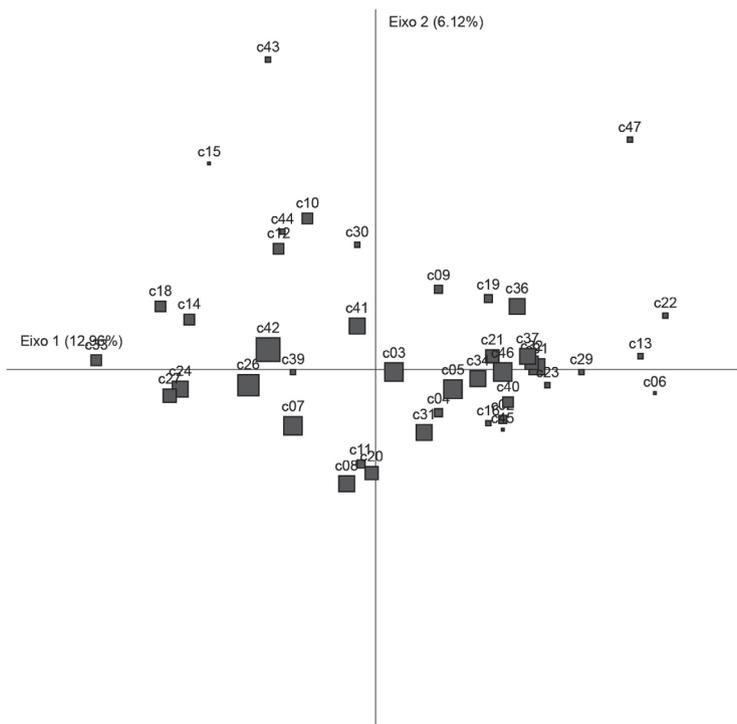
Assim, a maneira como a imprensa enquadrou o tema das ações afirmativas raciais não pode ser tomada como uma expressão natural dos valores jornalísticos. Ao contrário, a opção em se

apresentar como fórum de debate foi construída pelos jornais em momentos diferentes da década analisada como uma forma de justificar a atuação da imprensa dentro dessa polêmica. Discutiremos essa afirmação no próximo capítulo. Antes, porém, faz-se necessário mostrar de que modo a ACS também pode ser fecunda na sistematização de enquadramentos interpretativos.

### **3.4. A formalização de enquadramentos interpretativos**

Tão importante quanto estabelecer como determinados argumentos são articulados numa dada cobertura midiática é indagar de que modo se organizam no interior de cada texto. As ACSs supracitadas permitem perceber que, no geral, os argumentos foram organizados em alas distintas. Porém, essas ACSs impedem que percebamos em separado as características semânticas de cada um desses lados da polêmica. Vejamos, primeiramente, como se comporta a ACS no caso dos argumentos contrários:

**Gráfico 5** – ACS dos argumentos contrários (excluídos os *outliers*)\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 815 textos.

\* Foram excluídos os textos contrários que não apresentavam argumentos.

É possível perceber no gráfico 5 que os argumentos que aparecem próximos ao centro do eixo vertical e levemente deslocados à direita no eixo horizontal apresentam uma continuidade semântica e simultaneamente uma grande correspondência entre si. São eles os argumentos c01 (AAR pode impor uma identidade bicolor), c05 (AAR cria/acirra conflito racial), c16 (AAR pode dividir classes baixas), c21 (AAR oficializa o racismo), c32 (AAR pressupõe a existência biológica de raças), c34 (AAR importa um modelo estrangeiro), c36 (É difícil classificar racialmente as pes-

soas), c40 (O Brasil não é um país racista), c37 (AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem), c45 (Racismo oculto é melhor que explícito), c46 (AAR racializa a sociedade) etc.

Em conjunto, esses argumentos apontam para o potencial disruptivo das ações afirmativas baseadas na raça, seja porque a ideia de raça contrasta com a tradição cultural nacional, seja porque ela é, em si, nociva. Noutros termos, todos esses argumentos propugnam que as ações afirmativas raciais lidam de forma controversa com a ideia de raça, fazendo com que a política possa introduzir no país conflitos e polaridades identitárias nefastas. E o fato de aparecerem numa região contígua do mapa não indica apenas que esses discursos são similares, mas que eles costumam aparecer juntos no interior dos textos incluídos no *corpus*.

Analogamente, os códigos c24 (AAR diminui a qualidade do ensino), c26 (AAR não leva em conta o mérito), c27 (AAR produzirá profissionais despreparados), c33 (Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso) e c42 (O caminho é investir no ensino básico) se concentram no meio do eixo vertical e bem à esquerda do eixo horizontal, formando outro agregado de argumentos que costumam aparecer juntos na cobertura midiática. Pelos rótulos, é possível perceber que tais argumentos têm em comum o fato de sublinharem os possíveis malefícios que a ação afirmativa racial pode gerar na educação ao flexibilizar os critérios de admissão, piorando a qualidade dos alunos que entram e saem das universidades, assim como do ensino como um todo e, também, por colocar em segundo plano os investimentos prioritários no ensino básico.

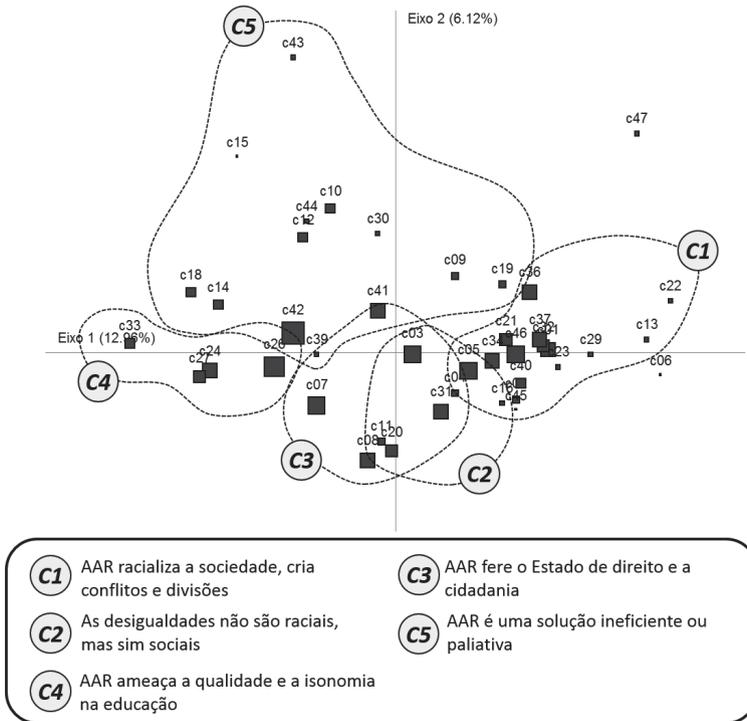
Na parte inferior-central do mapa, que divide os argumentos que apontam para a possibilidade de racialização e aqueles centrados nos perigos à educação, há uma diversidade menos nítida de pontos. De um lado, os argumentos c07 (AAR é discriminação às avessas), c08 (AAR é inconstitucional/ilegal), c11 (AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais), c26 (AAR não leva

em conta o mérito), c31 (AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios) e c41 (O caminho é investir nas políticas universais) colocam questões relativas ao respeito ao Estado de direito e à cidadania. Nesse enquadramento, a imparcialidade jurídica seria violentada pela ação afirmativa, pois esta criaria privilégios. Logo, a medida seria uma forma de discriminação às avessas, já que não respeita o princípio universalista do mérito.

Do outro lado, os subenquadramentos como c02 (Pobreza dos negros não se deve à discriminação), c03 (Classe importa mais que raça) e c20 (AAR pode excluir os brancos pobres) apontam para a prioridade das desigualdades socioeconômicas sobre as desigualdades raciais. Dessa perspectiva, não caberia implantar ações afirmativas de corte racial num contexto em que as desigualdades são, na verdade, socioeconômicas. Existiria apenas uma infeliz coincidência, historicamente construída, entre negritude e pobreza, que poderia ser matizada com políticas universalistas de redistribuição.

Uma nuvem maior de argumentos que coocorrem pode ser detectada em toda parte superior do mapa, delimitada pelos códigos c42 (O caminho é investir no ensino básico), c14 (AAR é uma medida eleitoreira), c18 (AAR pode estigmatizar os beneficiários), c44 (Não é função da universidade estabelecer AARs), c30 (AAR tende a se perpetuar), c09 (AAR pode excluir grupos discriminados), c19 (AAR fracassou em outros lugares), c04 (AAR tende a beneficiar a classe média/elite negra) e c41 (O caminho é investir nas políticas universais), que também engloba os argumentos c10 (AAR é ineficiente no combate às desigualdades) e c12 (AAR é solução paliativa). Apesar da multiplicidade, esses argumentos sugerem que a ação afirmativa racial terá muitos efeitos reversos ou que, na verdade, existem alternativas menos perigosas para solucionar os problemas que ela pretende remediar. Trata-se de uma medida que representa interesses equivocados, ineficiente em seus meios e defendida com fins eleitorais. Diante disso, o gráfico 6 localiza cada um dos agrupamentos detectados nos parágrafos anteriores:

**Gráfico 6** – ACS dos argumentos contrários marcados por nuvens de acordo com a similaridade e a contiguidade dos códigos



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 815 textos.

Essas cinco nuvens podem ser tomadas como os cinco principais enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais articulados nos dois jornais. A ACS possibilitou que a formalização se desse com base em critérios interpretativos, como a contiguidade semântica entre os argumentos, e em critérios indutivos baseados no modo como eles são combinados nos textos. O quadro a seguir apresenta a lista dos cinco enquadramentos interpretativos contrários, formalizados a partir da ACS e indicados pela letra “C” maiúscula, bem como os argumentos incluídos em cada um dos enquadramentos, indicados pela letra “c” minúscula:

**Quadro 2** – Lista de enquadramentos interpretativos contrários

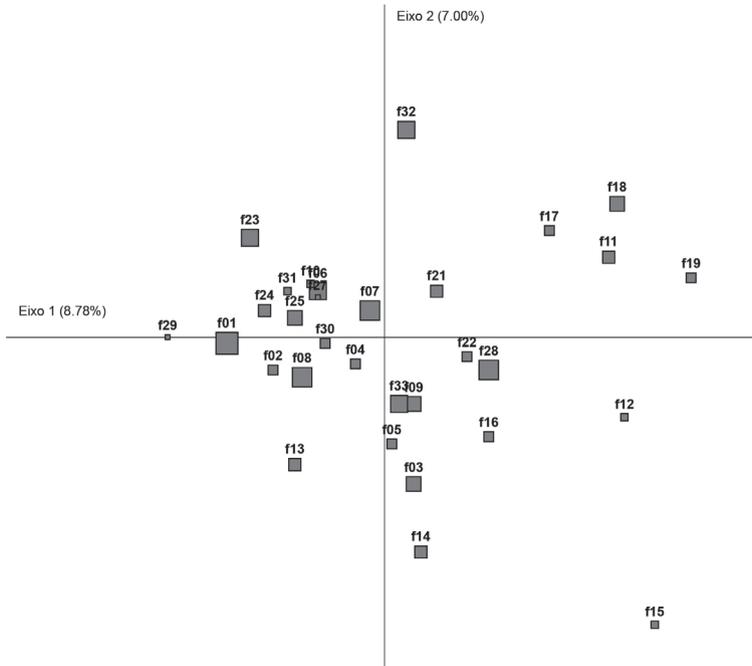
<b>Enquadramento interpretativo</b>	<b>Subenquadramentos incluídos</b>
<b>C1) AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões</b>	c01; c05; c13; c16; c21; c22; c23; c28; c29; c32; c34; c36; c37; c40; c45; c46; c47
<b>C2) As desigualdades não são raciais, mas sim sociais</b>	c02; c03; c16; c20
<b>C3) AAR fere o Estado de direito e a cidadania</b>	c07; c08; c11; c26; c31; c41
<b>C4) AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação</b>	c24; c26; c27; c33; c42
<b>C5) AAR é solução ineficiente ou paliativa</b>	c04; c06; c09; c10; c12; c14; c15; c17; c18; c19; c25; c30; c31; c35; c38; c39; c41; c42; c43; c44; c47

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Além de possibilitar validar uma tipologia de enquadramentos interpretativos, a ACS exposta no gráfico 6 permite delinear algumas características gerais deles. Primeiro, os quatro enquadramentos que se situam na base do gráfico apresentam correspondências com os argumentos focados na ineficiência das ações afirmativas raciais (C5). Isso quer dizer que a ineficiência dessas políticas é um argumento compartilhado por quase todos que atacam as ações afirmativas raciais. Por outro lado, não há interseção entre os argumentos que apontam para os supostos efeitos negativos da política na educação (C4) e aqueles centrados na ideia de racialização (C1). Isso indica que os textos que destacam a possibilidade de se racializar a sociedade ou criar conflitos raciais a partir da difusão de ações afirmativas raramente compartilham da opinião de que a política colocará em perigo a qualidade do ensino. Por fim, há uma quase perfeita sobreposição entre os argumentos que defendem o caráter socioeconômico das desigualdades (C3) e aqueles que atacam as ações afirmativas raciais como medidas ilegais ou inconstitucionais (C2).

As características dessa tipologia serão discutidas com mais detalhes no último capítulo, quando também levaremos em conta tipologias alternativas. Antes, porém, é importante investigar como a ACS se comportará quando somente os argumentos favoráveis forem analisados. Da mesma forma que no gráfico 5, o gráfico 7 apresenta a ACS construída para os argumentos favoráveis, excluindo-se os *outliers*:

**Gráfico 7**– ACS dos argumentos favoráveis (excluídos os *outliers*)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 552 textos.

\* Foram excluídos os textos favoráveis que não apresentavam argumentos.

À exceção de alguns pares, a maioria dos códigos se distribui de forma muito mais simétrica que na ACS dos argumentos contrá-

rios (gráfico 5). O fato de não existirem agrupamentos nítidos de códigos não quer dizer que a coocorrência entre eles seja baixa, mas sim que nenhum grupo de argumentos aparece em conjunção mais que a média geral de coocorrências. A distância gráfica de alguns argumentos semanticamente próximos, por seu lado, é um indício de que cada texto costuma mesclar argumentos de matrizes diferentes em vez de priorizar uma linha argumentativa determinada.

Ainda assim, é possível identificar algumas continuidades entre códigos semelhantes. No quadrante inferior-direito do mapa, pode-se notar uma semelhança geral entre os argumentos f03 (AAR realiza o princípio da igualdade formal de tratamento), f02 (AAR efetiva princípios constitucionais), f05 (AAR consolida/realiza princípios republicanos), f09 (AAR instaura a igualdade de oportunidades), f14 (AAR combate o racismo/discriminação – genérico), f15 (AAR combate o racismo/discriminação institucional/estrutural), f16 (AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais) e f22 (AAR realiza o mérito). Esses oito argumentos defendem as ações afirmativas raciais como forma de efetivar a igualdade de tratamento, atacando, assim, a discriminação racial. Não obstante partidários de diferentes ideários remetam a esse enquadramento, vale a pena atentar para o modo como ele expressa os valores próprios de uma tradição liberal que vê na igualdade de oportunidades e de tratamento a base de uma sociedade justa. Ao se referir a esse argumento, não se defende necessariamente uma sociedade com pouca desigualdade entre as classes, mas uma sociedade que ofereça a todos as mesmas oportunidades de ascensão.

Do lado esquerdo do mapa, é possível identificar subenquadramentos de duas naturezas. De um lado, estão os códigos f01 (AAR diminui as desigualdades – genérico), f04 (AAR introduz os beneficiários na cidadania), f07 (AAR inclui os excluídos – genérico), f08 (AAR diminui as desigualdades socioeconômicas), f10 (AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados) e f13 (AAR dissocia cor de pobreza). Em conjunto, esses pontos compõem um discurso que ratifica que ação afirmativa racial diminui as

desigualdades sociais e inclui os excluídos na cidadania ao promover a mobilidade social dos beneficiários. A ênfase desse agrupamento argumentativo é na redistribuição de recursos e não somente na redistribuição de oportunidades sociais. A rigor, ambas as linhas argumentativas costumam vir juntas, mas como há momentos em que as ênfases particularizam a argumentação, faz-se necessário distingui-las em dois enquadramentos distintos.

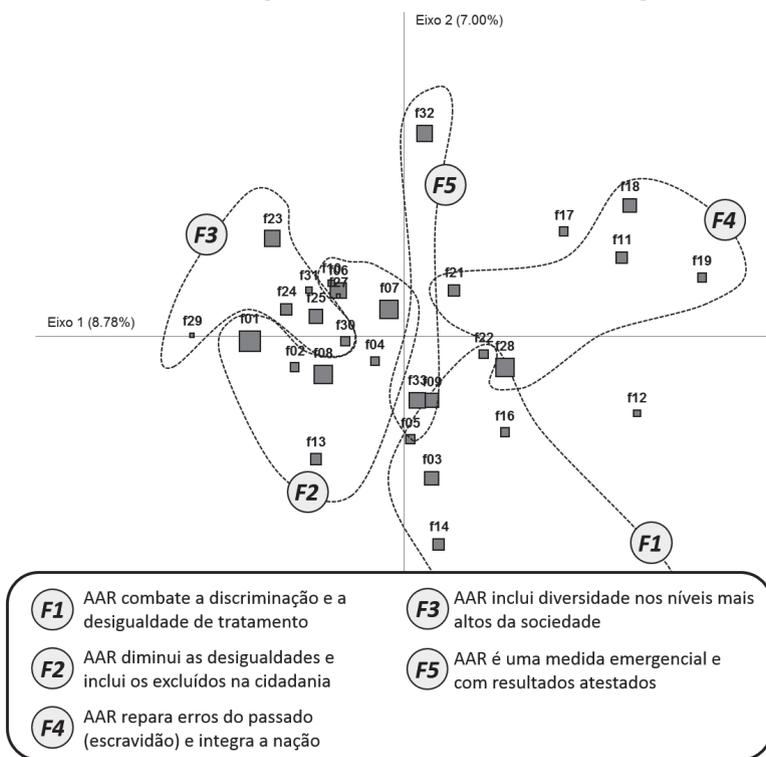
À extrema-esquerda do gráfico 7 é possível perceber uma série de argumentos mais comunitaristas, que enfatizam o fato de a ação afirmativa racial reparar os efeitos nocivos da escravidão, aumentando a autoestima dos negros, reconhecendo a contribuição histórico-cultural deles e, assim, integrando-os à nação. Sob essa rubrica estão os subenquadramentos f23 (AAR repara erros cometidos no passado – genérico), f24 (AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados), f25 (AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente), f27 (AAR aumentará a autoestima dos beneficiários), f29 (AAR reconhece contribuição histórico-cultural de marginalizados), f30 (AAR realiza um projeto de nação) e f31 (AAR é decisiva para a integração nacional).<sup>8</sup>

Já a nuvem que abrange os subenquadramentos f11 (AAR capacitará os beneficiários a competir em igualdade), f18 (AAR cria uma classe média negra), f19 (AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade), f21 (AAR inclui potenciais antes desperdiçados) e f28 (AAR introduz pluralidade nas instituições) congrega os argumentos que acreditam que as ações afirmativas aumentam a competitividade dos grupos beneficiados, possibilitando que eles acessem posições de elite até então fechadas. Esses pontos são diferentes versões da alcunhada teoria do *creamy layer*, isto é, a ideia de que as ações afirmativas ajudam a formar uma “nata”, uma elite negra.

<sup>8</sup> O penúltimo capítulo discutirá em detalhe porque esse enquadramento possui uma retórica comunitarista.

Os argumentos f32 (AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica), f33 (AAR teve êxito em outros lugares) e f34 (Há sinais de sucesso da AAR no Brasil) não formam uma nuvem, mas podem ser agrupados num mesmo *cluster*. Isso porque esses pontos não são justificações propriamente ditas, mas recursos argumentativos que buscam embasar uma tomada de posição a partir de uma postura pragmática. Assim como no caso dos enquadramentos contrários, as áreas de contiguidade semântica que indicam os enquadramentos favoráveis aparecem no gráfico 8:

**Gráfico 8** – ACS dos argumentos favoráveis marcados por nuvens de acordo com a contiguidade e similaridade dos códigos



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 552 textos.

As quatro nuvens representadas no gráfico 8 indicam os principais enquadramentos interpretativos favoráveis às ações afirmativas raciais detectados no *corpus*. As fronteiras entre esses enquadramentos são fluidas e, como veremos, em muitos momentos eles se confundem ou mesmo se sobrepõem. Além disso, em cada período da cobertura, um dado conjunto de subenquadramentos se torna mais proeminente, fazendo com que cada enquadramento assumia diferentes formas. A despeito disso tudo, formalizar tais enquadramentos analiticamente é fundamental para identificar de que modo eles interagem no decorrer do tempo.

### Quadro 3 – Lista de enquadramentos interpretativos favoráveis

Enquadramento interpretativo	Subenquadramentos incluídos
<b>F1) AAR combate à discriminação e à desigualdade de tratamento</b>	f03, f05, f02, f09, f17, f14, f15, f16, f22
<b>F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania</b>	f01, f06, f04, f07, f08, f10, f12, f13
<b>F3) AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação</b>	f23, f24, f25, f27, f29, f30, f31
<b>F4) AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade</b>	f11, f18, f19, f20, f21, f26, f28
<b>F5) AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados</b>	f32, f33, f34

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Mais uma vez, o mapa de correspondências apresentado no gráfico 8 permite delinear algumas conclusões preliminares sobre o modo como os argumentos favoráveis são articulados nos textos do *corpus*. Primeiramente, o fato de os cinco enquadramentos se deslocarem do centro do gráfico em direção às bordas indica que eles costumam coocorrer entre si. Como veremos mais à frente, a defesa das ações afirmativas raciais nos dois jornais se caracterizou por um alinhamento entre diferentes discursos de defesa. Em segundo lugar, há uma quase fusão entre o enquadramento que toma as ações

afirmativas raciais como medidas que diminuem as desigualdades sociais (F2) e aquele que entende que elas são importantes porque reparam os males gerados pela escravidão (F3). Essa associação discursiva se deve à circunstância de que os defensores dessas políticas nos jornais se distribuíram em dois grupos políticos: representantes do Estado (ministros e secretários de governo) e militantes do movimento negro. O fato de grande parte dos textos de defesa das ações afirmativas raciais ter sido produzido pelos ministros da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) fez com que ambos os enquadramentos se mesclassem em parte do *corpus*. Isso porque os ministros da SEPPIR costumaram atrelar esses dois enquadramentos em suas comunicações, de modo a promover uma perspectiva própria do movimento negro e uma retórica típica dos representantes do governo federal. Essas e outras características gerais dos enquadramentos favoráveis serão discutidas no penúltimo capítulo, quando essa tipologia será também relacionada à literatura especializada.

## 4. DEFININDO O OBJETO DE DEBATE

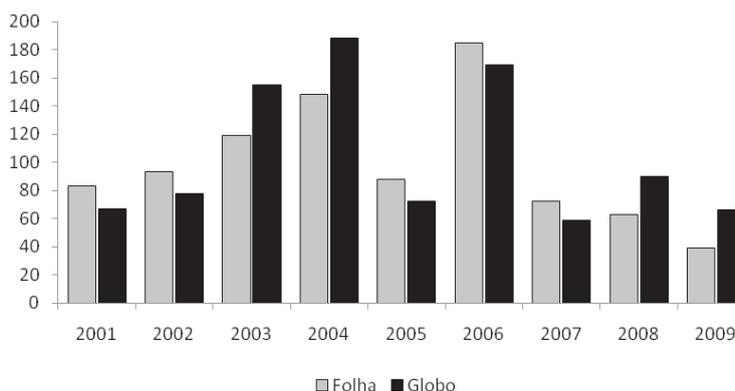
Uma das primeiras dificuldades ao pesquisar o modo como a imprensa enquadrou o tema das ações afirmativas raciais está no fato de que o próprio objeto da polêmica – suas acepções e nomenclaturas – foi formado e reformado no decorrer da cobertura. A imprensa não só tem um papel central na fixação dos temas que animam os debates públicos como também articula um conjunto díspar de eventos, fenômenos e opiniões como estando relacionados a um tema. Portanto, pesquisar a maneira em que se enquadrou tal debate depende de um esforço de investigação centrado no processo de definição do problema em discussão.

As visões sobre as ações afirmativas raciais são resultantes, em grande monte, da forma como o tema é significado pelos atores envolvidos na polêmica. O trabalho de nomeação e significação do tópico, isto é, o investimento feito para delimitar o que está em jogo quando se fala em ações afirmativas raciais, é uma das dimensões fundamentais do processo de construção da problemática. Pode-se dizer que a constituição da ação afirmativa racial como um problema público se deu em paralelo à construção da mídia como principal esfera pública de debate desse problema.

Diante disso, este capítulo pretende discutir os eventos, os procedimentos de categorização e as disputas que transformaram as cotas raciais num tema de debate midiático. Nesse processo, ambos os jornais incluídos no *corpus* parecem ter sido influenciados de forma semelhante pelos principais eventos relacionados às ações afirmativas raciais. Conforme mostra o gráfico 9, a quantidade de

textos publicados sobre o assunto por cada periódico é similar em cada um dos anos analisados. Isso ocorre porque a cobertura das ações afirmativas foi animada por eventos particulares que, a despeito das idiosincrasias de cada jornal, tiveram efeitos semelhantes no espaço concedido ao tema.

**Gráfico 9** – Quantidade de textos publicados sobre o tema por jornal



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 1.831 textos.

Para melhor entender o que elevou ou reduziu a quantidade de textos publicados em cada ano, dividiu-se o que se segue em cinco partes que mais ou menos acompanham as cinco fases cronológicas da cobertura. A primeira acompanha a cobertura do tema no ano de 2001, isto é, a “pré-história” das cotas raciais no Brasil. A imprensa dedicou um espaço razoável de suas páginas aos preparativos para a Conferência de Durban, ocorrida em dezembro de 2001. Ainda que de forma marginal, a Conferência de Durban incentivou a publicação de textos sobre o tema do racismo no Brasil e no mundo, o que serviu de primeiro impulso às discussões midiáticas acerca das ações afirmativas no país. A segunda seção discute a fase da controvérsia centrada na adoção de cotas raciais pela Universidade Estadual do

Rio de Janeiro (UERJ) ao fim de 2001 e as controvérsias que se seguiram no decorrer de 2002. O caso da UERJ trouxe as ações afirmativas raciais para o centro da pauta midiática, sobretudo no que se refere ao jornal carioca *O Globo*.

A terceira seção resume o modo como o tema foi definido entre 2003 e 2004, anos que concentram a maior quantidade de textos sobre o assunto nos dois jornais. É nesse período que a controvérsia se desprovincializa, em grande parte por causa do apoio do governo federal às ações afirmativas raciais e da adoção de um sistema de cotas pela Universidade de Brasília (UnB). O caso da UnB chamou a atenção da imprensa não só por se tratar da primeira instituição federal de ensino superior a adotar tal política, mas também porque a universidade empregou uma comissão para verificar o pertencimento racial dos candidatos às cotas.

A quarta parte acompanha os anos de 2005 e 2006. Em 2005, o tema é marginalizado na cobertura da imprensa graças ao impacto do escândalo envolvendo a suposta compra regular de votos por parte do governo Lula, que ficou conhecido como “mensalão”. No ano seguinte, entretanto, as ações afirmativas raciais voltam a visitar as páginas dos jornais por duas razões. Primeiro, os Projetos de Lei n.º 73/1999 e n.º 3.198/2000, alcunhados de Lei de Cotas e Estatuto da Igualdade Racial, respectivamente, começam a tramitar mais aceleradamente no Congresso. Em reação a essa tramitação, dois manifestos foram organizados, um contrário aos projetos supracitados e outro favorável à Lei de Cotas e ao estatuto.

A quinta e última seção abrange o período que vai da rotina da cobertura sobre as cotas à judicialização da controvérsia. Por um lado, o fato de o governo federal ter adotado uma atitude mais ambígua em relação às ações afirmativas raciais ainda em 2006 reduziu o espaço dado ao tema em ambos os jornais. Por outro, porém, os incentivos extralegislativos dados pelo mesmo governo federal à expansão das ações afirmativas nas universidades impediram que o tema desaparecesse por completo da imprensa.

Além de jogar luz sobre as estratégias editoriais da imprensa, esse período ajuda a entender como elas interagiram com as táticas políticas governamentais.

#### **4.1. Durban: a pré-história da controvérsia (2001)**

É difícil estabelecer qual foi a primeira experiência histórica com ação afirmativa no Brasil. Enquanto Heringer toma como pioneira a Lei do Boi, que em 1968 reservou vagas nas universidades para filhos de fazendeiros (Heringer, 2001), Moehlecke acredita que o marco legal para a ação afirmativa começou com a Constituição de 1988, que já previa uma reserva dos cargos públicos para pessoas com deficiências físicas e mentais (Moehlecke, 2002, p. 205). Essas divergências são geradas por dois fatores. Como nota Feres Júnior (2004), a variedade de políticas abrangíveis no rótulo de “ação afirmativa” faz com que diferentes autores discordem quanto à datação da política pioneira. É claro que o esforço para localizar alguma ação afirmativa no passado nacional reflete a intenção de identificar um precedente histórico-legal capaz de legitimar tais medidas no presente.

A despeito dessas disputas, é razoavelmente mais simples determinar o momento de intensificação dos debates em torno das ações afirmativas raciais no Brasil. Desse prisma, foi de grande importância o evento *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, organizado em 1996 no âmbito do Ministério da Justiça e sob os auspícios do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Reunindo um grande número de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, a proposta era colocar em discussão o tema do racismo no Brasil. Particularmente, o evento convidava os intelectuais a pensarem soluções para as desigualdades raciais capazes de atender às demandas concentradas no Plano Nacional dos Direitos Humanos. Ao

mesmo tempo, buscava responder a algumas pressões externas para que o país adotasse uma postura mais proativa na questão.

A diversidade de intelectuais convidados e, sobretudo, o discurso de abertura do então presidente de República (e ex-estudioso das relações raciais) insinuam as pretensões do governo com o evento. Além de procurar uma solução às pressões internas e externas, tencionava-se colher subsídios para pensar numa proposta de ação afirmativa racial que se diferenciasse do modelo estadunidense e, ao mesmo tempo, se coadunasse com a singularidade nacional:

Nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito, mas ‘as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá’, o que significa que a discriminação e o preconceito que aqui temos não são iguais aos de outras formações culturais. Portanto, nas soluções para esses problemas, não devemos simplesmente imitar. Temos de ter criatividade, temos de ver de que maneira a nossa ambiguidade essas características não cartesianas – do Brasil –, que dificultam tanto em tantos aspectos, também podem ajudar em outros aspectos. Devemos, pois, buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição ou a cópia de soluções imaginadas para situações em que também há discriminação e preconceito, mas em um contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa (Cardoso, 1997, p. 14).

A despeito desse elogio a uma criatividade capaz de respeitar a singularidade brasileira, o evento não foi capaz de encaminhar uma proposta de ação afirmativa clara e, ao mesmo tempo, reverente em relação às supostas idiosincrasias da identidade nacional. É somente em 2001, já no fim do segundo mandato de Fernando Henrique, que o tema retorna à pauta de debate governamental. Desempenharam um papel importante aqui os preparativos para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial,

Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, patrocinada pela Organização das Nações Unidas.

Por diversas razões, a Conferência de Durban foi pensada para ser um dos mais amplos eventos já realizados sob os auspícios da ONU e objetivava discutir os problemas gerados pelo racismo na contemporaneidade. A conferência foi antecedida por quase três anos de preparativos, que abrangeram não somente seminários e grupos de trabalho formados pelos representantes oficiais das nações envolvidas, mas também a mobilização de toda uma rede de organizações não governamentais dedicadas ao combate do racismo, da xenofobia e de temas afins.

A delegação enviada para Durban pelo governo brasileiro contava com mais de duzentos membros de organizações não governamentais ligadas, sobretudo, ao movimento negro, constituindo, assim, a mais numerosa comitiva da conferência (Alves, 2002, p. 221). O peso da delegação brasileira combinado à força do movimento negro no seu interior contribuíram para que Edna Roland, à época presidenta da ONG *Fala Preta!*, fosse escolhida relatora geral da conferência. A despeito disso, o evento teve uma importância limitada para a maioria dos países envolvidos. A maior parte das discussões foi polarizada pelos países árabes, de um lado, e Israel e Estados Unidos, do outro. Os primeiros defendiam, então, que o sionismo fosse considerado uma forma de racismo, posição rejeitada por Israel e pelos Estados Unidos, que abandonaram a conferência antes do seu término.

O ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro, apenas três dias depois do fim da conferência, tornou ainda mais etéreo o conjunto de compromissos firmados em Durban. Contudo, em paralelo aos debates em torno do sionismo, outro tema dominou a ocasião: as propostas de reparações pela escravidão em vários países. Esse tópico possuía uma capacidade aglutinadora maior, posto que era do interesse não somente da maior parte dos países africanos, como

também das organizações ligadas ao movimento negro nos países das três Américas.

Não é o objetivo aqui discutir a importância da Conferência de Durban, muito menos tematizar suas dinâmicas internas. Vale frisar que a amplitude dos preparativos no Brasil para sua realização foi fundamental para colocar o racismo na agenda da mídia, mesmo que de forma marginal. Ainda em meados de 2001, tanto *O Globo* quanto a *Folha de S. Paulo* produziram reportagens sobre as desigualdades raciais brasileiras e, ocasionalmente, sobre a desigualdade racial nos EUA.

Até meados de 2001, o tratamento conferido pelos jornais aos projetos difusos de ação afirmativa racial refletia as ambiguidades dos discursos do governo federal sobre a questão. De modo geral, a *Folha de S. Paulo* publicou matérias e textos opinativos sobre o assunto que podem ser agrupados em três categorias. Em primeiro lugar, temos a série de textos sobre as desigualdades raciais no Brasil publicada no período imediatamente anterior à conferência. Uma reportagem de março destacava que apenas 1% dos calouros da USP de Ribeirão Preto eram negros (Alves, 2001) e até mesmo um editorial do jornal publicado em abril já apontava que “se o Brasil avançou em vários indicadores sociais ao longo da última década, é forçoso reconhecer que as melhorias se distribuíram de modo desigual entre brancos, de um lado, e negros e pardos, de outro” (*Folha de S. Paulo*, 2001a).

Outro conjunto de textos já prenunciava que o país defenderia a adoção de ações afirmativas raciais durante a conferência, mas quase sempre enfatizava que o governo proporia um modelo baseado em critérios socioeconômicos. Ainda em janeiro, uma reportagem mencionava que a UERJ poderia reservar vagas para carentes por iniciativa do então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (*Folha de S. Paulo*, 2001d). Essa visão de que as propostas de ações afirmativas raciais seriam descartadas em prol de políticas de corte socioeconômico também reapareceu em março, quando uma repor-

tagem menciona que o Ministério da Educação teria se pronunciado pela inconstitucionalidade das cotas raciais, enfatizando também que “o projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de vagas para alunos de escolas públicas” (*Folha de S. Paulo*, 2001c).

Finalmente, um terceiro conjunto de textos se dedicou a discutir a suposta crise das ações afirmativas baseadas em critérios raciais nos Estados Unidos e em outros países que adotavam tal medida. Tais textos destacaram a ameaça que o governo Bush representava para a política, as oposições sofridas pela proposta da universidade francesa Sciences Po ou o fato de a ação afirmativa sul-africana ter criado uma elite negra em vez de ter distribuído renda.

Aparentemente deslocados, esses três enquadramentos noticiosos compõem um enquadramento coerente da temática na medida em que contribuem para formar uma visão da ação afirmativa racial como uma política temerária, própria dos países que estariam colocando-a em questão. Ao mesmo tempo, uma ação afirmativa baseada em critérios socioeconômicos é apresentada pelos jornais como solução potencialmente mais adequada à realidade nacional, em que supostamente haveria uma grande coincidência entre pobreza e negritude.

Outra característica desse primeiro momento da cobertura pela *Folha* é a maior proporção de reportagens em relação aos textos opinativos. No tocante a esse último ponto, o oposto acontece em *O Globo*. Porém, as matérias de *O Globo* se distribuem pelos três núcleos temáticos de forma bem semelhante ao que é visto na *Folha*. Ainda em fevereiro, uma reportagem destacava que “o abismo que separa o nível médio de escolaridade dos adultos brancos e negros é um dos mais rígidos traços da desigualdade brasileira” (*O Globo*, 2001b). Numa coluna, o jornalista Caio Blinder destaca as mudanças na composição racial nos EUA e a forma como “os americanos estão ganhando uma nova cor e não é por causa da

praia”, fato que estaria ameaçando, de forma positiva para o autor, as políticas afirmativas naquele país (Blinder, 2001). Ao contrário da *Folha*, o periódico carioca cede bastante espaço para cartas de leitores sobre a questão, quase todas criticando “os que bradam afirmando existir racismo no Brasil” (Roma, 2001).

A respeito das cartas, um evento idiossincrático teve muita influência nas manifestações dos leitores em 2001. Segundo reportagem publicada por *O Globo*, um grupo de jovens militantes do movimento negro teria colado uma série de adesivos nas lojas de um célebre *shopping* da zona sul carioca que não possuíam vendedores negros (*O Globo*, 2001a). O caso põe em evidência outra característica do modo como *O Globo* lidou nesses primeiros meses de 2001 com a questão racial. Grosso modo, a *Folha* cedeu bem mais espaço ao tema em grande medida por estar conectada a eventos de decorrências internacionais, como os preparativos para Durban. *O Globo*, por sua vez, deu mais destaque a situações que de alguma maneira tivessem relação com a política carioca. Essa forma de lidar com o tema do racismo num quadro mais local permaneceu durante os meses imediatamente anteriores à Conferência de Durban. Entre julho e setembro, a *Folha* publicou 39 textos sobre o tema do racismo, das desigualdades raciais e das ações afirmativas, contra 24 publicados n’*O Globo*.

Também entre julho e setembro foram publicadas mais citações que destacavam a importância de se adotar ações afirmativas de recorte racial no Brasil. Essas quase sempre apontavam a incompletude de medidas baseadas num recorte exclusivamente socioeconômico. No fim de agosto, *O Globo* já antecipava que o Brasil se comprometeria em Durban a adotar cotas raciais, apenas não havia definido a amplitude dessas políticas, isto é, se elas valeriam para o funcionalismo público, para as empresas que tivessem negócios com o governo ou para as universidades. A *Folha*, por seu turno, já destacava as articulações das entidades do movimento negro para demandar que o governo brasileiro se comprometesse

em Durban com as políticas de reparação pela escravidão na cidade (Escóssia, 2001b e 2001c). Algumas experiências com medidas para a ascensão social dos negros também passaram a ter mais visibilidade, como os cursinhos pré-vestibulares para negros organizados pela ONG Educafro no Rio de Janeiro (*O Globo*, 2001c).

Até esse momento, o debate sobre soluções para desigualdade e discriminação raciais no Brasil oscila entre diferentes modalidades (ações afirmativas, cotas, bolsas, compensações financeiras etc.) a serem implantadas em âmbitos ainda indefinidos (funcionalismo público, licitações, ensino médio, cursos pré-vestibular, universidades etc.) e com mais de um público-alvo, posto que ora se falava em ações afirmativas para carentes ou pobres, ora para negros.

É no final de agosto e início de setembro que o tema passa a ser tratado com mais regularidade. Aos poucos, as cotas para negros no vestibular das universidades se estabelecem como um objeto de discórdia. Dois eventos contribuíram para que as cotas raciais catalisassem a atenção da imprensa. Em primeiro lugar, algumas reportagens mencionaram que o documento oficial da delegação brasileira em Durban comprometia o país a trabalhar pela adoção de cotas raciais em universidades federais (Escóssia, 2001a). Em segundo, Fernando Henrique Cardoso deu uma declaração pública no início de setembro autorizando a delegação a levar em frente tal proposta (Pereira, 2003).

Retrospectivamente, a defesa oficial das cotas raciais no ensino superior pelo governo federal parecia ir de encontro às expectativas da imprensa em relação ao tema. As apostas contidas nas reportagens e textos opinativos publicados tanto por *O Globo* quanto pela *Folha de S. Paulo* pareciam descartar a possibilidade de o país adotar cotas raciais no ensino superior. Os já citados discursos ambivalentes de Fernando Henrique e as reações de Paulo Renato de Souza, então ministro da Educação, contra as cotas davam um lastro oficial para tais apostas (*Folha de S. Paulo*, 2001b). Não é gratuito, portanto, que Edna Roland, membro da delegação

brasileira e relatora-geral da Conferência de Durban, tenha afirmado que a “opinião pública” reagiu à proposta como se as cotas fossem “um raio em céu azul” (Roland apud Pereira, 2003).

É curioso notar que, a partir de uma definição mais clara da proposta encampada pelo governo e pela delegação em Durban, os jornais passam a publicar cada vez mais textos organizados de forma bipolar. No primeiro dia de setembro, a *Folha* publicou na seção “Tendências/Debates” dois textos como duas respostas a uma enquete que questionava: “Devem ser criadas cotas para alunos negros no ensino superior?”. O professor de Medicina da USP, Isaias Raw, assina o texto que representava o “Não” (Raw, 2001), enquanto um texto escrito por Flavia Piovesan, procuradora e professora de Direito da PUC-SP, e pela promotora Márcia Regina Virgens representava o “Sim” (Piovesan e Virgens, 2001).

Ao observar o gráfico 9, é possível notar que o ciclo da atenção conferida pelos dois jornais à Conferência de Durban obedece a uma curva normal, com pico entre agosto e setembro (período de realização da conferência). Além disso, fica patente o menor espaço conferido à questão racial por *O Globo* em comparação à *Folha*. Essas duas tendências se invertem drasticamente em dezembro. Apenas nesse mês, o jornal carioca publicou quatro vezes mais textos do que a média mensal para 2001. Mais importante ainda, *O Globo* publicou 14 cartas de leitores sobre o tema no decorrer de dezembro contra nenhuma carta da *Folha*.

Das 14 cartas publicadas em *O Globo* sobre o tema, metade se coloca claramente como contrárias às cotas raciais e a outra metade como favorável. Nesse momento, o jornal dá sinais de que pretende obedecer ao mesmo critério adotado pela *Folha* na publicação proporcional de textos contrários e favoráveis à proposta. A diferença é que esse enquadramento editorial dicotômico é aplicado pelo jornal paulistano aos textos opinativos de intelectuais, enquanto o jornal carioca procede da mesma forma ao lidar com as expressões de seus leitores.

Quando comparado à *Folha*, *O Globo* parece ter demorado mais para ceder um espaço significativo de suas páginas ao assunto. Veremos com mais detalhes por que isso aconteceu no capítulo seguinte. Por ora, basta apenas destacar que a *Folha* segue uma linha editorial mais voltada para pautas internacionais, enquanto *O Globo* tende a dar mais ênfase a temas nacionais e locais do Rio de Janeiro. Dos 83 textos publicados em 2001 sobre as ações afirmativas raciais pela *Folha*, 27 aparecem no caderno “Mundo”. Ao mesmo tempo, dos 67 textos publicados no mesmo período por *O Globo*, nenhum o foi no caderno homônimo do jornal.

Mais do que uma idiossincrasia ocasional, essas diferentes orientações editoriais explicam por que cada um dos jornais reagiu de forma diferente à difusão das cotas raciais no ensino superior brasileiro. A maior ênfase nas questões nacionais e fluminenses fez *O Globo* ceder maior espaço ao tema das cotas após Durban, sobretudo depois da aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em novembro de 2001, do Projeto de Lei Estadual n.º 3.708, que institui “cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense”. Logo, no fim de 2001 e início de 2002, as tendências se invertem e *O Globo* passa a publicar muito mais textos sobre o tema do que a *Folha*.

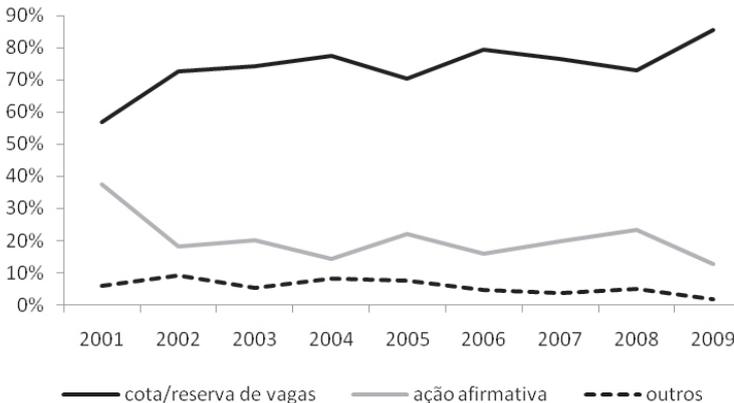
#### 4.2. O caso UERJ (2001-2002)

O tema das desigualdades raciais e das possíveis soluções para elas frequentou os dois jornais estudados desde 2001. No entanto, até agosto do referido ano, tais textos costumavam tratar as cotas raciais como uma não alternativa, uma opção descartada pelo governo federal em prol de ações afirmativas supostamente mais adequadas ao contexto brasileiro. A defesa de cotas raciais pelo governo, o consequente compromisso firmado em Durban e a aprovação da Lei de Cotas no

Rio acabou por impor as cotas raciais no ensino superior à pauta de debate midiático como principal objeto da cobertura. Por outro lado, a pontualidade das medidas do governo federal e, sobretudo, o fato de não ter encampado cotas raciais nas universidades federais, deslocou a controvérsia para o estado do Rio de Janeiro. Aliado às diferentes orientações editoriais dos dois jornais, isso fez com que a maior parte dos textos entre 2001 e 2003 tenha sido publicada em *O Globo*, ainda que a *Folha* houvesse entrado antes na temática.

De todos os textos sobre ações afirmativas raciais publicados em 2002, 72,6% se referiam a “cotas”, contra os 56,2% de 2001; analogamente, apenas 18,3% dos de 2002 usavam a expressão “ação afirmativa” contra 37,4% em 2001 (gráfico 10). Além de indicar um processo de sinédoque temática, em que “a questão das ações afirmativas raciais” passa a ser tratada como “a questão das cotas raciais”, esses dados importam quando temos em mente que a expressão utilizada para nomear a política tem impacto na posição que formamos sobre ela.

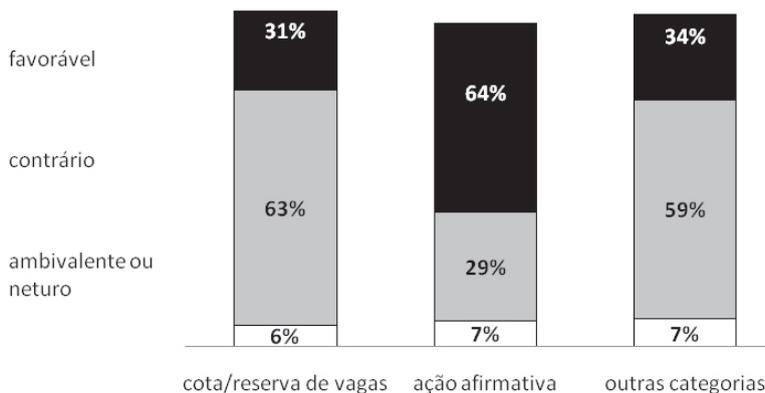
**Gráfico 10** – Percentual de textos segundo a expressão usada para se referir às medidas por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 1.831 textos.

Como notam Gamson e Modigliani (1987), os diferentes argumentos em relação às políticas de discriminação positiva nos EUA costumam mobilizar vocabulários diversos para nomear tais medidas. Enquanto o termo *quota* em inglês costuma trazer à mente a dimensão mais restritiva dessas medidas, a expressão *affirmative action* tende a enfatizar o caráter positivo e inclusivo das políticas. Justamente por isso, a mais importante decisão da Suprema Corte estadunidense sobre as políticas de inclusão racial nas universidades, o caso *Regents of the University of California versus Bakke* (1978), tornou inconstitucional o emprego de cotas raciais nas seleções universitárias, mas permitiu o uso de outras modalidades de ação afirmativa racial (Ball, 2000). De todos os textos que preferem o termo “cotas” ou “reservas de vagas”, 63% se declaram contrários a elas, enquanto 64% daqueles que preferem a expressão “ações afirmativas” se declaram favoráveis a elas:

**Gráfico 11** – Modo de se referir às medidas em função da posição em relação às AARs\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 875 textos.

\* Foram excluídos os textos que não explicitam uma posição em relação às medidas.

A articulação de um objeto bem definido, as cotas raciais no ensino superior, deslocou a cobertura da imprensa para outro patamar. Em vez de discutirem qual tipo de ação afirmativa seria defendida pelo governo – ou poderia ser considerada mais defensável em si mesma –, os textos publicados pelos jornais passaram a veicular opiniões e argumentos sobre as cotas raciais.

É nesse momento também que são definidos alguns portavozes das posições contrárias e favoráveis às cotas. N' *O Globo*, por exemplo, a colunista de economia Míriam Leitão e o colunista de política Élio Gaspari passam a dedicar uma parte de seus textos à defesa das cotas. Em paralelo, o jornal publica alguns editoriais contrários à política. Seguindo a tendência já discutida, também delineia de forma mais nítida certa divisão entre contrários e favoráveis. Quase sempre que um texto opinativo contrário é publicado, outro favorável é publicado em seguida, e vice-versa.

As reportagens de *O Globo* focam-se na UERJ, ou seja, nos dados sobre o percentual de negros na instituição, na opinião dos seus estudantes sobre o tema e nas estratégias para implementar a política. São noticiadas também algumas propostas localizadas de cota racial articuladas em diferentes órgãos estatais, como nos Ministérios da Justiça, do Trabalho e das Relações Exteriores, e pelo Supremo Tribunal Federal. De forma semelhante, a *Folha* noticia esses projetos no âmbito de instituições federais. Porém, ao contrário do que ocorre em *O Globo*, poucos colunistas do periódico assumem posições em relação ao tema nesse primeiro momento. Proporcionalmente, o espaço dado à cota adotada no Rio é menor, mas ainda substantivo. Alguns artigos opinativos são publicados na *Folha*, quase sempre dentro do enquadramento editorial dicotômico “favoráveis *versus* contrários”.

Embora as cotas tenham se cristalizado como o objeto-foco da cobertura midiática, outra fronteira do tema ainda estava por ser delineada: a forma de nomear os beneficiários. Ao propor cotas para “negros e pardos”, a Lei n.º 3.708/2001 do Estado do Rio de Janeiro

se valeu de um modelo classificatório diferente daquele até então adotado pelas instituições governamentais. A despeito de algumas variações históricas, os censos oficiais organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividem a população nacional em brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Logo, para se adequar ao padrão censitário, o Estado do Rio deveria ter usado as categorias “preto e pardo” em vez de “negro e pardo”.

Contudo, no movimento negro brasileiro, houve um importante **houve um importante** processo de ressemantização da categoria “negro”. Antes vista como pejorativa e quase sempre preterida em prol de termos eufemísticos (preto, pretinho, pardo, moreno, mulato etc.), o termo “negro” passa a ser usado por diversos militantes com o intuito de romper com o estigma da raça. Esse modelo classificatório ganha mais espaço quando o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), instituição ligada ao governo federal, começa a produzir relatórios sobre as desigualdades raciais. Baseados nos levantamentos do IBGE e animados pelos preparativos para Durban, tais relatórios propõem unificar “pretos” e “pardos” na categoria “negro”, tal qual os movimentos negros sugeriam (Henriques, 2001; Jaccoud e Beghin, 2002 e Soares, 2000). Não é o objetivo aqui discutir a história recente das categorias de classificação racial no Brasil e como o advento das cotas raciais as remodelou. Apenas é importante notar que, ao nomear beneficiários como “negros” e “pardos”, a Lei de Cotas aprovada pela ALERJ em 2001 mesclou dois modelos de classificação racial: aquele do IBGE e aquele do IPEA.

Sob a alegação de que a categoria “pardo” poderia permitir que candidatos “brancos” se beneficiassem das cotas, a Lei n.º 3.708 foi modificada em 2003 e as cotas raciais passaram a beneficiar apenas os autodeclarados “negros” (Santos, 2004). Note-se que, até 2001, a forma mais comum nos jornais de se referir aos beneficiários das políticas de discriminação positiva era por meio da categoria “negro”. Por influência do modelo adotado no Rio de Janeiro, a expressão “negros e pardos” passou a competir com a classificação presente nos textos anteriores, que se referiam exclusivamente a “negros”.

Esse caráter vacilante no modelo classificatório empregado nos textos permaneceu após a adoção de cotas pela Universidade de Brasília (UnB). Se de um lado o modelo de cotas da UnB consolidou essa modalidade de ação afirmativa como o foco principal dos textos midiáticos, as categorias para nomear seus beneficiários se tornaram ainda mais complexas. Isso porque a UnB não somente adicionou mais um grupo de beneficiários à política (os indígenas), mas adotou uma forma um tanto particular de definir os não brancos.

#### **4.3. O caso UnB (2003-2004)**

A adoção de ações afirmativas raciais pela Universidade de Brasília ampliou o âmbito do objeto em discussão, retirando-o dos limites do estado do Rio de Janeiro. Isso se deu por três motivos. Em primeiro lugar, a UnB foi a primeira universidade federal a adotar políticas desse tipo. Ao contrário das instituições de ensino superior municipais ou estaduais, as universidades federais são dotadas de grande autonomia administrativa. Por esse motivo, a iniciativa da UnB sugeria que as universidades federais não estavam à margem desse debate, o que abria precedente para que outras instituições do tipo adotassem tal política de forma autônoma. Não se pode ignorar também que a UnB é a universidade mais próxima do centro do poder político brasileiro, o que a torna uma importante fonte de subsídios para as decisões políticas nacionais.

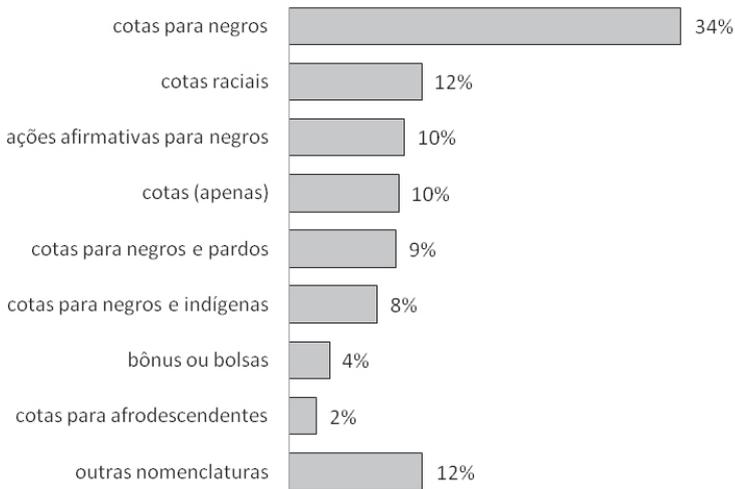
Contudo, foi uma terceira razão que tornou a UnB o enfoque privilegiado de grande parte dos textos publicados pela imprensa no período. Com o intuito de impedir fraudes, isto é, que vestibulandos brancos se beneficiassem das cotas, a instituição previu no seu edital uma comissão encarregada de verificar por meio das fotos a negritude dos candidatos às cotas. Essa comissão seria composta por membros recrutados dentro das Ciências Sociais, no movimento negro e no corpo discente da universidade, e todos eles teriam suas identidades protegidas (Maio e Santos, 2005).

Indubitavelmente, essa foi a característica do modelo de cotas da UnB que mais gerou polêmica na mídia. Mesmo que tal modelo tenha sido aprovado ainda em 2003, apenas em 2004 o sistema foi anunciado e, não gratuitamente, foi nesse ano que as referências à instituição se tornam recorrentes. O sistema de cotas da UnB será discutido mais detalhadamente num momento oportuno. Por ora, basta retermos que a implantação de uma controversa comissão de verificação racial serviu como munição para uma grande quantidade de textos opinativos que destacavam o caráter intrinsecamente racista das ações afirmativas. Uma série de equivalências foi construída entre o modelo da UnB e práticas nazistas de classificação racial, por exemplo. Não é à toa que ganha mais espaço uma nova nomenclatura para as cotas. Em vez de falar em “cotas para negros”, “cotas para negros e pardos”, “ações afirmativas para negros” etc., uma quantidade crescente de textos passa a falar em “cotas raciais” ou “ações afirmativas raciais” a partir de 2004.

Em torno de 77% dos textos que falam em cotas ou ações afirmativas “raciais” manifestam uma posição contrária a essas políticas, enquanto a expressão cotas ou ações afirmativas “para negros” é usada equilibradamente tanto por contrários quanto por favoráveis às políticas. Ainda assim, a nomenclatura utilizada pela maioria dos textos (34% deles) permanece “cotas para negros” (34%), seguida das expressões “cotas raciais” (12%) e “ação afirmativa para negros” (10%) (gráfico 12). Mais do que um jogo de palavras insignificante, os termos usados para se referir aos beneficiários das ações afirmativas (negros, negros e pardos ou grupos raciais) dizem muito sobre as estratégias retóricas adotadas pelos defensores e opositores das cotas. Como vimos, o termo “cota” tende a enfatizar o caráter exclusivo das políticas de discriminação positiva, enquanto a expressão “ação afirmativa” costuma realçar o caráter inclusivo da política. De modo semelhante, o adjetivo “racial” em geral enfatiza que tais políticas trabalham com a polêmica

noção de raça, construto cultural que tradicionalmente serviu para estabelecer uma assimetria biológica entre brancos e não brancos.

**Gráfico 12** – Expressões usadas para se referir ao objeto de debate



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 1.831 textos.

Pode-se argumentar que a concentração do debate nas cotas para negros não seria apenas o reflexo da preferência do Brasil por esse tipo de política. Porém, a rigor, essa interpretação não se sustenta, posto que, entre 2002 e 2004, outros tipos de ações afirmativas estavam em vigor em outras universidades nacionais. Já em 2002, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) possuía cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) tinha cota para estudantes de baixa renda, dois exemplos que utilizam critérios socioeconômicos. E, antes mesmo de a UnB adotar a polêmica comissão de verificação racial, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) já havia adotado procedimento

semelhante um ano antes. A despeito disso, apenas duas reportagens comentaram um desses exemplos antes da adoção de cotas pela UnB.<sup>1</sup>

Tudo isso leva a crer que a atitude de nomear o objeto de debate não é neutra, muito menos insignificante. Ao contrário, tais categorias enfatizam determinadas dimensões das ações afirmativas que refletem em grande medida o modelo adotado por universidades localizadas. Além disso, a forma de definir o que está em jogo reflete uma dada posição em relação ao tema em disputa. Nesse sentido, os sistemas adotados pelas universidades do Rio de Janeiro e pela UnB parecem ter contribuído sobremaneira para delimitar o objeto da polêmica, como as cotas para negros no ensino superior público.

#### **4.4. Do mensalão aos manifestos (2005-2006)**

O pico de textos publicados em 2004 contrasta com o espaço dado ao tema em 2005, um dos anos em que menos se publicou sobre as ações afirmativas raciais (gráfico 9). Isso se deu em grande medida porque o alcunhado “escândalo do mensalão” dominou a pauta dos dois jornais analisados nesse período, relegando para um segundo plano não só as ações afirmativas raciais, como também muitas outras problemáticas. Numa análise concentrada nos editoriais sobre a crise do mensalão, Miguel e Coutinho demonstram como o escândalo dominou os editoriais publicados pela grande imprensa. Quase um terço dos editoriais de *O Globo* e quase um quarto dos da *Folha* publicados entre maio e dezembro de 2005 foram sobre o mensalão (Miguel e Coutinho, 2007, p. 111).

Ainda assim, os poucos textos publicados nesse ano sobre o tema das ações afirmativas são quase todos dedicados às iniciati-

---

<sup>1</sup> Apenas uma reportagem da *Folha* e outra de *O Globo* discutiram o polêmico sistema adotado pela UEMS (Correa, 2003; Kamel, 2004b).

vas do governo Lula nesse nicho, sobretudo à proposta de reforma universitária encaminhada ao Congresso Nacional – a qual incluía cotas raciais em seu bojo – e à inclusão de critérios raciais no Pro-grama Universidade para Todos (ProUni), iniciativa que concede bolsas estatais para alunos de universidades privadas. Curiosamen-te, ainda que a inclusão de critérios raciais para a distribuição de bolsas do ProUni não seja propriamente um programa de cotas, é comum que os textos se refiram a essa iniciativa como “cotas ra-ciais do ProUni”.

Desde 2004; o governo Lula vinha manifestando sua aprovação às cotas raciais no ensino superior. Mais uma vez, porém, a tomada de posição governamental se caracterizou por algumas vacilações. Existe toda uma polêmica sobre uma suposta mudança de opinião repentina por parte de Tarso Genro, então ministro da Educação, a respeito das cotas. Em uma entrevista concedida ao jornal *O Globo* no início de 2004, ele teria enfatizado que medidas de discriminação positiva não necessariamente seriam sinônimos de cotas durante a sua gestão e que o problema da desigualdade no Brasil não poderia ser analisado unicamente sob o prisma racial:

*O GLOBO*: E o que o senhor pensa da política de cotas para negros e alunos de escolas públicas?

*TARSO*: Quanto a isso só vou emitir um conceito. As políticas de discriminação positivas não são políticas que necessariamente levem para cotas. Elas podem buscar acabar com a discriminação nas suas fontes. No Brasil, os problemas racial e social estão fundidos. Então, é necessário que se tenha atenção não somente aos negros, mas também ao conjunto de pobres onde evidentemente há um contingente negro. Essa discriminação objetiva que foi produzida em função do sistema social precisa ser corrigida (*O Globo*, 2004b).

Esse excerto chama atenção por recolocar um discurso ambíguo de defesa da ação afirmativa racial muito similar àquele defendido na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de endossar as “políticas de discriminação positiva”, Genro tenta não se concentrar exclusivamente nas propostas de cotas raciais, que então eram o foco do debate. Esse discurso sofre uma inflexão quando, em março de 2005, Tarso Genro defende em entrevista o anteprojeto de reforma universitária que previa a adoção de cotas raciais e sociais por todas as universidades federais do país (*Folha de S. Paulo*, 2005).

Não é nosso objetivo aqui julgar o modo ambíguo com que o governo federal tratou as medidas de discriminação positiva.<sup>2</sup> Entretanto, vale notar que tal vacilação reflete o fato de as cotas para negros terem sido enquadradas como a mais polêmica modalidade de ação afirmativa que se poderia adotar no país. Esse enquadramento das cotas como políticas essencialmente disruptivas ganha força quando, em 2006, dois manifestos são entregues ao Congresso Nacional, um contrário e outro favorável aos projetos de lei sobre o tema em tramitação.

O primeiro manifesto, intitulado “Todos têm direitos iguais na República Democrática”, foi encaminhado ao Congresso Nacional em 29 de junho de 2006 e critica as cotas baseado sobretudo no argumento de que elas rompem com o princípio republicano da igualdade perante a lei e de que implicarão a racialização da sociedade brasileira. Contendo 114 subscreventes, o manifesto afirma que as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial “transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o

---

<sup>2</sup> João Feres Jr., Verônica Daflon e eu tentamos mostrar, noutra ocasião, como a estratégia de apoio às cotas raciais durante o governo Lula foi ambígua e eficiente a um só tempo, em grande parte porque o ex-presidente optou por incentivar a adoção da política de forma extralegislativa por meio dos incentivos fornecidos pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (Feres Júnior et al., 2011).

preceito da igualdade de todos perante a lei”. Importa notar que não há uma negação do diagnóstico de desigualdade e discriminação no Brasil, mas sim uma afirmação de que “a verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos” (Manifesto, 2006b).

Conduzido ao Congresso Nacional um dia após seu antecessor, o “Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” contou com 330 assinaturas. Nele encontramos uma descrição da orientação racial das desigualdades brasileiras e do modo como o país nunca empreendeu nenhuma compensação significativa aos ex-escravizados ou a quaisquer de seus descendentes. Em seguida, o manifesto conecta as demandas por compensações (incluindo os projetos de lei) à história dos movimentos negros brasileiros e a uma sensibilidade maior por parte das instâncias governamentais em relação aos problemas raciais. Nos parágrafos finais, são comentadas algumas argumentações contrárias às cotas, como a ideia de que elas “conduziriam a um rebaixamento da qualidade acadêmica das universidades” ou de que levariam a “um acirramento dos conflitos raciais nas universidades”. Finalmente, a carta se encerra com uma crítica aos que assinam o manifesto contrário às cotas, afirmando que

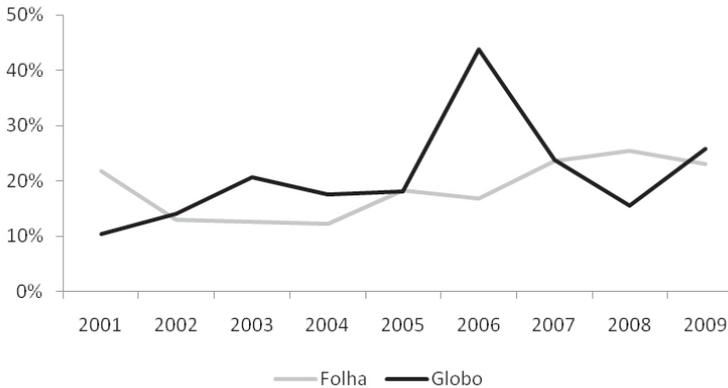
ao mesmo tempo em que rejeitam frontalmente as duas leis em discussão, os assinantes do documento não apresentam nenhuma proposta alternativa concreta de inclusão racial no Brasil, reiterando apenas que somos todos iguais perante a lei e que é preciso melhorar os serviços públicos até atenderem por igual a todos os segmentos da sociedade (Manifesto, 2006a).

Ambos os manifestos foram amplamente cobertos pelos dois jornais e, de certo modo, coroaram a ideia de que o deba-

te em torno das cotas se resume à oposição entre contrários e favoráveis. É nesse período que o enquadramento editorial de ambos os jornais se encontra em duas dimensões. Primeiramente, ocorre uma fusão entre os Projetos de Lei n.º 73/1999 e n.º 3.198/2000, alcunhados de Lei de Cotas e Estatuto da Igualdade Racial, respectivamente, ambos em tramitação no Congresso Nacional. Essa confluência, promovida por ambos os manifestos, é adotada pela imprensa. Dessa forma, grande parte dos textos posteriores a 2006 passará a falar nas cotas raciais como uma parte do estatuto.

Segundo, tanto a *Folha* quanto *O Globo* passam a se apresentar enquanto fóruns para o debate dessas duas alas. Logo, é a partir de 2006 que se assenta a ideia de que as cotas para negros são medidas intrinsecamente controversas, o que aparece até mesmo nos títulos dos textos e seções publicadas sobre a questão: “Cotas para negros dividem docentes” (Lamego, 2006); “Pesquisas aumentam polêmica sobre cotas” (*O Globo*, 2005); “Definição de raça causa polêmica” (Capriglione, 2005), entre outros. Adjetivar o tema como “polêmico”, “controverso”, “divisor de opiniões” etc. se torna muito mais frequente nos textos dos dois jornais, embora os autores de *O Globo* recorram muito mais a esse tipo de caracterização:

### Gráfico 13 – Percentuais de textos por jornal que usam adjetivos polemizantes no título



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 944 textos.

\* Os percentuais foram calculados usando como parâmetro a quantidade de textos publicada por cada jornal em cada um dos anos.

A ideia de que os jornais deveriam se constituir em fóruns da polêmica, garantindo uma expressão proporcional aos dois lados do debate, se tornou evidente na *Folha* a partir de um texto publicado por Marcelo Beraba, *ombudsman* do periódico, em julho de 2006. No texto, Beraba reconhecia que “a Folha é contra a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial” e que isso não era em si o problema, posto que “não só o jornal tem o direito de se posicionar, como os seus leitores esperam que o faça” (Beraba, 2006). Ao mesmo tempo, o colunista apontava como um problema o desrespeito do periódico à ética jornalística quando ele não cedeu espaços proporcionais em suas páginas à publicação de textos contrários e favoráveis às cotas. Segundo ele, mais grave ainda teria sido o fato de a *Folha* ter publicado, na íntegra, o manifesto contrário às cotas, mas não ter feito o mesmo com o favorável.

A necessidade de ouvir os dois lados da questão havia se tornado explícita e consciente, o que contrasta com as notícias sobre o

tema em 2001. Posteriormente, veremos com mais detalhes como essa ética jornalística foi administrada. Por ora, basta notar que os critérios de cobertura jornalística variaram no tempo e que, à altura de 2006, cristaliza-se a ideia de que o debate pode ser dividido em duas posições equivalentes. Ao mesmo tempo, essa forma de dramatizar o conflito reforça a ideia de que é importante que a discussão prossiga antes que as cotas raciais se tornem mandatórias por força da lei.

Pode-se supor que isso teve impacto na consequente hesitação do governo federal em apoiar expressamente os projetos de lei em tramitação sobre o assunto. Novamente, Tarso Genro, então na pasta das Relações Institucionais, afirma que o projeto de cotas raciais deveria contemplar critérios sociais. Ao ser questionado pela *Folha* sobre a posição do governo, Genro concordava “que a questão racial existe, mas está imersa na desigualdade social. E, dentro dessa desigualdade, os afrodescendentes são os mais atingidos” (Folha de S. Paulo, 2006h).

#### **4.5. Dos gêmeos à judicialização (2007-2009)**

No intervalo entre os anos de 2007 e 2009 ocorre uma rotinização da cobertura das cotas para negros nos jornais analisados. Ou seja, em vez de a cobertura se concentrar em algum evento-chamariz, ela passa a se dedicar a um número médio de matérias por ano sobre o assunto. Assim, a variância do volume de textos publicados por mês em cada jornal entre 2007 e 2009 (53,9) é menos da metade daquela observada entre 2001 e 2006 (118,9).

Nesse período, o temário dos dois jornais foi bem similar. Uma parcela dos textos se dedicou ao debate das ações afirmativas raciais em discussão ou implantação em universidades como Unicamp, UFSC, UFRGS, UFPR e USP. Nesse mesmo momento, começam a ser publicados os resultados das primeiras avaliações das políticas de cotas em vigor no país. Os textos quase sempre

ênfaticamente duas dimensões dessas pesquisas: a pouca diferença no número de negros que entrou nas universidades depois de 2001 e o bom desempenho acadêmico dos cotistas.

Além desses motivos mais rotineiros, dois assuntos chamaram a atenção da imprensa. Alguns textos publicados no início de junho de 2007 discutiram o “caso dos gêmeos da UnB”. Como já foi dito, a UnB adotou um polêmico sistema de verificação da pertença racial dos candidatos às cotas baseado em fotografias. Em junho de 2007, a revista semanal *Veja* noticiou o caso de Alan e Alex, dois irmãos gêmeos univitelinos, candidatos ao vestibular da universidade. A polêmica surgiu porque Alex fora impedido de concorrer pelo sistema de cotas por ser considerado branco pela comissão, enquanto seu irmão Alan foi considerado negro e teve a candidatura deferida.

Veremos posteriormente como o caso dos gêmeos foi enquadrado pela imprensa. Por ora, basta apenas reter que é no período entre 2007 e 2009 que ocorrem tentativas de subsumir as cotas raciais num gênero mais amplo: as políticas raciais. Ou seja, alguns textos, em grande medida opinativos, expressam suas visões sobre as ações afirmativas raciais, incluindo-as no grupo mais amplo de políticas que se utilizam de categorias raciais. Esse movimento retórico explorou o fato de que algumas propostas governamentais pretendiam incluir a variável raça em seus procedimentos. O projeto de lei que criaria o Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, defendia a inclusão do pertencimento racial dos cidadãos em documentos de identidade (Projeto de Lei do Senado, 2003). Em 2006, o Ministério da Saúde começou a discutir a criação de política de saúde voltada especialmente para os negros, não somente porque eles seriam mais suscetíveis a doenças, como a anemia falciforme (Ministério da Saúde, 2001), mas também porque pesquisas indicariam um tratamento discriminatório por parte do SUS (Kalckmann et al., 2007).

Ademais, dois livros publicados no período buscavam conectar as cotas raciais a políticas racializantes, como o *apartheid* sul-

-africano ou o Holocausto. O livro *Divisões perigosas* (Fry et al., 2007) reuniu uma grande parte dos textos opinativos publicados na imprensa sobre as cotas raciais. Com mais de quarenta capítulos – dos quais trinta foram anteriormente publicados em jornais de grande circulação nacional –, o lançamento da obra foi amplamente noticiado pelos dois jornais estudados. Dois anos depois, Demétrio Magnoli, sociólogo e geógrafo colunista tanto de *O Globo* quanto da *Folha* publicou *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*, outra obra noticiada pelos dois jornais. Como o próprio título do livro indica, seu objeto central não se limita à discussão das cotas raciais, mas à crítica das políticas racialistas implantadas por vários países no decorrer da história. O autor inclui nessa rubrica as cotas raciais, vistas como políticas que expressam o pensamento racista próprio dos ideólogos do Holocausto e do *apartheid* e que, por isso, segundo ele, ajudaram a manter a segregação racial nos EUA, a fomentar o genocídio *tutsi* em Ruanda e a restaurar o sistema de castas na Índia. Por esse motivo, as cotas seriam uma peça fundamental dentro do “projeto de racialização das relações sociais” brasileiras (Magnoli, 2009, p. 365).

A discussão dessa literatura anticotas foge aos objetivos deste trabalho. A referência a ela é necessária apenas para se ter em mente as tentativas de dessingularização das cotas raciais e das suas consequências. Se, antes, a crítica às cotas invocava as particularidades da nossa formação social, a partir desse momento será mais recorrente aquela que conecta tais políticas a um movimento histórico mais universal e, por isso, mais ameaçador. Nesse viés, as cotas raciais deixam de ser o objeto da crítica e passam a ser subsumidas num gênero mais amplo: as políticas raciais. Voltaremos a esse ponto nos capítulos finais.

Contudo, não é possível dizer que esses esforços de dessingularização do objeto da polêmica foram bem-sucedidos. A maioria dos textos do período continuou se referindo expressamente às políticas a partir de expressões como cotas e ações afirmativas. Mesmo entre

os críticos, nem todos incorporaram a equivalência proposta entre as cotas raciais e as demais políticas de genocídio e segregação racial.

Outro acontecimento importante desse intervalo é a judicialização do debate em torno das ações afirmativas. Desde a introdução dessas medidas no país em 2001, elas foram alvo de algumas decisões judiciais, em especial liminares a favor de estudantes que teriam passado no vestibular caso não houvesse a reserva de vagas. Uma das mais importantes decisões sobre o tema foi proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que suspendeu por sete dias a lei que reserva metade das vagas da UERJ e da UENF.

É somente em julho de 2009 que o Poder Judiciário se torna um ator importante no debate, quando o partido Democratas, representado pela procuradora Roberta Kaufmann, impetrou no Supremo Tribunal Federal uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), alegando a inconstitucionalidade do programa de ação afirmativa étnico-racial da UnB e a extensão da decisão às medidas similares. Como a ADPF foi formalizada no período de recesso do Judiciário, o então presidente do STF, Gilmar Mendes, decidiu que o pedido seria indeferido naquele momento, mas que o tribunal se reuniria posteriormente para julgar as políticas afirmativas.

O STF só se pronunciaria sobre o caso em abril de 2012, decidindo pela constitucionalidade da política de cotas da UnB. A despeito disso, a judicialização do tema leva a um esvaziamento da discussão na imprensa. A cobertura dedicada pelos dois jornais a uma nova rodada de manifestos, entregues ao presidente do STF, é bem menor do que aquela dedicada aos presidentes da Câmara Federal e do Senado. Os anos de 2010 e 2011 foram aqueles em que *O Globo* e a *Folha* deram menos espaço à polêmica.

A judicialização da problemática das ações afirmativas raciais teve por consequência o esvaziamento da polêmica na imprensa. Com um relativo sucesso, os veículos estudados conseguiram difundir e fazer valer a tese de que “o debate público deveria

amadurecer” antes que o governo patrocinasse uma lei de cotas raciais para todas as universidades públicas do país. Ao fazer tal reivindicação, a imprensa está chamando para si o *status* de esfera pública de debate do tema. A entrada do STF na discussão, contudo, tem dois efeitos complementares.

De um lado, a decisão de não julgar imediatamente a ADPF fez com que a deliberação final sobre a constitucionalidade dessas políticas fosse adiada indefinidamente. Isso reduziu a capacidade da imprensa de influenciar o debate jurídico, já que não se sabia quando o tema seria discutido pela corte. Do outro lado, é o próprio STF que passa a reivindicar o *status* de esfera pública competente para deliberar sobre a questão. Não é de forma gratuita que, já em 2010, o então relator da ADPF, o ministro Ricardo Lewandowski, tenha organizado um cronograma de audiências públicas para discutir o tema com setores organizados da sociedade. Mais do que colher informações capazes de subsidiar a decisão dos ministros, tais audiências podem ser interpretadas também como instrumento que a corte utilizou para legitimar-se enquanto foro público de debate da questão.

#### **4.6. Cotas: um tema polêmico?**

Até 2001, não havia propriamente uma polêmica em torno das ações afirmativas raciais. Tais políticas já se colocavam no horizonte de expectativas da mídia, mas não de forma controversa. A grande imprensa se apresentava, até então, como um serviço público que pretendia trazer para sua audiência as informações necessárias sobre esse ainda obscuro objeto de desejo. Ambos os jornais aqui estudados faziam questão de realçar a desigualdade racial brasileira como uma das questões mais importantes da pauta política e, por isso, contribuíram para o fortalecimento dos movimentos de demanda por políticas afirmativas.

Os textos publicados não somente continham informações sobre o destino das ações afirmativas em outros países, como também dados sobre as propostas então em voga no Brasil. E, entre essas propostas, as cotas raciais nas universidades pareciam conjugar uma não opção perante as outras possibilidades, mormente face à ideia de ações afirmativas de veio socioeconômico. Em 16 de julho de 2001, um editorial d'*O Globo* defendia:

Estudos sérios demonstram sistemática diferença de oportunidades entre brancos e negros no país. Um levantamento do Ipea afirma que 'o Brasil branco é cerca de duas vezes e meia mais rico que o Brasil negro'. Em parte, a desvantagem dos negros é atribuível ao racismo, que precisa ser combatido vigorosa e incansavelmente, por todos os setores da sociedade e em todas as frentes. Mas em parte ela certamente tem causas mais concretas e imediatas. A experiência dos Estados Unidos revela que soluções como o regime de quotas tendem a produzir resultados artificiais. Um dos graves defeitos desse sistema é ignorar se as pessoas estão preparadas para as tarefas a que se candidatam. Muitas vezes quem recebe o benefício fica estigmatizado. Com isso em mente, decisões como a anunciada pelo Ministério do Trabalho, de destinar recursos a programas de qualificação profissional de trabalhadores negros, soam realistas e absolutamente necessárias. Carecem do impacto publicitário das soluções imediatistas, e talvez sejam de efeito lento, mas indicam o caminho da verdadeira mudança (*O Globo*, 2001a).

A crítica ao modelo estadunidense também já fazia parte do modo como a *Folha* enxergava a questão, embora o jornal paulista fosse mais simpático às ações afirmativas socioeconômicas do que às políticas de capacitação para os negros, como *O Globo* propugnava:

Se o Brasil avançou em vários indicadores sociais ao longo da última década, é forçoso reconhecer que as melhorias se

distribuíram de modo desigual entre brancos, de um lado, e negros e pardos, de outro. [...] A instrução é, por certo, uma forma de ascensão social, mas de modo mais acelerado para os brancos. Para cada ano de estudo extra, os brancos têm sua renda elevada em 1,25 salário mínimo. Já a renda dos negros e pardos cresce 0,53 salário mínimo. Para tentar amenizar esse grave problema de desigualdade racial, muitos propõem, a exemplo do que se dá nos EUA, políticas de ação afirmativa, como a criação de cotas étnicas nas universidades públicas. É duvidoso que esse sistema funcione e é certo que cria uma série de distorções práticas e teóricas, como o desvirtuamento do sistema educacional baseado no mérito. Na lógica das cotas, o mérito é sub-repticiamente substituído pela diferenciação calcada na cor da pele. Aplica-se o mesmo critério que se queria combater. Ademais, em troca da correção dos erros do passado, cria-se um entrave ao pleno desenvolvimento do sistema educacional. Uma análise dos indicadores demográficos mostrará que outro nome possível para o grupo dos negros e pardos é ‘pobres’. E pobreza se combate distribuindo renda. Os serviços públicos, por exemplo, precisam atingir um nível de qualidade capaz de instaurar, de fato, a igualdade de oportunidades (*Folha de S. Paulo*, 2001a).

Os dois trechos surpreendem mais pelas semelhanças do que pelas diferenças. Ambos reconhecem as desigualdades raciais brasileiras e as classificam como inadmissíveis. Porém, condenam as propostas de ações afirmativas estritamente raciais não só porque enfatizam a sobreposição da desigualdade racial à social, mas sobretudo porque se mostram receosos de que tais políticas coloquem em perigo a meritocracia.

Posteriormente, essas e outras semelhanças serão analisadas. Por ora, basta reter que a defesa de cotas raciais pelo governo Fernando Henrique e a subsequente adoção dessa política pela UERJ, ainda em 2001, de fato figuraram para a imprensa como um

“raio em céu azul”. Não porque o tema das ações afirmativas tenha sido imposto à agenda da mídia de forma abrupta – ao contrário: no mínimo, desde 1996, o tema já frequentava a pauta de debate político e, eventualmente, da agenda midiática. No entanto, os textos publicados na grande imprensa tratavam as cotas raciais como uma alternativa já descartada pelo governo e, por isso, a inflexão no discurso governamental pareceu tão abrupta.

Não obstante o intervalo entre 2007 e 2009 ser caracterizado por uma diminuição no espaço concedido pelos jornais ao tema, não se pode falar em um esfriamento da polêmica. A rigor, é nesse momento que a ideia de que o debate pode ser dividido em apenas duas alas se assenta. Mais importante, começa a se disseminar a impressão de que ambas as posições são equivalentes e irreconciliáveis. Já em 2006, o historiador Boris Fausto escrevia um artigo na *Folha* em que afirma exatamente isso:

Quando leio as linhas principais dos argumentos em confronto, me assaltam mais dúvidas que certezas. [...] [Mas] Lendo as entrevistas da procuradora universitária Dora Lúcia Lima Bertúlio, do antropólogo Peter Fry, do historiador Luiz Felipe de Alencastro, nas páginas dominicais dos dois principais jornais de São Paulo (no domingo passado), combativas, mas não desqualificadoras, vi nascer um raio de esperança de que medidas contra a discriminação racial, de longo e médio prazo, com seus ensaios e erros, possam ser tomadas em outro clima, que não o do anúncio de catástrofes ou o da desforra (Fausto, 2006).

De forma mais clara, Zuenir Ventura também traduz esse clima de dúvida gerado por um debate em que os dois polos são apresentados como lados inconciliáveis de uma guerra. Ao comentar os manifestos endereçados ao STF, o jornalista afirma:

Dois dos manifestos que recebi agora são opostos e tratam da questão das cotas ou reserva de vagas nas universidades como política para contemplar a exclusão dos negros. Nomes que estariam na mesma fileira, provavelmente pensando da mesma maneira, estão hoje em lados contrários [...]. Antigamente, para uma decisão dessa natureza, era só abrir o catecismo ideológico e ver o que a esquerda e a direita recomendavam. Era tão mais fácil! Hoje, sem a ideologia para abençoar as tomadas de posição, a escolha se baseia nos argumentos favoráveis ou contrários a uma causa, não na sua filiação (Ventura, 2008).

Pode-se afirmar que essa imagem conflituosa do debate público não é propriamente construída pela imprensa, antes se trata de uma representação fidedigna do modo como a esfera pública nacional lida com a questão. Segundo essa afirmativa, ao enquadrar as cotas raciais como um tópico essencialmente polêmico, a imprensa apenas estaria dando uma forma midiática a um conflito já presente em outras arenas políticas. Porém, a rigor, a dificuldade em determinar as fronteiras e suportes do que vem a ser essa esfera pública impossibilita testar essa afirmação. Ainda assim, é possível dizer que essa concepção das cotas raciais não encontra eco em outras arenas comumente tomadas como constitutivas do debate público. Durante as eleições presidenciais de 2006, por exemplo, apenas um dos candidatos à Presidência da República que pontuava nas pesquisas se posicionou contra as cotas.<sup>3</sup> Tanto o principal candidato da oposição, Geraldo Alckmin (PSDB), quanto Lula se manifestaram favoráveis às cotas (*Folha de S. Paulo*, 2006c; 2006d). No Congresso Nacional, por sua vez, poucas lideranças políticas se colocavam contra o projeto.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Heloisa Helena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi a única a manifestar uma opinião contrária às cotas (*Folha de S. Paulo*, 2006f).

<sup>4</sup> Vale notar que o projeto de cotas foi explicitamente apoiado por lideranças de diferentes cores partidárias, incluindo aqui políticos da direita tradicional, como

Obviamente, não se está afirmando que a esfera pública deva se resumir ao seu braço político, isto é, ao Legislativo ou aos discursos em períodos eleitorais. Como já foi discutido, o debate legislativo e os debates eleitorais estão longe de ser as únicas arenas capazes de reivindicar com êxito o posto de suportes da esfera pública. O objetivo aqui é unicamente mostrar que não há nada de intrinsecamente polêmico nas propostas de cotas raciais e que uma prova disso é o fato de grupos políticos adversários poderem concordar com tais medidas. Isso parece ser corroborado por uma série de pesquisas, patrocinadas pelos próprios veículos de imprensa, que vêm atestando haver um grande apoio da população às ações afirmativas raciais (Datafolha, 2008; Ibope, 2013).

De todo modo, a construção simbólica das ações afirmativas raciais como medidas essencialmente polêmicas contribuiu para refrear os debates legislativos e, assim, constituir a imprensa como principal esfera de discussão pública da questão. Mais importante ainda, o enquadramento editorial bipolar, adotado de forma muito similar pelos dois jornais, fez com que ambos constituíssem a imprensa como um dos principais foros de debate das cotas. Uma evidência disso é o modo como o discurso do governo federal sobre o tema se modificou entre 2004 e 2009.

O ano de 2004 marca o momento em que o então presidente Lula começa a dar declarações explícitas em defesa das cotas raciais. Em uma solenidade realizada em 24 de julho, ele afirmava que “quando a gente começa a discussão das cotas, os que são contra são por preconceito” (*Folha de S. Paulo*, 2006e). Porém, cerca de dois meses depois, os termos se tornam mais ambíguos:

A questão das cotas, vocês perceberam que não é um debate fácil, parece fácil quando a gente está entre meia dúzia que concorda,

---

José Sarney (PMDB), autor de um dos projetos de ação afirmativa racial em tramitação, e Marco Maciel (DEM), um dos principais defensores da política durante o governo de Fernando Henrique, quando foi vice-presidente do país.

mas daqui a pouco a gente descobre que tem outra meia dúzia que não concorda, e o debate se torna um debate preconceituoso, um debate eminentemente elitista, porque a verdade, nua e crua, é que ensino superior no Brasil não foi feito nem para pobre nem para negro, foi feito para gente pertencente a uma parcela da elite brasileira (Lula da Silva, 2006, p. 4).

Apesar de afirmar que a posição contrária é preconceituosa, Lula generaliza, apontando que o debate se torna preconceituoso. A partir desse momento, os discursos do presidente ressaltam a necessidade de se considerar “o outro lado da questão”. Ao mesmo tempo, as propostas legislativas em tramitação no Congresso sofrem alguns revezes. Inicialmente defensor de que as cotas fossem discutidas no bojo da reforma universitária, o então ministro da Educação Fernando Haddad encaminha um projeto de reforma ao Congresso que não mencionava cotas. Paulatinamente, impõe-se a ideia de que as opiniões são acirradas e de que o debate deve amadurecer antes que a proposta do governo seja aprovada pelo Legislativo, o que é festejado pelos jornais. Num editorial de *O Globo* publicado em 12 de julho de 2006, os supostos recuos do governo são elogiados:

O governo, em boa hora, conteve o rolo compressor que forçava a todo custo a aprovação no Congresso do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto da lei de instituição das cotas raciais na universidade. Temas como esses, de implicações sérias para a sociedade, precisam ser mais bem discutidos e também têm de ser protegidos contra o clima de exacerbação política e ideológica comum às eleições. Agora, haverá mais tempo para se debater o assunto no Congresso. O *lobby* favorável à discriminação étnica na distribuição de vagas no ensino superior e no mercado de trabalho havia conseguido aprovar, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o projeto das cotas para a universidade. Mas, a pedido da oposição, o presidente da Casa,

Aldo Rebelo, determinou a votação em plenário, antes do envio do projeto ao Senado. O Estatuto, por sua vez, originou-se no Senado e, aprovado pelos senadores, acaba de chegar à Câmara. É possível que tenha alertado o governo a mobilização no mundo acadêmico em apoio a um documento contrário às cotas. Até representantes do movimento negro subscreveram o texto. Uma das contribuições dadas por essa mobilização é proteger a discussão do maniqueísmo, afastar a ideia de que se digladiam nessa polêmica racistas e não racistas (*O Globo*, 2006a).

Não deixa de surpreender que, no mesmo dia, uma reportagem da *Folha* interpretou essas articulações de forma oposta. O que é classificado como recuo por *O Globo* é nomeado pelo jornal paulista como uma tentativa de “reduzir as resistências ao texto [com o objetivo de] agilizar a votação no Congresso para que ela aconteça ainda neste ano” (Scolese e Constantino, 2006). Essas interpretações divergentes expressam uma tentativa do jornal carioca de classificar as atitudes do governo como provas de que a intensificação do debate público, principalmente no âmbito na imprensa, tenha servido como um sinal para o governo. Quando o editorial defende que o governo finalmente entendeu que o debate público deve amadurecer, ele implicitamente toma a imprensa como expressão desse debate.

Aos poucos, o governo de fato reduz seu apoio aos projetos de lei, cuja tramitação é interrompida ainda em 2006. Já em 2008, Lula dizia: “Quem defende as cotas acha que é uma maravilha a cota para o povo negro na universidade, mas precisa olhar o outro lado, quantas pessoas são contra e ficam criticando?” (Lula da Silva, 2008, p. 4). Aos poucos, a estratégia discursiva do governo realça que a adoção do critério racial pelo ProUni seria uma política muito mais ousada do que a introdução de cotas nas universidades: “Tem gente que fica brigando por cota, cota, cota, lei, e uns escrevem contra; outros, a favor. O dado concreto é que o ProUni

resolveu esse problema em parte, porque 40% dos estudantes do ProUni são meninas e meninos negros da periferia pobre deste país” (Lula da Silva, 2009, p. 11).

Mais importante que julgar essa estratégia discursiva é perceber que, de certo modo, a ideia de que as cotas raciais nas universidades são medidas polêmicas levou o governo a reduzir seu apoio às propostas legislativas sobre a questão em prol do amadurecimento do debate. É difícil estabelecer qual a importância do enquadramento noticioso adotado pela imprensa nesse processo. Porém, ao mesmo tempo, seria leviano afirmar que ele teve um papel marginal nesse movimento. Note-se que a construção das cotas raciais como um problema não apenas serviu para enfraquecer o apoio governamental à questão, mas sobretudo para constituir a imprensa em principal esfera pública de debate da questão. A ideia de que as opiniões sobre o tema são polarizadas e que, por isso, a discussão precisava amadurecer, ajudou a autolegitimar a imprensa como principal porta-voz desse debate público.

## 5. A ÉTICA E A ESTÉTICA DA IMPARCIALIDADE

A legitimação da imprensa enquanto pilar da esfera pública depende do modo como as empresas de mídia performatizam seu compromisso com os valores da imparcialidade e objetividade jornalísticas. Por essa razão, os jornais eventualmente têm de dar demonstrações públicas de que estão comprometidos com tais valores, sobretudo quando pretendem reivindicar ou conservar o *status* de sustentáculos do debate democrático. Não obstante a ética da imparcialidade diga respeito aos procedimentos adotados pela imprensa na cobertura de um determinado tema, a sua importância não se restringe a tais procedimentos. Além de constituírem um modelo ético para a atuação dos jornalistas, valores como a imparcialidade e a objetividade fornecem parâmetros para a organização das notícias nas edições dos jornais.

Dito isso, o objetivo deste capítulo é demonstrar como os diferentes enquadramentos editoriais adotados por *O Globo* e pela *Folha de S. Paulo* quando da publicação de textos sobre o tema buscaram produzir uma estética da imparcialidade. Cada uma das fases da cobertura incitou os jornais a adotarem critérios específicos de organização visual das matérias. Além de expressarem parâmetros editoriais, esses modelos buscaram justificar a cobertura da imprensa e, no limite, reivindicar para o veículo em questão, num dado momento da controvérsia, o *status* de principal esfera pública de debate das ações afirmativas raciais.

O que se segue está dividido em quatro seções. Inicialmente, discuto o espaço que cada jornal reservou em suas páginas a tomadas

de posição opinativas em contraposição às reportagens publicadas sobre o tema. De um lado, a tentativa de construir uma divisão entre textos opinativos e reportagens é um dos fundamentos da ética jornalística, a qual considera possível e desejável separar juízos de valor, em geral cunhados pelos denominados “formadores de opinião”, dos juízos de fato, produzidos pelos jornalistas profissionais. Todavia, como é sempre complexo dividir essas duas esferas, a distinção entre fato e valor acaba assumindo diferentes formas no decorrer da polêmica.

A estética da imparcialidade não depende somente da diferenciação entre esses âmbitos, mas de uma administração do espaço do debate opinativo. Nesse caso, “ouvir os dois lados de toda problemática” costuma ser o caminho mais usual quando jornalistas e editores pretendem realizar o ideal da imparcialidade opinativa. De acordo com esse modelo de conduta, a imprensa poderia se subtrair das disputas políticas ao contemplar as opiniões polares sobre as questões que atraem a atenção da audiência. A partir disso, a segunda seção discute não só como se formou essa divisão opinativa, mas também como foi administrado o espaço de cada “ala” do debate.

Na terceira parte veremos quais foram os principais grupos convocados pelos jornais para representar essas clivagens opinativas. Ao eleger determinados grupos como os porta-vozes ou pedagogos da opinião pública, a imprensa contribui para potencializar uma visão específica do tema e, particularmente, uma imagem de como outros campos sociais lidaram com ele. A depender da forma como os especialistas ou políticos, por exemplo, deliberam sobre a questão em artigos ou reportagens, pode-se depreender de que modo a academia e a política são representadas nas páginas dos jornais. Uma vez discutidas essas três dimensões do enquadramento editorial das ações afirmativas, algumas reflexões parciais são resumidas na última seção.

## 5.1. Entre fatos e opiniões

Os discursos de legitimação política da imprensa nem sempre estiveram atrelados à ética profissional jornalística tal como conhecida atualmente. Em alguns momentos da história, regras morais ou mesmo metodológicas eram vistas como limites nocivos ao “bom jornalismo”. Na fase que compreende os primeiros dias da imprensa, a qual Habermas se refere, o jornal era visto como um difusor de opiniões e segredos até então censurados pelo Estado em nome da paz social. Essa imprensa estava centrada na produção de panfletos, opúsculos quase sempre polêmicos que objetivavam defender veementemente uma opinião política. Ainda no século XIX, a transição do panfleto para a forma do tabloide ocorre em paralelo à mercantilização da imprensa e ao surgimento dos primeiros conglomerados especializados na comercialização da notícia. O fato de os tabloides serem mais dependentes dos anunciantes do que dos vínculos políticos fez com que eles aderissem à moralidade liberal do *laissez-faire* e, simultaneamente, nutrissem uma postura opositiva em relação aos poderes políticos constituídos (Iggers, 1998, p. 60). Logo, embora a opinião permaneça ocupando um grande espaço nesses periódicos, o principal produto do tabloide é a notícia-revelação ou, no jargão jornalístico, o “furo”.

O acúmulo de falsas denúncias e as reações aos exageros dos tabloides fizeram com que paulatinamente surgissem demandas por uma maior profissionalização da atividade jornalística. Já no século XX, o jornalista cínico, boêmio e aclimatado de maneira informal à prática investigativa começa a dar lugar ao profissional treinado por uma renomada universidade e consciente dos valores morais que deveriam nortear a atividade jornalística (Iggers, 1998, pp. 61-2). Em vez de perseguirem as autoridades constituídas em busca de segredos que renderiam boas vendas, os jornais passam a valorizar a reportagem baseada num tipo de investigação que se pretende metódica, quase científica. Daí a necessidade de separar

criteriosamente as informações advindas da investigação jornalística daquelas interpretações valorativas produzidas pelos demais atores sociais.

No Brasil, as tentativas de profissionalizar o jornalismo e estabelecer técnicas capazes de dividir criteriosamente opinião e informação se dão a partir dos esforços modernizantes de parte da imprensa na década de 1950 (Biroli, 2003). Nesse momento, o tema mais comum dos debates entre jornalistas e nos recém-criados manuais da profissão é a divisão entre opinião e informação, tanto no que concerne aos procedimentos de investigação jornalística quanto no que se refere à organização gráfica dos jornais. E como nota Biroli (2003), esse processo esteve estreitamente relacionado a um projeto político que atribuía à imprensa a capacidade de produzir uma “crítica isenta” e uma “vigilância desinteressada” do poder público (Biroli, 2003, p. 120).

Como percebido por Henrik Örnebring (2007), a defesa do jornalismo profissional e da notícia como forma narrativa se baseia numa ideia de esfera pública, em certa medida, em tensão com concepções deliberativas. Para ele, a notícia enquanto gênero busca se sobrepôr às opiniões parciais e, portanto, funciona como desestímulo a um debate de ideias no qual todos poderiam opinar. Além disso, mesmo que aceitemos a importância da informação balizada para o debate público, as características narrativas do tipo de informação produzida pela imprensa são insuficientes para subsidiar o debate público, ao menos nos moldes liberais. Isso porque o gênero notícia costuma focar nos eventos mais recentes, quase sempre traduzidos num texto de fácil leitura e palatável o suficiente para não entediar o leitor.

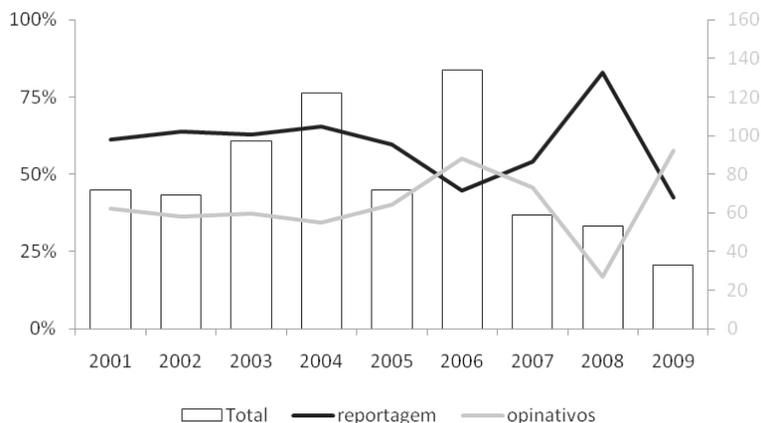
Não é o objetivo aqui julgar em que medida os padrões narrativos que caracterizam o jornalismo contemporâneo são ou não compatíveis com um ideal específico de esfera pública. Interessa apenas destacar que a divisão entre as seções de reportagens e de textos opinativos produz lugares de fala diferentes, dentro dos quais são alocados discursos e atores distintos. A diagramação estética dos

jornais expressa, portanto, uma dada ética da imparcialidade. Em países como a França, onde historicamente as clivagens do público consumidor de um jornal tendem a coincidir com as preferências político-partidárias tradicionais, jornais como *Le Figaro* e *Le Monde* dedicam menos espaço às reportagens (em torno de 70%) do que seus homólogos estadunidenses, como o *The New York Times* (mais de 90%) (Hallin e Mancini, 2004, p. 99).

Mais do que uma expressão de origens históricas diversas, a razão entre a quantidade de textos opinativos e notícias manifesta reivindicações políticas distintas. Ao publicar opiniões diversas em suas páginas, um veículo pretende implicitamente se colocar como administrador de um dado debate político e, portanto, de alguma forma acima dele. Por outro lado, ao dar mais espaço para reportagens do que para opiniões, a imprensa pretende subtrair o caráter político dos debates públicos, tratando esses conflitos como problemáticas solúveis desde que se disponha de uma quantidade ampla de informação de qualidade.

Na controvérsia das cotas, o espaço concedido por *O Globo* e pela *Folha de S. Paulo* oscilou sensivelmente no decorrer do tempo. Os gráficos 14 e 15 apresentam o percentual de textos opinativos e reportagens por ano para a *Folha* e *O Globo*, respectivamente. As barras no fundo de cada gráfico mostram a quantidade total de textos publicados por cada jornal no período analisado, o que permite avaliar até que ponto a razão entre reportagens e opinativos foi afetada pelos picos da controvérsia.

**Gráfico 14** – Proporção de textos opinativos e reportagens na *Folha* por ano\*

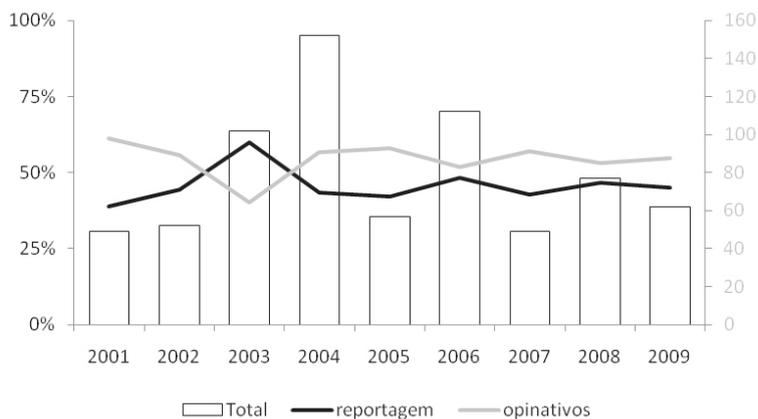


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 711 textos.

\* Foram subtraídos cartas, boxes e notas.

**Gráfico 15** – Proporção de textos opinativos e reportagens em *O Globo* por ano\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

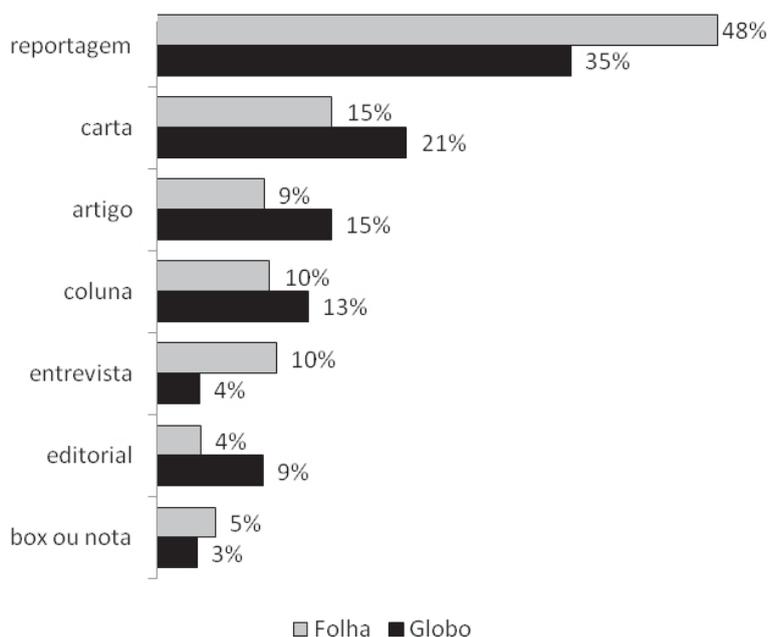
N = 712 textos.

\* Foram subtraídos cartas, boxes e notas.

Entre 2001 e 2004, 63% dos textos publicados pela *Folha* eram reportagens contra 37% de opinativos, sendo que esses percentuais pouco se alteraram nesse período. Excetuando o ano de 2003, *O Globo* dedicou em média 55% de seus textos a comunicações opinativas, contra 45% de reportagens. Vale notar que os dois jornais seguiram parâmetros quase opostos se levarmos em conta a razão entre textos opinativos e reportagens, isto é, enquanto a *Folha* considerou a questão das ações afirmativas raciais um tema a se reportar, *O Globo* valorizou a dimensão opinativa da questão. Especificamente em relação à *Folha*, houve uma discrepância relevante em 2008 em favor das reportagens.

O caráter levemente mais opinativo da cobertura de *O Globo* resulta em grande medida do envolvimento de parte importante dos colunistas fixos do jornal (especialmente Elio Gaspari e Miriam Leitão) e da quantidade de editoriais dedicados à problemática. O gráfico 16 mostra a proporção de cada um dos formatos de texto tomando como referência a quantidade total publicada por cada jornal. Nele é possível perceber que *O Globo* veiculou proporcionalmente o dobro de editoriais que a *Folha*. Ao mesmo tempo, o jornal carioca publicou uma quantidade relativamente maior de colunas do que seu correlato paulistano, o mesmo valendo para os artigos de opinião escritos por colaboradores externos.

**Gráfico 16** – Proporção de cada formato de texto de acordo com o jornal\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 1.831 textos.

\* Percentuais calculados tomando como universo (100%) cada jornal.

Os gráficos 14 e 15 evidenciam ainda que os dois jornais adotaram uma estratégia muito semelhante no ano de 2006. Ambos buscaram reduzir a distância entre notícias e comunicações opinativas, até então razoavelmente constante. Enquanto *O Globo* publicou 54 reportagens contra 58 textos opinativos, a *Folha* veiculou 60 reportagens contra 74 opinativos. No caso desta última, ocorreu uma inversão nas proporções: reduziu-se a quantidade de reportagens e abriu-se lugar para a manifestação de opiniões. Algo semelhante a esse movimento aconteceu com *O Globo* em 2003, quando o jornal publicou mais reportagens do que textos opinativos.

Como visto no capítulo anterior, 2003 e 2006 marcam dois momentos importantes da cobertura. É em 2003 que a adoção de cotas pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro ganha a atenção da imprensa, particularmente d'*O Globo*. Essa é a ocasião em que as ações afirmativas raciais saem do horizonte de possibilidades para o espaço da experiência e, portanto, os debates em torno do tema ganham um objeto concreto: a política de cotas raciais da UERJ e da UENF. Justamente por isso, as atenções do jornal se voltam para o funcionamento e os resultados da política, bem como para as mudanças introduzidas na lei estadual. Além de surpreender a imprensa, as cotas das universidades estaduais do Rio de Janeiro ofereceram o primeiro teste de realidade ao debate já em curso.

Se, em 2003, a lei de cotas do estado do Rio de Janeiro chamou a atenção de *O Globo* para os “fatos”, em 2006 os manifestos entregues ao Congresso Nacional guiaram a cobertura da *Folha* para as “opiniões”. Até então, o diário paulistano tratava as ações afirmativas como uma questão a ser manejada por jornalistas profissionais, encarregados de cobrir os principais eventos nacionais envolvendo a pauta. O advento dos manifestos fez com que o tema fosse tratado menos como uma questão a se reportar do que como um assunto sobre o qual se deveria opinar.

Não obstante essas nuances, é importante lembrar que cada um dos jornais adotou um padrão razoavelmente regular no tocante à publicação de textos informativos e opinativos. Apesar da razão entre esses modelos ter permanecido mais ou menos constante no decorrer do tempo, ela se modificou em cada jornal de acordo com alguns momentos específicos da controvérsia.

## 5.2. Entre contrários e favoráveis

Ao se abrir para tomadas de posição contrárias às suas, cada jornalista ou editor daria uma prova de que os interesses políticos e comerciais das empresas de mídia não se sobrepõem aos valores

próprios da esfera pública democrática. Mais do que uma simples expressão das boas intenções cívicas das empresas de mídia, essa adesão ao valor público da imparcialidade expressa os interesses econômicos que as sustentam. A rigor, a “informação isenta” e a “opinião diversificada” são as duas principais mercadorias vendidas pela imprensa contemporânea. Logo, o compromisso com a imparcialidade, ainda que apenas nominal, está na base do valor monetário de um jornal perante os seus leitores e, por consequência, perante os anunciantes. Assim, a credibilidade depositada sobre um determinado veículo não só influencia o seu valor cívico, mas também o seu valor econômico.

Por outro lado, a apologia à imparcialidade jornalística propagada pela imprensa possui limites. Poucas questões são simples o suficiente para suscitarem apenas duas posições. Mesmo quando está em debate a validade de uma proposta política bem definida, as justificativas mobilizadas para cada uma dessas tomadas de posição são plurais, o que dificulta a intenção de reduzir a polêmica a apenas dois lados. Noutros termos, é possível reprovar uma conduta por diversos motivos, alguns deles eventualmente conflitantes entre si. Ademais, é muito difícil distinguir até que ponto a imprensa “cria” ou apenas “detecta” disputas públicas (Robert, 2003). Logo, o próprio ato de rotulação de um debate como uma “polêmica” ou “controvérsia” contribui decisivamente para que a discussão em jogo se torne polarizada.

Por tudo isso, embora o adágio que recomenda a todo jornalista “ouvir sempre os dois lados” ainda se faça presente em muitos manuais de ética jornalística (Hohlfeldt, 2001), ele é considerado frequentemente uma tradução débil do princípio ético da imparcialidade (Entman, 1989, p. 31; Hallin e Mancini, 2004; Iggers, 1998, pp. 59-65; Tuchman, 1972). Porém, nem sempre tais autores deixam claro se as suas críticas miram a etiqueta jornalística

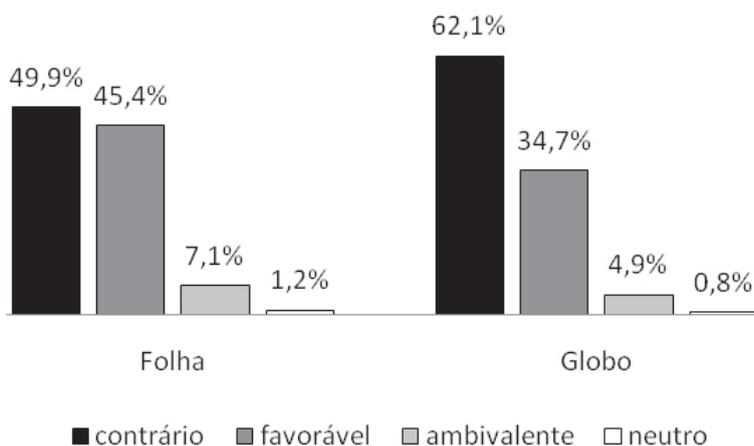
de sempre ouvir os dois lados ou se elas têm por alvo a própria ética da imparcialidade em si.<sup>1</sup>

Logo, a crítica ao ideal da imparcialidade jornalística ativa um debate ético e epistemológico mais amplo e complexo. Por esse motivo, mais importante do que denunciar a parcialidade intrínseca às atividades jornalísticas e editoriais é indagar de que modo os operadores da imprensa buscam traduzir em princípios práticos esse ideal. Analogamente, mais relevante do que apontar as insuficiências da dicotomização das opiniões produzida pelos dois jornais analisados é investigar: (i) de que modo tal dicotomização é ativada por determinados eventos e reiterada no decorrer do tempo; e (ii) quais as tensões que esse enquadramento polarizante enfrenta à medida que o debate avança.

Como visto no capítulo 3, uma das principais características do enquadramento editorial produzido pelos dois jornais se refere à divisão entre as comunicações opinativas com argumentos contrários e aquelas com posturas favoráveis às ações afirmativas raciais. Dito de outro modo, um número muito pequeno dos textos opinativos publicados aderiu ao mesmo tempo a argumentos críticos e elogiosos à ação afirmativa racial no ensino superior. É possível notar, no gráfico 17, que o percentual de textos com uma tomada de posição explicitamente neutra em relação às ações afirmativas raciais, ou ao menos ambígua, girou em torno de 6% daqueles publicados no período analisado. Ademais, ambos os jornais veicularam mais textos declaradamente contrários às políticas do que favoráveis, sendo que a diferença entre esses dois grupos é mais substantiva para *O Globo* do que para a *Folha*.

<sup>1</sup> Para um exemplo de crítica ao ideal da imparcialidade jornalística que se baseia declaradamente numa rejeição à concepção da imparcialidade em si, cf. Miguel e Biroli (2010).

**Gráfico 17** – Tomada de posição explícita nos textos opinativos conforme o jornal\*



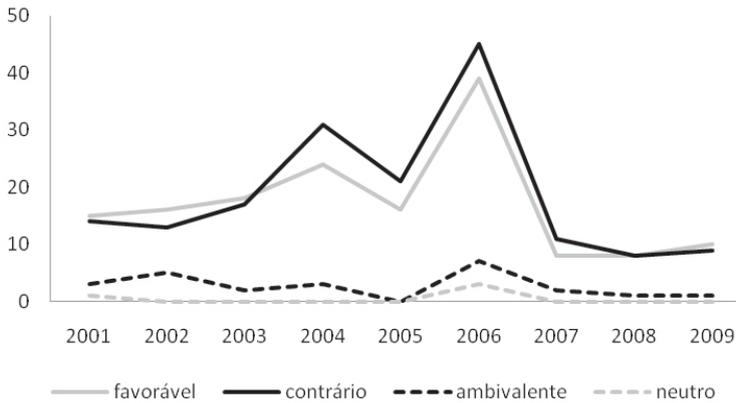
Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 895 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos com uma posição explícita em relação à ação afirmativa racial como objeto de discussão.

Da mesma forma que os editores dos dois jornais parecem manter um determinado controle da proporção entre comunicações opinativas e noticiosas, o espaço aberto ao debate opinativo parece ser criteriosamente dividido nas duas posições que supostamente marcam a discussão. Os gráficos 18 e 19 apresentam a distribuição dos textos por ano em cada um dos jornais de acordo com a posição explicitada pelos seus respectivos autores. Destaque para o fato de as séries referentes aos textos contrários e favoráveis serem intimamente relacionadas nos dois gráficos, especialmente entre 2004 e 2009.

**Gráfico 18** – Tomada de posição explícita dos textos opinativos da *Folha* por ano \*

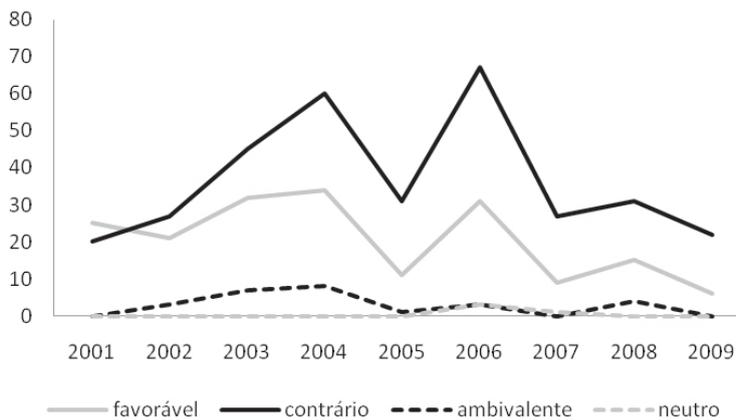


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 351 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos com uma posição explícita.

**Gráfico 19** – Tomada de posição explícita dos textos opinativos d’*O Globo* por ano \*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 544 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos com uma posição explícita.

O gráfico 18 apresenta algumas tendências fundamentais para a compreensão do processo de dramatização pública da controvérsia promovido pela *Folha*. Em primeiro lugar, ele mostra que no período que engloba os anos entre 2001 e 2003 há uma leve predominância de textos opinativos favoráveis. É preciso lembrar que esse é o período em que o objeto ainda apresentava uma definição fluida. Mesmo após a adoção de cotas pela UERJ e UENF, esse tema teve um espaço bem menor na imprensa paulistana do que na carioca. No entanto, essa disposição se inverte em 2004, ano da adoção de cotas raciais pela UnB e do apoio formal a tais tipos de política pelo governo Lula. Além da inversão na posição privilegiada pelos articulistas, colunistas e entrevistados do jornal, aumentou substantivamente a distância entre textos contrários e favoráveis. Entre 2001 e 2003, a *Folha* publicou em média 1,12 texto favorável para cada texto contrário. Já em 2004, a média foi de 1,31 texto contrário para cada texto favorável.

Assim como a *Folha*, *O Globo* iniciou sua cobertura dando um espaço levemente maior para opiniões favoráveis às ações afirmativas. Entretanto, talvez pela maior atenção dedicada ao caso da UERJ e da UENF, a inversão na posição privilegiada ocorre já em 2002. Em comparação com a *Folha*, tal inversão também se dá de forma mais intensa. Se, em 2001, *O Globo* publicou em média 1,25 texto favorável para cada texto contrário, em 2002, foi veiculado 1,29 texto contrário para cada favorável. Note-se que a distância entre a quantidade de textos contrários publicados em relação aos favoráveis aumenta até 2004, quando se estabiliza.

Além da inversão da posição privilegiada por cada diário, a partir de 2004 as quantidades de textos contrários e favoráveis se acompanham. Tanto a *Folha* quanto *O Globo* parecem ter tomado precauções para garantir algum “equilíbrio” entre os “dois lados do debate”. No caso do jornal carioca, a despeito do *gap* entre a quantidade de textos contrários e favoráveis ter sido grande (em breve veremos o porquê), essa distância foi razoavelmente constante

no decorrer do tempo. Já no caso do veículo paulistano, a diferença numérica entre contrários e favoráveis se mostrou constante e pequena. Porém, para melhor entender como esse controle da proporção dos textos foi mantido, é preciso compreender de que modo foi colocado em prática em cada uma das seções dos jornais.

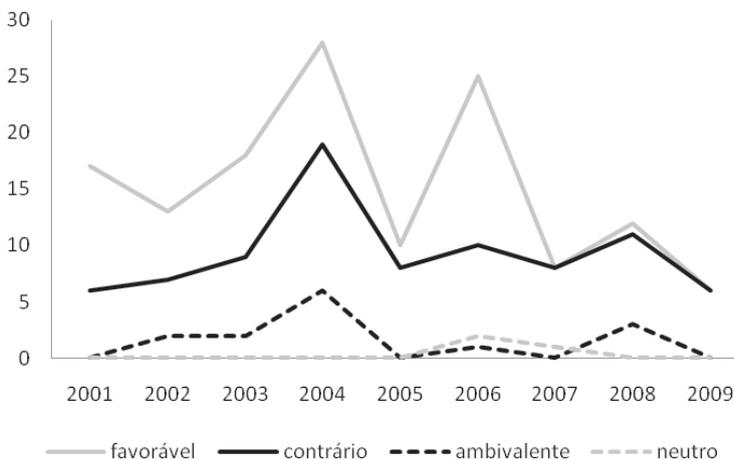
As divisões de um jornal pretendem não somente distinguir a opinião da notícia, mas também quais comunicações representam a opinião dos jornais e quais exprimem a opinião de atores independentes em relação a eles. O fato de os jornais modernos costumarem ser controlados por empresas capitalistas pode ser utilizado tanto como fundamento para a independência política da imprensa quanto para denunciar sua atuação interessada. Na condição de empresa capitalista, todo jornal está em independência relativa em relação aos interesses imediatos do jogo político. Entretanto, é essa mesma condição que abre espaço para a crítica que ataca a parcialidade intrínseca aos interesses financeiros da imprensa capitalista.

Ademais, a estrutura organizacional das redações jornalísticas, quase sempre vinculada às hierarquias próprias de uma empresa capitalista, é um obstáculo às tentativas dos jornais de se apresentarem como entidades imparciais. Jornalistas, articulistas, colunistas, colaboradores ou leitores que têm seus textos publicados são escolhidos pelos diretores e editores. Uma forma tradicional que os periódicos utilizam para contornar esse obstáculo é admitir que cada veículo possui uma opinião ou certo interesse nas questões que adentram a esfera pública. Tais posições devem ser expressas, mas num espaço restrito, até mesmo para que o leitor possa julgar em que medida o resto do jornal reflete as opiniões dos seus administradores. Demarcar um local onde as opiniões dos gerentes podem se expressar e, ao mesmo tempo, restringi-las a esse espaço: eis a função dos editoriais.

Mais do que uma incoerência em relação à ética da imparcialidade jornalística, os editoriais são uma atualização dela, uma exceção que confirma a regra. Isso porque a sua existência parte do princípio de que a opinião dos editores é “isolável” e que sua mera

expressão funciona como uma garantia da imparcialidade do que é publicado nas outras seções. Por outro lado, enquanto espaços de expressão do ponto de vista dos jornais, os editoriais podem ser encarados como tomadas de posição imunes à etiqueta da imparcialidade e, assim, não entrar no cálculo do balanceamento de posições feito pelo jornal. Embora esse não seja o caso da *Folha*, que “compensou” com textos favoráveis quase todos seus editoriais contrários, parece ser o caso de *O Globo*. Se observarmos apenas os textos do espaço aberto de debate opinativo e qualificado, isto é, as seções onde estão os artigos, colunas e entrevistas, veremos não somente que o jornal manteve certo equilíbrio entre as tomadas de posição, mas também que concedeu alguma vantagem comparativa aos textos explicitamente favoráveis às políticas de ação afirmativa racial:

**Gráfico 20** – Tomadas de posição dos textos do espaço opinativo aberto de *O Globo* por ano\*



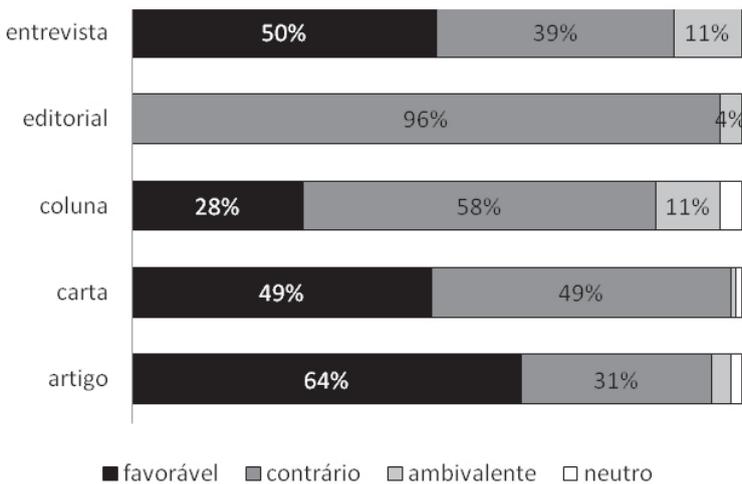
Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 238 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos do espaço aberto e qualificado (colunas, artigos e entrevistas) com uma posição explícita em relação à ação afirmativa racial como objeto de discussão.

Por tudo isso, as segmentações presentes numa edição de jornal são um traço fundamental do enquadramento editorial adotado por ele ao lidar com um dado tema. Se os editoriais ajudam os veículos a admitirem seus interesses sem abrir mão da ética da imparcialidade, os demais tipos de texto publicados enfatizam, cada um a seu modo, a autonomia de determinados setores das redações em relação a esses interesses editoriais. Colunistas fixos, por exemplo, costumam ser lidos como escritores próximos aos valores e à identidade de um jornal, mas relativamente autônomos para expressarem suas opiniões. Idealmente, articulistas esporádicos são convocados com base em sua autoridade ou seu envolvimento com alguma questão em pauta e, assim, contam com mais um grau de independência em relação aos editores. Levando em conta essas particularidades, vejamos de que modo cada jornal distribuiu as tomadas de posição em cada gênero jornalístico:

**Gráfico 21** – Tomadas de posição dos textos publicados na *Folha* de acordo com o formato\*

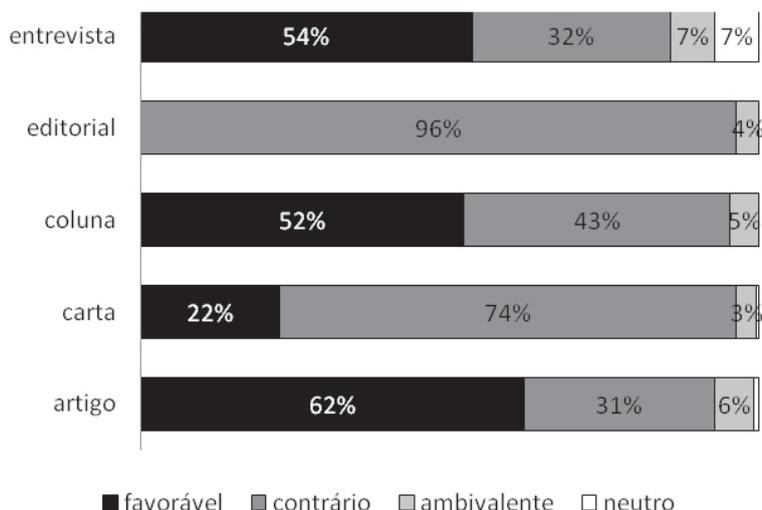


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 336 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos com uma posição explícita. Boxes e notas também foram desconsiderados.

**Gráfico 22** – Tomadas de posição dos textos publicados em *O Globo* de acordo com o formato\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 513 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos com uma posição explícita. Boxes e notas também foram desconsiderados.

Comparando os gráficos 21 e 22, é possível perceber que os dois jornais buscaram construir uma estética da imparcialidade de modos diferentes. Ambos parecem ter lidado com as entrevistas de forma semelhante, ao publicarem as opiniões de entrevistados das duas alas da polêmica. Nesse aspecto, a *Folha* deu mais atenção às entrevistas, não somente porque a razão entre atores contrários e favoráveis entrevistados foi mais proporcional (50% de contrários em comparação com 49% de favoráveis) e porque o jornal deu duas vezes mais espaço para o gênero do que *O Globo* (cf. gráfico 16). Algo semelhante aconteceu com os artigos escritos ocasionalmente por autores exteriores às redações. Porém, se no caso das entrevistas uma leve vantagem foi concedida aos declarados contrários às ações

afirmativas, no que se refere aos artigos a vantagem foi daqueles que se colocavam como favoráveis. Nesse quesito, tanto a *Folha* quanto *O Globo* publicaram cerca de dois artigos favoráveis para cada contrário.

Outra semelhança é que quase todos os editoriais publicados pelos dois jornais se colocaram contra as ações afirmativas raciais. Posteriormente, veremos algumas diferenças na opinião construída por cada um dos veículos em seus editoriais. Embora contrários às ações afirmativas raciais, os editores de *O Globo* dedicaram duas vezes mais textos ao tema que os editores da *Folha* (cf. gráfico 16).

As diferenças entre os enquadramentos editoriais de cada jornal aparecem nas colunas fixas e nas cartas dos leitores. As colunas publicadas em *O Globo* se dividiram de forma razoavelmente proporcional, com uma leve vantagem para os textos que tomaram uma posição favorável às ações afirmativas raciais (52%). O oposto ocorreu nas edições da *Folha*, que, somadas, publicaram 58% de colunas contrárias contra apenas 28% de colunas favoráveis. No tocante às cartas, as estratégias editoriais dos dois jornais se tornam ainda mais distintas. Enquanto a *Folha* publicou exatamente o mesmo número de cartas contrárias e favoráveis, *O Globo* publicou cerca de três cartas contrárias para cada carta favorável.

Comparando os dois jornais, é possível notar que a *Folha* privilegiou a publicação de entrevistas e reportagens sobre o tema, enquanto *O Globo* deu preferência a artigos, colunas, editoriais e cartas. Ao mesmo tempo, este último procurou compensar a grande quantidade de editoriais e cartas contrárias com artigos e colunas mais favoráveis ao tema. Apesar de ter se colocado contra as ações afirmativas raciais, a *Folha* optou por manter uma estética da imparcialidade nas seções de cartas e entrevistas. Concomitantemente, usou a seção de artigos para compensar o maior número de textos contrários publicados até então, de modo a equilibrar o cômputo final.

Esses números nos ajudam a entender de que modo uma estética da imparcialidade foi construída por cada jornal a partir de uma visão distinta do que cada gênero opinativo representa. Nos textos publicados na parte aberta do periódico, a *Folha* buscou administrar o espaço de debate para se mostrar acessível às posições opostas. Por isso, temos mais artigos, entrevistas e cartas favoráveis às ações afirmativas. Ao mesmo tempo, as seções do espaço fechado, isto é, as colunas e os editoriais mais próximos da identidade do jornal, se colocaram de forma mais frequente contra as ações afirmativas raciais. Já em *O Globo*, a clivagem mais importante não é de textos das seções abertas ou fechadas. Nesse caso, a proporção entre contrários e favoráveis foi controlada nas seções de opinião qualificada (colunas, entrevistas e artigos). A crítica às ações afirmativas raciais ficou a cargo dos editores e missivistas, posto que a maioria das cartas e editoriais se colocou francamente contra essas iniciativas.

Dessa maneira, a *Folha* se coloca de forma consistente como um periódico contrário às ações afirmativas raciais, mas que “reconheceria” a divisão existente entre os especialistas que assinam artigos em suas páginas, na sociedade civil e na opinião pública como um todo. Ao mesmo tempo, a forma como o espaço foi dividido entre opinião e notícia indica que o jornal paulistano parece crer que esse debate seria melhor resolvido caso dispuséssemos de mais informações objetivas sobre o tema. Embora também reconheça o conflito opinativo existente dentro de suas estruturas, *O Globo* parece querer não somente se colocar como um veículo contrário às ações afirmativas raciais, mas também como um jornal lido por pessoas dessa matriz de pensamento. Ao dar mais vazão às cartas contrárias, o jornal carioca não só representa uma opinião pública francamente crítica às medidas, como igualmente busca reiterar a cumplicidade ontológica com os seus leitores. Além disso, as cartas permanecem atacando as ações afirmativas raciais, mesmo quando as seções opinativas dão espaço para opiniões divergentes. De certo

modo, isto sugere que, mesmo ao serem submetidos a opiniões diversas, os leitores de *O Globo* permanecem fiéis na crítica às medidas.

Não é apenas como os jornais dividem a opinião de notícia ou a forma como os editores traduzem na prática o ideal de ouvir os dois lados da problemática que os ajudam a compor uma imagem da esfera pública. A seleção das vozes aptas a falar em nome – ou no interesse – da opinião pública também é um componente importante da dramatização pública da controvérsia. Por esse motivo, a próxima seção busca estabelecer quais grupos foram autorizados a falar sobre as ações afirmativas raciais em cada jornal e quais posições eles representam.

### 5.3. Entre política e ciência

Cabe quase sempre aos operadores da imprensa determinar quem são os atores sociais que melhor representam as clivagens presentes na opinião pública sobre um determinado assunto. Normalmente, a forma como uma temática é definida por eles já sugere o perfil dos atores que devem ser convocados a opinar sobre a questão. Como notaram Ferree et al. (2004), ao tratarem o tema do aborto como uma questão sobre em que ponto começa a vida, a mídia é levada a convocar médicos, biólogos e demais cientistas capazes de fornecer subsídios ao debate, enquanto o enquadramento do aborto como uma questão jurídica, relacionada à compatibilização entre os direitos individuais da mãe e os do nascituro, tende a privilegiar a opinião de juristas e políticos.

Sendo assim, a maneira como uma problemática é enquadrada pela imprensa é um componente fundamental na estrutura de oportunidades políticas disponíveis para os grupos interessados na questão enquadrada. Do outro lado, cada um dos grupos envolvidos desenvolve estratégias para fazer com que seus enquadramentos da questão em tela suplantem os demais (McAdam et al., 2004, pp. 14-20), alterando assim o enquadramento padrão que a

imprensa produz. Logo, a relação entre enquadramentos midiáticos e enquadramentos extramidiáticos é de mão dupla.

Na história recente do Brasil, o tema das desigualdades raciais foi traduzido em diversos enquadramentos gerais, possibilitando que diferentes grupos em momentos distintos reivindicassem a propriedade da problemática, isto é, a autoridade “para criar ou influenciar a definição pública do problema” (Gusfield, 1992 [1981], p. 10). Tradicionalmente, porém, o modo como o Estado enquadrou a discussão foi fundamental no estabelecimento de uma estrutura de oportunidades para os grupos interessados. De acordo com Guimarães (2007), é possível destacar três fases da retórica governamental sobre a questão racial brasileira desde a redemocratização. De modo geral, o governo Sarney adotou um enquadramento culturalista da temática racial, o qual reconhecia a existência de racismo no país, mas entendia que a estratégia para a solução do problema passava pela valorização da cultura afro-brasileira. Isso ajudou a constituir as celebridades negras brasileiras como atores importantes nesse debate, ao mesmo tempo que restringiu o espaço político de expressão do movimento negro à recém-criada Fundação Palmares.

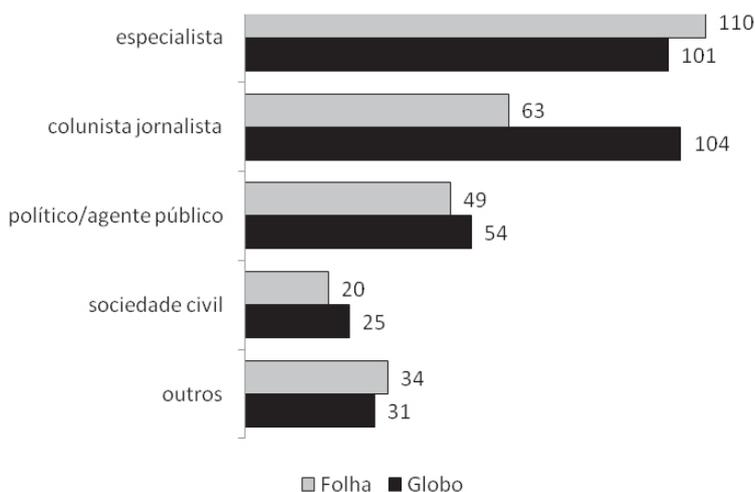
No período em que Fernando Henrique ocupou a presidência, os espaços de debate sobre a questão se expandiram, mas não transcenderam inicialmente os limites da burocracia estatal. Quando a ação afirmativa racial passa a fazer parte do horizonte de possibilidades do governo, o presidente elegeu a “academia como o fórum privilegiado em que tais políticas deveriam ser discutidas e uma solução verdadeiramente nacional encontrada” (Guimarães, 2007, p. 4). Segundo Guimarães, é somente a partir do governo Lula que o tema extravasa a agenda da cultura e da academia para o debate público em geral, em grande medida graças à criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e das costuras para a redação do Estatuto da Igualdade Racial. Diz o autor:

Uma das primeiras providências da recém-criada Seppir foi justamente arremeter a representação negra no Congresso Nacional e as diversas ONGs negras num esforço de pressionar a votação da PL 73, apresentada pelo deputado Paim em 1999, ao passo em que elaborava a redação do Estatuto da Igualdade Racial. Esse programa inicial da Seppir já nos ensina algumas diretrizes do governo Lula. Em primeiro lugar, no que pese a indiferença do PT e do seu candidato, o presidente Lula reconheceu o Movimento Negro como força social a ser representada no novo regime com a criação de uma Secretaria Especial, ampliando o espaço político desse movimento [...]. Em segundo lugar, já que as reformas teriam que passar por projetos de lei e não por medida provisória, o Movimento Negro teria que disputar e ganhar o apoio às suas demandas no Congresso Nacional e na opinião pública (Guimarães, 2007, pp. 4-5).

A mudança no modo que o Estado brasileiro enquadrou a questão racial nas últimas décadas faz com que, hoje, diferentes grupos reivindiquem a prerrogativa de discernir os benefícios e malefícios potenciais das ações afirmativas raciais. Podem ser incluídos nesse rol as organizações do movimento negro, acadêmicos das mais diversas disciplinas, celebridades e artistas, políticos profissionais, agentes do poder público etc.

De fato, a constituição histórica da questão racial autorizou esses grupos a opinarem sobre as ações afirmativas na imprensa, mas de forma desigual. O gráfico 23 apresenta o perfil dos articulistas/colunistas que mais publicaram sobre o tema. É possível notar a predominância de especialistas nos dois jornais, seguidos de colunistas jornalistas, políticos e agentes estatais e, finalmente, de atores da sociedade civil:

**Gráfico 23** – Perfil dos articulistas que escreveram sobre o tema conforme o jornal\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 551 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos qualificados do espaço aberto (colunas, artigos e entrevistas).

À exceção dos textos escritos por colunistas jornalistas, merece destaque a grande semelhança entre a divisão do trabalho discursivo realizada pelos dois jornais. Ambos repartiram o espaço aberto do jornal de modo a dar mais ênfase aos “opinadores profissionais” e menos espaço aos atores vistos como “opinadores parciais”. Nesse desenho, políticos, representantes do Estado e militantes são reconhecidos como portadores de voz, mas ao mesmo tempo são vistos como menos importantes para a resolução do debate por representarem interesses particulares. Isso porque, em contraposição aos acadêmicos e aos jornalistas profissionais, políticos e militantes seriam mais parciais e, portanto, menos objetivos. Em suma, os critérios de recrutamento daqueles que

podem falar sobre o tema na imprensa reeditam os princípios da imparcialidade e da objetividade jornalísticas.

Entre os especialistas, existe uma predominância de cientistas sociais, sobretudo sociólogos, historiadores, antropólogos e economistas, a maioria recrutada nas universidades mais renomadas nos estados em que estão sediados os dois jornais: USP e PUC-SP para a *Folha*, UFRJ e UERJ para *O Globo*. Embora este não tenha sido o foco da pesquisa, essas informações parecem confirmar a hipótese levantada por Conrad (1999) de que jornalistas e editores tendem a selecionar especialistas baseando-se na proximidade geográfica e no renome da instituição ao qual estão vinculados.

Em ambos os jornais, é preciso destacar também o grande espaço cedido ao sociólogo, geógrafo e depois colunista Demétrio Magnoli.<sup>2</sup> Além de Magnoli, o nome de Yvonne Maggie, antropóloga da UFRJ, também apareceu em muitas edições dos dois veículos. Além deles, publicaram mais de dois textos sobre o tema no jornal *O Globo* autores como José Roberto Pinto de Góes (historiador-UERJ), Peter Fry (antropólogo-UFRJ), Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (sociólogos-Fiocruz), José Murilo de Carvalho (historiador-UFRJ), Timothy Mulholland (reitor-UnB) e Wania Sant'anna (historiadora). Na *Folha*, alguns nomes se repetem e outros são acrescentados, como Manolo Florentino (historiador-UFRJ), Arnaldo Niskier (escritor-ABL), Fernando Conceição (jornalista-UFBA) e José Jorge de Carvalho (antropólogo-UnB).

Pela lista acima reproduzida, é possível notar que a maior parte dos especialistas recorrentes é de acadêmicos que defendem uma posição contrária às ações afirmativas raciais. Exceto por nomes como Timothy Mulholland, Wania Sant'anna, Fernando Concei-

<sup>2</sup> Magnoli costuma se apresentar em seus textos como um sociólogo e geógrafo ligado a um grupo de pesquisas da USP. É preciso notar, porém, que o autor não é professor da instituição e baseou quase toda sua carreira na publicação de livros escolares de Geografia. Por ser apresentado pelos jornais como um acadêmico, foi incluído no rol dos especialistas.

ção e José Jorge de Carvalho, acadêmicos favoráveis às cotas, todos os demais são explicitamente contrários. Além disso, é importante sublinhar que esses quatro acadêmicos favoráveis citados estavam também diretamente envolvidos com os projetos de ação afirmativa das suas instituições (caso de Timothy Mulholland e José Jorge de Carvalho) ou são militantes do movimento negro (caso de Wania Sant'anna e Fernando Conceição). Logo, não estavam aparecendo nas páginas apenas como representantes puros da opinião doutra, mas como especialistas engajados ou gestores de ações afirmativas em vigor.

Os colunistas d'*O Globo* que mais escreveram sobre o tema foram Miriam Leitão, Ali Kamel, Elio Gaspari, Luiz Garcia, Ilimar Franco, Merval Pereira e Ancelmo Góis. Elio Gaspari também foi o colunista que mais dedicou textos sobre as ações afirmativas raciais na *Folha*,<sup>3</sup> seguido de Gilberto Dimenstein, Luís Nassif, Nelson de Sá, Mônica Bergamo e Vinicius Torres Freire. Nesse rol, ocorre quase o oposto do que se observa entre os especialistas, posto que a maioria desses colunistas se posicionou favoravelmente às ações afirmativas. Esse é o caso de Miriam Leitão, Elio Gaspari, Luiz Garcia, Ancelmo Góis e Nelson Sá.

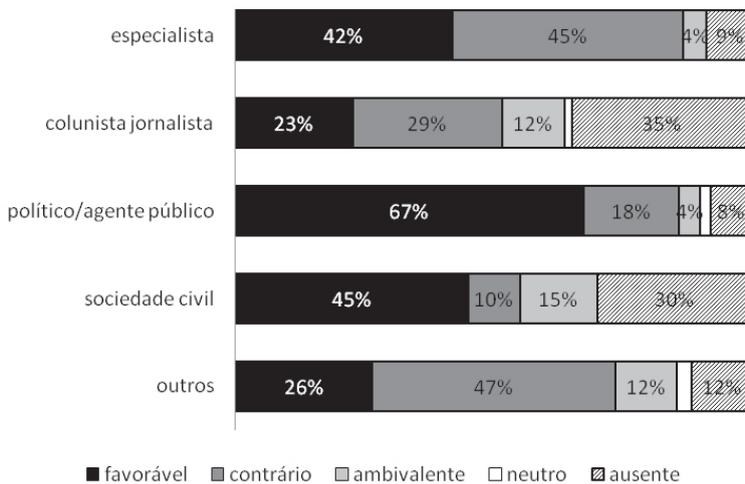
A maior parte dos textos de agentes governamentais foi assinada pelos encarregados em cada período do Ministério da Educação (Paulo Renato Souza, Cristovam Buarque e Tarso Genro) e das secretarias de promoção da igualdade racial federal e estaduais (Matilde Ribeiro, Edson Santos, Carlos Alberto Medeiros etc.). Os representantes do movimento negro com maior espaço nos jornais foram Edna Roland (Fala PRETA), Rosana Heringer (Actionaid), Ivanir dos Santos (CEAP), José Vicente (Afrobras) e Frei David Santos (Educafro). O fato de poucos políticos contrários às ações afirmativas terem opinado nos dois jornais aproxima os represen-

---

<sup>3</sup> Elio Gaspari foi, durante o período estudado, colunista dos dois jornais. A despeito disso, a *Folha* publicou mais textos dele do que *O Globo*.

tantes do Estado dos militantes do movimento negro na medida em que os dois grupos costumam ser apresentados como defensores das cotas. Os gráficos 24 e 25 mostram as tomadas de posição de cada um desses grupos de opinadores. Eles permitem compreender que os dois jornais se aproximam quando se trata de eleger quem são os representantes autorizados a falar em nome dos favoráveis e dos contrários às ações afirmativas raciais.

**Gráfico 24** – Tomadas de posição dos textos opinativos da *Folha* conforme o perfil do autor\*

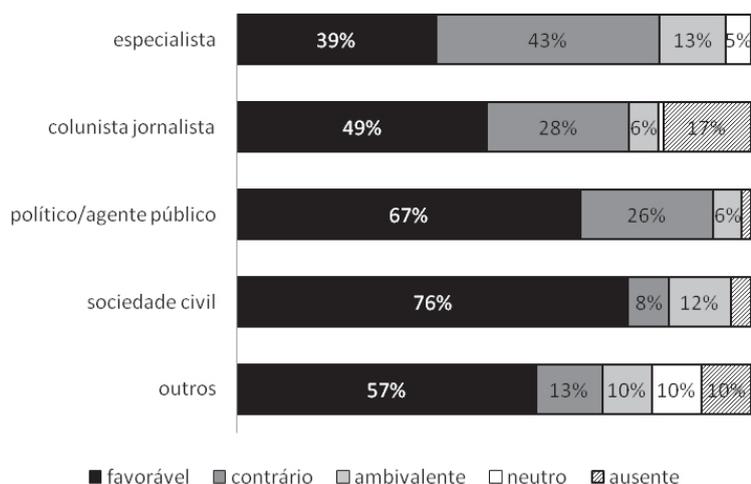


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 281 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos do espaço aberto (colunas, artigos e entrevistas).

**Gráfico 25** – Tomadas de posição dos textos opinativos de *O Globo* conforme o perfil do autor\*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 359 textos.

\* Foram considerados apenas os textos opinativos qualificados (colunas, artigos, editoriais e entrevistas).

Ainda que a maior parte dos especialistas que mais textos escreveram sobre o tema seja contrária às cotas, no cômputo geral os dois jornais buscaram dividir o espaço de debate entre acadêmicos contrários e favoráveis às medidas. Aproximadamente 45% das comunicações de especialistas publicadas pela *Folha* assumiam uma posição favorável e 42% de comunicações contrárias. No caso de *O Globo*, o percentual de textos de especialistas favoráveis foi de 39% contra 43% de textos contrários. Nos dois casos, os percentuais se aproximam.

Entre os colunistas jornalistas fixos dos jornais, há também uma divisão opinativa, posto que na *Folha* eles se dividem quase proporcionalmente em três grupos: favoráveis (23%), contrários (29%),

neutros<sup>4</sup> (12%) e sem posição (35%) – isto é, colunistas que apenas mencionaram algum evento relacionado à questão, mas não assumiram uma posição no debate. Já no caso de *O Globo*, há uma franca vantagem quantitativa para as colunas favoráveis: 49%, em contraposição a apenas 28% de textos assinados por colunistas contrários.

Há uma grande semelhança no espaço distribuído para as opiniões de políticos e membros da sociedade civil na medida em que a maioria dos representantes desses dois grupos se posicionou favoravelmente às medidas. Na *Folha*, 67% de textos assinados por políticos foram favoráveis às ações afirmativas e 45% daqueles assinados por militantes também foram favoráveis. Em *O Globo*, foram 67% de políticos escrevendo textos em apoio às medidas, em contraste com 77% de militantes fazendo o mesmo.

Esses dados parecem confirmar a hipótese supracitada de que a divisão do trabalho opinativo nas páginas dos jornais se baseou numa interpretação da distribuição da imparcialidade e da objetividade pelos grupos sociais. De um lado, os especialistas não só tiveram mais espaço para opinar, mas foram representados como divididos em relação ao tema. Não gratuitamente, esse é o grupo tradicionalmente visto pelos operadores da imprensa e por grande parte da sociedade como situado acima da parcialidade e do conflito político (Sponholz, 2008, p. 608). Dessa perspectiva, seria a neutralidade científica que garantiria objetividade às tomadas de posição dos especialistas.

Ao dividir criteriosamente a *intelligentsia* nacional em duas alas, uma contrária e outra favorável, os jornais sugerem que ainda não há um consenso qualificado sobre o tema. Essa imagem do debate público especializado pode ser interpretada de duas formas. Se a controvérsia em questão não pode ser resolvida a partir do conhecimento douto, a resolução do problema deve ser buscada num debate

<sup>4</sup> Lembrando que a categoria “neutro” aqui abriga os textos que defendiam explicitamente não ser possível assumir uma posição diante da controvérsia.

opinativo que aceite a dimensão valorativa da questão. Ou seja, não sendo possível decidir qual curso de ação tomar a partir da opinião especializada, devemos aceitar como guia a opinião comum.

Por outro lado, o espaço crescente dedicado aos intelectuais nos dois jornais indica que não é essa a *ratio* subjacente ao enquadramento editorial aqui discutido. Ao que parece, a divisão entre os especialistas, combinada à expansão do lugar que esses ocuparam nos jornais, sugere que o debate em torno das ações afirmativas raciais não avançou nem entre a opinião doutra e que, por isso, seria mais prudente fazê-lo continuar. Assim, a sensatez recomendaria que a discussão amadurecesse antes que uma decisão fosse tomada. Não é gratuito que esse incentivo ao amadurecimento do debate apareça em muitos discursos sobre o tema como uma justificação para que não se aprove uma lei de cotas. Como discutido no capítulo anterior, essa retórica se faz presente inclusive nos discursos de Lula sobre o tema proferidos em 2008 e 2009.

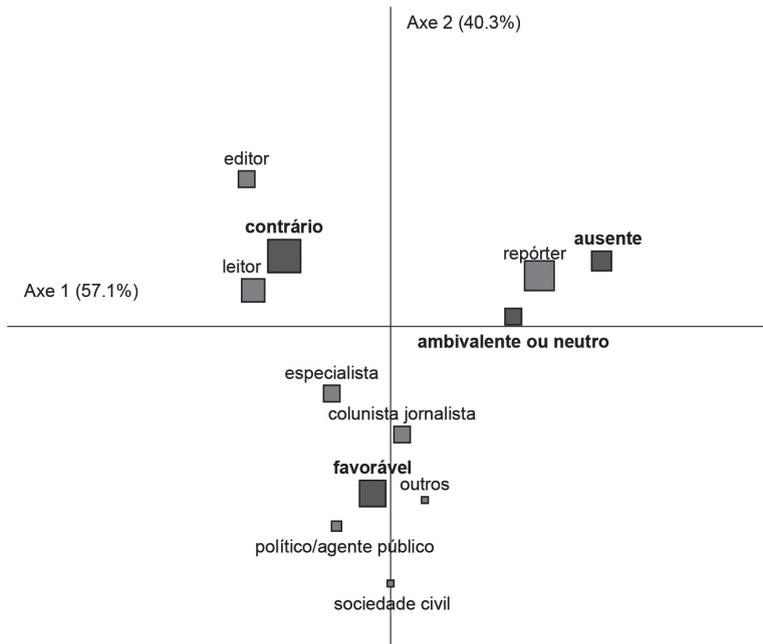
Em oposição à imparcialidade característica da opinião doutra e à conseqüente divisão das tomadas de posição acadêmicas, está a parcialidade e a defesa das ações afirmativas raciais por parte de políticos e militantes. Essa construção simbólica da sociedade civil e da política é fundamental para distinguir a imagem que a imprensa busca criar para si mesma. Ao contrário da política e da sociedade civil organizada, a imprensa estaria mais aberta ao contraditório e às vozes dissonantes. Apesar de terem se colocado editorialmente contra as ações afirmativas raciais, tanto *Folha* quanto *O Globo* teriam se aberto a visões opostas às suas.

Veremos posteriormente que o fato dos dois jornais se colocarem editorialmente como contrários às iniciativas do Estado não os impossibilitou de incluírem os seus representantes na pequena esfera pública de debate dramatizada. Logo, a construção editorial dos jornais enquanto instituições que se pretendem contrapesos ao poder foi compatibilizada com uma concepção da imprensa enquanto espaço de discussão no qual o próprio Estado pode e

deve se expressar. Contudo, nesse cenário perpassado por divisões, quem seria o fiel da balança do debate?

No caso de *O Globo*, os leitores. A forma como o jornal distribuiu as tomadas de posição entre diferentes grupos se baseou numa divisão do espaço de debate em três polos. De um lado, estariam as reportagens, escritas por jornalistas que raramente tomam posição em relação ao tema explicitamente; de outro, estão os políticos, militantes e colunistas, os quais defendem em diferentes graus tais medidas; por fim, o lado contrário nesse campo é representado pelos editores e pelos leitores, colocados aqui como porta-vozes da opinião pública, ou da parte da opinião pública a qual o jornal se dirige. Essa dramatização da esfera pública desenhada por *O Globo* fica evidente não só nas análises feitas até aqui, mas também na Análise de Correspondência expressa no gráfico 26, em que é possível identificar como cada um dos grupos de opinadores se distribui no debate dramatizado pelo jornal:

**Gráfico 26** – ACS entre o perfil do autor (cinza) e a tomada de posição (preto) para *O Globo*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

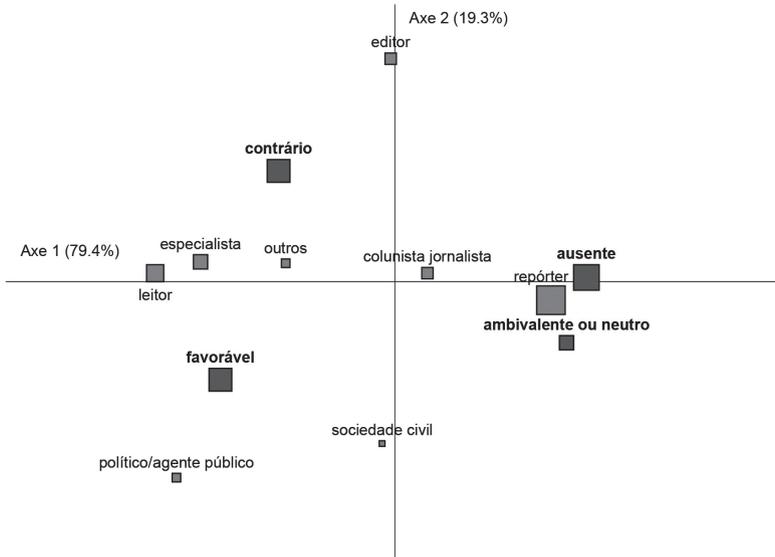
N = 944 textos.

O mesmo não acontece com a *Folha*, que publicou, no período analisado, a mesma quantidade de cartas favoráveis e contrárias às ações afirmativas raciais. Nesse sentido, foi mais rigoroso o respeito à proporcionalidade ditada pelo enquadramento conflitivo no jornal paulistano, como o gráfico 18 já insinua. A partir de uma lógica que buscou contrabalançar as quantidades de textos contrários e favoráveis, a *Folha* produziu uma imagem mais homogênea do debate como uma questão polarizada de forma generalizada.

Observando a Análise de Correspondência feita entre o perfil dos autores das seções opinativas e a posição expressa, é possível perceber como a *Folha* promoveu uma dramatização da

controvérsia que buscou desenhar uma fronteira mais nítida entre opinião e fato do que entre contrários e favoráveis. Tanto especialistas quanto leitores aparecem divididos, enquanto repórteres (e, relativamente, colunistas) tendem a uma postura ambivalente. Novamente, editores aparecem opostos aos políticos e militantes, muito embora o jornal paulista conceda pouco espaço para esses dois últimos grupos.

**Gráfico 27** – ACS entre o perfil do autor (cinza) e a tomada de posição (preto) para a *Folha*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

N = 887 textos.

Porém, ao comparar os dois jornais, é possível perceber um maior pendor dos editoriais da *Folha* para as ações afirmativas socioeconômicas, apresentadas como alternativa às “polêmicas” cotas raciais. De todos os editoriais publicados sobre o tema pelo jornal paulistano, 39% apresentaram as ações afirmativas sociais

como uma opção menos disruptiva para remediar as desigualdades raciais no país, enquanto apenas 14% dos editoriais de *O Globo* considerou que esse tipo de política poderia ser uma alternativa. Assim, mais do que eleger um grupo como o fiel da balança nesse debate, a *Folha* preferiu apresentar como solução uma via supostamente mais palatável.

Os dois jornais estudados enquadraram editorialmente os textos acerca das ações afirmativas raciais de modo a dramatizar publicamente a controvérsia, sobretudo com o intuito de apresentar a imprensa como uma instituição comprometida com o ideal da imparcialidade jornalística. Simultaneamente, os números discutidos sugerem que ambos mantiveram um controle estrito do que foi publicado em suas páginas. Cada periódico empreendeu uma clara divisão de suas edições, seja no tocante à distribuição no tempo dos formatos dos textos publicados, seja no que se refere à rigorosa divisão entre contrários e favoráveis.

A divisão da controvérsia em dois lados opostos e a distribuição dos diferentes atores envolvidos nesse campo dicotômico é provavelmente o traço mais importante do enquadramento editorial produzido pelos dois jornais. Embora reflita o respeito a uma rotina jornalística tradicional, a entronização da regra de “ouvir os dois lados da controvérsia” se deu em etapas. No início da cobertura, nenhum dos veículos entendia que as ações afirmativas raciais constituíam um embate entre contrários e favoráveis. Tal cenário começa a mudar a partir de 2002 e 2003, com a adoção de cotas raciais pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Porém, o enquadramento editorial positivo se consagra somente a partir de 2004, com as cotas da UnB, e é corado em 2006 com a produção dos manifestos. Esse enquadramento foi fundamental para a construção da ideia de que as cotas para negros constituíam um objeto essencialmente polêmico, como acompanhamos no capítulo anterior.

A divisão editorial do espaço de debate dos jornais não só permitiu que a imprensa se apresentasse como um tipo específico

de esfera pública, mas ajudou a constituir determinados atores em autoridades na questão. Isso engloba não só a delimitação daqueles gabaritados a falar sobre o tema – acadêmicos, agentes do Estado e militantes da sociedade civil, nessa ordem – e o papel que cada um desses atores deveria representar dentro do debate. Aos membros da sociedade civil e aos agentes políticos coube a função de defensores das ações afirmativas raciais. Ambos os grupos têm em comum o fato de representarem interesses parciais e, portanto, de possuírem pouca ou nenhuma distância crítica em relação ao tema. A maior parte dos políticos ouvidos eram apoiadores oficiais das políticas afirmativas, enquanto a quase totalidade dos militantes dos movimentos negros representavam aqueles que se beneficiariam dessas políticas.

Em contraste com esse setor do debate em que a parcialidade política se concentra, temos os artigos e colunas de especialistas, nos quais a distância e a imparcialidade epistemológicas costumam reinar. A opinião dos acadêmicos apareceu dividida nos dois jornais, o que expressa a ideia de que a questão é intrinsecamente polêmica, ou seja, nem aqueles que são “desinteressados” e ao mesmo tempo dotados de maior conhecimento técnico sobre o tema estão de acordo.

Essa forma como os debates foram estruturados narrativamente contribuiu para a constituição daquilo que Ferree et al. (2004, p. 62) chamam de uma estrutura de oportunidades discursivas para os grupos sociais interessados na problemática. De um lado, o enquadramento editorial desenhado pelos dois jornais reservou um quinhão do espaço de debate para os militantes, políticos e acadêmicos mais próximos do movimento pró-ação afirmativa racial. Por outro lado, ao representar o “lado” favorável do debate por meio de personagens associados a grupos interessados no tema, os dois jornais contribuíram para incluir tais vozes de forma subalterna. Noutros termos, a abertura de espaços para discursos alternativos se deu em paralelo à definição de lugares de fala subalternos para os defensores das cotas.

Não obstante tais semelhanças, cada jornal parece ter instrumentalizado concepções levemente diferentes de imparcialidade jornalística, o que fica manifesto quando observamos os distintos modos com que cada um deles dramatizou publicamente a controvérsia. Em termos comparativos, o enquadramento editorial produzido por *O Globo* manifesta uma compreensão da problemática das cotas como uma questão de opinião, cuja resolução dependeria da manifestação das perspectivas daqueles interessados no tema. Já a *Folha* parece ter lidado com as ações afirmativas raciais como um tópico sobre o qual especialistas e jornalistas deveriam produzir mais informações. Ainda que os dois jornais tenham enquadrado o assunto de forma semelhante, as escolhas editoriais indicam que *O Globo* adotou mais um *enquadramento dóxico*, enquanto a *Folha* construiu um *enquadramento epistêmico*.

Mais do que meras idiosincrasias editoriais, esses diferentes enquadramentos do debate em curso refletem, na verdade, visões diferentes do próprio conflito político. Como nota Hannah Pitkin, a política envolve tanto uma disputa pela verdade e por diagnósticos especializados da realidade quanto uma luta de interesses, gostos e opiniões parciais (Pitkin, 1967, p. 211). Talvez, por isso, o debate administrado nas páginas dos dois jornais tenha se reproduzido no tempo de forma quase intacta. Ao lidar com as cotas para negros como uma questão polêmica a ser solucionada ora pela produção de informação e pela opinião doutra, ora pela manifestação dos interesses políticos constituídos, os dois jornais contribuíram para a reprodução da oposição entre contrários e favoráveis, oposição essa que eles próprios ajudaram a constituir. Mais ainda, trataram cada grupo social como se mantivesse uma relação estanque e predeterminada com a política, isto é, como se o pensamento doutra fosse desprendido de opinião e como se as visões dos atores políticos não contivessem conhecimentos factuais. Nesse sentido, os jornais promoveram uma dramatização pública da controvérsia não apenas porque buscaram se apresentar enquanto esferas públicas de debate

legítimas, mas também porque enquadraram a questão como um embate disruptivo, acirrado, irresoluto e, logo, dramático.

Para se apresentarem como espaços imparciais de debate, os jornais estudados distribuíram os textos publicados de forma dicotômica e hierarquizada. Cada um deles desenhou o debate público buscando potencializar determinadas características da controvérsia, o que parece ter tido efeitos políticos importantes. Resta saber em que medida os textos assinados por jornalistas, articulistas, colunistas e demais colaboradores foram influenciados por esse enquadramento editorial. Esse será o enfoque dos próximos capítulos.



## 6. A DEFESA DAS COTAS

A despeito da imagem dicotômica da controvérsia construída pelos dois jornais estudados, tanto os atores que representam a ala contrária às cotas quanto aqueles selecionados para defendê-las mobilizaram dezenas de argumentos diferentes. Assim, o enquadramento editorial polarizado esconde uma grande pluralidade de pacotes interpretativos das ações afirmativas raciais no ensino superior. Não obstante, é igualmente verdadeiro que o enquadramento editorial produzido pelos dois jornais circunscreveu a polêmica a fronteiras mais ou menos delimitadas, o que restringiu o espaço da discussão legítima a uma pluralidade limitada de linhas interpretativas.

Diante disso, o objetivo deste e do próximo capítulo é explorar os diferentes julgamentos formulados por articulistas e informantes que opinaram no jornal para, assim, delimitar a “esfera de controvérsia considerada legítima pela imprensa” (Hallin, 1986, p. 116). De uma parte, pretende-se mostrar como a ideia de que o debate se divide em dois lados e esconde a pluralidade de visões existentes. Paralelamente, procura-se evidenciar como essa pluralidade de interpretações foi substancialmente reduzida pela imagem dicotômica da polêmica construída pelos dois jornais.

Este capítulo enfoca especialmente em como as ações afirmativas raciais foram defendidas nos dois jornais, enquanto o próximo se centra nos argumentos críticos. De diferentes modos, as tomadas de posição favoráveis a essas medidas quase sempre buscam responder implicitamente a uma mesma questão: as ações

afirmativas raciais no ensino superior são justas? Para responder a essa indagação, os envolvidos na controvérsia não somente tentaram determinar se tais medidas podem mitigar alguns dos principais problemas nacionais, mas procuraram estabelecer até que ponto tal processo conduziria o país a uma situação social mais justa. Diante disso, mais do que replicar as argumentações catalogadas pela pesquisa, pretendo desenvolver um marco analítico para entender como alguns ideais de justiça social foram mobilizados pelos defensores das ações afirmativas.

O texto se divide em cinco partes. Na primeira seção, os principais argumentos pró-cotas são caracterizados, levando em conta não somente os conteúdos associados a cada um dos enquadramentos formalizados, mas sobretudo as bases morais subjacentes a eles. Isso foi possível graças à leitura dessas ideias à luz de algumas teorizações contemporâneas em torno do conceito de justiça, as quais serviram de guias para uma melhor compreensão dos argumentos mobilizados.

A segunda parte explora a trajetória de cada um desses enquadramentos nos jornais durante o período pesquisado. A terceira investiga as metamorfoses semânticas e retóricas pela qual cada um dos enquadramentos passou. Um dos problemas dos estudos de enquadramentos interpretativos é a desconsideração de que eles podem mudar de forma com o tempo, mas sem que essas transformações sejam acompanhadas de mudanças semânticas profundas. Do mesmo modo, um enquadramento interpretativo pode manter uma estrutura e um léxico razoavelmente constantes no tempo e, ainda assim, fazer referência a princípios de justiça diferentes.

A quarta seção discute quem defendeu quais enquadramentos, isto é, o perfil dos atores ligados a cada uma das linhas argumentativas. Ao que parece, a administração da controvérsia pelos jornais promoveu ora uma divisão do trabalho discursivo, ora um alinhamento das interpretações veiculadas. A última parte apresenta algumas hipóteses para explicar de que maneira os enquadramentos editoriais

de cada jornal influenciaram a dinâmica entre os pacotes interpretativos favoráveis e, ao mesmo tempo, como a dinâmica entre esses argumentos impactou os critérios editoriais adotados por cada jornal.

Antes de passar à exploração dos dados, é preciso fazer uma ressalva metodológica. Os dados quantitativos explorados nos capítulos anteriores quase sempre tomaram como unidade de análise os textos publicados sobre o tema. Não obstante tal escolha pareça natural, adotar o texto como unidade analítica coloca alguns problemas metodológicos. Em primeiro lugar, tal estratégia trata de modo uniforme textos que possuem naturezas e dimensões muito distintas. Uma carta de leitor ou uma nota, por exemplo, costumam se dedicar de forma breve a uma única dimensão de um assunto específico, enquanto uma reportagem ou uma coluna geralmente possuem algumas dezenas de parágrafos e, assim, abordam diferentes dimensões do tema em pauta. Em segundo lugar, se a maior parte dos textos dedica a maioria de seus parágrafos à discussão da questão, muitos trataram a ação afirmativa de forma secundária ou apenas mencionam o tópico num trecho isolado. Logo, os textos se dedicam de modos diferentes à matéria e, por isso, nem sempre podem ser tratados como equivalentes.

Por tudo isso, as análises quantitativas deste capítulo tomam como unidade estatística o parágrafo. Além de ajudar a contornar os problemas supramencionados, tal estratégia analítica permitirá contabilizar de modo mais exato qual o espaço ocupado por cada enquadramento interpretativo em cada jornal.

## 6.1. Principais argumentos

A implantação de políticas de discriminação positiva ao redor do globo quase sempre foi acompanhada de intensos debates públicos. Isso se aplica tanto às *reservation policies* implantadas na Índia, no início do século XX (Kumar, 1992; Weisskopf, 2004), quanto às *affirmative actions* difundidas nos Estados Unidos a partir da década

da de 1960 (Anderson, 2004; Skrentny, 1996), bem como às medidas análogas implantadas no Sri Lanka (Silva, 1997), na África do Sul (Adams, 1993), na França (Sabbagh, 2000) e alhures.

A forte oposição às ações afirmativas ao redor do mundo, combinada às profundas diferenças entre as nações que vêm adotando políticas dessa natureza, incitou questionamentos sobre as bases de justificação moral dessas medidas. Por essa razão, existe uma vasta literatura sobre as diferentes modalidades de legitimação das ações afirmativas (Burns e Schapper, 2008; Gamson e Modigliani, 1987; Mcharg e Nicolson, 2006; Rosenfeld, 1991; Tierney, 1997; Van Jaarsveld, 2000; Vozzola e Higgins-D'alexandro, 2000).<sup>1</sup> No Brasil, em particular, cresce a quantidade de estudos interessados tanto nos diferentes modos de defesa das ações afirmativas no país (Feres Júnior, 2004; Hofbauer, 2006; Moehlecke, 2002; Velasco, 2009) quanto nas semelhanças e diferenças existentes entre essas justificações e aquelas empregadas em outros contextos nacionais (Feres Júnior, 2007; Silva, 2006).

A despeito das diferenças, toda essa bibliografia parece concordar num ponto: uma mesma política afirmativa pode ser justificada sobre bases morais bem diversas. Ou seja, não há argumento único capaz de legitimar moralmente as ações afirmativas raciais, mas uma pluralidade deles. Num trabalho pioneiro, William Gamson e André Modigliani (1987, p. 148) identificam dois discursos de justificação das ações afirmativas nos EUA: um que as defende como ações remediais (*remedial actions*) e outro que as apoia enquanto medidas de balanceamento de direitos (*delicate balance of rights*). Enquanto ação remedial, a ação afirmativa racial é definida como uma política que ataca os efeitos contínuos da histórica discriminação contra os negros nos EUA. Já o argumento do balanceamento entende que tais políticas são justas somente quando “ajudam as

---

<sup>1</sup> Uma listagem mais completa de referências nesse nicho pode ser encontrada em Feres Júnior et al. (2007).

vítimas da discriminação, mas sem criar novas discriminações” (Gamson e Modigliani, 1987, p. 145), isto é, quando se promove a igualdade racial sem, com isso, excluir outros grupos discriminados.

William Tierney, por sua vez, acredita que os defensores das ações afirmativas articularam, nos trinta anos que precederam seu artigo (que data de 1997), três modalidades de justificação para essas práticas. Para ele, ora tais medidas são apoiadas como uma *compensação* às discriminações passadas, ora como políticas de *correção* ou alteração da discriminação existente no presente, ora como medidas de *diversificação* de uma determinada sociedade que se pretende multicultural (Tierney, 1997, p. 170). Vale notar que Tierney escreve cerca de uma década depois de Gamson, num contexto em que tais políticas passam a ser defendidas como instrumento de diversificação do mercado e das universidades estadunidenses, motivo pelo qual ele inclui em sua tipologia a diversidade como um dos valores perseguidos pelas ações afirmativas.

Indo ao encontro do pensamento de Tierney, João Feres Júnior (2007) acredita ser possível tipificar três argumentos básicos de justificação das ações afirmativas presentes nos debates e controvérsias estadunidenses: justiça social, reparação e diversidade. Porém, discorda de Tierney na medida em que defende que o argumento da justiça social não busca propriamente remediar as discriminações presentes, mas seus efeitos na manutenção das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros. Tal distinção é importante uma vez que apresenta as ações afirmativas como políticas que buscam redistribuir não só oportunidades, mas também posições sociais, diminuindo as distâncias entre negros e brancos na pirâmide social.

A partir de uma pesquisa comparativa entre Brasil e África do Sul, Graziella Silva (2006) adiciona mais um grau de complexidade à literatura quando fala em quatro modalidades de justificação da ação afirmativa racial: diversidade, capital humano, reparação e inclusão social. Grosso modo, pode-se dizer que Silva separa em duas categorias o que Feres Junior funde na classe de legitimação baseada

na diversidade, ainda que o autor leve em conta que tal argumento apresenta duas dimensões: uma mais utilitária e outra mais principiológica. No que tange às demais categorias (reparação e inclusão social), Silva reproduz de certo modo as distinções estabelecidas pelos demais autores discutidos até aqui.

Outra diferença é que ela aborda o tema da justificação da ação afirmativa de modos muito variados. Alguns investigadores parecem mais preocupados em estabelecer como os agentes sociais (autoridades políticas, acadêmicos, operadores do direito, estudantes, pessoas comuns etc.) articulam determinadas justificações para as ações afirmativas (Gamson e Modigliani, 1987; Mcharg e Nicolson, 2006; Silva, 2006; Vozzola e Higgins-D'alexandro, 2000). Outros autores elegem a filosofia moral como uma fonte privilegiada de princípios de justiça que seriam capazes de determinar sob quais prismas filosóficos as ações afirmativas são justas (Rosenfeld, 1991; Velasco, 2009).

A primeira abordagem costuma ser mais sensível à maneira como diferentes atores sociais defendem as ações afirmativas e, particularmente, como tais justificações influenciam o destino dessas políticas na prática. Por outro lado, o empirismo característico desse tipo de enfoque costuma ignorar os fundamentos morais abstratos que unificam essas tomadas de posição. Por esse motivo, na segunda abordagem acredita-se ser mais profícuo utilizar a filosofia moral como parâmetro. Entretanto, se essa vertente está mais atenta à unidade subjacente à multiplicidade de discursos sobre as ações afirmativas, ela perde de vista a criatividade intrínseca à maneira como os atores enquadram tais princípios de justiça nas suas argumentações cotidianas.

Em um veio intermediário, estão os autores que oscilam entre as abordagens êmicas (atentas ao modo como um dado grupo social justifica a ação afirmativa) e as abordagens éticas (centradas nos valores abstratos que justificam tais medidas) (Feres Júnior, 2007; Van Jaarsveld, 2000). Neste capítulo, proponho discutir as

modalidades de legitimação das ações afirmativas raciais a partir de uma abordagem intermediária. Mas no lugar de somar a essa literatura mais uma tipologia das formas de justificação, o objetivo aqui é entender de que modo cada enquadramento trabalha com diferentes princípios e ideais de justiça social. Em vez de recorrer à filosofia moral para estabelecer em que medida a ação afirmativa racial é justa, a intenção aqui é compreender melhor como distintos discursos podem se referir aos mesmos princípios de justiça e, ao mesmo tempo, como discursos aparentemente semelhantes mobilizam princípios de justiça diversos.

Feitas tais elucidacões, passemos agora à análise dos principais enquadramentos favoráveis às ações afirmativas. Como visto no capítulo 3, a análise de correspondência possibilitou a identificação dos cinco enquadramentos interpretativos favoráveis presentes no *corpus*, conforme indica o quadro 4:

#### **Quadro 4** – Lista de enquadramentos interpretativos favoráveis

<b>Enquadramento interpretativo</b>	<b>Subenquadramentos incluídos</b>
<b>F1) AAR combate a discriminação e a desigualdade de tratamento</b>	f03, f05, f02, f09, f17, f14, f15, f16, f22
<b>F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania</b>	f01, f06, f04, f07, f08, f10, f12, f13
<b>F3) AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação</b>	f23, f24, f25, f27, f29, f30, f31
<b>F4) AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade</b>	f11, f18, f19, f20, f21, f26, f28
<b>F5) AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados</b>	f32, f33, f34

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Entre os enquadramentos favoráveis, o *cluster* F1 (AAR combate a discriminação e a desigualdade de tratamento) congrega todos os argumentos que defendem as ações afirmativas raciais como uma forma

de efetivar a igualdade de tratamento, atacando as inúmeras formas de discriminação racial. Embora partidários de diferentes ideários remetam a esse enquadramento, vale destacar o modo como ele expressa os valores próprios de uma tradição liberal que vê na igualdade de oportunidades e de tratamento a base de uma sociedade justa. Note-se que a remissão a esse ponto não implica forçosamente a defesa de uma sociedade com pouca desigualdade material, mas somente de uma sociedade com pouca desigualdade formal. A seguir, um excerto extraído de um texto publicado na *Folha de S. Paulo* por Athayde Motta (antropóloga da Universidade do Texas) e Iracema Dantas (coordenadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), representativo desse enquadramento:

A sociedade brasileira, sob a liderança e o protagonismo dos movimentos sociais negros, tem uma oportunidade histórica para estender o princípio constitucional da igualdade política e jurídica a quem a República brasileira tem historicamente excluído: as populações negra e indígena [f02, f03, f05]. Um passo importante será dado caso o Congresso Nacional aprove os projetos da Lei de Cotas (nº 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (nº 3.198/2000). [...] As consequências das políticas de ação afirmativa são duas: a geração de oportunidades reais para grupos racialmente excluídos ao longo de nossa história [f05] e a revelação de que, infelizmente, o preconceito e a discriminação raciais são utilizados, todos os dias, por indivíduos e instituições, incluindo o Estado, contra as populações negra e indígena [f15, f16]. Em uma análise realista, porém contrária aos interesses de quem só se beneficia das desigualdades, podemos afirmar que o preconceito e a discriminação raciais têm sido inerentes às relações sociais brasileiras (Motta e Dantas, 2006).

Ou seja, o enfoque principal é a construção da igualdade de oportunidades a partir da mitigação das discriminações contra os negros. O trecho de Athayde Motta e Iracema Dantas não exclui



que fossem mobilizados de modo geral por todos os defensores das ações afirmativas raciais.

Já o enquadramento F2 (AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania) enfatiza que a ação afirmativa racial minimiza as desigualdades sociais ao promover a mobilidade social dos beneficiários, incluindo-os na cidadania social. Tal inclusão se refere sobretudo à gama de direitos sociais que constituem aquilo que T. H. Marshall (1977) chamou de terceira fase da cidadania. Logo, esse enquadramento enfatiza a provável redistribuição de recursos socioeconômicos que tais medidas gerariam. A ênfase desse agrupamento argumentativo é na redistribuição de recursos e não somente de oportunidades sociais. Isso o aproxima da ideia liberal-igualitária de justiça ou mais social-democrata, para quem as desigualdades econômicas e sociais limitam a liberdade dos indivíduos, motivo pelo qual a igualdade formal liberal não seria suficiente em uma sociedade pretensamente democrática (Rawls, 2000 [1971]).

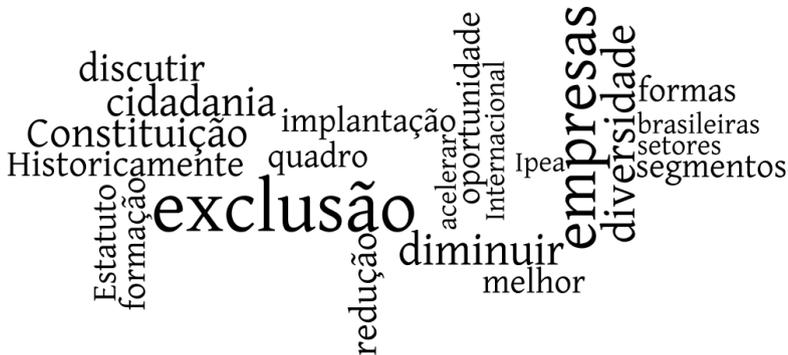
É comum que os enquadramentos F1 e F2 apareçam juntos nos textos citados. Porém, como há momentos em que as ênfases particularizam a argumentação, faz-se necessário, então, distingui-los. Além disso, veremos em breve que, embora num primeiro momento da controvérsia ambos surjam juntos e de forma indistinta, à medida que o tempo passa, há um processo de especialização argumentativa. O parágrafo transcrito abaixo, retirado de um texto da deputada Iriny Lopes (PT-ES) e publicado em *O Globo*, resume bem essa linha argumentativa ao defender que a ação afirmativa racial pretende:

promover a inclusão social de forma diferenciada, como diferenciadas foram as condições de ascensão social ao longo da história [f07]. Significa conceder incentivos maiores aos que a eles tiveram muito menos acesso. O Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, deve muito ao povo negro por tudo o que

ele construiu no país. É justo, então, melhorar o padrão de acesso à educação universitária dessa parte da população, de modo a permitir que os índices sociais dos negros se aproximem mais rapidamente dos atingidos pelos brancos [f01] (Lopes, 2005).

A argumentação de Lopes é exemplar de muitas defesas das ações afirmativas raciais. Seu conteúdo aponta para um ideal de justiça que busca basicamente diminuir as desigualdades sociais, o que aproxima a autora da vertente mais igualitária. Mais do que mitigar os efeitos da discriminação racial, as medidas em questão seriam justas por minimizarem as desigualdades raciais atuais. A seguir, a nuvem de termos apresenta o léxico mais característico de F2:

**Gráfico 29** – Nuvem de termos mais recorrentes para F2 (AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Novamente, termos como “exclusão” e “cidadania” acumulam mais citações, como esperado. Por outro lado, há também uma predominância de vocábulos não diretamente associados a esse enquadramento, como “diversidade”. Na própria citação de Lopes, é possível não só perceber uma ênfase próxima de F2, mas certos elementos comunitaristas, como o destaque ao “resgate histórico” proposto pelas ações afirmativas, ou à “dívida” que o país teria com o negro.

Ressaltar essas nuances é importante para destacar uma característica comum da defesa das ações afirmativas: o alinhamento lexical. Ou seja, mesmo quando justificam tais medidas por motivos distintos, seus defensores costumam mobilizar termos muito semelhantes. Posteriormente, veremos em detalhes como isso se dá. Por hora, basta notar que a referência à escravidão e à dívida histórica que o país tem com os negros aproxima o excerto de Iriny Lopes de uma série de argumentos mais comunitários, congregados no *cluster* F3 – AAR repara erros do passado [escravidão] e integra a nação.

O enquadramento F3 salienta o fato de a ação afirmativa racial reparar os efeitos nocivos da escravidão, aumentando a autoestima dos negros, reconhecendo a contribuição histórico-cultural deles e, assim, integrando-os efetivamente à nação. Como já foi discutido em outra oportunidade (Feres Júnior et al., 2013), a defesa das ações afirmativas raciais calcada numa demanda por reparação depende de uma reconstrução dos eventos pretéritos como traumas históricos – no caso, a escravidão e suas amplas consequências –, o que costuma se basear na divisão da comunidade nacional entre agredidos e agressores. Essa conclusão teórica encontra ressonância nos textos do recorte, posto que as demandas por reparação (subenquadramentos f23, f24, f25 etc.) estão próximas dos argumentos comunitaristas (f30 e f31). Talvez a melhor expressão no *corpus* da pesquisa desse tipo de argumento seja o texto publicado na *Folha de S. Paulo* pela então secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro (2006):

A recente audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o projeto de lei para reserva de vagas nas universidades públicas reacendeu o debate nacional em torno das políticas de ação afirmativa, que estipula percentuais para assegurar o ingresso de grupos historicamente discriminados ao ensino público superior. Ao reforçar a proposta original, o governo

brasileiro efetiva compromissos assumidos na terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas para enfrentar os resquícios do sistema escravista, vigente por quase quatro séculos no país [f25]. Quando nos deparamos com as causas que impuseram à população negra uma situação de exclusão social – desencadeadoras de um emergencial conjunto de políticas públicas reparadoras –, é imperativo o confronto com um passado marcado pela desumanização, exploração e violência desmedidas aos afrodescendentes [f23]. [...] Por mais controversas que sejam as ideias gravitantes para desconstituição de uma reflexão assertiva em torno das ações afirmativas, devemos nos despir dos preconceitos para que tenhamos um desenvolvimento da nação [f30].

É útil contrapor o excerto de Matilde Ribeiro ao de Iriny Lopes para melhor compreender o que chamo de alinhamento léxico. A necessidade de promover um “resgate histórico”, de que fala Lopes, baseia-se numa ideia de dívida que o Brasil tem com a população negra. Essa responsabilidade se manifesta nos baixos “índices sociais dos negros”, que a autora crê que a ação afirmativa racial elevará. A rigor, não se trata de reparar “um passado marcado pela desumanização, exploração e violência desmedidas aos afrodescendentes”, como defendido por Matilde Ribeiro. No primeiro caso, a compensação busca minimizar os efeitos sociais nocivos gerados pela escravidão, enquanto no segundo visa abrandar não só tais efeitos, mas sobretudo a violência criminosa da escravidão em si.

Não é o intuito aqui forçar uma distinção entre as argumentações, que afinal se assemelham em muitos aspectos. Muito menos argumentar que as autoras citadas na verdade discordam quando tentam defender tais políticas. A ideia é apenas evidenciar como existem ênfases e saliências que caracterizam cada enquadramen-

to, apesar da proximidade léxica e retórica entre eles. Nesse ponto, as teorias da justiça são úteis para que possamos identificar qual o lugar conferido, por exemplo, à escravidão, em cada um desses enquadramentos. No trecho redigido por Matilde Ribeiro, a escravidão figura como uma ferida nacional que deve ser tematizada. Já no de Iriny Lopes, é a dívida deixada após o fim da abolição e suas decorrências perversas no presente que devem ser enfrentadas. Por isso, o enquadramento dado à questão por Ribeiro mobiliza um ideal de justiça mais comunitarista, enquanto aquele construído por Lopes potencializa uma imagem liberal-igualitária da questão. A seguir, a nuvem de termos de F3:

**Gráfico 30** – Nuvem de termos mais recorrentes para F3 (AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Comparando esta nuvem com as demais, é possível perceber que há aqui alguma especialização léxica, posto que poucos termos desse enquadramento se fazem presentes nos demais. Isso é um sintoma do fato de que tal enquadramento coocorre relativamente pouco com outros. Como veremos na próxima seção, isso ocorre graças a um processo de divisão do trabalho argumentativo, que fez com que esse tipo de posição fosse defendido basicamente

por militantes do movimento negro e, ocasionalmente, pelos ministros titulares da Secretaria de Políticas Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

O enquadramento F4 (AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade) remete aos discursos de apoio que apostam nos efeitos benéficos que a inclusão da diversidade geraria. Contudo, esse enquadramento não se resume apenas à defesa da diversidade *tout court*. Isso porque o termo “diversidade” é profundamente polissêmico no contexto da controvérsia das cotas, o que faz com que assumam significados diversos e, muitas vezes, opostos. Como observou Graziela Silva (2006, p. 149), é comum que o vocábulo seja utilizado não para se referir à pluralização da sociedade, mas sim à assimilação. O primeiro manifesto contrário às cotas, por exemplo, contém um elogio à diversidade construído numa chave mais “assimilacionista” do que multiculturalista:

Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, seu sexo, sua vida íntima e sua religião; onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos; *que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho* (Manifesto, 2006b, grifo nosso).

Mais do que um elogio vazio da diversidade, o enquadramento F4 defende-a como um potencial catalizador da economia nacional. Muito comum em outros contextos nacionais, esse argumento guarda várias afinidades com o que se convencionou chamar de “doutrina do *creamy layer*”. Segundo essa visão, as ações afirmativas ajudam a formar uma “nata” (*creamy layer*) nas sociedades em que são implantadas, diversificando as classes médias e as elites. A principal defensora e difusora desse enquadramento in-

terpretativo no nosso *corpus* é a colunista de economia de *O Globo*, Miriam Leitão (2001):

A força e o talento dos negros e mulatos brasileiros têm que estar na política, na economia, nas empresas, no Judiciário, no Legislativo, nas representações diplomáticas brasileiras e não apenas nas únicas áreas onde são aceitos: nas artes e nos esportes [f21]. Num mundo competitivo, é desatino prescindir de sua criatividade, confinar seus cérebros à baixa escolaridade, não usar sua força econômica, afastá-los para a periferia, expô-los aos riscos da criminalidade [f20]. A inclusão tem que ser política do governo até por ser a atitude mais inteligente. Tem que ser a estratégia das empresas porque a diversidade é mais criativa e mais produtiva [f28]. Uma política de inclusão ampliará o mercado. Mesmo sem políticas específicas a classe média negra se expandiu no Brasil e recentemente todas as empresas que lançaram produtos étnicos, como cosméticos para pele e cabelo de afrodescendentes, alavancaram suas vendas em níveis espantosos [f18].

Como já foi notado por Feres Júnior (2007), esse tipo de defesa costuma se basear muito mais num argumento de expediência do que de justiça social. Isso porque a inclusão nas elites de pessoas até então marginalizadas é vista como potencialmente eficiente de um ponto de vista econômico, não propriamente como um fim ético superior.

Essa argumentação reflete em grande monta as idiossincrasias da história recente dessa política nos Estados Unidos, em que pesa o fato de grandes empresas, como Microsoft, Boeing, General Motors, Merck, entre outras, terem formado um movimento de defesa das ações afirmativas, sobretudo a partir de 2003. Cada vez mais dependentes da mão de obra de minorias políticas, essas companhias encaram as ações afirmativas como um pilar da eficiência econômica estadunidense. É sintomático, portanto, que essa asso-

ciação entre diversidade e desenvolvimento econômico apareça na nuvem de termos do enquadramento F4:

**Gráfico 31** – Nuvem de termos mais recorrentes para F4  
(AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Não deixa de surpreender que a defesa da diversidade nos discursos pró-ação afirmativa racial ignore quase completamente alguns princípios de justiça que vêm sendo recorrentemente explorados pelas chamadas teorias multiculturalistas da justiça. Tais teorias buscam defender a diversidade identitária não como um instrumento de desenvolvimento econômico, mas como ideal de justiça em si. Para Will Kymlicka (1995, p. 2), um dos expoentes dessa corrente, os Estados ao redor do mundo teriam uma obrigação moral de respeitar as divisões culturais abarcadas em suas fronteiras. Isso porque tais Estados foram historicamente construídos a partir de ideologias nacionais homogeneizantes, as quais serviram não só para justificar eventuais genocídios, mas também para hierarquizar grupos étnicos numa dada concepção de nacionalidade (Kymlicka, 1995, p. 105).

Iris Marion Young, outra importante filósofa comumente associada ao multiculturalismo, também defende as chamadas políticas da diferença. Para ela, a ideia liberal de que o público é o reino da imparcialidade marginalizou uma série de grupos que

nunca foram capazes de se apresentar de acordo com os ditames de uma hegemonia política. Essas minorias políticas (negros, mulheres, homossexuais, minorias étnicas etc.) dão vida a perspectivas sociais específicas que são, porém, caladas pelo pseudo-universalismo liberal. Desse prisma, políticas da diferença seriam um antídoto às hegemonias políticas na medida em que possibilitariam a tais grupos construir e difundir uma visão de mundo autônoma, mais compatível com suas perspectivas (Young, 1990, pp. 41-7).

Como veremos no próximo capítulo, mesmo que a ação afirmativa racial raramente seja defendida como uma política da diferença nos termos de Kymlicka e Young, é recorrente que seja criticada como tal. Isso sugere que os princípios de justiça multiculturalistas já circulam no debate público nacional, mas apenas como objetos de crítica, provando que as defesas multiculturalistas da ação afirmativa racial estão, de certo modo, para além das fronteiras da controvérsia legítima na imprensa.

Finalmente, o enquadramento F5 (AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados) aglutina uma série de discursos diferentes que enfatizam o caráter pragmático e emergencial das ações afirmativas ou seu sucesso comprovado em outros contextos. Embora esse discurso seja recorrente, ele costuma ser utilizado mais como um apoio argumentativo do que como uma justificativa autossuficiente. Assim como o enquadramento F4, não se baseia propriamente num ideal de justiça social, mas numa visão pragmática das intervenções redistributivas. A seguir, a nuvem dos termos mais recorrentes:

**Gráfico 32** – Nuvem de termos mais recorrentes para F5  
(AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

A principal dificuldade quando se pretende estabelecer quais são as modalidades de justificação das ações afirmativas está na distinção entre os princípios de justiça disponíveis para legitimar tais políticas e o modo como seus defensores os enquadram. Como vimos, a remissão à escravidão nem sempre indica a presença de uma visão das medidas em questão como políticas de reparação. Essa elasticidade semântica é própria da retórica política que visa convencer a maior audiência possível ao tratar como equivalentes perspectivas distintas sobre um problema. E esse não é um traço particular da defesa das ações afirmativas no Brasil. Como escreve Gerd Baumann (1999, p. 10) sobre o apoio a tais medidas no EUA:

Não é possível resolver o enigma multiculturalista se nós camuflarmos as diferenças e tratarmos um tipo de direito como 'basicamente a mesma coisa' dos outros dois. Essa fusão, contudo, é uma falácia muito em moda. [...] De tempos em tempos, parece politicamente conveniente, tanto para maioria quanto para a minoria, vacilar entre as diferentes lógicas. Existem boas

razões para isso, pois torna as argumentações mais elásticas e os compromissos mais flexíveis.

Logo, termos como “escravidão”, “diversidade”, “discriminação” e “igualdade” não servem por si sós como índices de uma justificação específica para as ações afirmativas. Esses e outros vocábulos foram usados de maneira quase indistinta pelos autores convocados pela imprensa. Em outras palavras, o alinhamento lexical que caracteriza muitas das tomadas de posição compiladas não é expressão de um alinhamento argumentativo.

## 6.2. Difusão e trajetória dos argumentos

Tanto a *Folha* quanto *O Globo* distribuíram os enquadramentos interpretativos tipificados em volumes semelhantes de texto. Os dois jornais privilegiaram o enquadramento F2 (AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania), ainda que a *Folha* tenha cedido proporcionalmente mais espaço a ele do que *O Globo*. De forma análoga, ambos publicaram percentuais próximos dos enquadramentos interpretativos F4 (AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade) e F5 (AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados), muito embora sejam marginais na controvérsia. Há uma diferença entre os espaços cedidos por cada jornal para F1 (AAR combate a discriminação e a desigualdade de tratamento) e em *O Globo* para o argumento F3 (AAR repara erros do passado [escravidão] e integra a nação), como indica a tabela a seguir:

**Tabela 1** – Percentuais de trechos com cada enquadramento interpretativo favorável de acordo com o jornal

	Folha	Globo	TOTAL
F1) AAR combate a discriminação e a desigualdade de tratamento	19,9%	27%	24%
F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania	36,5%	31,7%	33,7%
F3) AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação	12,4%	19,9%	16,8%
F4) AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade	18,9%	18%	18,4%
F5) AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados	13,5%	16,1%	15%
F6) outro	16,3%	11,3%	13,4%
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(386)</b>	<b>100%</b> <b>(533)</b>	<b>100%</b> <b>(919)</b>

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Quase 50% dos trechos que defendem as ações afirmativas raciais nos dois jornais aderem à ideia de que tais políticas geram justiça social, seja promovendo a igualdade de tratamento (F1) ou a igualdade socioeconômica (F2). Embora ocupem um espaço relevante entre os textos favoráveis, os argumentos calcados na reparação (F3) e na diversificação (F4) são marginais na cobertura.

Outra característica da distribuição dos discursos favoráveis nos dois jornais foi a homologia dos conteúdos alocados nas seções opinativas (colunas, artigos e entrevistas) e aqueles reproduzidos nas reportagens. Note-se que colunistas, articulistas e entrevistados costumam ser selecionados pelos editores e demais membros da alta hierarquia das redações, ao passo que as opiniões veiculadas nas reportagens são em geral definidas pelos jornalistas que as escrevem. Isso faz com que os articulistas tenham mais liberdade de expressão do que os informantes das reportagens,

que costumam ter seus discursos editados previamente pelos jornalistas. Se é isso que acontece em tese, os dados coletados sugerem outra interpretação, já que os discursos contemplados nas seções opinativas são muito semelhantes àqueles reproduzidos pelas reportagens. Portanto, os dados parecem confirmar que o espaço relativo ocupado por cada enquadramento interpretativo nas reportagens é próximo ao espaço de cada enquadramento nas seções opinativas:

**Tabela 2** – Percentuais de trechos com cada enquadramento interpretativo favorável de acordo com o jornal e o tipo de texto

	Folha		Globo	
	reportagens	opinativos	reportagens	opinativos
<b>F1) AAR combate a discriminação e a desigualdade de tratamento</b>	14%	26%	28%	26%
<b>F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania</b>	34%	39%	28%	33%
<b>F3) AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação</b>	9%	16%	19%	20%
<b>F4) AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade</b>	21%	17%	14%	20%
<b>F5) AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados</b>	12%	15%	12%	18%
<b>F6) outro</b>	18%	15%	15%	9%
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(195)</b>	<b>100%</b> <b>(191)</b>	<b>100%</b> <b>(173)</b>	<b>100%</b> <b>(360)</b>

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

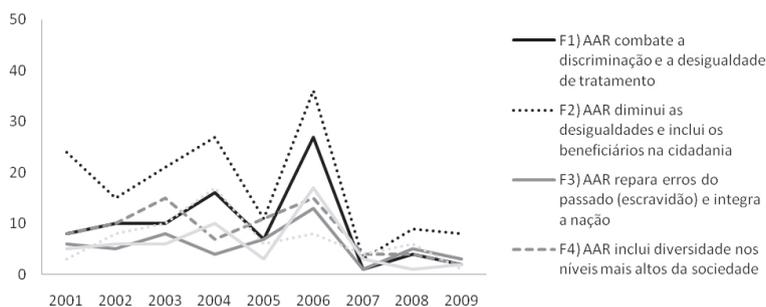
Tanto n' *O Globo* quanto na *Folha*, o volume de texto dedicado ao argumento F2 nos excertos opinativos é praticamente o mesmo das reportagens. O mesmo vale para F3 em *O Globo*, e F5 na *Folha*. O enquadramento F1 é substantivamente mais valorizado pelos textos opinativos do que pelas reportagens da *Folha*, enquanto n' *O Globo* essas proporções são próximas. Algo semelhante acontece com o argumento da reparação (F3), muito mais presente nas seções opinativas do que nas reportagens da *Folha*. Ainda que as diferenças sejam mais sutis, é possível dizer que o oposto acontece com F4, pois tem mais espaço nas reportagens do que nos comentários da *Folha*, enquanto n' *O Globo* ele é mais mencionado nos textos opinativos do que nas reportagens.

Grosso modo, esses números indicam que as reportagens buscam representar as clivagens opinativas da controvérsia de modo muito semelhante às clivagens presentes nas seções opinativas. Editores e jornalistas parecem partilhar de critérios de seletividade discursiva muito próximos e, portanto, reforçam uma mesma imagem dos discursos de defesa das ações afirmativas raciais. A seção seguinte tenta explorar mais essa homologia. Por ora, basta reter que tais semelhanças sugerem que informantes e articulistas foram selecionados mais pelo que dizem – isto é, pelo modo como defendem as medidas – do que pelo que são – ou seja, pelos títulos que possuem e que os qualificam a opinar na imprensa. É por essa razão que volumes semelhantes dos mesmos enquadramentos se fazem presentes tanto nas reportagens quanto nos textos opinativos.

O caráter secundário dos enquadramentos F3 e F4 é razoavelmente constante no tempo e nos dois jornais, bem como a preponderância dos argumentos F1 e F2. Ainda assim, a partilha dos argumentos durante a primeira década do milênio parece ter obedecido a critérios específicos de cada jornal. No caso da *Folha*, F1, F2 e F5 foram distribuídos de acordo com a mesma lógica e em proporções equivalentes. Como é possível notar no gráfico 33, nos dois anos de pico da cobertura (2004 e 2006), o incremento na quantidade de trechos com F1 levou a um aumento proporcional

na quantidade de trechos com F2 e F5. Apesar de marginais, F3 e F4 foram difundidos em volumes de texto mais ou menos constantes, imunes aos altos e baixos da controvérsia:

**Gráfico 33** – Quantidade absoluta de trechos de cada enquadramento interpretativo favorável da *Folha* por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 382 trechos.

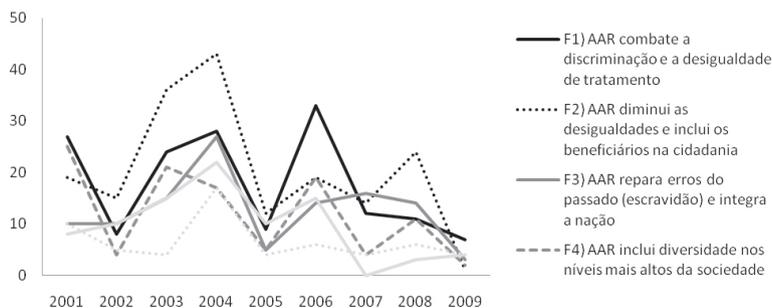
Isso indica que, nos momentos de rotinização da cobertura, a *Folha* tratou os partidários do argumento da diversidade e da reparação como os legítimos representantes da ala favorável às ações afirmativas raciais. Já a defesa dessas políticas, durante os eventos polêmicos, se deu a partir da referência aos argumentos mais liberais, calcados na justiça social em suas dimensões formais e substantivas. Como veremos na próxima seção, essa distribuição semântica reflete em grande medida o perfil de autores convocados a defender as medidas em cada um desses momentos e, especialmente, a forma como eles se expressam no jornal. Momentos de controvérsia tendem a abrir janelas para expressão dos representantes do Estado (ministros, secretários, reitores) ligados à difusão das ações afirmativas. Esses atores, por sua vez, costumam enquadrar as ações do Estado de modo mais universalista do que particularista. Por outro lado, momentos mais rotineiros da cobertura criam espaços para os

representantes dos movimentos negros (dirigentes de ONGs, militantes, ativistas, membros das secretarias de igualdade racial etc.).

Essa estrutura de oportunidades discursivas, porém, coloca limites aos projetos políticos dos atores supracitados. Isso porque a veiculação da opinião de um agente estatal costuma ser praxe durante a cobertura de eventos polêmicos. Quando convocados, tais agentes, via de regra, não parecem oferecer enquadramentos específicos para a audiência, apenas atualizar o vínculo das ações governamentais com os princípios constitucionais universalistas. Ao mesmo tempo, os enquadramentos mais heterodoxos, isto é, menos identificados com um léxico liberal, costumam ser colocados apenas em momentos de relativa “calmaria” da cobertura.

Embora tais hipóteses pareçam valer para a *Folha*, elas não são suficientes para explicar a dinâmica dos enquadramentos interpretativos favoráveis em *O Globo*. Isso porque a trajetória de cada linhagem argumentativa não parece ter se alterado de maneira substantiva de acordo com o calor da controvérsia. Por outro lado, parece haver uma curiosa lógica de compensações entre as diferentes formas de defesa das ações afirmativas raciais no jornal carioca. O argumento da reparação (F3), por exemplo, se manteve como o terceiro ou quarto mais citado nos anos incluídos no recorte, salvo em 2007, quando excepcionalmente é o mais citado. Em paralelo, o enquadramento pragmático (F5) também teve pouca oscilação entre 2002 e 2006, permanecendo na condição de segundo ou terceiro mais mencionado do jornal, trajetória esta contrastante com sua não menção em 2007.

**Gráfico 34** – Quantidade absoluta de trechos de cada enquadramento interpretativo favorável de *O Globo* por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 533 trechos.

A partir de 2006, o incremento de F3 se dá em razão inversa ao espaço ocupado por F5. Essa relação negativa provavelmente se deve ao evento envolvendo os gêmeos na UnB, discutido no capítulo 4. Nesse momento da controvérsia, diante de um caso envolvendo um erro tão polêmico, tornou-se mais problemático defender as ações afirmativas como medidas pragmáticas. Sustentar a urgência de tais políticas implica conceder às instituições que as adotam uma margem para erros e experimentalismos. Porém, essa margem não é infinita, e o tratamento desigual dispensado a dois irmãos univitelinos certamente ultrapassa o limiar tolerável de erro. Sintomático disso é que, nesse mesmo ano, os textos favoráveis reiteraram a defesa das ações afirmativas com base no discurso de que elas promovem a igualdade de tratamento (F1), uma forma de classificar como marginal e excepcional o caso dos gêmeos da UnB.

Como discutiremos mais detidamente no próximo capítulo, a dinâmica dos argumentos foi fortemente influenciada pelas disputas em torno da definição dos eventos que animaram a cobertura. Basicamente, os contêdores convocados pelos jornais

disputaram em que medida um evento polêmico deveria ser encarado como uma consequência necessária da lógica das ações afirmativas raciais ou se, ao contrário, poderia ser tratado como um acontecimento secundário. O episódio envolvendo os gêmeos é um bom exemplo disso. Enquanto muitos articulistas contrários às medidas o tomaram como um “erro previsível” diante da suposta lógica racialista e desigualitária das cotas, muitos defensores se esforçaram por classificá-lo como um equívoco pontual que não macularia a intenção fundamental dessas políticas.

Ainda sobre a trajetória dos enquadramentos interpretativos n’*O Globo*, outra dinâmica importante se reflete na troca de posto entre os enquadramentos F1 e F2 nos dois picos da polêmica. Se em 2004, ano da adoção de cotas pela UnB, o argumento mais mencionado foi F2, em 2006, ano dos manifestos dos intelectuais, o mais citado foi F1. Ocorre, portanto, algo distinto do que se observa na *Folha*, onde F2 é sempre privilegiado em relação a F1, ainda que se mantenha certa proporcionalidade nas quantidades de trechos de cada um deles. Como veremos em outra seção, isso pode ser explicado pelo perfil levemente diferente dos atores que opinaram sobre o tema em cada jornal. Enquanto a *Folha* se baseou sobretudo em critérios institucionais para definir seus articulistas e informantes, uma parte significativa dos apoiadores das ações afirmativas em *O Globo* eram colunistas do próprio jornal. Por conta disso, a defesa dessas políticas na *Folha* refletiu o modo mais ou menos estável com que os agentes públicos procuram legitimar tais medidas. Já a relativa autonomia dos articulistas em *O Globo* possibilitou que pudessem adaptar seus enquadramentos às exigências contextuais de cada momento. Vale lembrar que a defesa das ações afirmativas a partir do enquadramento F1 é muito mais estratégica em 2006, momento em que tais políticas são acusadas de discriminatórias, do que em 2004, quando o caso da comissão de verificação racial da UnB é tomado como paradigmático. Esses diferentes eventos modificam, portanto, a estrutura de oportunidades discursivas de

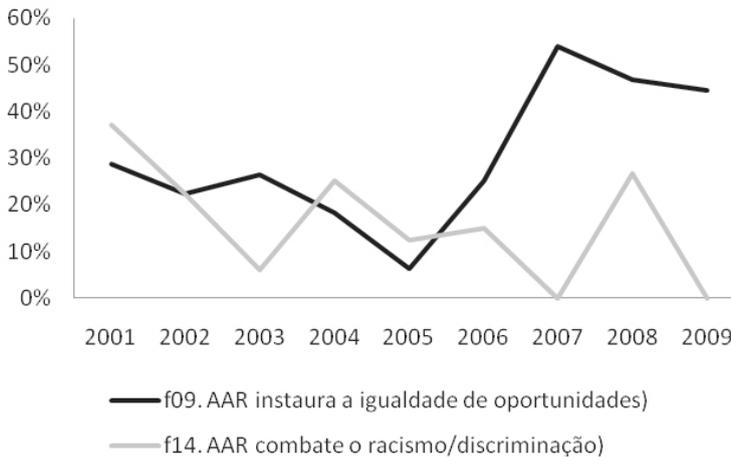
cada enquadramento, o que também será discutido em detalhes no próximo capítulo.

### **6.3. Metamorfoses semânticas dos enquadramentos**

A análise das trajetórias de cada um dos enquadramentos interpretativos favoráveis esconde que eles não são pacotes discursivos fechados ou sólidos, relativamente imunes ao tempo. Vários estudiosos da mídia tratam equivocadamente os enquadramentos como modelos interpretativos cristalizados, aos quais os atores recorrem quando necessitam dotar de sentido a realidade. Gamson e Mondigliani (1987), por exemplo, acreditam que se trata de “pacotes interpretativos” com “carreiras temporais” definidas e cuja estrutura se modifica pouco, visão que por vezes desconsidera que tais enquadramentos resultam de processos cognitivos e discursivos fluidos e contingentes.

As metamorfoses semânticas de um enquadramento específico podem ser percebidas quando observamos de que modo os elementos de assinatura que lhe são característicos costumam ser enfatizados em cada momento da controvérsia. O F1, por exemplo, é composto por nove subenquadramentos distintos; dentre esses, os subenquadramentos f14 (AAR combate o racismo/discriminação) e f09 (AAR instaura a igualdade de oportunidades) são seus elementos de assinatura mais recorrentes. Entretanto, como mostra o gráfico abaixo, f14 representava melhor F1 apenas no início da controvérsia. Entre 2006 e 2009, contudo, f14 é paulatinamente substituído por f09. Assim, se em 2002 o enquadramento interpretativo F1 se dividia entre uma retórica de defesa da igualdade de oportunidades (f09) e uma crítica ao racismo (f14), de 2006 em diante o discurso da igualdade de oportunidades (f09) suplanta a crítica à discriminação (f14):

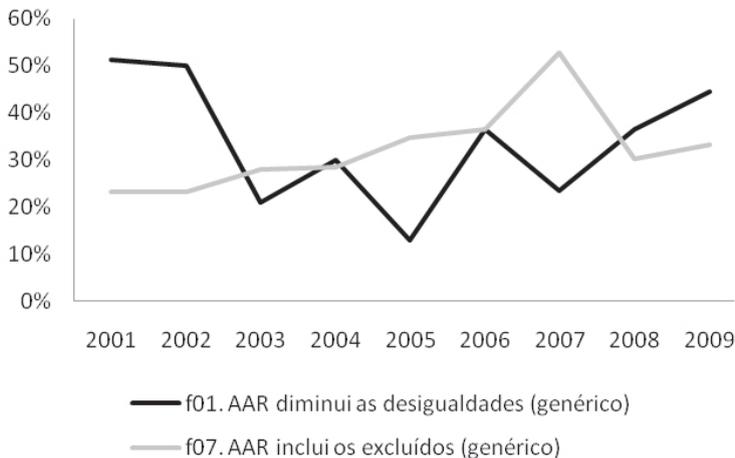
**Gráfico 35** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento F1 por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Transformações semânticas como essa acompanham a história de F2. Inicialmente, os autores que defendiam as ações afirmativas nessas bases enfatizavam que tais políticas seriam importantes por diminuir as desigualdades em termos gerais (f01). Contudo, no período que abrange os anos de 2002 e 2007, tal argumento foi se tornando secundário em relação aos textos que simplesmente sustentavam que as ações afirmativas incluem os excluídos (f07). O subenquadramento f01 volta a crescer apenas nos últimos anos do recorte, competindo com f07:

**Gráfico 36** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento F2 por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Não se deve subestimar a importância dessas pequenas alterações retóricas. Parecem posturas muito semelhantes afirmar que as ações afirmativas raciais diminuem as desigualdades (f01) ou que elas incluem os excluídos (f07). De fato, são duas formas muito genéricas de defesa dessas políticas. Por outro lado, a correlação negativa entre a trajetória desses dois subenquadramentos sugere que tal oscilação discursiva não é arbitrária. A causa dessa mudança retórica se explica por um processo de especificação semântica. Em 2001, ainda não estava claro qual forma de ação afirmativa se adotaria no Brasil e, por essa razão, a defesa desse tipo de política se dava em termos muito genéricos. Com o tempo, foi ficando mais evidente que o discurso da igualdade de condições (F2) apresentava diferenças importantes em relação ao discurso da igualdade de tratamento e oportunidades (F1). Enquanto o primeiro defende as ações afirmativas por conta de seus possíveis resultados, o outro se baseia na igualdade que estabeleceriam a partir do momento em que fossem implantadas.

Houve, portanto, um processo de especialização argumentativa, em que um grande enquadramento inicial (F1+F2) se transforma em dois enquadramentos distintos (F1 ≠ F2). Evidência disso é que, em 2001, 44% das comunicações que mencionaram os dois enquadramentos os citaram juntos num mesmo texto. Ou seja, nesse momento inicial, os dois enquadramentos pareciam dizer a mesma coisa: ações afirmativas geram mais igualdade. Já em 2009, apenas 13% dos textos com algum desses enquadramentos os combinam numa mesma comunicação. Há, portanto, uma divisão semântica importante.

Essa relação de especialização semântica também ocorre no que diz respeito ao enquadramento F3 (AAR repara erros do passado [escravidão] e integra a nação). Quando se fala em reparação como uma necessidade moral, surge uma tensão entre passado e presente. De um lado, o discurso da reparação se baseia no princípio de justiça elementar que manda restituir o que foi usurpado de um dado indivíduo ou grupo. Trata-se de um princípio simples quando aplicado ao presente, como nos casos de roubo ou em situações em que grupos são ressarcidos após grandes guerras (como ocorreu, por exemplo, com os judeus após a Segunda Guerra Mundial). Porém, é uma regra muito difícil de aplicar quando buscamos compensar usurpações históricas mais antigas. Ora, como é possível reparar os males da escravidão se: (I) tais males são incalculáveis; e (II) os escravos não estão mais vivos?

Por isso, o discurso da reparação tem duas faces possíveis. Pode-se invocá-lo quando o objetivo é demandar uma compensação por um evento do passado (escravidão) ou para exigir uma ação que mitigue os efeitos presentes desse evento passado. A primeira maneira de enquadrar a reparação possui um apelo moral intuitivo: a escravidão foi um crime hediondo e, por isso, deve ser remediada. Porém, o apelo sentimental desse argumento encontra inúmeras dificuldades práticas. Já o segundo discurso traz um grau

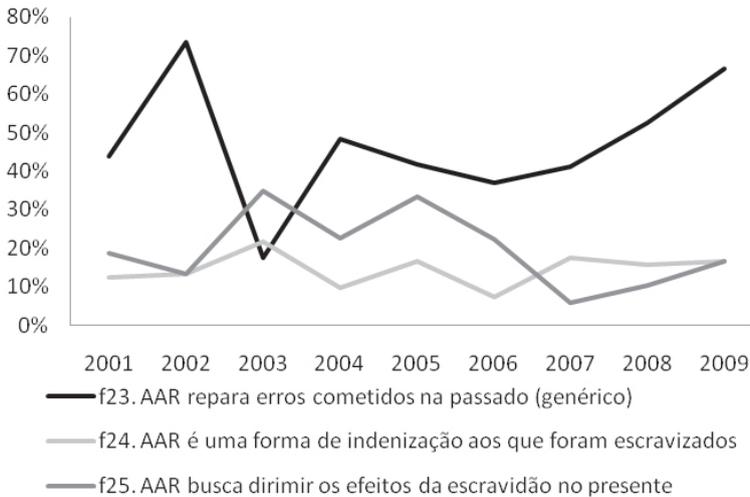
de complexidade maior, pois fala em reparar os efeitos da escravidão no presente.<sup>2</sup>

A trajetória dos três subenquadramentos principais que compõem F3 evidencia essas facetas. Nos dois primeiros anos da controvérsia, F3 era praticamente dominado pelo subenquadramento f23 (AAR repara erros cometidos no passado [genérico]). Em 2003, contudo, as referências a esse enquadramento se tornam mais específicas, o que faz crescer, em termos relativos, a quantidade de menções aos subenquadramentos f24 (AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados) e f25 (AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente), como indica o gráfico abaixo. Entre 2006 e 2009, contudo, f23 volta a ocupar mais espaço nos textos, provavelmente porque já havia ficado claro para seus defensores que tipo de reparação estava sendo demanda.

---

<sup>2</sup> Infelizmente, consumiria muito espaço introduzir aqui uma discussão pormenorizada da reparação enquanto princípio de justiça. Robert Nozick (1974), um filósofo político muito influente dentre os defensores da chamada “sociedade aberta” (leia-se, sociedade de mercado aberto), construiu uma complexa argumentação em torno do princípio da reparação. Ao reconhecer a necessidade de se reparar crimes históricos e, ao mesmo tempo, a dificuldade em efetivar tais medidas, Nozick propõe que desigualdades advindas de violações históricas (como a escravidão) sejam reparadas a partir de redistribuições baseadas num critério aproximativo (*rule of thumb*). A partir dessa ideia e de outros elementos do pensamento de Nozick, Andrew Valls (1999) defende que as ações afirmativas raciais seriam, de uma perspectiva nozickiana, os melhores meios de reparar as espoliações da escravidão.

**Gráfico 37** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento F3 por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Essas são apenas algumas transformações retóricas que ajudam a entender que os enquadramentos são recursos argumentativos dinâmicos, que mudam de acordo com a lógica da controvérsia. Tais alterações são influenciadas por diversos fatores. Um deles, contudo, merece destaque: o recrutamento dos porta-vozes de cada uma das alas da controvérsia.

#### 6.4. Divisão do trabalho argumentativo

Alguns dos dados discutidos até aqui sugerem que informantes e articulistas são selecionados por jornalistas e editores não só pela posição social que ocupam, mas sobretudo pelas opiniões que sustentam. Muitos títulos e postos autorizam determinados atores a opinar na imprensa, mas o que define quem será de fato convocado para isso é a disponibilidade para desempenhar um papel

no espaço de debate tal qual cada jornal o desenha. Isso se aplica principalmente às chamadas “fontes interpretativas”, incumbidas não somente de fornecer informações “factuais” sobre algum evento, mas também comentários sobre ele.

A seleção de fontes costuma se basear em critérios que ajudam a hierarquizá-las, principalmente de acordo com seu envolvimento no evento em investigação. Como afirma Liriam Sponholz (2008, p. 605), uma fonte em geral é escolhida

por sua parcialidade (representar ‘um dos lados da questão’), por seu envolvimento no problema (como afetado), por sua competência na sua resolução (por exemplo, representantes de órgãos públicos), por seu poder de decisão (por exemplo, políticos), por sua neutralidade ou para a confirmação da tese adotada pelo repórter na sua investigação.

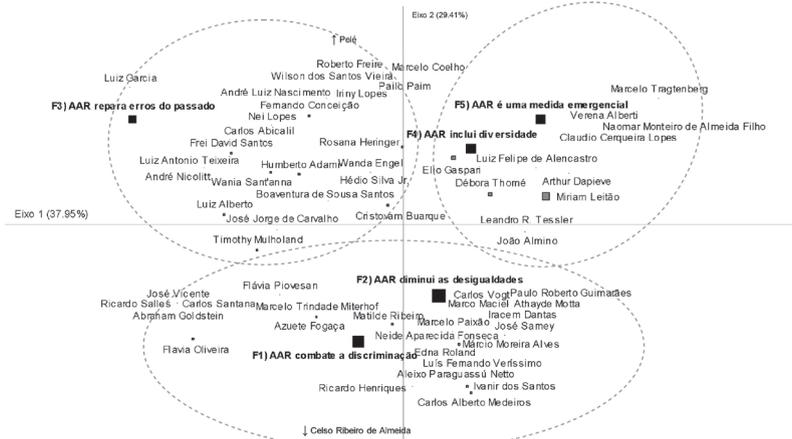
A despeito do papel que os interesses editoriais de cada veículo exercem na escolha das fontes, é preciso considerar também aquele desempenhado pelas pressões próprias das rotinas jornalísticas. Várias transformações estruturais fizeram com que a imprensa fosse levada a produzir conteúdo num intervalo de tempo cada vez menor. Por conta disso, os jornalistas são levados a postular hipóteses interpretativas quase simultaneamente aos eventos e buscar testá-las antes da publicação das notícias. Como não há tempo suficiente para isso, muito menos para formular explicações alternativas, os articulistas e informantes dispostos a qualificar de forma imediata essas suposições costumam conquistar a preferência dos jornalistas. Uma consequência disso é o fato de que jornalistas e editores acabam compondo com o tempo uma lista mais ou menos fixa de articulistas e informantes a serem consultados sobre determinados temas (Sponholz, 2008).

Apenas para se ter uma ideia, dos 383 textos opinativos favoráveis publicados pelos dois jornais, cerca de 200 foram assina-

dos por apenas cinquenta autores. Essa concentração não só reflete o fato de a maior parte deles ter sido composta por columnistas fixos dos jornais – apenas Míriam Leitão e Élio Gáspari publicaram 46 textos defendendo as cotas –, mas o fato de que alguns atores foram tratados como os opinadores oficiais em relação ao tema.

O gráfico 38 apresenta uma análise das correspondências existentes entre os defensores das ações afirmativas raciais mais ativos nos dois jornais – aqueles que publicaram mais de dois textos sobre o tema – e os respectivos enquadramentos interpretativos defendidos por eles. Note-se que os nomes indicados pelos três círculos tracejados não somente se aproximam por sustentarem argumentos similares, mas por desempenharem papéis sociais semelhantes:

**Gráfico 38** – ACS dos enquadramentos interpretativos favoráveis (preto) e sua relação com os articulistas mais ativos dos dois jornais (cinza)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

\* Foram considerados somente os autores que publicaram três ou mais textos, excluindo-se as cartas.

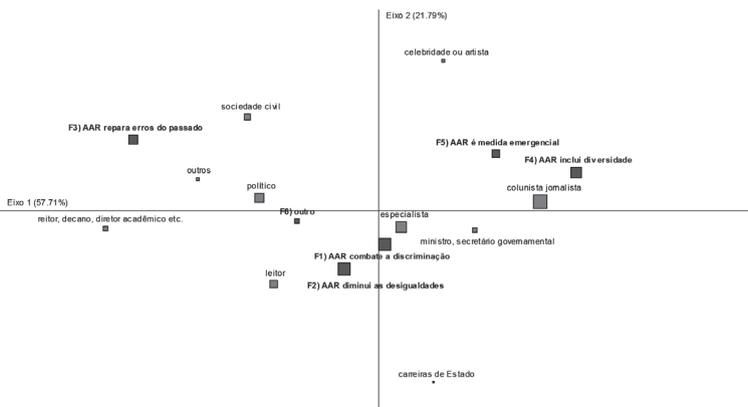
Observando o gráfico 38, é possível notar três grupos epistêmicos no mapa, indicados pelos círculos tracejados. O grupo representado na parte inferior do mapa tende a sustentar os enquadramentos mais liberais e social-democráticos (F1 e F2) e conta com nomes como Ricardo Henriques (economista e gestor público), Carlos Alberto Medeiros (tradutor, militante do movimento negro e gestor público), Edna Roland (militante do movimento negro e relatora oficial da Conferência de Durban), Matilde Ribeiro (ministra titular da Seppir), Flávia Piovesan (jurista e acadêmica), e ainda os políticos José Sarney e Marco Maciel. Apesar de congregar um grupo heterogêneo, é possível notar que nessa área predominam nomes que mantêm relação direta com o Estado (políticos, ministros, secretários e gestores). Voltaremos a este ponto em breve.

Já no canto superior-esquerdo estão localizados os autores que, em termos relativos, deram mais ênfase ao argumento da reparação (F3) e que sintomaticamente estão mais próximos das organizações do movimento negro. São eles, por exemplo, Frei David dos Santos (coordenador da ONG Educafro), Humberto Adami (advogado), Nei Lopes (compositor), André Nicolitt (jurista), Fernando Conceição (professor universitário), os quatro últimos militantes do movimento negro.

Finalmente, no canto superior direito do mapa localizam-se os autores mais próximos do argumento pragmático e da diversidade. Novamente aqui aparecem autores que têm um perfil semelhante na medida em que se ligam à esfera do mercado, seja por atuarem na iniciativa privada, como Wanda Engel (fundação Instituto Unibanco), seja por escreverem sobre economia, como Míriam Leitão e Debora Thomé. Além desses nomes, é possível localizar importantes acadêmicos ligados às ciências exatas, como o químico Claudio Cerqueira Lopes, o físico Marcelo Tragtenberg, o médico Naomar Monteiro de Almeida Filho e o também físico Leandro Tessler. É importante destacar que todos esses cientistas estiveram ligados à gestão dos programas de ação afirmativa das suas respectivas instituições.

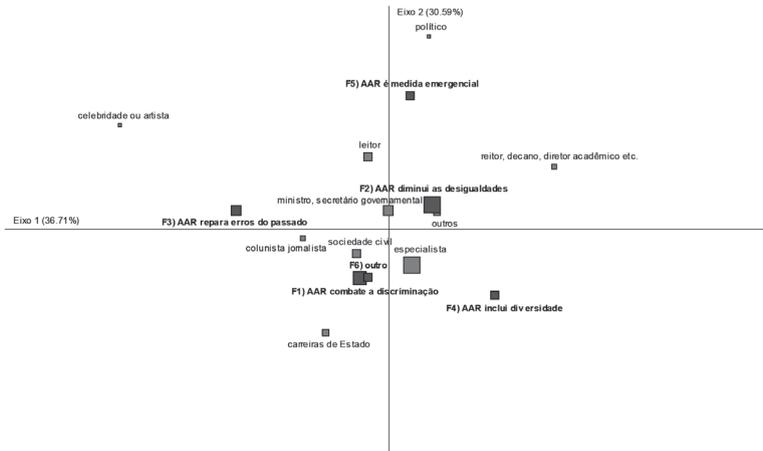
Parece haver uma associação entre o perfil de quem publica e a opinião manifesta em relação às ações afirmativas raciais. No entanto, para qualificar melhor essa hipótese é preciso entender em que medida tais associações permanecem quando considerados todos os autores de textos opinativos, e não somente os mais ativos. Também é preciso observar como elas se comportam quando observamos essas correspondências em cada um dos jornais em separado. Por essas razões, os gráficos 39 e 40 apresentam as associações entre o perfil dos autores de textos opinativos e os enquadramentos interpretativos que eles mobilizam em suas defesas das ações afirmativas em cada jornal. Esses quadros permitem estabelecer o que chamei até o presente momento de divisão do trabalho discursivo, ou seja, quem defende as ações afirmativas e a partir de quais justificações.

**Gráfico 39** – ACS dos enquadramentos interpretativos favoráveis (preto) e do grupo de origem do autor do texto opinativo (cinza) para *O Globo*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 347 trechos.

**Gráfico 40** – ACS dos enquadramentos interpretativos favoráveis (preto) e do grupo de origem do autor do texto opinativo (cinza) para a *Folha*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 180 trechos.

É possível visualizar, no gráfico 39, três grandes zonas na distribuição dos enquadramentos favoráveis do jornal *O Globo*. Mais próximos do enquadramento F3 estão os articulistas pertencentes à sociedade civil (coordenadores de ONGs, membros de organismos internacionais, ativistas políticos etc.) e aqueles ligados à estrutura administrativa das universidades (reitores, decanos etc.). Já os políticos tendem a ficar no meio do caminho entre F3 e os enquadramentos F1 e F2. Esses dois, por sua vez, tendem a ser mais defendidos pelos especialistas e pelos missivistas do jornal. Ministros e secretários de governo também costumam defender as ações afirmativas com base em F1, embora mobilizem bastante o argumento da diversidade (F4). A análise de correspondências também indica que F4 é empregado pelos colunistas fixos do jornal, mas na verdade essa associação expressa a já comentada ligação da colunista Miriam Leitão a tal enquadramento.

O mapa referente às correspondências entre enquadramentos e perfil na *Folha* apresenta diferenças importantes em relação ao anterior. Em primeiro lugar, os argumentos estão menos dispersos, o que indica que há uma maior coocorrência entre eles no periódico paulista do que no fluminense. Além disso, não há uma concentração dos membros da sociedade civil e dos dirigentes universitários no enquadramento F3. Os especialistas que defendem as ações afirmativas, por outro lado, parecem sustentar um discurso muito semelhante àquele mobilizado pelos acadêmicos em *O Globo*, o mesmo valendo para os ministros e demais dirigentes governamentais. Mesmo que menos colonistas do jornal defendam essas medidas, aqueles que o fazem adotam uma argumentação que mescla F1, F2 e F3, em vez de se especializarem apenas numa linha argumentativa.

As diferenças dos discursos dos membros da sociedade civil devem-se às distinções nos perfis dos ativistas convocados por cada um dos jornais. Enquanto *O Globo* abriu espaço para militantes mais próximos do movimento negro propriamente dito, a *Folha* preferiu convidar membros de organismos internacionais ou associações não diretamente ligadas a tal movimento. Na *Folha*, os autores incluídos nessa rubrica faziam parte de instituições, como o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), ONG que atua no tema das relações raciais, mas não se dedica primordialmente a ele. Já *O Globo* optou por dar voz a membros de ONGs, como Ipeafro (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros) e Educafro (Educação para Afrodescendentes e Carentes), duas instituições inteiramente dedicadas ao tema no país.

Isso também se aplica ao caso dos reitores e decanos. *O Globo* fez uma opção razoavelmente constante no tempo por acolher textos dos dirigentes das universidades que adotaram cotas para negros, modalidade de ação afirmativa privilegiada pela cobertura (ver capítulo 4). Numa pesquisa sobre as motivações que levaram à adoção de ações afirmativas raciais nas universidades, fazendo-o de forma autônoma, Paiva e Almeida (2010) afirmam que os movimentos

negros desempenharam um papel fundamental, sejam eles exteriores aos *campi* ou formados pelos próprios estudantes e pesquisadores das universidades. Logo, não é gratuito que os gestores das universidades que implementaram ações afirmativas raciais tenham aderido à linha argumentativa comumente defendida pelo movimento negro.

Essas análises de correspondência também permitem confirmar o que já foi comentado anteriormente sobre o modo como os representantes governamentais (ministros e secretários) defenderam as ações afirmativas raciais. Em ambos os jornais, esses dirigentes públicos adotaram um discurso muito semelhante, próximo aos argumentos mais liberais e universalistas (F1 e F2). Há uma exceção aqui, se consideramos com mais atenção os discursos publicados pelos ministros da Seppir. Não obstante apareça, no gráfico 38, como uma defensora dos enquadramentos F1 e F2, Matilde Ribeiro, por exemplo, costumou mesclar em seus textos F1, F2 e F3.<sup>3</sup> Isso é sintomático sobre como algumas lideranças ligadas ao movimento negro adaptaram seus discursos ao cargo ocupado no governo, no caso, na Seppir. Se, de um lado, a questão da reparação ainda se faz presente nesses discursos, tais lideranças também passam a enfatizar os argumentos mais liberais a partir do momento em que entram para o Estado.

A essa altura já é possível traçar algumas conclusões importantes. Primeiro, o fato de *O Globo* e a *Folha* terem convocado praticamente as mesmas autoridades de Estado e especialistas aproximou os enquadramentos interpretativos favoráveis dos dois jornais. É natural que ambos os veículos tenham abrigado as mesmas autoridades públicas e que os discursos delas estivessem sintonizados. Afinal, esses dirigentes costumam reproduzir o discurso

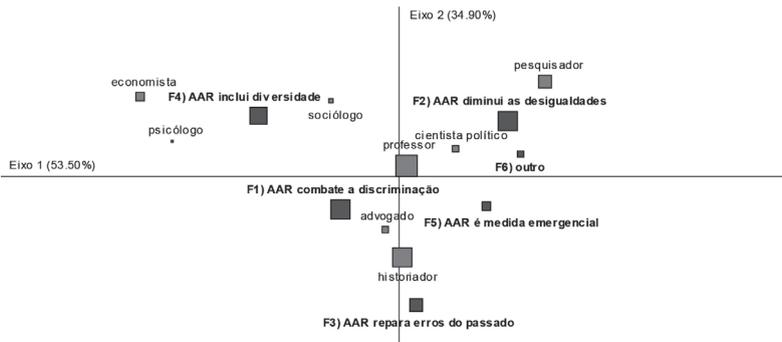
---

<sup>3</sup> Não custa lembrar que um dos problemas da Análise de Correspondências é que ela considera apenas os vínculos relativos entre os elementos cruzados. Assim, o fato de um grupo de militantes do movimento negro ter se dedicado mais em termos relativos à defesa de F3 fez com que os atores do gráfico 41 que costumam mesclar enquadramentos diferentes – como Matilde Ribeiro – apareçam mais próximos de F1 e F2 do que de F3.

previamente delineado pelo governo que representam, havendo pouca margem para discordâncias internas. Uma exceção são os encarregados da Seppir, que quase sempre buscaram mesclar os argumentos liberais com aqueles relacionados à lógica da reparação.

O modo como os especialistas defendem as ações afirmativas raciais é menos nítido. Nos dois mapas supracitados, eles se posicionam entre muitos enquadramentos, o que indica que o grupo é heterogêneo em termos argumentativos. A análise de correspondências a seguir (gráfico 41) indica que os especialistas convocados por *O Globo* tendem a justificar sua defesa das ações afirmativas de acordo com a disciplina acadêmica que representam. Assim, o argumento da reparação histórica (F3) tende a ser defendido por historiadores, o da inclusão da diversidade nos altos níveis da sociedade (F4) por economistas, enquanto advogados tendem a mencionar mais o argumento antidiscriminação (F1):

**Gráfico 41** – ACS dos enquadramentos interpretativos favoráveis (preto) e da disciplina de origem dos especialistas (cinza) para *O Globo*

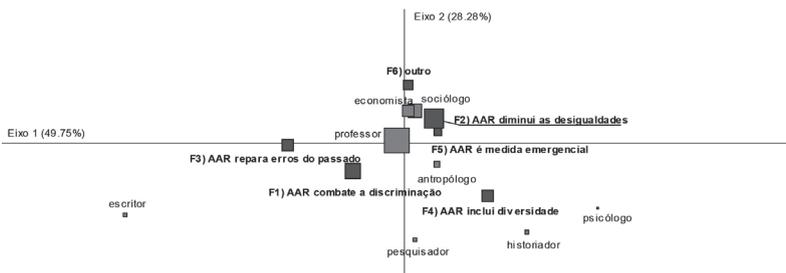


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 80 trechos.

Essas correspondências podem parecer óbvias: historiadores adotam justificações que apelam para a história, economistas se

utilizam de argumentos mais centrados na eficiência econômica, advogados enquadram a questão de uma perspectiva jurídica. Porém, essas mesmas relações não aparecem na *Folha*, onde os enquadramentos defendidos pelos diferentes especialistas parecem não se modificar tanto de acordo com o pertencimento disciplinar de cada um deles. Em termos relativos, os sociólogos favoráveis às medidas tendem a adotar uma defesa baseada no argumento da diminuição das desigualdades (F2), interpretação próxima daquela feita pelos economistas que escreveram para o jornal. O argumento da reparação histórica (F3) não aparece associado a nenhum perfil específico, bem como o enquadramento de que a ação afirmativa racial combate a discriminação (F1). Já a ideia de que tais políticas promovem a diversidade está mais associada aos textos de antropólogos, psicólogos e historiadores.

**Gráfico 42** – ACS dos enquadramentos interpretativos favoráveis (preto) e do grupo de origem dos especialistas (cinza) para a *Folha*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 76 trechos.

Os enquadramentos interpretativos são mais plurais e multifacetados que os enquadramentos editoriais dominantes nos jornais. Por outro lado, isso não quer dizer que os critérios de produção das notícias e organização do debate nos jornais não tiveram efeitos na maneira como as interpretações sobre as ações afirmativas se cons-

truíram e se disseminaram. Ainda que a dramatização pública da polêmica não tenha determinado unilateralmente o conteúdo das opiniões difundidas, ela condicionou as fronteiras da controvérsia legítima e desenhou uma estrutura de oportunidades discursivas para os enquadramentos tipificados.

Como visto no capítulo anterior, a defesa das ações afirmativas nos dois jornais ficou basicamente a cargo dos membros da sociedade civil, dos políticos, dos representantes do Estado e dos acadêmicos diretamente envolvidos na implantação dessas medidas. Esses atores têm em comum o fato de serem quadros políticos de determinadas instituições e grupos que assumiram para si a defesa das ações afirmativas. Ocupam, portanto, um lugar de fala em que a superficialidade ou a ambivalência discursiva costumam ser usadas como instrumentos para estabelecer compromissos políticos mais amplos.

É sintomática, portanto, a existência de um notável alinhamento léxico entre os enquadramentos catalogados. Isso quer dizer que, além das ênfases e saliências que caracterizam uma forma específica de enquadrar a temática, os discursos buscaram se valer de uma terminologia analogamente ambígua, que fala em “diversidade”, “igualdade”, “inclusão”, “cidadania”, sem contudo especificar com nitidez o que se quer dizer com tais palavras. Na condição de uma política polivalente, isto é, que pode servir a fins diversos, a ação afirmativa racial foi justificada a partir de valores como igualdade, diversidade e reparação, de modo que tais termos apontassem para um mesmo ideal. Apesar desse léxico comum, nem sempre esses três vocábulos foram utilizados com os mesmos significados.

Não deixa de ser curioso que esse alinhamento léxico tenha convivido com alguma divisão do trabalho discursivo. Como visto no gráfico 42, é relativamente fácil diferenciar três grupos epistêmicos dentre os defensores das medidas. Assim, militantes do movimento negro enfatizaram relativamente mais o efeito reparador das ações afirmativas; as autoridades públicas quase sempre salientaram o papel dessas políticas na promoção da igualdade (formal

e material); e os economistas ou colunistas dessa matéria deram preferência ao argumento de que essas medidas promovem a diversidade das elites e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

O modo como esses argumentos aparecem associados a determinados perfis sociais tem impactos importantes na estrutura de oportunidades discursivas. De acordo com a concepção liberal de esfera pública, agentes do Estado e militantes do movimento negro estabelecem relações diferenciadas com o valor da imparcialidade. Como salienta Fraser, a noção liberal de esfera pública nutre uma dupla desconfiança dos campos que a rodeiam: a sociedade civil e o Estado. De um lado, a sociedade civil é vista como o reino dos interesses parciais, não necessariamente compatíveis com o bem comum, enquanto o Estado é encarado como um foco de poder que, por sua natureza, tende a querer colonizar a sociedade civil. Diante dessa oposição, a esfera pública deveria intermediar a relação entre os dois polos e, sobretudo, filtrar via deliberação os interesses da sociedade civil que melhor traduzem o bem comum para, então, impô-los ao Estado (Fraser, 1993, p. 134).

A crítica de Fraser à concepção liberal de esfera pública ajuda a entender o lugar de fala que a dramatização coletiva da controvérsia cria para os políticos e militantes do movimento negro. Embora os dois grupos sejam “ouvidos” pelos jornais, a forma como suas vozes são distribuídas mimetiza uma concepção liberal de esfera pública e, por isso, os inclui na polêmica de forma subalterna.

Assim como muitos outros movimentos sociais, o movimento negro é costumeiramente classificado como uma articulação política interessada na promoção de interesses parciais. Essa é a opinião difundida não só no senso comum, mas também entre importantes cientistas sociais que acreditam ser possível reduzir os chamados novos movimentos sociais a “grupos de interesse” (cf. Reis, 1994). Não é o nosso objetivo determinar se tais movimentos propõem uma expansão das fronteiras do espaço e do que se entende por bem comum ou se, ao contrário, apenas travestem interes-

ses parciais como universais. Quero apenas chamar atenção para o fato de que esse lugar de fala na imprensa dos militantes do movimento negro enfraquece suas reivindicações que se baseiam no argumento da reparação, que busca constituir os negros brasileiros como vítimas de um crime comunitário. Em resumo, essa linha argumentativa tem sua força política reduzida quando defendida apenas pelo grupo que se beneficiaria da reparação em questão.

A divisão do trabalho discursivo, especialmente em *O Globo*, reforçou essa ideia de que o argumento da reparação estava restrito à defesa das ações afirmativas raciais sustentadas pelo movimento negro. Ao mesmo tempo, vale notar como a divisão do trabalho discursivo nos dois jornais também enfraqueceu os argumentos mais liberais, portados basicamente pelos representantes estatais (ministros, secretários etc.). Embora tais argumentos se adéquem melhor à gramática discursiva da esfera pública liberal, eles perdem força quando são apresentados por agentes de Estado. O compromisso formal que esses agentes têm com as instituições que representam faz com que seus discursos sejam vistos como reproduções litúrgicas de uma posição governamental, ou seja, meras retóricas vazias.

Assim, pode-se dizer que os agentes de Estado e os militantes do movimento negro ocupam posições opostas, porém equivalentes, dentro dessa gramática da esfera pública liberal produzida pela grande mídia impressa. De um lado, os agentes públicos não pertencem ao grupo beneficiário das ações afirmativas, mas o fato de assumirem um discurso liberal abre margem para que sejam vistos como ventríloquos de uma (suspeita) razão de Estado. Do outro lado, os militantes do movimento negro fazem parte do conjunto de possíveis beneficiários das ações afirmativas raciais e aderem a uma justificação particularista dessas políticas, o que também enfraquece suas reivindicações.

Indo além, a gramática da esfera pública liberal estabelece uma estrutura de oportunidades discursivas diferentes para os especialistas. Os acadêmicos são normalmente encarados como atores que possuem alguma distância crítica em relação à política propriamente

dita e aos interesses parciais da sociedade civil. Logo, o acadêmico que toma parte dos debates públicos basicamente pretende converter sua distância crítica em um recurso político. Ter isso em mente é importante para avaliar as oportunidades discursivas abertas para a defesa das ações afirmativas pelos especialistas.

Como visto no capítulo 5, grande parte dos especialistas que defenderam as ações afirmativas estava ligada diretamente à implantação dessas políticas nas suas respectivas universidades. Logo, a distância crítica que capacitaria os intelectuais a opinar sobre o tema parece não caracterizar os acadêmicos que defendem as cotas. Contudo, esses elementos não são suficientes para determinar se o papel desempenhado pelos especialistas na dramatização pública da controvérsia é mais ou menos confortável do que aquele exercido pelos demais atores. Para tal, é necessário investigar qual o lugar dos especialistas contrários às ações afirmativas raciais na controvérsia. Logo, é preciso explorar como os discursos se distribuem no “outro lado” da arena.

## 7. A CRÍTICA ÀS COTAS

O enquadramento editorial construído pelos jornais teve impactos não só no espaço de cada argumento da cobertura, mas também na própria formatação dos enquadramentos interpretativos. De um lado, o recrutamento de atores diretamente ligados à difusão das ações afirmativas (ministros, reitores, militantes do movimento negro etc.) fez com que os discursos pró-cotas se caracterizassem como uma defesa parcial. Do outro, a divisão do trabalho discursivo reduziu a força desses argumentos. Tudo isso plasmou uma estrutura de oportunidades discursivas para os enquadramentos interpretativos pró-cotas.

A dinâmica dos argumentos contrários, por outro lado, evidencia que a relação entre enquadramentos editoriais e interpretativos é uma via de mão dupla. O enquadramento editorial de cada jornal não apenas estabeleceu uma estrutura de oportunidades discursivas para os opositores das cotas, mas as visões difundidas também tiveram impacto nos critérios de noticiabilidade adotados pelos periódicos. Embora isso não signifique simplesmente que os críticos das cotas tenham pautado o tratamento conferido ao tema, não é exagero afirmar que os discursos críticos às ações afirmativas raciais contribuíram decisivamente para que determinados eventos atraíssem a atenção da imprensa.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características dos enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais. Novamente, objetiva-se demonstrar que a oposição às cotas nos jornais está muito longe de ser monolítica, dada a

diversidade de argumentos existentes. E, ao contrário do que acontece com os argumentos favoráveis, as fronteiras entre os diferentes enquadramentos interpretativos contrários são bem mais nítidas, assim como a divisão do trabalho discursivo entre os opositores das medidas. Por outro lado, em lugar de um paulatino alinhamento léxico entre as distintas opiniões, a dinâmica entre os enquadramentos interpretativos contrários se caracteriza pela gradual predominância de um enquadramento em particular, a saber, aquele que enxerga as ações afirmativas raciais como políticas essencialmente disruptiva e racializantes.

As informações coletadas indicam que a crescente predominância desse enquadramento sobre os demais ocorreu graças à conjunção entre as expectativas sugeridas por ele e os eventos mais polêmicos relacionados à difusão dessas políticas. Como já dito, cada enquadramento interpretativo define um problema, diagnostica suas causas, fomenta julgamentos morais e sugere uma dada solução (Entman, 1993, p. 52). Usando os termos de Reinhart Koselleck (1985, p. 284), pode-se dizer que cada enquadramento contribui para a construção de um dado “espaço de experiências” e, por isso mesmo, sugere um certo “horizonte de expectativas” aos seus receptores. Logo, os enquadramentos interpretativos mais difundidos na imprensa são relevantes também porque direcionam o olhar dos jornalistas e editores para o futuro, o que faz com que eles concentrem mais ou menos atenção em determinados eventos.

A estrutura deste capítulo é análoga à do anterior. Na primeira seção, os principais argumentos contrários às ações afirmativas articulados nos dois jornais são definidos. Novamente, a caracterização interpretou os conteúdos associados a cada um deles à luz de algumas das principais filosofias políticas correntes. A segunda parte discute a trajetória desses enquadramentos nos jornais estudados durante o período pesquisado, levando em conta o espaço ocupado por cada enquadramento em cada fase da controvérsia. A terceira analisa as mutações semânticas que cada linha argumentativa sofreu no decor-

rer do tempo. A quarta seção discute o perfil dos críticos mais ativos; mais uma vez, a ideia de divisão do trabalho discursivo foi útil para estabelecer os efeitos da dramatização pública da controvérsia na potencialização dos argumentos contrários. O último segmento pretende evidenciar como as críticas às cotas interagiram com a agenda da imprensa, produzindo uma espiral de oportunidades discursivas para alguns enquadramentos interpretativos. Assim como no capítulo anterior, parte dos dados quantitativos explorados aqui toma o parágrafo como unidade de análise.

### 7.1. Principais argumentos

Se já existe uma ampla bibliografia dedicada a tipificar as diferentes modalidades de justificação das ações afirmativas ao redor do mundo, o mesmo não pode ser dito sobre as críticas feitas a essas políticas. A despeito do aumento de obras que criticam tais medidas, poucos são os esforços de categorização delas. Talvez essa ausência possa ser explicada pela grande variabilidade existente entre as rejeições mais recorrentes, que costumam estar ligadas aos contextos nacionais em que se estabeleceram.

O já mencionado trabalho de Gamson e Modigliani (1987) defende que os ataques às ações afirmativas raciais nos Estados Unidos as enquadram como medidas que criam privilégios ilegítimos. Esse argumento é dividido pelos autores em três subenquadramentos: *inversão da discriminação* (ao beneficiar um grupo, a ação afirmativa discrimina outro); *vantagem imerecida* (os beneficiários das ações afirmativas receberam recursos pelos quais não lutaram); *mácula negra* (as ações afirmativas estigmatizarão seus beneficiários). Já Robert Entman (2000, p. 107) considera que o enquadramento interpretativo mais importante no modo como a mídia lida com a ação afirmativa racial se baseia na oposição de interesses dos negros *versus* interesses dos brancos (Entman, 2000, p. 107). Segundo o autor, a cobertura midiática quase sempre busca determinar até que

ponto o “interesse dos negros” estaria se sobrepondo ao “interesse dos brancos” quando ações afirmativas raciais são adotadas.

Embora possam ser aplicadas à realidade brasileira, as tipologias propostas por Entman, Gamson e Modigliani parecem deslocadas quando observamos a controvérsia no Brasil. Basicamente porque todos esses argumentos pressupõem que brancos e negros formam dois grupos sociais nitidamente distintos, juízo que pode até se aplicar à lógica identitária estadunidense, mas não traduz facilmente o modo como as relações raciais no Brasil foram historicamente interpretadas.

Essa limitação está presente até em trabalhos mais exaustivos, como o livro *Affirmative action around the world*, do economista Thomas Sowell (2004). Nele, o autor cataloga a maior parte dos 48 argumentos detectados no *corpus* da nossa pesquisa. É sintomático, contudo, que os subenquadramentos ignorados por Sowell sejam justamente aqueles mais mencionados na controvérsia brasileira, como c01 (AAR pode impor uma identidade bicolor), c22 (AAR desrespeita a autoidentificação), c36 (É difícil classificar racialmente as pessoas) e c37 (AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem). Numa das raras passagens em que o autor discute os problemas que a ação afirmativa coloca para os indivíduos que se veem como possuidores de uma ancestralidade híbrida, ele afirma:

Alguns indivíduos de ancestralidade híbrida que eram vistos e se identificavam como membros do grupo *A* podem escolher redefinir a si mesmos como membros do grupo *B*, quando é atribuído ao grupo *B* o direito a um tratamento preferencial em detrimento dos membros do grupo *A*. Nos Estados Unidos, durante a era do Jim Crow, alguns negros de pele clara simplesmente ‘passaram’ como brancos com o objetivo de escapar das desvantagens sociais e legais que surgiam para aquele que era designado como negro. Posteriormente, durante a era da ação afirmativa, brancos redefiniram a si mesmos com o objetivo de se beneficiarem das políticas preferenciais para os grupos desfavorecidos. Isso incluiu indivíduos

loiros de olhos azuis com documentos oficiais mostrando algum ancestral distante de outra raça (Sowell, 2004, p. 8).

Esse trecho não critica a ação afirmativa racial por ela ser uma política que desrespeita a forma como as pessoas se identificam ou que impõe uma identidade bicolor. Ao contrário, Sowell enfatiza que a principal vulnerabilidade da ação afirmativa é ser suscetível à má-fé de indivíduos que pertencem a um grupo, mas que por diversas razões podem “passar” como membros de outro. Em nenhum momento desse trecho – nem do livro como um todo – o economista problematiza a existência mesma dos grupos beneficiados pelas ações afirmativas. Isso mostra como tais críticas são particularmente afetadas pelas idiosincrasias das realidades nacionais nas quais se inserem.

A partir de uma análise do já citado livro *Divisões perigosas* (Fry et al., 2007), João Feres Júnior propõe uma categorização tripartite das críticas feitas às ações afirmativas raciais no Brasil. Após a identificação na obra de cerca de duas dezenas de argumentos contrários, o autor propõe aglutiná-los em três grandes grupos: “raça e identidade nacional”, “cidadania e o Estado” e “procedimentos e resultados” (Feres Júnior, 2008, p. 59). Apesar das divergências nos rótulos, há uma evidente sobreposição entre essas categorias e aquelas formalizadas no capítulo 3. Entretanto, nossas tipologias se distanciam na medida em que Feres Júnior congrega um número muito maior de argumentos no grupo “procedimentos e resultados” do que aqueles incluídos no enquadramento C5 (AAR é solução ineficiente ou paliativa).

Como o próprio autor reconhece, “a maior parte dos argumentos dos Grupos 1 e 2 pode ser interpretada como resultados de políticas públicas” (Feres Júnior, 2008, p. 68) e, por isso, poderiam ser incluídos no grupo “procedimentos e resultados”. Isto é, o conjunto “procedimentos e resultados” engloba uma série de argumentos mais técnicos, genéricos e residuais, exercendo a mesma função

que a linha argumentativa C5 da tipologia proposta aqui. Mas por essa mesma razão, não parece muito produtivo incluir um grande número de argumentos nessas categorias residuais. Por esse motivo, a tipologia formalizada no capítulo 3 conta com dois enquadramentos interpretativos suplementares: C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais) e C4 (AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação).

É evidente que tais enquadramentos – como todos os demais – poderiam ser incluídos no grupo residual “procedimentos e resultados” proposto por Feres Júnior. Entretanto, acredito que, assim como C1 e C3 – os enquadramentos da nossa tipologia análogos ao conjunto proposto pelo autor –, C2 e C4 vão muito além de uma crítica técnica aos procedimentos inadequados ou resultados adversos das ações afirmativas. Mais do que isso, mobilizam uma série de preconceções sobre a realidade nacional e os princípios de justiça social. Logo, seria contraprodutivo tomá-los como argumentos meramente residuais.

Dito isto, passemos à análise pormenorizada dos enquadramentos interpretativos contrários formalizados. Como visto no capítulo 3, a análise de correspondências possibilitou a tipificação de cinco enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais presentes no *corpus* de pesquisa. O quadro 5 apresenta novamente quais são eles, bem como os subenquadramentos abarcados por cada um:

**Quadro 5** – Lista de enquadramentos interpretativos contrários

<b>Enquadramento interpretativo</b>	<b>Subenquadramentos incluídos</b>
<b>C1) AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões</b>	c01; c05; c13; c16; c21; c22; c23; c28; c29; c32; c34; c36; c37; c40; c45; c46; c47
<b>C2) As desigualdades não são raciais, mas sim sociais</b>	c02; c03; c16; c20
<b>C3) AAR fere o Estado de direito e a cidadania</b>	c07; c08; c11; c26; c31; c41
<b>C4) AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação</b>	c24; c26; c27; c33; c42
<b>C5) AAR é solução ineficiente ou paliativa</b>	c04; c06; c09; c10; c12; c14; c15; c17; c18; c19; c25; c30; c31; c35; c38; c39; c41; c42; c43; c44; c47

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Como visto também no capítulo 3, o enquadramento C1 (AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões) destaca o potencial disruptivo das ações afirmativas baseadas na raça, seja porque a ideia de raça é estrangeira à tradição cultural nacional, seja porque ela é em si nociva. Noutros termos, essa linha argumentativa propugna que as ações afirmativas raciais lidam de forma controversa com a concepção de raça, o que pode introduzir no país conflitos e polaridades identitárias nefastas. A entrevista da antropóloga e professora da UFRJ, Yvonne Maggie, concedida à *Folha de S. Paulo* contém o trecho mais representativo dessa linha argumentativa:

Todavez que se fala em raça ou etnia no mundo contemporâneo, o risco de resvalar para o racismo é iminente, não importam as palavras [c32]. O problema é você dividir a humanidade em raças ou grupos étnicos [c01]. Raça é um conceito que foi abolido da ciência há muito tempo. [...] Isso é o começo de um longo caminho para a guerra étnica ou racial [c05]. [...] A maior parte do povo brasileiro não se pensa como negra, mas,

sim, como misturada e não quer ficar presa a uma classificação rígida [c37] (*Folha de S. Paulo*, 2007).

O trecho acima reproduzido é exemplar também porque permite entender algumas ambivalências presentes no modo como essa posição se relaciona com determinados princípios de justiça. Enquanto as primeiras frases do excerto expressam um antirracismo mais universalista, em que qualquer distinção de grupos raciais é em si discriminatória, a última sentença adota uma postura mais comunitarista na medida em que entende que os riscos de racialização e conflito racial são mais prementes num país onde a maior parte da população não “se pensa como negra, mas sim como misturada”.

Além da polissemia geral, é vital notar que esses dois veios discursivos de C1 possuem forças argumentativas diferenciadas. Tomada isoladamente, a última frase do excerto não condena *a priori* as ações afirmativas de cunho racial, apenas destaca que elas são incompatíveis com a singularidade social do Brasil. Por outro lado, quando Maggie diz que falar em raça significa forçosamente assumir “o risco de resvalar para o racismo iminente”, ela está colocando as ações afirmativas raciais no mesmo conjunto das políticas racistas que marcaram a história moderna, como o nazismo, por exemplo. Os perigos potenciais trazidos pelas cotas raciais tornam-se, assim, muito mais dramáticos e atemorizantes. Essas e outras nuances serão tematizadas na terceira seção deste capítulo. Por ora, basta saber que embora certos termos como “raça” e “miscigenação” sejam os mais recorrentes desse enquadramento (gráfico 47), eles nem sempre se articulam.



sem se preocupar com cor [c03]. [...] Se os negros (pretos e pardos) são maioria entre os pobres, eles necessariamente receberam uma educação pior, não porque são negros, mas porque são pobres [c02]. [...] Eu não acredito em políticas racistas para acabar com o racismo. Eu não acredito em políticas que levarão à cisão racial da sociedade brasileira, principalmente entre os pobres [c16].

Há aqui também uma importante polissemia. Os partidários desse enquadramento costumam partir de duas premissas que, apesar de próximas no campo da retórica, são distantes semanticamente. De um lado, autores, como Kamel, colocam em xeque a tese segundo a qual as desigualdades socioeconômicas existentes entre brancos e não brancos podem ser atribuídas ao racismo. Do outro lado, alguns nomes, como o sociólogo Simon Schwartzman, reconhecem o papel da discriminação racial na manutenção de nossas desigualdades, mas acreditam que políticas redistributivas universalistas seriam menos arriscadas para lidar com o problema:

As correlações entre cor, baixa educação e pobreza são claras e indiscutíveis. Os menos educados ganham muito menos, os níveis educacionais da população preta e parda (classificação do IBGE) são muito mais baixos do que o da população branca e, quando a educação é semelhante, a situação dos pretos e pardos é pior. O que é menos claro é como lidar com isso. Em relação à educação, o problema fundamental é fazer com que as escolas sejam capazes de suprir e compensar as deficiências culturais e educacionais que os alunos de baixa renda, brancos ou pretos, carregam [c42]. Em relação à questão racial, há problemas de discriminação que tornam a situação mais difícil, mas não acredito que a condição de desvantagem da população negra e parda se deva exclusiva ou principalmente à discriminação [c02]. É importante desenvolver ações específicas em favor da população mais pobre, seja qual for a cor da pele [c41] (*O Globo*, 2004a).

O trecho redigido por Kamel parece propor que não há uma questão racial no Brasil, mas sim um clássico problema de desigualdade de classes que coincidentemente penaliza os negros. Nesse caso, as ações afirmativas raciais são consideradas políticas completamente alienígenas em relação à nossa realidade social e cultural. Ao contrário de Kamel, porém, Schwartzman reconhece que o racismo é um fator de reprodução das desigualdades brasileiras. No entanto, ele não parece seguro de que esse racismo é um fator central ou exclusivo na reprodução das desigualdades. Por isso, defende que talvez não valha a pena optar por políticas de discriminação positiva se medidas baseadas na classe ainda não foram experimentadas, como a melhoria da educação básica. Nesse caso, não se exclui que a ação afirmativa racial possa ter efeitos benéficos, apenas se argumenta em favor de outras medidas menos polêmicas e potencialmente mais eficazes.

**Gráfico 44** Nuvem de termos mais recorrentes para C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Subjacente a essas duas linhas argumentativas (C1 e C2) está a ideia de que as ações afirmativas rompem com a igualdade de tratamento própria das democracias liberais. Note-se, porém, que esse princípio constitucional pode ser interpretado de inúmeras

maneiras. No caso do enquadramento C1 (AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões), a igualdade de tratamento é violada pela utilização do conceito de raça, visto como essencialmente hierarquizante. Por seu turno, os partidários do enquadramento C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais) entendem que a igualdade de tratamento é violada pelas ações afirmativas raciais porque tais políticas excluem outros grupos discriminados ou que também são vítimas da desigualdade.

Esses entendimentos aparecem condensados no enquadramento C3 (AAR fere o Estado de direito e a cidadania). Os partidários desse diagnóstico acreditam que a imparcialidade jurídica seria violada pelas medidas de discriminação positiva, já que elas criariam privilégios inconstitucionais para seus eventuais beneficiários. Logo, a ação afirmativa racial seria uma forma de discriminação às avessas, desrespeitando o princípio universalista do mérito, como defende de forma exemplar o excerto abaixo extraído de um editorial de *O Globo*:

O debate se trava em torno de dois projetos de lei. Um estabelece cotas raciais na distribuição de vagas no ensino superior, também incluídas no pacote da reforma universitária. O outro, bem mais abrangente, cria o eufemístico Estatuto da Igualdade Racial, base legal para a discriminação pela cor numa série de atividades [c07]. [...] O Estatuto já passou pelo Senado. Na Câmara, espera-se que seja mais debatido, sem tramitar a toque de caixa, como desejam grupos organizados. O centro da polêmica é múltiplo: tem a ver com o princípio do mérito no ensino, abalado pelas cotas [c26]; e com um pilar estratégico em qualquer sociedade aberta, os direitos civis [c31]. [...] Melhor seria apoiar a ascensão social de todo e qualquer pobre. Sem discriminações raciais [c41] (*O Globo*, 2007).

Há aqui uma interpretação formalista que condena toda e qualquer diferenciação legal que não se baseie em critérios imparciais. Novamente, esse enquadramento possui ambivalências. De um lado, se aproxima de um formalismo liberal que condena toda e qualquer diferenciação grupal no âmbito da lei. Dessa perspectiva, a lei deve apenas estabelecer como o Estado vai agir quando qualquer indivíduo se encontrar em uma situação particular, abdicando, portanto, de determinar qual conduta é forçosa para um determinado grupo ou um indivíduo em particular. Desse prisma, não seria função do Estado promover justiça social, estabelecendo princípios redistributivos que beneficiem indivíduos ou grupos específicos, mas somente estabelecer regras formais que sirvam de parâmetro para a ação desses indivíduos. Os termos de Friedrich Hayek (2010 [1944], p. 91) ajudam a entender esse ideal liberal-formalista:

As regras formais indicam antecipadamente quais as linhas de ação que o Estado adotará em certos gêneros de situações, definidos em termos gerais, sem referência ao tempo e ao lugar nem a indivíduos particulares. Essas regras se referem a situações típicas em que qualquer um pode encontrar-se e em que a existência de tais regras será útil para uma grande variedade de objetivos individuais. O conhecimento de que em tais situações o Estado agirá de um modo definido ou esperará que as pessoas procedam de certa maneira é um meio para que cada um trace os seus próprios planos. As regras formais são, pois, simples instrumentos no sentido de que se espera sejam úteis a pessoas ainda desconhecidas, para finalidades que essas pessoas resolvam dar-lhes e em circunstâncias que não podem ser previstas em detalhes. Com efeito, a característica mais importante das regras formais no sentido que aqui lhes damos é não sabermos para que objetivos particulares serão usadas, a quem irão prestar serviço, e também o fato de lhes ser dada a forma mais apropriada, de um modo geral,

a beneficiar todas as pessoas por elas atingidas. Não implicam uma escolha entre objetivos ou pessoas particulares, pois não podemos absolutamente saber de antemão por quem e de que modo serão usadas.

Assim, as ações afirmativas raciais seriam injustas porque violariam o princípio liberal da igualdade de tratamento que, desse prisma, implica que as normatizações legais não devem buscar realizar fins específicos nem restringir seus benefícios a um grupo particular. É preciso dizer, porém, que poucos dentre os discursos coletados esposaram um formalismo jurídico como aquele propugnado por Hayek. De certo modo, a difusão de princípios redistributivistas, próprios do Estado de bem-estar social, fez com que as constituições social-democratas, como a nossa, aderissem a um regime legal menos formalista.

Porém, a relação entre vertentes mais igualitaristas e redistributivistas do liberalismo com a noção de ação afirmativa é mais ambígua.<sup>1</sup> Ainda que os liberais-igualitários costumem defender ações afirmativas socioeconômicas, nem todos advogam em favor de ações afirmativas baseadas em critérios secundários como raça ou gênero. A teoria do filósofo político Brian Barry sobre os direitos de grupos ajuda a entender como é possível criticar as ações afirmativas raciais como medidas injustas de acordo com um igualitarismo liberal sem, no entanto, adotar uma postura formalista.

Para Barry, seria perfeitamente justo conceder direitos específicos a grupos com necessidades singulares, mas somente se todos aqueles com as mesmas necessidades forem contemplados com tal tratamento preferencial. Esse princípio autorizaria, por exemplo, a criação de direitos especiais para idosos ou crian-

---

<sup>1</sup> Em parceria com João Feres Jr., discuti a relação ambígua entre o liberalismo igualitário e as ações afirmativas raciais (Feres Júnior e Campos, 2013).

ças, pois em ambos os casos reconhece-se que o fator idade gera necessidades particulares. Por outro lado, direitos grupais não seriam justos nos casos em que os critérios de corte não se baseiam no fator que gera injustiça. Esse seria o quadro das cotas raciais, as quais pretendem remediar uma desigualdade de oportunidades sem, no entanto, distribuir as oportunidades de acordo com as necessidades específicas dos cidadãos (Barry, 2001, p. 116). Dessa forma, tais medidas tornar-se-iam injustas ao beneficiarem grupos que não precisariam de um tratamento preferencial (como negros ricos e bem educados), ou porque podem excluir aqueles que necessitam de um tratamento específico tanto quanto a maioria dos negros (brancos pobres, por exemplo) (Barry, 2001, pp. 114-7).

Em resumo, embora as ações afirmativas raciais possam ser criticadas como violadoras do princípio legal da igualdade de tratamento numa interpretação liberal-formalista, a maior parte dos partidários de C3 adota um ponto de vista crítico mais próximo do liberalismo-igualitário propugnado por Barry. Pode-se dizer que essa tendência reflete as características próprias da Constituição de 1988, que entende o Estado como um agente promotor de justiça social autorizado a intervir na sociedade de maneira focal. É preciso levar isso em conta para entender por que a maior parte dos partidários de C3 menciona a Constituição nacional em suas críticas, como indica o gráfico 45.



Contudo, esse argumento que apela à meritocracia também participa do enquadramento C3, posto que ele ocasionalmente adquire cores legalistas a depender da abordagem do autor. Em alguma medida, a ideia de igualdade de tratamento se justifica como um mecanismo jurídico que garante a igualdade de oportunidades e, assim, premia aqueles que se esforçam mais para alcançar um dado recurso socialmente valorizado. No entanto, quando mencionada no bojo do enquadramento C4, a ideia de mérito costuma se referir menos a um merecimento jurídico e mais à capacidade e à qualificação intrínsecas dos candidatos que ocuparão vagas nas universidades. Daí a centralidade de termos como “qualificação”, “formação” e “capacidade” nos textos dos partidários desse enquadramento interpretativo:

**Gráfico 46** – Nuvem de termos mais recorrentes para C4 (AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação)



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

O argumento meritocrático, portanto, expressa duas concepções distintas de meritocracia, a depender do enquadramento interpretativo em que se insere. Quando atrelado a C3, esse argumento condena as ações afirmativas raciais porque elas introduziriam um critério juridicamente alienígena para a distribuição

de vagas na universidade. Logo, “possuir mérito” significa aqui simplesmente obter uma nota mais alta num teste padronizado. Quando conectado a C4, porém, o argumento da meritocracia se baseia numa ideia de mérito mais substantiva. Aqui, alguém demonstra ter mais mérito que o outro quando possui efetivamente mais capacidades, talento, conhecimento etc. É justamente por isso que C4 costuma se basear numa determinada concepção da universidade e do ensino superior como espaços “que zelam pelo ensino e pela pesquisa de ponta” e onde “o princípio do mérito [...] deveria ser soberano” (*Folha de S. Paulo*, 2006b).

Por fim, há um conjunto mais difuso de argumentos, agrupados na categoria C5 (AAR é solução ineficiente ou paliativa), que propala a ineficiência e os efeitos adversos que podem ser gerados pelas ações afirmativas raciais. Assim como o enquadramento interpretativo favorável F5, C5 não conforma uma visão estruturada das ações afirmativas, mas uma aposta de que elas necessariamente vão fracassar nos seus objetivos. Apesar de todos os enquadramentos supracitados argumentarem que tais medidas são fúteis, ameaçadoras ou mesmo perversas, C5 congrega apenas os subenquadramentos que criticam os aspectos procedimentais das ações afirmativas. O trecho a seguir, pinçado de um editorial publicado pela *Folha de S. Paulo*, sintetiza essa linha de raciocínio:

Além disso, esse sistema reintroduz um fator discriminatório na carreira de profissionais por elas [as cotas] beneficiados, estigmatizando-os com a suspeita de favorecimento [c18]. O acesso de negros ou de populações carentes à educação é um problema a ser enfrentado pelo país e deveria originar reivindicações e pressões para que o investimento no ensino público fosse multiplicado para gerar qualidade e quantidade [c42]. O governo deveria, além disso, assegurar cursos pré-vestibulares gratuitos e bolsas para os mais carentes. O pensamento supostamente ‘progressista’, no entanto, prefere apaziguar sua consciência defendendo um sistema que,

além de desrespeitar o princípio da igualdade formal entre cidadãos [c31], é ineficiente para combater o que pretende [c10] (*Folha de S. Paulo*, 2003a).

A comparação entre os enquadramentos interpretativos tipificados e a filosofia moral ajuda não somente a compreender os nuances entre os discursos compilados, mas também a divisar a complementaridade entre a maior parte dos argumentos colocados no debate. É perfeitamente coerente mobilizar todos os enquadramentos discutidos até aqui para criticar as ações afirmativas. Por outro lado, isso não quer dizer que, no período analisado, tenha sido corrente empilhar todos esses pontos para atacar as ações afirmativas raciais. Ao contrário, as informações coletadas mostram a existência de certa divisão do trabalho argumentativo. Por vezes, os críticos das ações afirmativas raciais se esforçam para diferenciar as suas opiniões de outras igualmente críticas, porém lastreadas em bases morais diversas. O excerto de uma entrevista do antropólogo Peter Fry ilustra bem esse esforço por distinção argumentativa:

FOLHA – Uma das críticas que se faz à adoção é de que isso significaria importar modelos de outros países com experiências diversas.

FRY – Nunca achei isso muito importante. É um falso argumento. Tudo no mundo se distribui, acho que é um argumento pseudonacionalista, não é importante. Também não acho importante o argumento da qualidade de ensino.

FOLHA – Em que sentido?

FRY – O vestibular já exclui muita gente. Colocar mais algumas pessoas não fará diferença. É uma falsa questão. Seria perfeitamente possível que nós, professores das universidades brasileiras, tivéssemos 20% a mais de alunos. Não afetaria a qualidade de ensino, pois damos aulas a pouca gente na graduação. Não é essa a grande questão em relação às cotas.

FOLHA – Qual é a grande questão?

FRY – É o que isso significa para a visão que você tem de nacionalidade, só isso. Não acho ruim o Brasil nunca ter mencionado raça em suas constituições. Todo mundo diz que depois da escravidão não se falou de negros... E, onde se falou e se discriminou, isso foi bom? Chegam quase a dizer que na África do Sul foi melhor. Isso é uma visão muito curta (*Folha de S. Paulo*, 2006g, grifos no original).

Nesse trecho, o antropólogo estabelece uma clara distinção entre sua posição, mas próxima de C1, e outro enquadramento crítico às ações afirmativas do qual ele discorda (no caso, C4). Essa diferenciação, aliás, já se faz evidente na análise de correspondências que serviu de base para a formalização dos enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais (capítulo 5), posto que C1 aparece numa posição diametralmente oposta a C4.

Em resumo, a aparente contiguidade semântica dos enquadramentos tipificados não implica que a crítica às cotas se caracterize por uma homogeneidade argumentativa. Ademais, ao contrário do que ocorre com os enquadramentos favoráveis, não há um alinhamento léxico quando observamos as posturas contrárias, como as nuvens de termos, permitem perceber. Se os discursos favoráveis se valem da polissemia e maleabilidade retórica de termos como diversidade, igualdade e reparação, as linhas argumentativas contrárias possuem terminologias próprias. É importante destacar esse fato para recusar de antemão as análises da controvérsia que acreditam ser possível reduzir o dissenso a uma oposição opinativa binária.

## 7.2. Difusão e trajetória dos argumentos

De todos os enquadramentos interpretativos contrários, C5 (AAR é solução ineficiente ou paliativa) foi o mais mencionado. Mas como já dito, esse discurso é mais um apoio argumentativo do que um enquadramento estruturado e autossuficiente. Logo, executando-se o enquadramento C5, a linha argumentativa mais mencionada no *corpus* foi C1 (AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões), seguida de C3 (AAR fere o Estado de direito e a cidadania) e C4 (AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação), respectivamente. Mais uma vez, as distinções entre os dois jornais são leves. À exceção de C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais), que é citado quase o dobro de vezes em *O Globo* do que na *Folha*, todos os enquadramentos tipificados ocupam espaços equivalentes nos dois periódicos.

**Tabela 3** – Percentuais de trechos com cada enquadramento interpretativo contrário de acordo com o jornal

	Folha	Globo	Total
C1) AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões	31,7%	36%	34,5%
C2) As desigualdades não são raciais, mas sim sociais	8,9%	14,9%	12,9%
C3) AAR fere o Estado de direito e a cidadania	35%	32,6%	33,4%
C4) AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação	25,6%	30,3%	28,7%
C5) AAR é solução ineficiente ou paliativa	45,6%	44,1%	44,6%
C6) outro	3,5%	6,6%	5,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(605)</b>	<b>100%</b> <b>(1.138)</b>	<b>100%</b> <b>(1.743)</b>

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

As distinções entre o espaço cedido pelos jornais a cada uma das argumentações começam a ficar mais claras apenas quando se contabiliza a presença relativa de cada um dos enquadramentos interpretativos contrários nos textos opinativos e nas reportagens. Como demonstra a tabela 4, o enquadramento da racialização (C1) é muito mais recorrente nos textos opinativos do que nas reportagens da *Folha*. O mesmo acontece com C2 e C4 em *O Globo*. Ademais, C3 e C4 ocupam volumes semelhantes de texto nas reportagens e nos textos opinativos. Finalmente, *O Globo* concede substantivamente mais espaço para o argumento C1 nas suas reportagens e mais espaço para C2 nas seções opinativas do que a *Folha*.

**Tabela 4** – Percentuais de trechos com cada enquadramento interpretativo contrário de acordo com jornal e tipo de texto

	Folha		Globo	
	reportagens	opinativos	reportagens	opinativos
<b>C1) AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões</b>	19%	39%	30%	39%
<b>C2) As desigualdades não são raciais, mas sim sociais</b>	7%	10%	9%	17%
<b>C3) AAR fere o Estado de direito e a cidadania</b>	39%	32%	29%	34%
<b>C4) AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação</b>	22%	28%	19%	35%
<b>C5) AAR é solução ineficiente ou paliativa</b>	45%	46%	41%	45%
<b>C6) outro</b>	3%	3%	8%	6%
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(229)</b>	<b>100%</b> <b>(376)</b>	<b>100%</b> <b>(335)</b>	<b>100%</b> <b>(803)</b>

Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Assim como na discussão dos enquadramentos favoráveis, pode-se dizer que as reportagens buscaram representar as clivagens opinativas da controvérsia de modo muito semelhante às clivagens presentes nas seções opinativas. Todavia, o espaço dedicado a C1 na *Folha* contradiz essa tendência, posto que esse argumento se faz muito mais presente nos textos opinativos do que nas reportagens. Ao mesmo tempo, C2 surge com maior frequência nos textos opinativos de *O Globo* do que nas reportagens. Essa lógica da compensação se explica graças ao espaço ocupado por dois colunistas da *Folha* e de *O Globo*: Demétrio Magnoli e Ali Kamel, respectivamente. Ambos foram os autores que mais escreveram sobre o tema nos seus respectivos periódicos<sup>2</sup> e, como veremos, enquanto Magnoli se tornou um difusor do enquadramento C1, Kamel concentrou a maior parte de suas comunicações na defesa de C2.

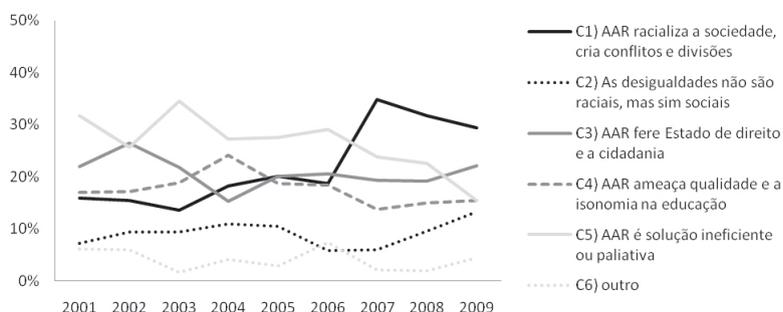
À exceção de Kamel e Magnoli, é possível dizer que a forma que os editores dramatizaram a controvérsia nas seções opinativas dos jornais é análoga ao modo como os jornalistas procederam nas reportagens. Novamente, os critérios de produção da notícia parecem espelhar os parâmetros de administração do espaço de debate. Isso confirma que a dramatização pública da controvérsia se baseou em critérios de noticiabilidade variáveis, mas que foram impostos de forma mais ou menos regular em todo o jornal.

Como vimos na tabela 4, há um relativo equilíbrio no espaço ocupado por cada um dos enquadramentos interpretativos contrários. A exceção de C2, todos os demais se fazem presentes em cerca de um terço dos trechos que falam do tema. Porém, ao contrário do que ocorre com os argumentos favoráveis, é grande a oscilação do espaço concedido a cada um dos pontos contrários em ambos os veículos. Como mostra o gráfico 47, os argumentos mais citados em *O Globo* durante todo o ano de 2001 foram C5 (AAR é solução ineficiente ou paliativa), C3 (AAR fere o Estado de direito e a cida-

<sup>2</sup> Os colunistas Élio Gaspari e Míriam Leitão, da *Folha* e d'*O Globo*, respectivamente, foram os que mais textos publicaram sobre o tema. Entretanto, Demétrio Magnoli e Ali Kamel dedicaram maiores volumes de texto ao tema que seus pares.

dania) e C4 (AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação), respectivamente. Apesar das oscilações, esse *ranking* permanece muito semelhante até 2003. Note-se que, nesse intervalo, o enquadramento C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais) é um dos menos mencionados, apresentando uma trajetória levemente descendente entre 2001 e 2003.

**Gráfico 47** – Quantidade relativa de trechos d’*O Globo* de cada enquadramento interpretativo contrário de acordo com o ano

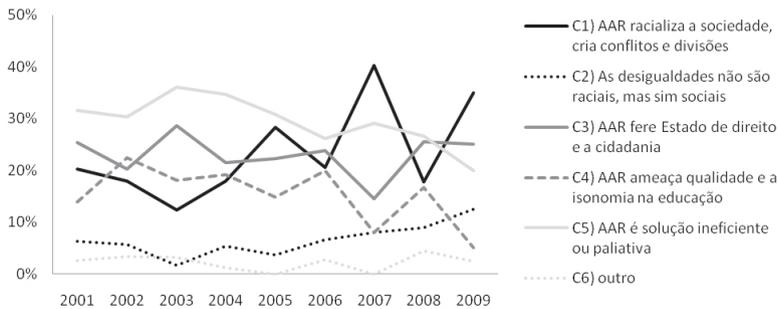


Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 1.138 trechos.

A partir de 2004, contudo, a disposição dos enquadramentos em *O Globo* começa a mudar. De quarto argumento mais mencionado, C1 passa para o posto de terceiro mais citado em 2004, de segundo em 2005 e de primeiro mais mencionado de 2007 em diante. Em paralelo, C5 e C4 têm uma trajetória descendente, enquanto C3 e C2 ganham mais espaço na cobertura. Não deixa de ser curioso que tendências muito semelhantes estejam presentes na *Folha*, como atesta o gráfico 48. Se C2 ocupava a quarta posição no *ranking* entre 2002 e 2004, sua trajetória tem uma franca ascensão a partir disso, muito embora haja mais oscilações na *Folha* do que n’*O Globo*. Ao mesmo tempo, C4 e C5, os dois enquadramentos mais mencionados em 2002, possuem um caminho bastante des-

cedente. A única divergência visível entre o espaço relativo de cada enquadramento nos dois jornais talvez seja somente C3, que possui uma trajetória mais irregular na *Folha*. Ainda assim, ele é o segundo enquadramento mais mencionado em 2009 nos dois jornais.

**Gráfico 48** – Quantidade relativa de trechos da *Folha* de cada enquadramento interpretativo contrário de acordo com o ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 605 trechos.

Os enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais possuem uma dinâmica temporal muito próxima nos dois diários. Mais surpreendente ainda é o fato do paulatino sucesso do argumento da racialização (C1) nos dois jornais dar-se em paralelo à relativa decadência da ideia de que as ações afirmativas são medidas ineficazes (C5) ou que ameaçariam a qualidade da nossa educação superior (C4). O que fez com que alguns enquadramentos fossem mais bem-sucedidos do que outros com o passar dos anos em ambos os jornais?

Para responder a essa questão, é preciso entender como os critérios de noticiabilidade da imprensa são influenciados pelos enquadramentos interpretativos difundidos num dado momento e vice-versa. Como exposto no primeiro capítulo, a ideia de que a imprensa é um canal imparcial de divulgação e discussão dos pro-

blemas públicos escamoteia o fato de quem nem tudo pode ser tratado como notícia pelos jornalistas e editores. A imprensa costuma possuir critérios de noticiabilidade que determinam o que pode ou deve ser publicado e divulgado pelos jornais. Por esse motivo, enquadramentos interpretativos previamente formados ajudam a determinar quais eventos ou temas podem ter decorrências públicas, que os tornem objetos de atenção.

Isso ocorre porque os enquadramentos interpretativos não só definem uma realidade ou um certo problema, mas sugerem determinadas expectativas em relação às possíveis consequências futuras desses problemas. Isso se torna mais evidente no caso dos enquadramentos contrários. Na medida em que eles enfatizam as possíveis consequências perversas das ações afirmativas raciais, eles apresentam uma orientação para o futuro mais forte do que os enquadramentos favoráveis. O argumento C1, por exemplo, não só defende que as ações afirmativas se baseiam na perniciosa ideia de raça e que isso vai de encontro à tradição de miscigenação racial brasileira, mas sobretudo projeta consequências nefastas caso tais políticas se difundam. Dessa ótica, as medidas em questão não apenas serão ineficazes porque é difícil determinar quem é negro no Brasil, mas sobretudo fomentarão a instituição de práticas classificatórias prónazistas, gerando divisões e conflitos raciais num futuro próximo. Logo, enquadramentos como esse não só ajudam a definir o presente, separando o que “de fato importa na nossa realidade”, mas também a projetar consequências futuras.

Ao sugerir consequências prováveis, um dado enquadramento interpretativo ajuda a controlar as contingências próprias da prática jornalística. Como afirma Gaye Tuchman (1973, pp. 110-1), poucos profissionais estão mais suscetíveis ao imprevisto quanto os operadores da imprensa:

Proponentes da abordagem estrutural e tecnológica enfatizam que organizações rotinizam tarefas sempre que possível, pois a rotini-

zação facilita o controle do trabalho [...]. Isso implica que alguns trabalhadores, como médicos, advogados e bombeiros, podem proveitosamente ser vistos como especialistas em lidar com tipos específicos de emergências. [Porém] Sociólogos prestaram pouca atenção a trabalhadores que rotineiramente lidam com emergências não especializadas, envolvendo de incêndios e polêmicas legais a problemas médicos. No entanto, alguns trabalhadores exercem precisamente essa atividade. Os homens de imprensa [*newsmen*] (e eles ainda são majoritariamente homens) destacam-se como trabalhadores chamados a prestar contas de uma ampla variedade de desastres – eventos inesperados – de forma rotinizada.

Empregando os termos de Koselleck (1985, p. 284), pode-se dizer que os eventos noticiados pela imprensa ganham sentido na interação entre um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas” plasmados por enquadramentos interpretativos. Vejamos um exemplo.

É somente entre 2004 e 2005 que o enquadramento da racialização (C1) começa a ganhar mais espaço nas páginas dos jornais. Como visto no capítulo 3, em 2004 a UnB adotou um sistema de cotas raciais cujo traço peculiar foi instituir uma comissão para a verificação racial dos candidatos às vagas reservadas por meio de fotos e entrevistas. O caso da UnB foi exaustivamente explorado pelos dois jornais. Note-se, contudo, que não há nada que torne esse sistema de verificação racial um caso intrinsecamente noticiável. Ainda que tal sistema seja indubitavelmente polêmico, ele já havia sido adotado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) um ano antes. Logo, não era uma proposição totalmente extraordinária. Ao mesmo tempo, esse modelo não representava uma tendência. Até 2004, apenas a UnB e a UEMS haviam optado por comissões de verificação racial num universo de quinze universidades federais e estaduais que já haviam adotado ações afirmativas (Daflon et al., 2013).

Diante disso, pode-se dizer que o espaço que o caso UnB ganhou na imprensa foi, de certo modo, uma expressão do horizonte de expectativas construído anos antes pelos partidários do enquadramento da racialização. Ainda em 2001, o antropólogo e professor da UFRJ, Gilberto Velho, teceu o seguinte comentário numa matéria d’*O Globo* sobre o recém-adotado sistema de cotas da UERJ: “Iniciativas como essas só deturpam o sentido de democratização. Além disso, podem gerar outro tipo de conflito e discriminação. Como vão definir quem é e quem não é negro no Brasil? Vão fazer exame genético?” (Alecrim, 2001). Dois anos depois, o também antropólogo e professor da UFRJ, Peter Fry, afirmou num artigo veiculado no mesmo jornal:

Para poder participar do vestibular da UERJ, os candidatos tiveram que assinar um termo de compromisso aceitando as novas regras do concurso. Podemos apenas imaginar o dilema de Ricardo [um candidato ao vestibular], contrário à reserva de vagas para negros e pardos, ao deparar-se com a pergunta nº 24, do questionário: ‘De acordo com o decreto nº 30.766, de 04/03/2002, declaro, sob penas da lei, identificar-me como negro ou pardo: ( )S-Sim/ ( ) N-Não.’ [...] O extraordinário caso de Ricardo Menezes da Silva, cuja eventualidade os legisladores sequer imaginaram (afinal, lembremos, não houve nenhum debate), aponta para as *consequências lógicas da implementação de cotas*. Em primeiro lugar, as cotas representam um golpe fatal na ideologia do mérito individual como guia para a admissão à universidade pública. Em segundo lugar, a sua implementação levou à criação de um sistema de classificação racial que divide os candidatos em duas categorias estanques, os que têm e os que não têm direito à reserva de vagas, ou seja, no fundo, brancos e não brancos (a lei das cotas declara que não há distinção entre negros e pardos). A ameaça na frase ‘sob as penas da lei’ até *incentivou o surgimento de patrulhas classificadoras*

*que acreditam saber objetivamente quem é negro ou pardo e quem não o é!* (Fry, 2003, grifo nosso).

Esses dois excertos exemplificam um argumento bem comum antes de 2004, o qual defende que uma das “consequências lógicas da implementação de cotas” é justamente o “surgimento de patrulhas classificadoras”, ou a difusão da falsa crença de que é possível “saber objetivamente quem é negro ou pardo”. Esse argumento parece ter direcionado a atenção dos operadores da imprensa e preparado o terreno para que o caso da UnB pudesse ser tratado como expressão de uma tendência “inscrita na lógica racilista das cotas”. Assim, um enquadramento interpretativo fez com que um evento fosse visto como mais digno de notícia do que outros e, ao mesmo tempo, multiplicou o espaço daqueles que defendiam que as ações afirmativas oficializariam a perniciosa ideia de raça. De todos os trechos que criticaram a UnB, cerca de metade o fez a partir de algum dos argumentos agrupados no enquadramento C1.

Uma vez instaladas no horizonte de expectativas dos operadores da imprensa, as projeções do argumento da racialização ainda foram importantes para que outro evento envolvendo a UnB atraísse a atenção dos jornais: o caso dos gêmeos. Novamente, pode-se colocar que o tratamento diferenciado dispensado pela comissão de verificação a dois irmãos monozigóticos seria em si um fenômeno noticiável. Por outro lado, o caso dos gêmeos só ganha um caráter fortemente polêmico quando é interpretado como sintomático e exemplar da lógica das cotas. Novamente, esse evento apenas foi classificado como exemplar porque já havia sido aventado enquanto potencialidade pelas críticas à comissão da UnB. Ou seja, tal acontecimento já fazia parte do horizonte de expectativas dos operadores da imprensa. A própria relatora da comissão que implantou as cotas raciais na UnB, a professora de Comunicação Dione Moura, afirmou em 2003 à *Folha*: “Sabemos que haverá casos de irmãos em que um terá a inscrição homologada e outro não.

A avaliação será feita pelo fenótipo, cor da pele e características gerais da raça. Porque esses são os fatores que levam ao preconceito” (Constantino, 2004).

Logo, o fato de um jornal privilegiar um dado enquadramento não só o expõe por mais tempo a uma audiência, mas também influencia a maneira como os próprios operadores da imprensa procedem. A partir do momento em que o argumento racialista ganha espaço nos jornais, esses operadores passam a incluir no rol do que é noticiável os eventos que tal enquadramento prediz. Por esse motivo, se o enquadramento da racialização era o terceiro mais frequente nos dois jornais em 2003, o cenário muda radicalmente com o caso da UnB. O sistema da universidade não só atraiu a atenção da imprensa pelo seu caráter controverso, mas também serviu como uma confirmação das predições de alguns de seus informantes. Por conseguinte, os defensores desse enquadramento ganharam ainda mais espaço nos jornais e, por isso, não é gratuito que o caso dos gêmeos da UnB tenha sido considerado previsível. Foi o enquadramento da racialização (C1) que permitiu que esse acontecimento em particular fosse tratado não como uma exceção à regra, mas como uma consequência lógica do sistema de cotas raciais.

Em suma, a trajetória do enquadramento temático racialista parece ter se beneficiado daquilo que Miller e Richiert (2001) chamaram de uma “espiral ascendente de oportunidades discursivas”, um movimento que surge quando um espaço cedido a um discurso cresce exponencialmente graças à sua capacidade de sugerir pautas quentes aos operadores da imprensa. O maior espaço conferido a um enquadramento leva à noticição de determinados eventos que são colocados no horizonte de expectativas. Esses eventos, por sua vez, abrem ainda mais oportunidades para que os defensores desses argumentos pautem a imprensa. Como resultado, o espaço ocupado pelo enquadramento aumenta exponencialmente, numa espiral ascendente.

Não foi por acaso, também, que a crescente ressonância do C1 na imprensa tenha se dado em detrimento do C5. Primeiro colocado

entre 2001 e 2004, o argumento da ineficiência das ações afirmativas raciais cai para terceiro lugar em 2009 nos dois jornais. De certo modo, essa posição coloca no horizonte de expectativas a probabilidade de que as ações afirmativas raciais apresentem resultados contraditórios já no curto prazo. Ao mesmo tempo, há a expectativa de que a medida não se expanda pela sua própria ineficiência. Contudo, não foi isso que ocorreu na realidade. A maioria das avaliações produzidas, sobretudo a partir de 2003, já apontava para o fato de que poucas foram as dificuldades procedimentais enfrentadas pelas instituições com ações afirmativas (Brandão e Teixeira, 2003).

Ademais, a rápida expansão desse tipo de política para outras universidades não parece ter confirmado a profecia. Contra as expectativas indicadas pelo enquadramento C5, o número de universidades que implantam as ações afirmativas só cresceu dentro da década estudada. Em suma, a grande ressonância de C5 na imprensa fomentou, de certo modo, a produção e a publicação de avaliações das ações afirmativas que não confirmaram suas predições. Assim, sua trajetória foi decadente, fruto de uma espiral descendente de oportunidades discursivas.

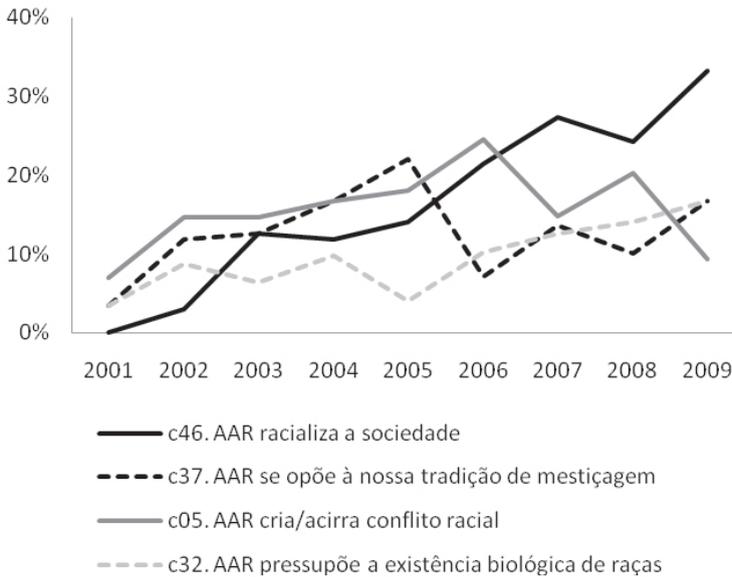
Tudo o que foi dito sobre C5 vale também para C4. Os inúmeros estudos que avaliaram o desempenho dos cotistas em algumas universidades não confirmaram a expectativa de que as ações afirmativas diminuiriam a qualidade do ensino superior ou incluiriam estudantes incapazes de acompanhar os cursos. Essas pesquisas quase sempre atestaram que o desempenho dos cotistas costuma ser semelhante ou até mesmo superior àquele dos não cotistas (Gois e Gomide, 2006), que as diferenças entre a nota de corte no vestibular nem sempre são substantivas (Santos, 2007) e que a taxa de evasão dos cotistas é inferior a dos não cotistas (G1, 2007). Vale notar que alguns desses estudos foram encomendados pelos próprios jornais do *corpus*, o que confirma um dos principais efeitos de um determinado enquadramento: orientar a produção de evidências por parte da própria imprensa.

### 7.3. Metamorfoses semânticas dos enquadramentos

Contudo, o maior ou menor sucesso de um dado enquadramento não pode ser reduzido apenas às espirais de oportunidades discursivas. A própria dinâmica da controvérsia incita os atores envolvidos a adaptarem suas tomadas de posição a retóricas mais ou menos adequadas à gramática da esfera pública liberal propugnada pelos jornais. Por isso, além de analisar a trajetória dos enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas, é preciso considerar as transformações semânticas que cada um deles sofreu. Como já mencionado no capítulo anterior, isso é possível a partir de uma observação dos subenquadramentos mais característicos de cada enquadramento no decorrer dos anos.

O gráfico 49 apresenta a dinâmica de quatro dos mais importantes elementos de assinatura que compõem o enquadramento da racialização (C1). Entre eles, o subenquadramento mais mencionado, em 2001, foi c05 (AAR cria/acirra conflito racial), seguido por c37 (AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem) e c32 (AAR pressupõe a existência biológica de raças). Em 2001, não há nenhuma ocorrência do argumento que afirma que a AAR introduzirá a categoria raça nas relações sociais, “racializando” a sociedade (c46). Já em 2005, o elemento de assinatura mais mencionado passa a ser c37, seguido de c05 e c46. Contudo, entre 2006 e 2009 essas tendências se invertem. As ideias de que as ações afirmativas racializarão o país (c46) ou de que tais medidas pressupõem a existência biológica de raças (c32) tornam-se dominantes, empurrando para segundo plano os argumentos de que essas políticas são injustas por se oporem à nossa tradição de mestiçagem (c37) ou porque gerariam conflitos raciais (c05). Em resumo, a maior frequência do subenquadramento c46 se deu em paralelo à relativa decadência do subenquadramento c37.

**Gráfico 49** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento C1 por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Para entender esse processo de ressemantização de C1, é preciso notar que, enquanto c37 é um argumento mais particularista – pois a miscigenação é sempre apresentada como uma singularidade brasileira –, c46 é mais generalista, porque a racialização é um mal que ameaça variados contextos sociais. Ademais, o argumento c46 é muito mais genérico, visto que o risco da racialização, de certo modo, é um amálgama de todos os subenquadramentos incluídos em C1. Portanto, pode-se dizer que os críticos às cotas que aderiram a C1 adotaram, com o passar do tempo, uma retórica menos comunitarista e mais universalista, uma linguagem menos específica e mais genérica.

Essa distinção entre uma retórica mais singularista e outra com pretensões universais fica evidente na leitura dos dois trechos

a seguir. Ambos são críticos às cotas raciais e também se assemelham na medida em que comparam a realidade nacional com contextos estrangeiros:

Será um erro deixar infiltrar-se nas universidades brasileiras, por exemplo, uma tensão racial que nada tem a ver com um país miscigenado, sem um passado sequer próximo do verdadeiro *apartheid* praticado em algumas regiões americanas antes da conquista de direitos civis (O Globo, 2004c).

[O filme] *Hotel Ruanda*<sup>3</sup> é uma reflexão de valor universal sobre a produção oficial de identidades ‘raciais’ ou ‘étnicas’. Sugiro que os distribuidores do filme emitam convites especiais para o presidente Lula, a ministra das cotas raciais, Matilde Ribeiro, a comissão do vestibular da Universidade de Brasília, que fotografa candidatos para comprovar sua negritude, e os responsáveis pelo censo escolar racial de 2005 (Magnoli, 2005).

A despeito das semelhanças, o primeiro trecho, pinçado de um editorial de *O Globo* publicado em 2004, mobiliza a história de outro país para enfatizar os perigos peculiares das ações afirmativas no que diz respeito à realidade brasileira. Já o segundo, retirado de um artigo publicado em 2005 na *Folha*, por Demétrio Magnoli, fala da necessidade de “uma reflexão universal sobre a produção oficial de identidades ‘raciais’ e ‘étnicas’”, ou seja, trata os casos estrangeiros como equivalentes à realidade nacional. No primeiro texto, o “*apartheid* praticado em algumas regiões americanas antes da conquista de direitos civis” serve como um contraponto ao que caracteriza o Brasil enquanto nação miscigenada, denunciando o suposto perigo de importar para o país divisões raciais. No segundo caso, porém, a realidade retratada em *Hotel Ruanda* não é colocada como completamente estranha ao contexto nacional, pois o

---

<sup>3</sup> O filme *Hotel Ruanda* narra a história real de Paul Rusesabagina, uma gerente de hotel que abrigou mais de mil refugiados durante a guerra civil entre as etnias tutsi e hutus em Ruanda.

risco de conflito racial é inerente a qualquer sociedade, miscigenada ou não, que adote as ditas “políticas racialistas”.

Isso quer dizer que a linha argumentativa da racialização (C1) universaliza sua retórica e terminologia à medida que os anos passam. Ou seja, aqueles que a evocam pouco a pouco abdicam de uma retórica comunitarista, que enfatiza a particularidade da realidade nacional, em prol de um léxico mais generalizante. Mais uma vez, as categorias de Koselleck são úteis para entender essa distinção. Como fica claro nos trechos supramencionados, o argumento baseado na miscigenação apela para a tradição contra uma proposta de mudança. Logo, sugere temores que, a rigor, são incertos, pois não se sabe como um contexto dotado de uma particularidade (miscigenação) reagirá a uma política alienígena. Já o subenquadramento da racialização possibilita que casos muito diversos como a Alemanha nazista ou a guerra civil em Ruanda, possam ser apresentados como horizontes prováveis se as ações afirmativas raciais forem difundidas. Assim, no segundo exemplo, o horizonte de expectativas se torna palpável, posto que os exemplos estrangeiros deixam de ser um mero contraponto para se tornarem imagens de um futuro possível. Constitui-se um horizonte de expectativas mais robusto e, por isso, mais dramático.

O processo de ressemantização de C1 esteve ligado não só a um reenquadramento do argumento por parte de seus defensores, mas também à alternância entre os principais propagadores dessa visão. Se num primeiro momento os ideólogos de C1 foram basicamente os antropólogos já citados Peter Fry e Yvonne Maggie, a posterior defesa dessa posição fica a cargo basicamente do geógrafo e colunista Demétrio Magnoli, um dos principais responsáveis pela “universalização” de C1.<sup>4</sup> Além de reenquadrar o argumento,

<sup>4</sup> A *opus magnum* de Magnoli, o livro *Uma gota de sangue* (2009), é uma excelente expressão dessa estratégia retórica. Embora tenha sido publicado num dos momentos mais críticos da controvérsia, é curioso notar que ele só trata do tema das ações afirmativas raciais em seus capítulos finais. O texto fala de forma tão

Magnoli foi quem demarcou um espaço maior para C1 n' *O Globo*, já que foi contratado como colunista fixo do jornal em 2005.

Os subenquadramentos c03 (Classe importa mais que raça) e c20 (AAR pode excluir os brancos pobres) somados aparecem cerca de 70% das vezes em que é mencionado o enquadramento C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais). Se a quantidade de referências a c03 e c20 é semelhante em 2005, a partir de 2006 o primeiro se torna dominante. Embora seja possível pensar em várias hipóteses explicativas dessa metamorfose semântica, pode-se dizer que a difusão de ações afirmativas para oriundos de escolas públicas e estudantes carentes condenou c20 à marginalidade. Conforme discutido anteriormente, as ações afirmativas adotadas na década passada beneficiavam mais oriundos de escolas públicas do que negros, ao contrário do que informou a imprensa (Feres Júnior et al., 2011). Ainda que esse fato não tenha sido noticiado de forma imediata, paulatinamente ele reduziu a força de c20 em relação a c03, já que a combinação entre esses dois tipos de ação afirmativa alivia, ao menos em tese, o problema da exclusão dos brancos pobres.

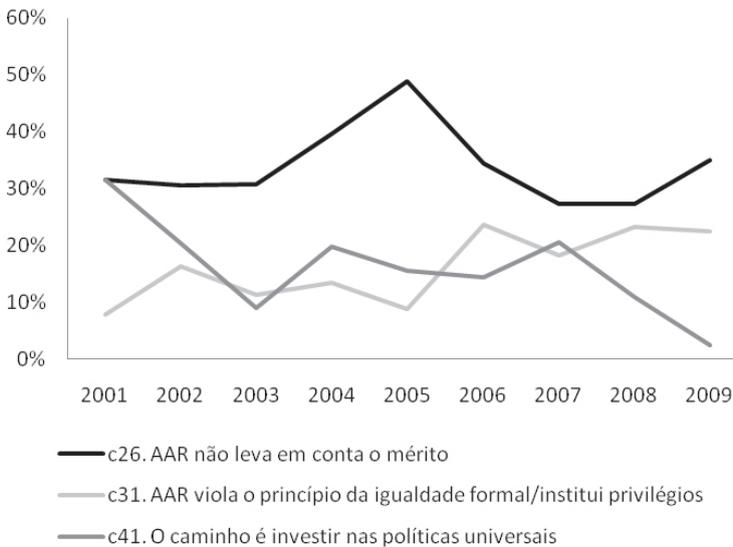
O enquadramento C3 (AAR fere o Estado de direito e a cidadania) também sofreu alterações semânticas. Entre os elementos de assinatura que o caracterizam, c26 (AAR não leva em conta o mérito) é o mais usual e foi durante todo o período sua marca mais recorrente (gráfico 50). A despeito disso, o subenquadramento c41 (O caminho é investir nas políticas universais) tem uma trajetória decadente, o que insinua que o avanço da controvérsia teve como consequência mais aceitação de medidas redistributivas ditas “focalistas”, isto é, que visam determinados beneficiários em vez de serem acessíveis a todos. Paralelamente, há certa ascensão do subenquadramento c31 (AAR viola o princípio da igualdade

---

ampla das políticas racialistas no decorrer da história que um leitor leigo em relação ao debate em torno das cotas dificilmente seria capaz de interpretá-lo como uma tomada de posição contrária às ações afirmativas raciais.

formal/institui privilégios), que encontra seu ponto máximo em 2009, ano da apresentação ao STF da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186. Esse incremento nas ocorrências de c31 parece responder, portanto, ao processo de judicialização da controvérsia que começa em 2005 e atinge seu cume em 2009.

**Gráfico 50** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento C3 por ano



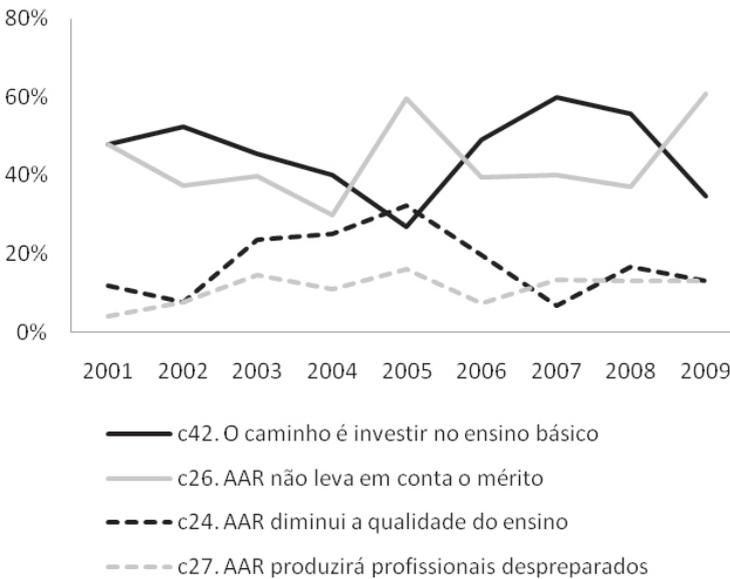
Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

Como já foi colocado, o subenquadramento c26 é ambivalente. De um lado, pode ser utilizado para sustentar que as ações afirmativas raciais não levam em conta o talento dos alunos e, assim, estariam violando a norma moral que manda distribuir as vagas nas universidades de acordo com o mérito. Nesse sentido, c26 é um elemento de assinatura do enquadramento C3 (AAR fere o Estado de direito e a cidadania) na medida em que entende que a ação afirmativa racial proporciona um tratamento desigual e contrário

à norma comum. De outro lado, c26 pode significar que as ações afirmativas ameaçariam a qualidade da educação e dos profissionais formados nas universidades na medida em que proporião beneficiar os menos talentosos. Nessa acepção, portanto, c26 é um elemento de assinatura do enquadramento C4 (AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação).

Justamente por isso, c26 é um dos enquadramentos predominantes não somente de C3, mas também de C4. Mais importante ainda, c26 é um dos únicos subenquadramentos de C4 que possui uma trajetória ascendente, como indica o gráfico 51. Com o passar do tempo e a judicialização da controvérsia, uma estratégia dos defensores de c26 foi destituí-lo desse conteúdo mais próximo à eficiência educacional e aproximá-lo de uma retórica legalista. Em 2002, por exemplo, o embaixador aposentado M. Pio Corrêa atacava uma proposta de cotas raciais nos concursos públicos tomando por base a ideia de que elas fariam “ingressar no serviço público [...] candidatos incapazes de preencher os requisitos de conhecimentos e de capacidade correspondentes aos cargos” (Corrêa, 2002). Já numa matéria de 2008, publicada pela *Folha*, o jornalista destaca uma declaração de Roberto Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, em que a defesa da meritocracia se dá mais em bases jurídicas: “A Constituição determina que ninguém terá tratamento desigual perante a lei e que o acesso ao ensino superior se dá por mérito. Na reserva de vagas, há uma discriminação ao contrário, e entendemos que isso é ilegal” (Gois, 2008).

**Gráfico 51** – Quantidade relativa de trechos dos subenquadramentos mais recorrentes do enquadramento C4 por ano



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.

A transição de uma retórica da eficiência educativa e da recompensação de talentos (C4) para uma retórica jurídica (C3) apresenta vantagens e desvantagens estratégicas. Como vimos, aqueles que afirmam que as ações afirmativas raciais põem em perigo a qualidade da educação universitária, da pesquisa acadêmica ou dos profissionais de nível superior acabam conferindo às investigações do desempenho dos beneficiários o valor de teste de realidade. Quando atrelado a um enquadramento jurídico, porém, a defesa da meritocracia se beneficia de certo laconismo, pois basta rotular a ação afirmativa racial como inconstitucional para minar a sua difusão. Por outro lado, se a pesquisa acadêmica funciona como teste de realidade para C4, as deliberações dos tribunais superiores, especialmente do STF, funcionam como teste de realidade, no

caso de C3. Talvez por isso, o crescimento do espaço ocupado por C3 tenha se dado em paralelo à judicialização da controvérsia.

#### 7.4. Divisão do trabalho argumentativo

De modo semelhante ao que foi visto no capítulo anterior, é viável separar os atores críticos das ações afirmativas raciais em três grandes grupos argumentativos. Observando o gráfico 52, é possível perceber que o canto superior direito concentra autores que compartilham de uma mesma opinião: as ações afirmativas ferem o Estado de direito (C4) ou ameaçam a qualidade da educação (C3). A proximidade entre esses dois enquadramentos reflete a já discutida ambivalência característica do subenquadramento c26 (AAR não leva em conta o mérito), comum a essas duas linhas argumentativas. Entre os autores que sustentam essas visões, os economistas ou jornalistas especializados nessa matéria se destacam (Luís Nassif, Marcos Poggi, Paulo Renato Souza, Gresner Oliveira, Edy Luiz Kogut etc.). Desde já, importa destacar que tanto os editores da *Folha* quanto aqueles d'*O Globo* também se encontram nesse agrupamento argumentativo.

No polo oposto da análise de correspondências (canto superior esquerdo), localizamos o grupo argumentativo mais próximo do enquadramento da racialização (C1), cujos principais representantes são acadêmicos ligados às Ciências Sociais, como os já citados antropólogos Peter Fry (UFRJ), Yvonne Maggie (UFRJ) e Eunice Durham (USP), os historiadores José Roberto Pinto de Góes (UERJ) e Manolo Florentino (UFRJ), bem como o geógrafo e colunista Demétrio Magnoli.

Também são cientistas sociais os defensores mais ativos do enquadramento C2 (As desigualdades não são raciais, mas sim sociais), dentre eles, merecem destaque os sociólogos Simon Schwartzman (IETS) e Marcos Chor Maio (Fiocruz), os historiadores Ronaldo Vainfas (UFF) e Peter Burke e os antropólogos Ricardo

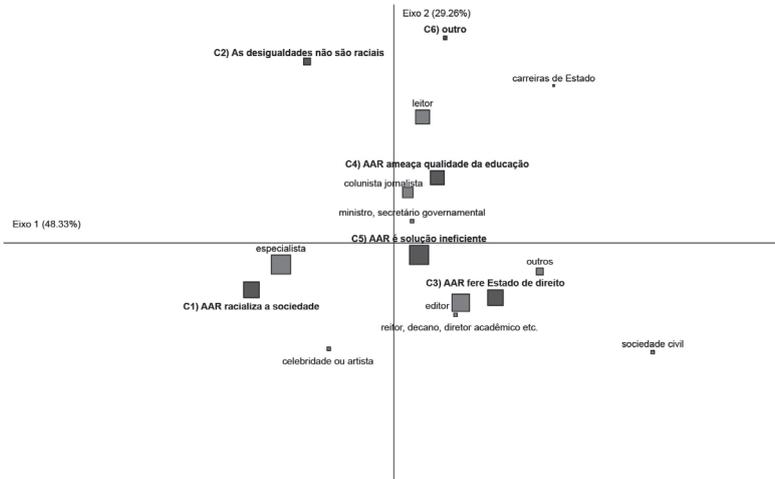
Ventura dos Santos (UFRJ) e Lilia Moritz Schwarcz (USP). É possível também incluir aqui Ali Kamel. O enquadramento C5 (AAR é solução ineficiente ou paliativa), por sua vez, posiciona-se próximo ao centro do mapa, indicando que é compartilhado por autores dos diferentes grupos epistêmicos.

Curiosamente, todos os três grupos argumentativos possuem ativos representantes com lugar cativo nos jornais. O primeiro conjunto epistêmico (que sustenta C3 e C4) tem sua visão do tema potencializada pelos editores dos dois jornais; o segundo (ligado a C1) tem sua perspectiva ampliada por Magnoli; e o terceiro (mais próximo de C2) tem como “representante interno” Ali Kamel. Não obstante Elio Gaspari e Miriam Leitão sejam dois colunistas favoráveis às ações afirmativas raciais muito ativos nos seus respectivos periódicos, eles não podem ser tomados como representantes de um enquadramento interpretativo em particular, pois ambos sustentam posições um tanto quanto fora da curva.

Complementar a isso, os gráficos 53 e 54 confirmam que há uma associação entre o perfil de quem publica e a opinião sobre o tema. Eles apresentam as correspondências entre as características específicas dos autores de textos opinativos mais ativos e os enquadramentos interpretativos que eles mobilizam em suas críticas às ações afirmativas para *O Globo* e *Folha*, respectivamente.



**Gráfico 54** – ACS dos enquadramentos interpretativos contrários (preto) e do grupo de origem do autor do texto opinativo (cinza) para a *Folha*



Fonte: Sistematização do autor a partir de dados do GEMAA.  
N = 376 trechos.

Começando pelo gráfico 53, surpreende a proximidade (a rigor, justaposição) dos quadrados referentes aos lugares argumentativos dos editoriais e dos leitores de *O Globo*. Essa análise apenas corrobora o que já havia sido dito no capítulo 5 sobre como o jornal carioca administrou a controvérsia. Ou seja, fica evidente não só que os editoriais e as cartas publicados se colocam contra tais políticas, como também que partilham o mesmo ponto de vista sobre o tema. Infelizmente, a presente pesquisa não permite estabelecer de forma segura a razão dessa associação. Contudo, é possível postular algumas hipóteses.

Pode-se supor que há uma afinidade natural entre as perspectivas defendidas por um jornal e aquelas sustentadas por seus leitores. Contudo, essa hipótese ignora que apenas uma parcela diminuta do leitorado de um jornal de alta circulação como *O Globo* costuma enviar mensagens aos editores. Chama a atenção que, das

200 cartas sobre as ações afirmativas raciais publicadas pelo jornal, apenas 21 (10%) foram de missivistas de fora do estado do Rio de Janeiro. Ora, se tomarmos por base que o leitorado carioca não perfaz 90% dos consumidores d'*O Globo*, seremos levados a concordar que as cartas de leitores estão longe de ser uma representação da opinião da maior parte dos consumidores do jornal.

A proporção de cartas fluminenses publicadas sugere que há um viés deliberado na escolha das mensagens publicadas pelo jornal. De fato, não é possível excluir a possibilidade de que os leitores d'*O Globo* à época se mostrassem massivamente contrários às ações afirmativas raciais e em sua maioria justificassem tal posição reproduzindo os mesmos enquadramentos difundidos nos editoriais do jornal. Porém, parece mais plausível supor que o periódico tenha dado preferência às cartas coadunadas com a sua visão. Dessa forma, o veículo reforça a ideia de que, a despeito da pluralidade do debate evidenciada nos artigos, colunas e entrevistas que publicou, seus leitores permanecem – como seus editores – descrentes em relação a tais políticas. Por isso, as cartas de leitores ocupam um lugar central na dramatização pública da controvérsia promovida pelo jornal.

Se os editores d'*O Globo* querem se conectar às opiniões manifestas pelos seus leitores, os editores da *Folha* procedem de maneira distinta. Eles sustentam uma visão das ações afirmativas baseada especialmente em C3, enquanto seus leitores contrários às ações afirmativas preferem os enquadramentos C2 e C4 (Gráfico 40). Há, portanto, uma triangulação entre os críticos das ações afirmativas no jornal paulista, posto que os editores costumam mencionar mais C3, enquanto os especialistas sustentam o enquadramento C2, os colunistas C4 e os leitores C3 e C4.

Em resumo, a divisão do trabalho argumentativo é mais evidente quando observamos os textos contrários às ações afirmativas do que quando analisamos os favoráveis. Ademais, há uma nítida continuidade entre os enquadramentos editoriais construídos pelos dois jornais – e discutidos no capítulo 5 – e a distribuição dos

enquadramentos interpretativos em suas páginas. Isso permite contestar a hipótese de que a dramatização pública da controvérsia não teve efeitos sobre as opiniões difundidas por cada periódico. Ao contrário, a seleção e a organização dos atores sociais ouvidos parece ter se pautado pela opinião sustentada por eles.

Em muitos aspectos, a dinâmica dos enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas foi distinta daquela que se observa nos favoráveis. Há uma divisão do trabalho argumentativo em ambos os casos, ou seja, atores ligados a diferentes grupos e papéis sociais costumam sustentar enquadramentos relacionados às funções que desempenham. Por outro lado, o alinhamento léxico que caracteriza as tomadas de posição pró-cotas contrasta com as mais nítidas fronteiras argumentativas dentre os críticos dessas políticas.

Ao que parece, a complementaridade das críticas às ações afirmativas raciais possibilitou que os diferentes grupos argumentativos sustentassem seus léxicos próprios, enquanto a necessidade de justificar as medidas em questão demandou certa convergência terminológica. Mais importante, o fato de os críticos dessas políticas serem, em geral, especialistas ou acadêmicos tornou os discursos contrários mais vinculados a tradições disciplinares específicas do que os favoráveis, por sua vez mais próximos a uma lógica argumentativa propriamente política.

A orientação dos enquadramentos contrários em direção às consequências perversas de curto e médio prazos das ações afirmativas raciais possibilitou que o enquadramento C1 se beneficiasse de uma espiral ascendente de oportunidades discursivas. Isso não só fez crescer o espaço desse ponto de vista nos dois jornais, como também permitiu que eventos não ordinários fossem classificados como “consequências lógicas da implementação de cotas” (Fry, 2003). Noutros termos, o espaço conferido a C1 possibilitou que os procedimentos polêmicos da UnB fossem tratados como casos exemplares em lugar de serem tomados como

acontecimentos extraordinários. Assim, o modo como os enquadramentos interpretativos contrários construíram um espaço de experiências e um horizonte de expectativas foi fundamental para que influenciassem de forma mais direta a agenda da imprensa. Isso não implica, contudo, afirmar que todos os enquadramentos contrários foram mais bem-sucedidos, pois, como vimos, muitos deles tiveram uma trajetória decadente no período analisado (C5, por exemplo).

Porém, a trajetória exitosa de alguns enquadramentos interpretativos contrários se deve também às adaptações retóricas que eles sofreram. Inicialmente sustentado em bases mais comunitárias, o argumento da racialização (C1) adquiriu traços cada vez mais universalistas à medida que seus defensores se distanciaram de um elogio à mestiçagem brasileira na direção de uma crítica radical à ideia de raça. Essa mutação foi acompanhada pela ascensão de Demétrio Magnoli ao lugar de colunista fixo d'*O Globo*, posição que lhe possibilitou ser o comentarista que dedicou mais volume de texto ao tema. Isso fez de Magnoli uma espécie de representante de todo o grupo argumentativo que defendia C1. Aliás, cada um dos grupos argumentativos detectados dentre os contrários às ações afirmativas tem um representante ligado às redações dos jornais, situação que não se reflete quando observamos os enquadramentos interpretativos favoráveis.

## CONCLUSÃO

Não existem questões ou debates intrinsecamente polêmicos ou controversos. A polarização em torno das ações afirmativas oscilou no tempo de acordo com inúmeros fatores, como os critérios de cobertura midiática. A maneira como a grande imprensa brasileira lidou com o tema indica que os seus operadores reivindicaram para si a prerrogativa de administradores de um debate público ao mesmo tempo que salientavam o que havia de mais polêmico nessas políticas. Alguns dos operadores promoveram, assim, uma dramatização pública da controvérsia, isto é, uma ritualização do debate em torno das ações afirmativas raciais que enfatizou os elementos problemáticos, conflituosos e tensos da questão. De um lado, essa ênfase no desacordo fez com que os jornais se abrissem a posições distintas das suas, pluralizando minimamente a cobertura. Ao salientar as discordâncias, no entanto, esse enquadramento editorial colocou obstáculos à institucionalização legislativa dessas políticas, o que favoreceu seus críticos.

A construção desse “metaenquadramento” respondeu às diferentes fases da história da ação afirmativa racial no Brasil. No decorrer de 2001, os dois jornais estudados buscavam se apresentar como uma espécie de serviço de difusão de informações sobre o tema. Houve uma ampla e inédita cobertura do racismo no Brasil, aliada à difusão de textos de apoio ao governo e à delegação do país na conferência organizada pela ONU em Durban para debater soluções para essas questões. Na época, raramente as discussões em torno desses assuntos eram associadas a conflito opinativo, controvérsia

ou querela. A imprensa se esforçava, assim, para se afirmar como um serviço público de informação, encarregado de noticiar ao cidadão os problemas prementes da sociedade. Justamente por isso, observa-se uma grande confluência entre o discurso oficial do governo federal sobre o tema das desigualdades raciais e o modo como os dois jornais enquadraram a temática nos seus primeiros meses.

Como visto no capítulo 4, esse enquadramento editorial reconhecia as desigualdades raciais brasileiras como um problema grave e, por isso mesmo, legitimava os esforços iniciais do governo em desenhar políticas que buscassem reduzir o fosso entre brancos e negros. Contudo, tanto o discurso governamental quanto aquele potencializado pela mídia rechaçavam os procedimentos institucionais adotados em países como Estados Unidos e África do Sul. Visto como um conjunto, o metaenquadramento que a imprensa ajudava a delinear defendia que as ações afirmativas baseadas em critérios socioeconômicos seriam suficientes para reduzir as desigualdades raciais brasileiras sem, contudo, abdicar do ideal de democracia racial que orientaria a nossa identidade nacional.

Esse alinhamento discursivo entre governo e imprensa muda ao final de 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso passa a defender explicitamente as ações afirmativas de corte racial no país. O governo federal apoiava, assim, uma estratégia que ele próprio parecia ter excluído do horizonte de expectativas, o que teve impactos importantes na imprensa. Porém, a despeito de críticas pontuais, a modéstia das ações governamentais nesse momento fez com que a atenção da imprensa para elas fosse igualmente comedida. Esse cenário muda mais uma vez a partir da aprovação de uma lei estadual no Rio de Janeiro que impunha cotas raciais às universidades fluminenses. Contudo, ainda que a polêmica tenha se instalado na agenda da mídia nesse momento, a controvérsia só se nacionaliza em 2004, quando a Universidade de Brasília também adota as cotas raciais, uma vez que a implementação dessas medidas de forma independente por uma instituição dotada

de grande autonomia administrativa evidenciou que o sistema da UERJ não era um ponto fora da curva ou caso extraordinário.

Após um hiato em 2005, a controvérsia ressurgiu nas páginas dos jornais em 2006. O governo federal, então dirigido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu para si a tarefa de aprovar uma lei de cotas que expandisse o sistema para todas as universidades federais. No entanto, o avanço do debate no Congresso Nacional foi acompanhado da redação de dois manifestos, um contra e outro favorável aos projetos de lei em tramitação. De certo modo, esses documentos em confronto coroaram a estratégia editorial dos dois jornais de apresentar o tópico das cotas como profundamente polêmico e disruptivo. Uma das decorrências disso foi o recuo do governo federal em relação ao tema sob o pretexto de que o debate deveria amadurecer antes que uma lei fosse aprovada. Até então, a imprensa havia oscilado entre um enquadramento editorial que buscava apresentar a si mesma como um serviço público na direção de um enquadramento mais conflitivo, que a colocava como um contrapoder. Entre 2004 e 2006, porém, ambos os jornais passam a se apresentar como fóruns de debate, adotando então uma série de cuidados editoriais com o intuito de estabelecer uma estética da imparcialidade nas suas páginas.

Sabe-se que as universidades estaduais do Rio de Janeiro foram as primeiras a adotar cotas raciais. Por esse motivo, *O Globo* começou a tratar o tema como uma questão a se debater antes da *Folha*, que até então lidava com a problemática como algo a se reportar. Esta cedeu relativamente menos espaço às cartas de leitores e aos editoriais sobre o tema, enquanto o jornal carioca procedeu de maneira inversa. O veículo paulista manteve essa estratégia até 2006, quando o advento dos manifestos fez com que ele abdicasse de um controle rígido da proporção entre reportagens e opinião e se abrisse mais para textos dessa segunda categoria. Assim, enquanto *O Globo* adotou de modo geral um enquadramento *dóxico*, o jornal paulista tratou o tema de uma perspectiva mais *epistêmica*, como

se a problemática pudesse ser solucionada a partir de um acúmulo de conhecimento.

De maneira geral, no entanto, os dois jornais lançaram mão de critérios muito próximos para organizar o debate em suas edições. É na meticulosa divisão entre contrários e favoráveis que podemos ver os sinais mais explícitos da dramatização pública da controvérsia. Para se apresentar enquanto fóruns de debate, os jornais estudados se abriram às opiniões contrárias àquelas defendidas por seus editoriais. A *Folha*, por exemplo, buscou, em todos os anos, publicar a mesma quantidade de textos contrários e favoráveis às medidas. Ainda que, após 2003, *O Globo* tenha de forma consistente veiculado mais textos contrários em todos os anos, se excluirmos os editoriais do recorte, veremos que procedeu de maneira análoga à *Folha*. Pode-se observar que o jornal carioca não computou seus editoriais ao equilibrar a razão entre textos contrários e favoráveis por considerar que tal seção é dedicada à livre expressão do periódico e, por isso, estaria imune à estética da imparcialidade.

Em suma, “ouvir os dois lados da problemática” foi o modo que os jornais encontraram para se apresentarem como fóruns abertos de debate. De fato, esse enquadramento editorial dicotômico concedeu um espaço substantivo para tomadas de posição opostas àquelas defendidas pelos editores. Por outro lado, teve também como efeito reduzir a controvérsia a um jogo de soma zero, em que duas alas apresentavam opiniões enxergadas como inconciliáveis. Mais importante ainda, a forma como defensores e críticos das ações afirmativas foram selecionados pelos periódicos revela que a dramatização pública da controvérsia foi muito além da redução do debate a dois lados diametralmente opostos.

A defesa das cotas n’*O Globo* ficou basicamente a cargo de políticos, representantes do Estado e militantes do movimento negro. Ainda que haja uma diversidade opinativa entre os colonistas jornalistas do diário, de modo geral, estes também tenderam a defender as ações afirmativas. Os especialistas, por seu lado, apare-

cem divididos em relação à questão. Já a crítica às ações afirmativas ficou a cargo dos editores e leitores d'*O Globo*, sendo que, dos textos produzidos por estes, quase todos se colocam contra tais políticas. Essa disposição dos grupos sociais sugere que os defensores das políticas afirmativas estão mais próximos do campo político, enquanto os atores avizinados ao campo acadêmico se mostram divididos e os editores e o leitorado do jornal, por seu turno, são apresentados como contrários à política.

Na *Folha*, os editores também se posicionam contra as cotas. Assim como n'*O Globo*, a sociedade civil e os políticos são apresentados como favoráveis, e os especialistas de forma dividida. Porém, ao contrário do que ocorre no jornal carioca, a *Folha* dividiu sua seção de cartas, concedendo metade do espaço para os contrários e a outra metade para os favoráveis às cotas. Logo, a despeito das semelhanças com *O Globo*, o jornal paulistano não parece ter atribuído aos seus leitores a prerrogativa de fiéis da balança nessa controvérsia.

Vale destacar como esses modos de representar os grupos sociais contribuem para desenhar uma dada imagem da controvérsia. A divisão do trabalho argumentativo teve por consequência estabelecer uma determinada estrutura de oportunidades políticas para cada um dos contendores. Delegar a defesa das ações afirmativas raciais aos atores mais próximos do campo político e, simultaneamente, atribuir a crítica a essas medidas aos operadores da imprensa significa dividir o trabalho argumentativo de forma qualitativamente desigual, ainda que quantitativamente equânime. Ao construir um espaço de debate calcado no valor da imparcialidade, os operadores da imprensa constroem ao mesmo tempo os agentes políticos como agentes parciais e, por isso, seus argumentos como tomadas de posição autointeressadas.

Ainda que os enquadramentos editoriais dos dois jornais pareçam meticulosamente controlados para apresentar os periódicos como esferas públicas de debate das cotas, não podemos considerar que tudo o que foi publicado em suas páginas esteve sujeito

aos desígnios dos editores. A rigor, o modo como cada jornalista, articulista, colunista, missivista etc. enquadraram o tema é relativamente independente do arbítrio dos editores. Por outro lado, isso não quer dizer que os discursos difundidos pelos dois jornais não sofreram os efeitos da administração editorial do debate.

Justamente por isso, os dois capítulos finais pretenderam mostrar as trajetórias e dinâmicas dos enquadramentos interpretativos sobre as ações afirmativas raciais. Não obstante os dois jornais terem dividido as opiniões sobre o tema em contrárias e favoráveis às cotas, foi possível notar uma grande pluralidade de enquadramentos interpretativos em cada um dos “lados” do debate. Logo, a divisão bipolar passa por cima das distinções internas a cada um dos grupos e, sobretudo, das ocasionais afinidades argumentativas entre opiniões colocadas em polos distintos da controvérsia.

No tocante à defesa das ações afirmativas, foi possível identificar cinco enquadramentos interpretativos preponderantes: um que entende que a ação afirmativa racial combate a discriminação e a desigualdade de tratamento (F1); aquele que defende que tal medida diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania (F2); o enquadramento que considera que a ação afirmativa racial é importante para reparar a mácula da escravidão na nossa história, integrando os negros à nacionalidade (F3); o argumento que defende a ação afirmativa por que ela diversificará os níveis mais altos da sociedade (F4); e o enquadramento que considera que esse tipo de política é uma medida emergencial e com resultados atestados em outros contextos (F5).

Os enquadramentos interpretativos F1 (AAR diminui a desigualdade de oportunidades) e F2 (AAR diminui a desigualdade de condições) predominaram no *corpus* e, não raro, aparecem combinados nos textos. Isso ocorreu porque tais enquadramentos foram os privilegiados pelos políticos e representantes governamentais. Ao mesmo tempo, a defesa de F3 (AAR repara erros históricos) ficou a cargo basicamente dos militantes do movimento

negro ouvidos pelos dois jornais, enquanto F4 (AAR promove a diversidade) tendeu a ser ressaltado por economistas e colunistas dessa matéria. Conseqüentemente, a maior ou menor difusão de cada enquadramento interpretativo esteve condicionada à divisão do espaço concedido aos defensores das ações afirmativas entre representantes políticos, membros da sociedade civil e agentes de mercado. Ao mesmo tempo, a correspondência entre cada opinião e o perfil de quem a defendia sugere que os opinadores foram selecionados muito mais pelo que pensavam do que pela posição que ocupavam na política ou na sociedade.

A despeito dessa divisão do trabalho argumentativo, os discursos de defesa das ações afirmativas raciais são caracterizados por um relativo alinhamento léxico. Ou seja, embora atores diferentes defendam as ações afirmativas de modos distintos, todos costumam fazer referência a um mesmo rol de palavras-chave, como “igualdade”, “reparação”, “diversidade”, “inclusão” etc. Isso indica que a maioria dos defensores dessas medidas utilizou esses conceitos como mais ou menos intercambiáveis. Ao que parece, isso reflete o fato de esses indivíduos estarem ligados, sobretudo, ao campo político, espaço social no qual os atores pretendem estabelecer compromissos amplos, empregando vocábulos polissêmicos e uma retórica semanticamente ambivalente.

Utilizando o mesmo método aplicado aos argumentos favoráveis, foi possível identificar cinco enquadramentos interpretativos contrários às ações afirmativas raciais. O enquadramento que entende que estas são perigosas porque podem racializar a sociedade e criar conflitos ou divisões sociais (C1); o que considera que nossas desigualdades são sobretudo socioeconômicas e, portanto, não caberia adotar medidas específicas para os não brancos (C2); aquele que critica as ações afirmativas com base na ideia de que elas ferem o Estado de direito e a igualdade de tratamento (C3); o enquadramento que considera tais medidas nocivas porque ameaçam a qualidade e a isonomia na educação superior (C4); e o que

rechaça tais políticas por serem ineficientes, paliativas ou mesmo desnecessárias (C5).

Na divisão do trabalho argumentativo, a crítica às ações afirmativas raciais ficou a cargo de especialistas, editores e missivistas. Os editores dos dois jornais se posicionaram contra tais políticas, argumentando que elas colocariam em risco a qualidade do ensino e dos profissionais brasileiros (C4) e porque seriam inconstitucionais (C3). Tal enquadramento é compartilhado entre a quase totalidade dos leitores d'*O Globo*, enquanto os missivistas da *Folha* apresentam perspectivas mais plurais. Já entre os especialistas críticos das cotas, a defesa do argumento da racialização (C1) ficou a cargo dos antropólogos, historiadores e sociólogos. Também foram os cientistas sociais os defensores mais ativos do enquadramento C2.

Se o argumento da racialização (C1) havia sido marginal nos primeiros anos da cobertura, paulatinamente ele ocupa mais espaço em ambos os jornais. Tudo indica que esse enquadramento interpretativo se beneficiou de uma espiral ascendente de oportunidades discursivas. Isso se deu porque os eventos que mais atraíram a atenção da imprensa já eram antecipados pelos prognósticos feitos pelos partidários de C1. Assim sendo, seu sucesso pode ser atribuído ao modo como ele delineou um horizonte de expectativas que norteou a atividade dos operadores da imprensa. Simultaneamente, o enquadramento da ineficiência das ações afirmativas (C5) perdeu espaço nos dois jornais provavelmente porque os acontecimentos que prognosticava não se confirmaram na prática.

Levar em conta essa interação entre os critérios de noticiabilidade e os enquadramentos interpretativos é vital para entender como esses últimos influenciaram os enquadramentos editoriais adotados pelos jornais. É reducionista afirmar que os partidários de C1 (AAR promoverá a racialização) pautaram a cobertura. Porém, parece visível que os investimentos discursivos feitos por eles tiveram sucesso. Igualmente bem-sucedidas foram as adaptações retóricas

imprimidas a esse enquadramento, o qual incorporou paulatinamente uma retórica mais universalista e menos particularista, ou seja, menos atrelada à ideia de miscigenação e mais próxima de uma crítica ao conceito de raça.

A dinâmica dos enquadramentos interpretativos torna evidente que a dramatização pública da controvérsia estabeleceu uma estrutura de oportunidades discursivas para aqueles interessados em difundir uma dada visão das ações afirmativas raciais no ensino superior. Como já foi exposto, tanto favoráveis quanto contrários às medidas tiveram um lugar cativo e proporcional nas páginas dos periódicos. Entretanto, o lugar de fala relegado aos defensores das cotas e os enquadramentos interpretativos por eles esposados reduziram o apelo de suas tomadas de posição. O oposto aconteceu com os críticos, atores apresentados como mais imparciais e cujos discursos reforçavam uma imagem de desprendimento e abnegação civil.

A ideia de que a esfera pública é um *status* disputado ajuda a entender não só como a imprensa organiza as suas coberturas, mas como diferentes instituições e grupos sociais competem por tal prerrogativa. Quando a imprensa reivindica o *status* de esfera pública de debate das ações afirmativas raciais, ela o faz em contraposição a reivindicações análogas de outras searas sociais. Ainda que esse não tenha sido o objetivo deste livro, cabe questionar em que medida o modo como a imprensa administrou a controvérsia teve ecos em outros campos.

Nesse sentido, o parlamento ocupa um lugar importante, pois dentro da cosmologia democrático-liberal ele representa o braço político da esfera pública. O ano em que a cobertura do tema se intensifica é justamente aquele em que os projetos de lei relacionados às cotas raciais começaram a tramitar no Congresso Nacional. Não é mera coincidência que o arrefecimento dos debates parlamentares em torno da questão se dê em paralelo ao advento de um discurso na imprensa de que o caráter acirrado da “opinião pública” sobre as cotas recomendaria menos pressa na aprovação dos proje-

tos (*Folha de S. Paulo*, 2006a; *O Globo*, 2006b). Assim, a imprensa reivindica o *status* de esfera pública de debate da questão também contra o parlamento.

Essa disputa de competências não aparece apenas nas críticas que os dois jornais difundiram, sendo percebida também nas falas de alguns representantes políticos. Vimos no capítulo 4 que, durante a maior parte de 2001, os dois jornais deram um grande espaço para textos sobre as desigualdades raciais brasileiras, situação que muda com a implementação de cotas raciais a partir de 2002 e 2003. É sintomático que, em 2001, o então deputado federal Paulo Paim (PT-RS) via “com satisfação o fato de que nossa grande imprensa tem dado atenção devida a esse debate [sobre a discriminação racial e suas possíveis soluções]” (Paim, 2001). Esse excerto, contudo, destoa completamente de pronunciamentos feitos anos depois por parlamentares igualmente envolvidos na aprovação da Lei de Cotas, os quais destacavam que “o projeto das cotas nas universidades públicas federais [...] sofre agora mais um brutal ataque das elites brasileiras por meio da grande imprensa” (Valente, 2009) ou que “boa parte das reações negativas vem da forma como a imprensa está tratando o tema” (Santana, 2008).

Evidentemente, tais excertos estão longe de representar a visão do Congresso Nacional, mas não deixa de chamar a atenção o papel que eles conferem à imprensa. Se num primeiro momento ela aparece como catalizadora do debate sobre a discriminação racial e suas possíveis soluções, anos depois é classificada como uma instituição inimiga das cotas. Se essa interpretação não traduz o fato de que os dois jornais cederam um espaço proporcional à defesa das ações afirmativas raciais, ela parece expressar a sensação dos parlamentares de que a imprensa havia conquistado a propriedade da problemática (Gusfield, 1992 [1981], pp. 10-5) em detrimento do campo político.

Uma reação muito semelhante pode ser encontrada em alguns discursos de atores ligados ao movimento negro. Em refe-

rência a uma reportagem publicada sobre o tema em 2001, o então presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo cumprimentava a *Folha* “por, mais uma vez, tornar público aquilo que vimos denunciando e combatendo de maneira sistemática: a inferioridade da população negra no sistema educacional brasileiro” (Silva, 2001). Cerca de oito anos depois, essa congratulação contrasta com a crítica de Muniz Sodré (2009), acadêmico igualmente ligado ao movimento negro, aos “jornalões” brasileiros, que não estariam dando “voz alguma a quem se manifesta favorável a medidas como a instituição das cotas ou ao Estatuto da Igualdade Racial”.

Na maioria desses discursos a imprensa é criticada por se portar como um órgão de partido, defensor de uma perspectiva parcial em relação às ações afirmativas raciais, que não abre espaço para posições divergentes. Note-se, contudo, que essas críticas atacam principalmente o suposto espaço diminuto que a imprensa estaria abrindo para a defesa das ações afirmativas raciais. Isso fica especialmente claro na declaração de Humberto Adami, advogado e militante negro, em que ele ressalta que “para cada artigo a favor das cotas [publicado pela imprensa], 15 são contra” (Stepan, 2007).

No entanto, o decorrer do trabalho evidenciou que essa desproporcionalidade inexistente ou, no máximo, é matizada pelos jornais. Assim, tais críticas não resistem ao teste de realidade que elas mesmas propõem. Longe de um tratamento “imparcial”, isso significa que é o modo como esses críticos enxergam a imparcialidade midiática que está equivocado. Tomar proporcionalidade como sinônimo de imparcialidade é aderir à própria definição que a imprensa dá para o debate público. Portanto, mais do que impor uma imagem das ações afirmativas raciais à sociedade como um todo, o principal efeito da dramatização pública da controvérsia parece ter sido a definição dos termos nos quais se dão as críticas à sua atuação. É a própria divisão da polêmica entre dois lados e a eleição de porta-vozes para cada um deles que torna incipiente a

esfera pública constituída pela imprensa. Assim, a dramatização pública da controvérsia foi bem-sucedida ao menos por impor seus princípios editoriais de construção do tema enquanto um problema público.

Os estudos da imprensa tendem a oscilar entre visões que destacam a sua atuação como ator político interessado, dominado pelos editores e donos dos jornais, e perspectivas que destacam a relativa autonomia do jornalismo e dos articulistas, constituindo os jornais em espaços de debate. Mais do que resolver teoricamente essa oposição, buscamos mostrar aqui que o grau de unidade de atuação dos operadores da imprensa é uma questão empírica, passível de ser analisada pela maior ou menor confluência entre enquadramentos editoriais, noticiosos e interpretativos. Ademais, esses próprios operadores mobilizam concepções sobre o papel político da imprensa na tentativa de justificar a adoção de determinados critérios editoriais, ora mais fechados ora mais abertos ao contraditório. Isso não implica, contudo, que enquadramentos editoriais que visam a apresentar a imprensa como palco das controvérsias públicas são, em si, mais democráticos: o modo de administrar os debates públicos é muito mais complexo do que isso. Em termos mais simples, a divisão das opiniões em duas alas e sua conseqüente polarização está longe de ser indício suficiente de abertura do debate público.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. *A Modernização da imprensa: (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ADAMS, Charl. *Affirmative action in a democratic South Africa*. Cidade do Cabo: Juta, 1993.
- ALVES, J. A. Lindgren. “A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, pp. 198-223, 2002.
- ANDERSON, Terry. *The pursuit of fairness : a history of affirmative action*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BAKER, C. Edwin. “Implications of rival visions of electoral campaigns”. In BENNETT, W. Lance e ENTMAN, Robert M. (orgs.). *Mediated politics: communication in the future of democracy*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, pp. 342-61.
- BALL, Howard. *The Bakke case : race, education, and affirmative action*. Lawrence: University Press of Kansas, 2000.
- BARRY, Brian. *Culture and equality : an egalitarian critique of multiculturalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Northvale: Aronson, 1987.
- BAUMANN, Gerd. *The Multicultural Riddle: rethinking national, ethnic, and religious identities*. Taylor & Francis Group, 1999.

- BENHABIB, Seyla. "The Embattled Public Sphere: Hannah Arendt, Jürgen Habermas and Beyond". In ULLMANN-MARGALIT, Edna (org.). *Reasoning practically*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 164-81.
- BENZÉCRI, Jean-Paul. *Correspondence Analysis Handbook Statistics*. Nova Iorque: Marcel Dekker Inc., 1992.
- BERELSON, Bernard. *Content analysis in communication research*. Nova Iorque: Free Press, 1952.
- BIROLI, Flávia. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950 (tese)*. Campinas: Unicamp, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do 'jornalismo moderno' no Brasil". *História*, v. 26, n. 2, pp. 118-43, 2007.
- BOHMAN, James. "The division of labor in democratic discourse: media, experts, and deliberative democracy". In CHAMBERS, Simone e COSTAIN, Anne N. (orgs.). *Deliberation, democracy, and the media*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão (seguido de "A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos")*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk e Edusp, 2007.
- BRANDÃO, André Augusto e TEIXEIRA, Moema de Poli. *Censo étnico racial da UFF e da UFMT*. Niterói: Eduff, 2003.
- BURNS, Prue e SCHAPPER, Jan. "The Ethical Case for Affirmative Action". *Journal of Business Ethics*, v. 83, n. 3, pp. 369-79, 369-79, dec. 2008.
- CAPPELLA, Joseph e JAMIESON, Kathleen. *Spiral of cynicism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Pronunciamento do Presidente da República na Abertura do Seminário 'Multiculturalismo e Racismo'". In SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, pp. 13-7. 1997.

- CEFAÏ, Daniel. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmática para a sociologia da ação coletiva”. *Dilemas*, v. 2, n. 4, pp. 11-48, 2009.
- \_\_\_\_\_ e PASQUIER, Dominique. “Introduction”. In \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ (orgs.). *Les Sens du public. Publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, pp. 1-38.
- CHAMBERS, Simone. “Rhetoric and the Public Sphere”. *Political Theory*, v. 37, n. 3, pp. 323-50, 2009.
- CHONG, Dennis e DRUCKMAN, James N. “A Theory of Framing and opinion formation in competitive elite environments”. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, pp. 99-118, 2007.
- CONRAD, Peter. “Uses of expertise: sources, quotes, and voice in the reporting of genetics in the news”. *Public Understanding of Science*, v. 8, n. 4, pp. 285-302, 1999.
- DAFLON, Verônica Toste et al. “Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, pp. 302-27, 2013.
- DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- DATAFOLHA. Coras. 2008. Disponível em: [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=781](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=781).
- DEWEY, John. *The public and its problems*. Ohio: Ohio University Press, 1991.
- ELEY, Geoff. “Nations, publics, and political cultures: placing Habermas in the nineteenth century”. In CALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts e Londres: The MIT Press, 1993, pp. 289-339.
- ENTMAN, Robert. *Democracy without citizens: media and the decay of American politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989. 232 p.
- \_\_\_\_\_. “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, pp. 51-58, 1993.
- \_\_\_\_\_. *The black image in the white mind: media and race in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

- FALLOWS, James. *Detonando a Notícia: como a mídia corrói a democracia americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FERES JÚNIOR, João. “Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas”. *Econômica*, v. 6, n. 2, pp. 291-312, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil”. *Estudos Afro Asiáticos*, v. 29, n. 1, 2 e 3, pp. 63-84, 2007.
- \_\_\_\_\_. et al. *Guia bibliográfico multidisciplinar: ação afirmativa: Brasil, EUA, África do Sul, Índia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Ação Afirmativa: política pública e opinião”. *Sinais Sociais*, v. 3, n. 8, pp. 38-77, 2008.
- \_\_\_\_\_. et al. “Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d’O Globo”. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 2, pp. 61-83, 2011.
- \_\_\_\_\_. et al. “Lula’s Approach to Affirmative Action and Race”. *NACLA Report on the Americas*, v. 44, n. 2, pp. 34-36, 2011.
- \_\_\_\_\_. e CAMPOS, Luiz Augusto. “Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, pp. 85-99, 2013.
- \_\_\_\_\_. et al. “Justiça e Ação Afirmativa”. In AVRITZER, Leonardo e BIGNOTTO, Newton, et al. (orgs.). *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FERREE, Myra Marx et al. *Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FOLHA DE S. PAULO. “Leitor da *Folha* é ultraqualificado, mostra pesquisa”. *Folha de S. Paulo*, 16 out.
- FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FRASER, Nancy. “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In CALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Massachusetts e Londres: The MIT Press, 1993, cap. 5, pp. 109-42.

- FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista de Otávio Frias Filho ao programa Roda Viva. 1996. Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/38/otavio%20frias/entrevistados/otavio\\_frias\\_filho\\_1996.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/38/otavio%20frias/entrevistados/otavio_frias_filho_1996.htm).
- FRY, Peter et al. (eds.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- G1. *Evasão escolar de cotista é 3 vezes menor do que a de não cotista na UFPR*. 26 de abril de 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL27514-5604,00-EVASAO+ESCOLAR+DE+COTISTA+E+VEZES+MENOR+DO+QUE+A+DE+NAOCOTISTA+NA+UFPR.html>.
- GAMSON, William e MODIGLIANI, André. “The Changing Culture of Affirmative Action”. *Research in Political Sociology*, v. 3, pp. 137-77, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Talking politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995. 272 p.
- \_\_\_\_\_. “Foreword”. In REESE, Stephen et al. (orgs.). *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, Nova Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, pp. ix-xii.
- GANDY JR., Oscar. “Epilogue — Framing at the horizon: a retrospective assessment”. In REESE, Stephen et al. (orgs.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, Nova Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, pp. ix-xii.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the New Left*. Berkeley, CA: University of California Press, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Gender advertisements*. Londres: Macmillan, 1979; p. viii.
- \_\_\_\_\_. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Rev ed. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- GOMES, Wilson. “Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política”. *XVI COMPÓS*. Curitiba, 2007.

- \_\_\_\_\_. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.
- GREENACRE, Michael. *Correspondence analysis in practice*. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 1993.
- GRUPO FOLHA. *Missão, visão, princípios e valores*. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Desigualdades raciais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula”. *XXVII Congresso Internacional da LASA*. Montréal, 2007.
- GUSFIELD, Joseph R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Further reflections on the public sphere”. In CALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge e Londres: The MIT Press, 1993. p. 510.
- \_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HALLIN, Daniel. *The “Uncensored war”: the media and Vietnam*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994.
- \_\_\_\_\_ e MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004.
- HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HENRIQUES, Ricardo. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. *Texto para Discussão IPEA*, n. 807, p. 49, 2001.

- HERINGER, Rosana. "Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 2, pp. 291-334, 2001.
- HILDEBRAND, David. *Dewey: A Beginner's Guide*. Oxford: Oneworld, 2008.
- HOFBAUER, Andreas. "Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 68, pp. 9-56, 2006.
- HOHLFELDT, Antonio. "Objetividade: categoria jornalística mitificada". XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campos do Jordão, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel P. *American politics: the promise of disharmony*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- IBOPE. *62% dos brasileiros são favoráveis às cotas em universidades públicas*. 2013. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/62-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-cotas-em-universidades-publicas.aspx>.
- IGGERS, Jeremy. *Good news, bad news: journalism ethics and the public interest*. Boulder, Colorado: WestviewPress, 1998.
- JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2002.
- KALCKMANN, Suzana et al. "Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?". *Saúde e Sociedade*, v. 16, pp. 146-55, 2007.
- KLEINSCHMIT, Daniela. "Confronting the demands of a deliberative public sphere with media constraints". *Forest Policy and Economics*, v. 16, n. 0, pp. 71-80, 2012.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge e Londres: The MIT Press, 1985.
- KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: an introduction to its methodology*. SAGE Publications, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUMAR, Dharma. "The Affirmative Action debate in India". *Asian Survey*, v. 32, n. 3, pp. 290-302, 1992.

- KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford e Nova Iorque: Clarendon Press e Oxford University Press, 1995, vii.
- LASSWELL, Harold. *Politics: who gets what, when, how*. Nova Iorque: Literary Licensing, 2011.
- LAZARSELD, Paul Felix et al. *The people's choice; how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Nova Iorque: Duell, 1944.
- \_\_\_\_\_ e MERTON, Robert. "Mass communication, popular taste and organized social action". In ROSENBERG, Bernard e WHITE, David Manning (orgs.). *Mass cultures: the popular arts in America*. Nova Iorque e Londres: The Free Press e Collier-Macmillan Limited, 1957, pp. 457-73.
- LE BOHEC, Jacques. *Les Rapports Presse-Politique: mise en point d'une typologie "idéale"*. Paris e Montréal: L'Harmattan, 1997.
- LIPPMANN, Walter. *Liberty and the news*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Howe, 1920.
- \_\_\_\_\_. *The Phantom Public*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Public Opinion*. 2ª. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 1998.
- LUHMANN, Niklas. *The reality of the mass media*. Stanford e Califórnia: Stanford University Press, 2000.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do Decreto de Titulação de Terras Quilombolas em 27 de junho*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos em 15 de agosto*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Discurso do Presidente da República na abertura do 9º Congresso Nacional de Iniciação Científica e 7º Congresso Internacional de Iniciação Científica em 13 de novembro*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2009.
- MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gotinha de Sangue: História do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

- MAIA, Rousiley. “A dinâmica da deliberação: indicadores do debate midiado sobre o referendo do desarmamento”. *Contemporanea*, v. 4, n. 2, pp. 13-42, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, pp. 303-40, 2009.
- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. “Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, pp. 181-214, 2005.
- MANIFESTO. *Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial*. Manifesto pró-cotas entregue ao Congresso Nacional, 4 de julho de 2006a. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>.
- \_\_\_\_\_. “Todos têm direitos iguais na República Democrática”. *Manifesto contra as cotas entregue ao Congresso Nacional*, 3 jul. 2006b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002.
- MARSHALL, T. H. *Class, citizenship, and social development: essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- MCADAM, Doug et al. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. “The agenda-setting function of mass media”. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, pp. 176-87, 1972.
- MCHARG, Aileen e NICOLSON, Donald. “Justifying Affirmative Action: perception and reality”. *Journal of Law and Society*, v. 33, n. 1, pp. 1-23, 2006.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino e SIMÕES, Paula Guimarães. “Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, pp. 187-201, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. “A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, pp. 59-76, 2010.

- MIGUEL, Luis Felipe e COUTINHO, Aline de Almeida. “A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais”. *Opinião Pública*, v. 13, pp. 97-116, 2007.
- MILLER, M. Mark e RIECHERT, Bonnie Parnell. “The spiral of opportunity and frame resonance: mapping the issue cycle in news and public discourse”. In REESE, Stephen et al (org.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, Nova Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, cap. 5, pp. 106-22.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- MOEHLECKE, Sabrina. “Ação afirmativa: história e debates no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, pp. 197-217, 2002.
- MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. New York: Verso, 2000.
- NEGT, Oskar e KLUGE, Alexander. *Public sphere and experience: toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. “Return to the concept of powerful mass media”. *Studies of Broadcasting*, v. 9, pp. 67-112, 1973.
- NORRIS, Pippa e SHORENSTEIN, Joan. *Women, media, and politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.
- NOZICK, Robert. *Anarchy, state, and utopia*. Nova Iorque,: Basic Books, 1974, xvi.
- O GLOBO. *Princípios Editoriais das Organizações Globo*. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>.
- ÖRNEBRING, Henrik. “A necessary profession for the modern age?: nineteenth century news, journalism and the public sphere”. In BUTSCH, Richard (ed.). *Media and public spheres*. Nova Iorque: Palgrave macmilliam, 2007, cap. 6.
- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Martins Editora, 2007.
- PAGE, Benjamin. *Who deliberates?: mass media in modern democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

- PAIM, Paulo. *Discurso do deputado Paulo Paim (PT-RS) em 17/9/2001*. Câmara dos Deputados, 17 set. 2001.
- \_\_\_\_ e SENADO. Projeto de Lei do Senado 213/2003 (Estatuto da Igualdade Racial). Disponível em [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=58268](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=58268).
- PAIVA, Angela Randolpho e ALMEIDA, Lady Christina. “Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa”. In \_\_\_\_ (org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010, pp. 75-115.
- PEREIRA, Amauri Mendes. “Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira”. *Estudos Afro Asiáticos*, v. 25, n. 3, pp. 463-82, 2003.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. “Projeto Folha inicia jornalismo moderno”. *Folha de S. Paulo*, 2013. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque\\_editorial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque_editorial.shtml).
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”. In RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador e São Paulo: Edufba e Ed. Unesp, 2004, pp. 73-104.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REESE, Stephen. “Prologue—Framing public life: a bridging model for media research”. In REESE, Stephen et al (org.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, Nova Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, pp. ix-xii.
- REIS, Fábio Wanderley. “Cidadania, mercado e sociedade civil”. In DINIZ, Eli et al (org.). *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. ANPOCS, 1994.
- RIDING, Alan. “One man’s political views color Brazil’s TV eye”. *The New York Times*, 12 jan.

- ROBERT, Valérie. “Polémiques entre intellectuels: pratiques et fonctions”. In ROBERT, Valerie (org.). *Intellectuels et Polémiques dans l'espace germanophone*. Asnières: Publications de l'Institut d'Allemand, 2003.
- ROSENFELD, Michel. *Affirmative action and justice : a philosophical and constitutional inquiry*. New Haven: Yale University Press, 1991.
- RYAN, Mary. “Gender and public access: women's politics in Nineteenth-Century America”. In CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Massachusetts e Londres: The MIT Press, 1993, pp. 259-88.
- SABBAGH, Daniel. “L’Affirmative Action: effets symboliques et stratégies de présentation”. In GUGLIELMI, Gilles e KOUBI, Geneviève (ed.). *L'égalité des chances. Analyses, évolutions, perspectives*. Paris: La Découverte “Recherches”, 2000, pp. 157-72.
- SANTANA, Carlos. *Discurso do deputado Carlos Santana (PT-RJ) em 6/5/2008*. Câmara dos Deputados, 6 maio 2008.
- SANTOS, Maria Cristina. “O Sistema de Cotas da Universidade do Estado da Bahia: relato de uma experiência”. In PACHECO, Jairo Queiroz e Silva, Maria Nilza da (Ed.). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, cap. 4, pp. 99-124.
- SHEUFELE, Dietram. “Framing as a Theory of Media Effects”. *Journal of Communication*, v. 49, n. 1, pp. 103-22, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication”. *Mass Communication and Society*, v. 3, n. 2-3, pp. 297-316, 8 jan. 2000.
- SILVA, Graziella. “Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul”. *Tempo Social*, v. 18, pp. 131-65, 2006.
- SILVA, K. M. de. “Affirmative action policies: the Sri Lankan experience”. *Ethnic Studies Report*, v. 15, n. 2, 1997.
- SKRENTNY, John David. *The ironies of affirmative action: politics, culture, and justice in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. “O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras”. *Texto para Discussão IPEA*, n. 769, p. 25, 2000.

- SODRÉ, Muniz. “É necessária uma nova Abolição?”. *Observatório da Imprensa*, 2009. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/e\\_necessaria\\_uma\\_nova\\_abolicao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/e_necessaria_uma_nova_abolicao).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SOWELL, Thomas. *Affirmative action around the world: an empirical study*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- SPONHOLZ, Liriam. “Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts”. *Sociedade e Estado*, v. 23, pp. 591-619, 2008.
- STEPAN, Adam. “Brazil in black and white”. *Wide Angle*, 2007. Disponível em: [http://www.imdb.com/title/tt1112620/?ref\\_=fn\\_al\\_rt\\_1](http://www.imdb.com/title/tt1112620/?ref_=fn_al_rt_1).
- STUART-MILL, John. *On liberty and other essays*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- TANKARD JR., James. “The empirical approach to the study of media framing”. In REESE, Stephen et al (org.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, Nova Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, cap. 4, pp. 95-105.
- TARDE, Gabriel. *L'opinion et la foule*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1989.
- THOMPSON, John. *The media and modernity: a social theory of the media*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- TIERNEY, William G. “The parameters of Affirmative Action: equity and excellence in the Academy”. *Review of Educational Research*, v. 67, n. 2, pp. 165-96, verão 1997.
- TUCHMAN, Gaye. “Objectivity as strategic ritual: an examination of Newsmen’s notions of objectivity”. *The American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, pp. 660-79, 1972.
- \_\_\_\_\_. “Making news by doing work: routinizing the unexpected”. *American Journal of Sociology*, v. 79, n. 1, pp. 110-31, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Making news: a study in the construction of reality*. Nova Iorque: The Free Press, 1978.

- TVERSKY, Amos e KAHNEMAN, Daniel. "The framing of decisions and the psychology of choice". *Science*, n. 211, pp. 453-58, 1981.
- VALENTE, Ivan. *Discurso do deputado Ivan Valente (PSOL-SP) em 12/5/2009*. Câmara dos Deputados, 12 maio 2009.
- VALLS, Andrew. "The libertarian case for Affirmative Action". *Social Theory & Practice*, v. 25, n. 2, pp. 299-323, 1999.
- VAN JAARSVELD, Izelde Louise. "Affirmative Action: a comparison between South Africa and the United States". *Managerial Law*, v. 42, n. 6, pp. 1-48, 2000.
- VELASCO, Marina. *O que é Justiça? O justo e o injusto na pesquisa filosófica*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.
- VOZZOLA, Elizabeth e HIGGINS-D'ALESSANDRO, Ann. "Competing conceptions of justice: faculty moral reasoning about Affirmative Action". *Journal of Adult Development*, v. 7, n. 3, pp. 137-49, 2000.
- VREESE, Claes. "News framing: theory and typology". *Information Design Journal + Document Design*, v. 13, n. 1, pp. 51-62, 2005.
- WEBER, Max. "Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa". *Lua Nova*, n. 55-6, pp. 185-94, 2002.
- WEISSKOPF, Thomas. *Affirmative Action in the United States and India: a comparative perspective*. Nova Iorque: Routledge, 2004.
- WESSLER, Hartmut e SCHULTZ, Tanjev. "Can the mass media deliberate?: insights from print media and political talk shows". In BUTSCH, Richard (org.). *Media and public spheres*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007, cap. 2, pp. 15-27.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

## Outras fontes

- ALECRIM, Michel. “Cota para negros entre polêmica e dúvidas”. *O Globo*. (Reportagem). 11 out.
- ALVES, Carolina. “USP tem menos de 1% de calouros negros”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 4 mar.
- BERABA, Marcelo. “Ações afirmativas”. *Folha de S. Paulo*. (Coluna). 9 jul.
- BLINDER, Caio. “O bronze americano”. *O Globo*. (Coluna). 18 mar.
- CAPRIGLIONE, Laura. “Definição de raça causa polêmica”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 15 fev.
- CONSTANTINO, Luciana. “Após polêmica, 4.400 tentam cotas na UnB”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 26 abr.
- CORREA, Hudson. “Em MS, foto diz quem entra por cotas para negros”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 15 dez.
- CORRÊA, M. Pio. “Classes privilegiadas”. *O Globo*. (Artigo). 15 maio.
- ESCÓSSIA, Fernanda da. “Delegação brasileira quer cotas para negros”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 22 ago.
- \_\_\_\_\_. “Integrantes da delegação oficial acusam o Brasil de ter discurso e prática diferentes”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 17 ago.
- \_\_\_\_\_. “Ipea afirma que racismo só será combatido com política específica”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 8 jul.
- FAUSTO, Boris. “O prisma desfocado”. *Folha de S. Paulo*. (Coluna). 16 jul.
- FOLHA DE S. PAULO. “Cores da Desigualdade”. *Folha de S. Paulo*. (Editorial). 6 abr.
- \_\_\_\_\_. “Ministro quer pré-vestibular só para negros”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 27 ago.
- \_\_\_\_\_. “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 14 jan.

- \_\_\_\_\_. “Uerj pode reservar vagas para carentes”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 14 jan.
- \_\_\_\_\_. “Cotas universitárias”. *Folha de S. Paulo*. (Editorial). 18 ago.
- \_\_\_\_\_. “Propostas do Governo e o que pensam os especialistas”. *Folha de S. Paulo*, entrevista. 10 jul.
- \_\_\_\_\_. “É melhor errar com cotas do que sem elas’ - Entrevista com Tarso Genro”. *Folha de S. Paulo*. (Entrevista). 5 jun.
- \_\_\_\_\_. “Avanço afirmativo”. *Folha de S. Paulo*. (Editorial). 14 ago.
- \_\_\_\_\_. “Cota de demagogia”. *Folha de S. Paulo*. (Editorial). 5 jun.
- \_\_\_\_\_. “Olhos nos olhos - Entrevista com Geraldo Alckmin”. *Folha de S. Paulo*. (Entrevista). 25 set.
- \_\_\_\_\_. “Olhos nos olhos – Entrevista com Lula”. *Folha de S. Paulo*. (Entrevista). 25 set.
- \_\_\_\_\_. “Presidente acusa de preconceito os contrários a cotas”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 24 jul.
- \_\_\_\_\_. “Propostas do PSOL”. *Folha de S. Paulo*. (Box ou nota). 23 jul.
- \_\_\_\_\_. “Quem somos nós para dividir as crianças em duas categorias raciais?”. Entrevista com Peter Fry”. *Folha de S. Paulo*. (Entrevista). 9 jul.
- \_\_\_\_\_. “Senador admite alterar Estatuto da Igualdade Racial e incluir cota social”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 9 jul.
- \_\_\_\_\_. “A revanche natural – Entrevista com Yvonne Maggie”. *Folha de S. Paulo*. (Entrevista). 1 abr.
- FRY, Peter. “Introduzindo o racismo”. *O Globo*. (Artigo). 21 mar.
- GOIS, Antônio. “Cota é vista como essencial e humilhante”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 23 nov.
- GOIS, Antônio e GOMIDE, Raphael. “Estudos apontam bom rendimento de cotistas”. *Folha de S. Paulo*. (Reportagem). 23 jul.
- KAMEL, Ali. “Combater a pobreza, esquecer as cores”. *O Globo*. (Coluna). 14 dez.

- \_\_\_\_\_. “Sumiram com os pardos”. *O Globo*. (Coluna). 11 fev.
- LAMEGO, Cláudia. “Cotas para negros dividem docentes”. *O Globo*. (Reportagem). 14 maio.
- LEITÃO, Miriam. “Pela diversidade”. *O Globo*. (Coluna). 8 set.
- LOPES, Iriny. “Sem omissão”. *O Globo*. (Artigo). 7 abr.
- MAGNOLI, Demétrio. “O país das cotas e do genocídio”. *Folha de S. Paulo*. (Coluna). 19 ago.
- MOTTA, Athayde e DANTAS, Iracema. “Oportunidade histórica”. *Folha de S. Paulo*. (Artigo). 10 ago.
- O GLOBO. “Combate ao racismo”. *O Globo*. (Editorial). 16 jul.
- \_\_\_\_\_. “Desigualdade racial”. *O Globo*. (Coluna). 4 fevereiro.
- \_\_\_\_\_. “No Rio, uma experiência que se espalha pelo Brasil”. *O Globo*. (Reportagem). 28 ago.
- \_\_\_\_\_. “É um equívoco usar raça como critério no Brasil. Entrevista com Simon Schwartzman.”. *O Globo*. (Entrevista). 21 mar.
- \_\_\_\_\_. “Lula Troca Time: entrevista com Tarso Genro”. *O Globo*. (Entrevista). 25 jan.
- \_\_\_\_\_. “Sem preconceitos”. *O Globo*. (Editorial). 10 jan.
- \_\_\_\_\_. “Pesquisas aumentam polêmica sobre cotas”. *O Globo*. (Box ou nota). 16 mar.
- \_\_\_\_\_. “Ao debate”. *O Globo*. (Editorial). 12 jul.
- \_\_\_\_\_. “Teses e truques”. *O Globo*. (Coluna). 11 jul.
- \_\_\_\_\_. “Sem discriminar”. *O Globo*. (Editorial). 8 jan.
- PIOVESAN, Flavia e VIRGENS, Márcia Regina. “Devem ser criadas cotas para alunos negros no ensino superior? SIM”. *Folha de S. Paulo*. (Artigo). 1 set.
- RAW, Isaias. “Devem ser criadas cotas para alunos negros no ensino superior? NÃO”. *Folha de S. Paulo*. (Artigo). 1 set.

RIBEIRO, Matilde. “Educação contra as desigualdades raciais”. *Folha de S. Paulo*. (Artigo). 10 maio.

ROMA, Luiz. “Contra o racismo”. *O Globo*. (Carta). 10 jun.

SANTOS, Renato Emerson dos. “Mérito e cor”. *O Globo*. (Artigo). 20 maio.

SCOLESE, Eduardo e CONSTANTINO, Luciana. “Governo reabre debates sobre o estatuto racial: objetivo é agilizar votação do projeto no Congresso”. *Folha de S. Paulo*. (Box ou nota). 12 jul.

SILVA, Antonio Carlos da. “Comunidade negra”. *Folha de S. Paulo*. (Carta). 18 jan.

VELHO, Otávio. “A nação explodiu”. *O Globo*. (Entrevista). 28 out.

VENTURA, Zuenir. “Manifestos”. *O Globo*. (Coluna). 21 maio.

## SOBRE O AUTOR

**Luiz Augusto Campos** é professor de Sociologia e Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP-UERJ, onde também cursou seu doutorado. Foi Professor na Unirio (2013-14), UFRJ (2010) e PUC-RJ (2010), além de pesquisador visitante no Observatoire Sociologique du Changement (SciencesPo-Paris) e na Universidade de Nova Iorque (NYU). Faz parte da coordenação de dois grupos de pesquisa: o Observatório das Ciências Sociais (OCS) e o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Suas publicações giram em torno de temas como raça e política, análises de grandes volumes de textos, sociologia da ciência e análise de controvérsias públicas.

---

---

Formato 14 x 21  
Tipologia: Garamond (texto) Goudy Old Style (títulos)  
Papel: Offset 90 g/m<sup>2</sup> (miolo)  
Supremo 250 g/m<sup>2</sup> (capa)

---

---